



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

BRENDA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS

O DISCURSO EMPRESARIAL DA SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA:

Um estudo sobre a soja na Amazônia e a utilização de narrativas como instrumento de
poder e dominação

BELÉM

2023

BRENDA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS

O DISCURSO EMPRESARIAL DA SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA:

Um estudo sobre a soja na Amazônia e a utilização de narrativas como instrumento de poder e dominação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Nirvia Ravena

BELÉM

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- S237d Santos, Brenda Cordovil Corrêa dos.
O discurso empresarial da sustentabilidade e governança: : Um estudo sobre a soja na Amazônia e a utilização de narrativas como instrumento de poder e dominação / Brenda Cordovil Corrêa dos Santos. — 2023.
245 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^ª. Dra. Nirvia Ravena
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2023.
1. Sustentabilidade. 2. Governança. 3. Cargill. 4. Soja. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 354.811

BRENDA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS

O DISCURSO EMPRESARIAL DA SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA:

Um estudo sobre a soja na Amazônia e a utilização de narrativas como instrumento de poder e dominação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor.

APROVADA EM: 23/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nirvia Ravena
PPGDSTU/NAEA/UFPA - Orientadora

Prof.^a Dr.^a Edna Maria Ramos de Castro
PPGDSTU/NAEA/UFPA - Examinadora Interna

Prof. Dr. Armin Mathis
PPGDSTU/NAEA/UFPA - Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Mirleide Char Bahia
PPGDSTU/NAEA/UFPA - Examinadora Interna

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
NUMA/UFPA - Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Ivana Claudia Guimarães de Oliveira
PPGCLC-UNAMA - Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, minha mãe e meu “pai-drasto”, meus maiores incentivadores. Sem vocês eu não teria conseguido.

À memória do meu professor e amigo Mário Miguel Amin, que sempre me apoiou e me fez acreditar que era possível. Gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

Entre tantos aprendizados que tenho com a minha mãe, um deles sempre ecoou forte. Ela me ensinou que as pessoas devem ter o direito de ser o que quiserem e que a liberdade, no seu sentido mais amplo, é um dos bens mais valiosos da vida. Quando me deparei com a situação do avanço da soja no Baixo Amazonas, lembrei dessas palavras. Me questionei sobre como agricultores familiares teriam que simplesmente deixar de ser agricultores ou, caso contrário, a eles restaria violência, expulsões e veneno. Agradeço e dedico esta tese a minha mãe, Tereza Cordovil, pois sem os ensinamentos dela, as conversas, os questionamentos sobre a vida e o mundo, este trabalho não existiria.

E quando eu e minha mãe refletimos sobre a sociedade, o capitalismo e a política, às vezes sofremos e nos assustamos com a força com que o sistema exclui uns e privilegia outros. No entanto, a certeza de que caminhamos juntas e de mãos dadas nesta jornada nos fortalece e nos faz sempre acreditar que o melhor para todos virá. Mãe, melhor amiga, melhor avó, melhor pessoa, todas as palavras do mundo não seriam suficientes para demonstrar meu amor e gratidão. Superamos e vencemos juntas.

Agradeço também ao meu filho, meu grande orgulho. Homem bom, com um coração lindo e que cuida de mim, é meu amigo e pai, quando necessário. Que história linda a nossa! Pedro Henrique Cordovil, és fonte de inspiração e por ti, por nós, seguimos lutando por um mundo mais justo. A menina que virou mãe aos dezenove anos conseguiu forças pra agora virar doutora graças a você, luz da minha vida. Agradeço também ao meu “pai-drasto”, companheiro de todas as horas. Carlos Soares não é de muitas palavras, mas é de acolhimento. Quando eu lembro da minha vida nos últimos 30 anos ele sempre está lá, nas horas boas e nas ruins. É o pai que Deus me deu e eu sou muito grata por isso.

Me emociono quando penso na família que construímos juntos, da qual faz parte também minhas irmãs, cunhado e sobrinhos. Família daquelas que está sempre unida, compartilha a dor e a alegria. Diversas vezes foi essa estrutura que me amparou e incentivou. Minha irmã Daniela Cordovil, a primeira a ser doutora, cuja coragem e força frente aos obstáculos da vida sempre me inspiraram e hoje me sinto feliz por seguir os caminhos dela. Carolina Cordovil, a caçula, meu grude, amiga de todas as horas, parceira de vida. Desejo que possamos caminhar lado a lado sempre nessa jornada de amor e cumplicidade.

A família cresceu, e agradeço também ao meu cunhado que é como um irmão, Jorge Frota. e aos sobrinhos que tanto amo Lucas Cordovil, Maria Clara Cordovil, Maria

Tereza Cordovil e Briana Cordovil. Gratidão a Janaina Santos, mais que uma prima, a amiga fiel de todas as horas, que sempre arruma um tempo pra mim e que nunca me deixa desamparada. Obrigada a Alda Brasil, uma amiga e irmã que a vida me deu e que pra mim hoje é como parte da família.

A corrente de amor e apoio se ampliou, ultrapassou as fronteiras da família, e envolveu pessoas que hoje são grandes amigos. João Paulo Chaves tem uma contribuição inestimável nesta minha jornada. João é o melhor amigo, aquele que mais me entende, me acolhe e não me julga. Aquele que escuta as minhas risadas, as minhas queixas e que nunca solta a minha mão, assim como eu nunca soltarei a dele. Agradeço a amiga Tabilla Verena Leite por compartilharmos as dificuldades de um doutorado, da docência e da vida de uma forma geral. Me sinto muito emocionada por ter sido presenteada com o convite de ser madrinha da nossa Luna, e hoje somos “comadres” e seremos amigas por uma vida inteira.

Acredito que ninguém chega em um doutorado à toa. São caminhos que nos conduzem por uma estrada de conhecimento construída ao longo do tempo, passo a passo, que nos guiam na direção da titulação e, principalmente, do saber. Eu não estaria aqui sem a ajuda do professor Mário Miguel Amin. Lá no começo da minha estrada foi ele quem me guiou, caminhou comigo e me fez acreditar que eu seria capaz. Ele não está aqui fisicamente pra me ver virar doutora, mas eu acredito que ele nunca duvidou que esse dia chegaria. Nas horas mais difíceis dessa jornada, eu fechava os olhos e podia ouvir a voz dele me incentivando e dizendo o quanto as minhas ideias iam dar certo. Por isso esta tese também é dedicada a ele.

Agradeço imensamente a professora Nirvia Ravena, minha orientadora, que me apoiou nos momentos mais difíceis ao longo deste doutorado e compreendeu todas as dificuldades que eu passei. Foi graças a ela que eu pude conhecer e entender a importância de pesquisar as cadeias de alimentos globais no contexto da Amazônia. Gratidão eterna por todo o apoio e excelentes contribuições e, especialmente, por ajudar a me tornar uma pesquisadora mais crítica e engajada.

A professora Ivana Oliveira foi um presente que o doutorado me deu. A sua disponibilidade em ajudar os outros encanta, assim como o seu conhecimento e facilidade em transmitir o saber. Quando eu duvidei de mim mesma, eu recorri a ela, e ela me recebeu de braços abertos, como se já nos conhecêssemos há muitos anos. Sou muito agradecida pelas suas excelentes contribuições. Agradeço também a Prof. Edna Castro, uma inspiração para mim, e ao Prof. Mário Vasconcellos pelas excelentes e assertivas

sugestões dadas na minha banca de qualificação que elevaram a qualidade deste trabalho. Agradeço a todos os professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) por todo o aprendizado que tive ao longo destes anos.

A vivência no NAEA me possibilitou conhecer muitas pessoas especiais. Algumas delas viraram amigas que eu quero levar para a vida inteira. Juntos dividimos as dificuldades e angústias de viver uma pós-graduação em tempos de pandemia e graças ao apoio mútuo conquistamos nossas vitórias. Vânia Araújo, Fernanda Moreira e Leildo Silva foram amparo, compreensão e acolhimento, sou grata demais! Gustavo Dias e Alana Aires foram força, nos demos a mão e seguimos caminhando. A calma do Gustavo me ajudava nas horas de desespero e o apoio e amizade da Alana foram imprescindíveis para o sucesso do nosso trabalho de campo, quando vivenciamos juntas um pouco da realidade do Baixo Amazonas.

Agradeço a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, universidade na qual tenho muito orgulho de atuar como professora efetiva. O apoio da UFRA foi fundamental, pois a concessão do afastamento para fins de qualificação me possibilitou realizar intensamente a pesquisa.

Quero finalizar agradecendo as pessoas que contribuíram para que este trabalho fosse possível, as pessoas de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra que dispuseram do seu tempo para me receber e compartilhar um pouco do que elas vivem. Pude perceber na pesquisa de campo o valor que a ciência tem para as comunidades e espero que as comunidades e seus conhecimentos tenham cada vez mais importância e reconhecimento para o mundo. Muito Obrigada!

“o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

(FOUCAULT, 1996, p.10)

RESUMO

Grandes empresas e suas demandas globais pressionam o modo de viver local num processo de mercantilização da natureza e da vida, desencadeando danos ambientais e pressões sociais, o que remete a reflexões sobre o papel dos atores locais e das instituições nos processos de construção das relações sociais e das mudanças na sociedade. Compreender a relação dos atores nesse arranjo envolve olhar como se dá a governança e como a relação das grandes organizações, Estado e sociedade define as “regras do jogo”, podendo atender e privilegiar os interesses de uns e coibir os de outros. Esta pesquisa analisou a construção do discurso empresarial da sustentabilidade e as relações de governança estabelecidas em torno da soja na região do Baixo Amazonas, identificando elementos simbólicos que contribuem para a disseminação de narrativas e racionalidades diferentes da realidade e dos modos de vida locais. A importância do estudo reside em compreender como o capitalismo e suas transformações históricas se refletem na Amazônia e em suas populações. As bases teóricas da tese fundam-se na contextualização do debate do surgimento do mercado autorregulável e a consagração do neoliberalismo e nos conceitos de governança, desenvolvimento, sustentabilidade, território e discurso. A pesquisa tem como recorte geográfico a região do Baixo Amazonas no Estado do Pará - Brasil, em especial os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos e analisará a atuação da empresa Cargill. Trata-se de um estudo de natureza aplicada, com objetivos explicativos, transversal quanto a sua abrangência de tempo, com abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos utilizados foram o levantamento bibliográfico e de campo. O *Institutional Analysis and Development (IAD) Framework* foi adotado para a investigação da estrutura de governança, enfatizando a descrição das regras na análise institucional. A pesquisa também recorreu a análise do conteúdo, com o apoio do software NVIVO, e a análise do discurso para compreender as narrativas empresariais presentes nos relatórios anuais e no Instagram da Cargill, bem como a maneira que se relacionam com o que de fato ocorre no território. A tese evidenciou que os instrumentos de divulgação das ações empresariais propagam narrativas que contribuem para invisibilizar e oprimir os modos de vida locais, além de não serem compatíveis com a realidade que se apresenta no território em questão. A atuação do Estado (em suas diferentes esferas) aponta, na maioria das vezes, aos interesses capitalistas, onde os governos têm se apresentado como um fomentador da visão econômica da Amazônia, criando políticas públicas que privilegiam o uso econômico do território, sob a égide do termo desenvolvimento. Os relatórios anuais e o Instagram pregam uma noção de sustentabilidade vinculada a função econômica e a atividades produtivas, atendendo aos interesses da empresa. Por outro lado, para as comunidades sustentabilidade é relacionada à segurança alimentar, à vida, ter alimento na sua mesa e do seu vizinho. Tem a ver com ancestralidade, identidade e direito de escolha.

PALAVRAS- CHAVE: Sustentabilidade, governança, Cargill, soja, Amazônia

ABSTRACT

Large companies and their global demands put pressure on the local way of life in a process of commodification of nature and life, causing environmental damage and social pressures, which leads to reflections on the role of local actors and institutions in the processes of building social relations and changes in society. Understanding the relationship of the actors in this arrangement involves looking at how governance takes place and how the relationship between the large organizations, the State, and society defines the "rules of the game", which may serve and privilege the interests of some and restrain those of others. This research will analyze the construction of the corporate discourse of sustainability and the governance relations established around soy in the Lower Amazon region, identifying symbolic elements that contribute to the dissemination of narratives and rationalities different from reality and local ways of life. The importance of the study lies in understanding how capitalism and its historical transformations are reflected in the Amazon and its populations. The theoretical bases of the thesis are based on the contextualization of the debate on the emergence of the self-regulating market and the consecration of neoliberalism and on the concepts of governance, development, sustainability, territory and discourse. The geographical scope of the research is the region of Baixo Amazonas in the State of Pará - Brazil, especially the municipalities of Santarém, Belterra and Mojuí dos Campos and will analyze the performance of the company Cargill. This is a study of an applied nature, with explanatory objectives, transversal as to its scope of time, with a qualitative approach. The technical procedures used were a bibliographic and field survey. The Institutional Analysis and Development (IAD) Framework was adopted for the investigation of the governance structure, emphasizing the description of the rules in the institutional analysis. The research also used content analysis, with the support of NVIVO software, and discourse analysis to understand the corporate narratives present in Cargill's annual reports and Instagram and how they relate to what actually occurs in the territory. The thesis showed that the instruments for disseminating corporate actions propagate narratives that contribute to invisibilize and oppress local ways of life, besides not being compatible with the reality that is presented in the territory in question. The actions of the State (in its different spheres) point, in the majority of times, to capitalist interests, where governments have presented themselves as a fomentor of the economic vision of the Amazon, creating public policies that privilege the economic use of the territory, under the aegis of the term development. The annual reports and Instagram preach a notion of sustainability linked to the economic function and productive activities, serving the interests of the company. On the other hand, for the communities sustainability is related to food security, to life, to having food on their table and that of their neighbors. It has to do with ancestry, identity, and the right to choose.

KEYWORDS: Sustainability, governance, Cargill, soy, Amazon

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 - Estrutura da tese
- Figura 02 - Desenho inicial da pesquisa
- Figura 03 - Mapa da delimitação geográfica da pesquisa
- Figura 04 - Questões norteadoras comuns a todos os atores
- Figura 05 - Questões norteadoras específicas para cada ator
- Figura 06 - Instrumentos metodológicos da pesquisa
- Figura 07 - Instrumentos metodológicos do IAD framework
- Figura 08 - Estrutura para análise institucional - IAD
- Figura 09 - Etapas da análise do discurso
- Figura 10 - Etapas da análise do discurso
- Figura 11 - Framework de análise
- Figura 12 - IAD participantes – Representantes das comunidades
- Figura 13 - IAD – Participantes - Organizações não governamentais
- Figura 14 - IAD – Participantes – Empresas e representantes dos produtores
- Figura 15 - IAD – Participantes – Organizações de ensino e pesquisa
- Figura 16 - IAD – Participantes – Órgãos públicos
- Figura 17 - IAD Framework – Situação de ação
- Figura 18 - Principais variáveis – IAD Framework
- Figura 19 - Categorias dos relatórios - cargill
- Figura 20 - Análise de conteúdo e com o software NVIVO
- Figura 21 - Principais categorias - Relatórios
- Figura 22 - Categorias da análise do discurso/ análise do conteúdo
- Figura 23 - Desmatamento por ano em Mojuí dos Campos
- Figura 24 - Árvore de palavras: “Faça a coisa certa”
- Figura 25 - Tela inicial Instagram Cargill
- Figura 26 - Planilha de análise publicações Instagram Cargill
- Figura 27 - Categorias instagram Cargill
- Figura 28 - Densidade categorias e subcategorias – Instagram
- Figura 29 - Comentários apagados – Instagram Cargill
- Figura 30 - Nuvem de palavras - Instagram Cargill (comentários) 30 palavras mais frequentes

Figura 31 - Comentários publicação Cargill

Figura 32 - Organização da análise do discurso do instagram

Figura 33 - Publicação sobre a Amazônia – Instagram Cargill

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Objetivos da pesquisa

Quadro 02 - Levantamento de dados: Representantes de comunidades e ONGs

Quadro 03 - Levantamento de dados: certificadora, empresas e representante dos produtores

Quadro 04 - Levantamento de dados: Órgãos públicos, organizações de ensino e pesquisa e Ministério Público

Quadro 05 - Relatórios estudados na pesquisa

Quadro 06 - Postagens do instagram estudadas na pesquisa

Quadro 07 - Categorias de análise do discurso

Quadro 08 - Instrumentos legais e normas que influenciaram na dinâmica territorial

Quadro 09 - Cargill - relatórios anuais

Quadro 10 - Densidade categorias e subcategorias Relatórios

Quadro 11 - As 4 subcategorias mais mencionadas

Quadro 12 -Silenciamento das comunidades na construção das normativas e grupos de interesses

Quadro 13 - Repetição e exaltação

Quadro 14 - Localização geográfica das postagens Cargill

Quadro 15- Densidade categorias e subcategorias

Quadro 16 - Comentários analisados – Instagram @cargill

Quadro 17 - Agricultura e sustentabilidade

Quadro 18 - Heroificação no instagram da Cargill

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Proximidade física da agricultura familiar e produção de soja

Fotografia 02: Campanhas de conscientização

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Principais categorias - Relatórios

Gráfico 02: Evolução das publicações ao longo dos anos

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Soja -Quantidade produzida

Tabela 02 – Soja - Valor da Produção

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABIOVE | Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais |
| AMABELA | Associação de mulheres trabalhadoras rurais de Belterra |
| AMTR | Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém |
| APAV | Associação Paraense de Avicultura |
| APROSOJA | Associação dos Produtores de Soja, milho e arroz do Estado do Pará |
| APRUSAN | Associação dos produtores rurais de Santarém |
| CAR | Cadastro Ambiental Rural |
| CITA | Conselho Indígena Tapajós Arapiuns |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| FAPESPA | Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas |
| FASE | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| FETAGRI | Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará |
| FOQS | Federação das Organizações Quilombolas de Santarém |
| IAD | Institutional Analysis and Development (IAD) Framework |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Biodiversidade |
| IPAM | Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| OGM | Organismos geneticamente modificados |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAE | Projeto de Assentamento Agroextrativista |
| PAM | Produção Agrícola Municipal |
| RTRS | Round Table on Responsible Soy Association |
| SEMAS | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará |
| SEMSA | Secretaria de Saúde Municipal de Santarém |
| SIRSAN | Sindicato dos produtores rurais de Santarém |
| STTR | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais |
| TNC | The Nature Conservancy |
| UFOPA | Universidade Federal do Oeste do Pará |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |

UNB

Universidade de Brasília

WWF

World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO | 24 |
| 1.1 Justificativa..... | 27 |
| 1.2 Problema de pesquisa | 30 |
| 1.3 Objetivos | 30 |
| 1.4 Hipóteses | 31 |
| 1.5 Estrutura da tese | 32 |
| CAPÍTULO 2. CAPITALISMO E SUSTENTABILIDADE: DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO..... | 36 |
| 2.1. As raízes da sociedade de mercado e novas faces do sistema capitalista | 36 |
| 2.2. Caminhos (e descaminhos) do desenvolvimento: Origem, diversidade e contradições no discurso da Sustentabilidade..... | 39 |
| 2.3 Território: poder e identidade | 43 |
| 2.4 Estrutura de governança e cadeias globais na Amazônia | 47 |
| 2.5 Discurso e poder | 50 |
| CAPÍTULO 3. METODOLOGIA..... | 55 |
| 3.1 Delimitação da Pesquisa | 57 |
| 3.1.1 Delimitação Geográfica..... | 58 |
| 3.1.2 Detalhamento dos principais atores da pesquisa | 59 |
| 3.1.3 Questões norteadoras e construção metodológica..... | 63 |
| 3.2 Instrumentos metodológicos | 68 |
| 3.2.1 Levantamento bibliográfico | 68 |
| 3.2.2 Levantamento de campo..... | 69 |
| 3.2.3 IAD <i>framework</i> | 73 |
| 3.2.4 Análise do conteúdo | 78 |
| 3.2.5 Análise do discurso | 82 |
| CAPÍTULO 4. AMAZÔNIA E SUSTENTABILIDADE: ANTAGONISMOS E CONFLITOS EM TORNO DA SOJA | 90 |
| 4.1 Território e poder: Caracterização do dilema de ação coletiva | 92 |
| 4.2. Situação de ação (Ações/situações ↔ participantes) | 95 |
| 4.2.1. Participantes | 95 |
| 4.2.2. Situações – ações e interações..... | 102 |
| 4.3. Variáveis exógenas | 117 |
| 4.3.1. Regras..... | 117 |
| 4.3.2. Condições do mundo biofísico..... | 122 |

| | |
|--|------------|
| 4.3.3 Atributos da comunidade | 124 |
| 4.4. Resultados do dilema de ação coletiva - IAD Framework | 126 |
| 4.5. Sustentabilidade | 130 |
| 4.6. Apontamentos finais sobre o IAD framework | 132 |
| 4.7 Considerações sobre a Amazônia e a Soja..... | 135 |
| CAPÍTULO 5. O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS ANUAIS DA CARGIL..... | 137 |
| 5.1 A divulgação das ações empresariais no mundo globalizado– O uso de relatórios organizacionais | 140 |
| 5.2 A análise de Conteúdo dos Relatórios Cargill..... | 143 |
| 5.2.1 Corpus de análise: Nomenclaturas institucionais e os relatos da Cargill..... | 144 |
| 5.2.2 Categorias e subcategorias - Relatórios | 146 |
| 5.3. Comunicação empresa e sociedade: analisando o discurso da Cargill | 158 |
| 5.4 Apontamentos e conclusões: o conteúdo e discurso presentes nos relatórios da Cargill | 180 |
| CAPÍTULO 6. O MARKETING EMPRESARIAL NA ERA DAS REDES SOCIAIS: O CONTEÚDO E O DISCURSO DA CARGILL NO INSTAGRAM | 183 |
| 6.1 Análise do conteúdo do Instagram Cargill | 185 |
| 6.1.1 Corpus de análise: Cargill no Instagram | 186 |
| 6.1.2. Principais categorias temáticas abordadas nas publicações de 2019 a 2022 | 190 |
| 6.1.3. Instagram Cargill - interação empresa e usuários | 200 |
| 6.2. Análise do discurso – Instagram Cargill..... | 204 |
| 6.2.1 Amazônia no Instagram | 206 |
| 6.2.2 Sustentabilidade: Significados e interesses | 209 |
| 6.2.3 Normativas e grupos de interesses no Instagram | 214 |
| 6.2.4. Exaltação e superioridade no Instagram..... | 216 |
| 6.3 Conteúdo e Discurso da Cargill no Instagram: Apontamentos e reflexões. | 220 |
| CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 222 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 227 |
| APÊNDICE 01 – ROTEIRO ENTREVISTA – REPRESENTANTE COMUNIDADES | 239 |
| APÊNDICE 02 – ROTEIRO ENTREVISTA – ORGANIZAÇÕES NÃO - GOVERNAMENTAIS | 240 |
| APÊNDICE 03 – ROTEIRO ENTREVISTA – CERTIFICADORA | 241 |
| APÊNDICE 04 – ROTEIRO ENTREVISTA – EMPRESA..... | 242 |
| APÊNDICE 05 – ROTEIRO ENTREVISTA - PRODUTORES | 243 |
| APÊNDICE 06 – ROTEIRO ENTREVISTA – ÓRGÃOS PÚBLICOS..... | 244 |

| | |
|---|------------|
| ANEXO 01: Nomenclatura dos relatórios analisados | 245 |
|---|------------|

O AUTOR E O SEU LUGAR

Quando aos 17 anos de idade escolhi cursar administração na Universidade Federal do Pará- UFPA, eu não sabia que mais tarde eu me tornaria uma professora universitária na área. Certamente o amor pela profissão fez com que eu acreditasse que lecionar me permitiria multiplicar e pensar em novas formas de gestão, alinhadas com aquilo que eu acredito ser ético e correto.

De certo, os dez anos de experiência profissional anteriores à docência me mostraram na pele que a atuação de algumas organizações nem sempre são como dizem os livros que lemos na universidade. Posso dizer que exerci a profissão de administradora de forma intensa, o que me fez vibrar ao acompanhar o crescimento de pessoas e ao ver como uma gestão bem estruturada, organizada e humana pode trazer resultados muito positivos a todos. No entanto, pude ver também desrespeito, assédio, corrupção e tantas outras mazelas da vida organizacional.

Mas quando eu entro em sala de aula eu sinto esperança. Eu vejo aquelas pessoas, alguns jovens, outros nem tanto, construindo ali uma oportunidade de vida, a chance de ter a tão sonhada profissão. Dar aula em uma universidade pública no Brasil é acreditar, acima de tudo, no poder transformador da educação. É olhar nos olhos dos alunos e saber que eles venceram muitos obstáculos para estar ali e acreditar que eles vencerão outros tantos que virão em um país tão desigual quanto o nosso. E seguimos juntos, eu e meus alunos, na tentativa de construir novas formas de gestão que valorizem a vida e a natureza e desmistifiquem a falsa ideia do lucro em primeiro lugar.

Pelas razões expostas, esta pesquisa surge da inquietude e da necessidade de estabelecer críticas à gestão de determinadas organizações, como forma de lutar pela construção de novos caminhos possíveis. Pesquisar o discurso empresarial significa olhar as entranhas de uma estratégia de negócios, pois nos mostra, por meio da construção de sentidos, os valores como são de fato e as formas como se refletem na atuação da empresa no território.

Espero que este trabalho traga uma reflexão necessária sobre a necessidade de se pesquisar empresas, algo não tão simples, mas fundamental diante da força de determinadas organizações no mundo capitalista. Novas soluções para os problemas que assolam o mundo, passam também por novas formas de gestão, logo acredito que esta pesquisa agrega contribuições sobre as relações empresas, pessoas e natureza.

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Para analisar as transformações do mundo atual é necessário compreender as diferentes instituições e seus reflexos nas regionalidades. Não se deve perder de vista a compreensão sistêmica de que as realidades locais estão inseridas no contexto da sociedade capitalista que molda regras, costumes e a forma de vida das populações. Grandes organizações empresariais e suas demandas globais pressionam o modo de viver local num processo de mercantilização da natureza e da vida, desencadeando externalidades, como perdas ambientais e pressões sociais, o que remete a reflexões sobre o papel dos atores sociais e das instituições nos processos de construção das relações sociais e das mudanças na sociedade.

Esta tese defendeu que as grandes empresas que atuam na Amazônia, como a transnacional Cargill, utilizam o discurso de sustentabilidade a seu favor para obter benefícios mercadológicos, apresentando à sociedade suas ações (através de seus instrumentos, como relatórios anuais e redes sociais) como sendo sustentáveis, o que não se reflete na prática nos territórios. A estratégia empresarial adotada se configura como uma forma de invisibilização da região e seus atores e foca na obtenção de maiores benefícios financeiros para a empresa por meio da utilização exploratória dos recursos naturais, pautada na visão da Amazônia como espaço a ser dilapidado. Estas empresas desenvolvem suas ações e estabelecem relações de governança, sem considerar a natureza e as pessoas que ali vivem, além de impor novas racionalidades que se fundamentam no desrespeito aos modos de vida locais.

A novidade desta pesquisa situa-se na investigação científica, por meio de análise do conteúdo e discurso, de instrumentos de divulgação da própria empresa Cargill, para demonstrar os aspectos discursivos que demonstra a estratégia de inferiorização dos modos de vida locais e a invisibilização da Amazônia. Os discursos, pautado em novas racionalidades capitalistas, se alinham aos interesses empresariais de redefinição de sentido de termos até então usuais, como sustentabilidade, governança e agricultura.

Além disso, a pesquisa fez uma espécie de cruzamento, confrontando o discurso da empresa com a realidade do território para demonstrar como se deu o avanço da soja na região do Baixo Amazonas. Foi utilizada uma ferramenta metodológica de análise institucional denominada *Institutional Analysis and Development - IAD framework* que permitiu demonstrar como as instituições operaram e mudaram ao longo do tempo no sentido de privilegiar os interesses de um determinado grupo, em detrimento de outro. A pesquisa permitiu afirmar de forma científica que a empresa, além de trazer danos ao

território em questão, apresenta narrativas prejudiciais as pessoas e a natureza da Amazônia.

Para compreensão da pesquisa, é necessário refletir sobre o capitalismo. As raízes do sistema capitalista remontam a formação dos mercados autorreguláveis, onde surge a subordinação de todos os aspectos da vida humana às relações de mercado. Anos depois, o neoliberalismo institui a concorrência como norma de conduta e a universalização desta norma ultrapassa as fronteiras dos Estados e atinge os indivíduos em sua relação consigo mesmos. Neste contexto, a sustentabilidade emerge numa lógica de desconstrução da modernidade, porém a popularização e vulgarização do termo faz com que seja utilizado muitas vezes apenas em benefícios das corporações, não sendo de fato realizadas ações sustentáveis em sintonia com os interesses das comunidades (DARDOT E LAVAL, 2016, LEFF, 2001).

Compreender a relação dos atores nesse arranjo envolve olhar como se dá a governança e como a relação das grandes corporações, do Estado e da sociedade definem as “regras do jogo”, podendo atender e privilegiar os interesses de uns e coibir os de outros. Esta pesquisa analisará a construção do discurso empresarial da sustentabilidade a as relações de governança estabelecidas em torno da soja na região do Baixo Amazonas, entendendo a importância de se pesquisar como o capitalismo e suas transformações históricas se refletem na Amazônia e em suas populações locais. Ao longo da pesquisa, serão aprofundados temas como as transformações do sistema capitalista, desenvolvimento, governança, sustentabilidade, a relação das empresas com a sociedade, em especial no que se refere a cadeia da soja.

A dinâmica do capitalismo moderno promoveu a empresa como modelo de organização eficaz em relações a todos os outros padrões organizacionais, instituindo a gestão privada como categoria dominante no campo da gestão. Sob o ponto de vista da antropologia das organizações, as práticas de gestão são produtos da ação humana e repletas de significados, não sendo possível desvincular o seu enraizamento social e simbólico. As decisões empresariais, vinculadas a estratégias de negócios, não estão desconectadas de universos históricos e culturais nos quais as organizações estão inseridas (CHANLAT, 2010). Desta forma, é primordial conceber como se dá a coexistência dos atores e organizações em diferentes realidades que muitas vezes competem entre si e o efeitos das ações empresariais em determinadas situações específicas, bem como suas motivações.

Nos tempos atuais, o neoliberalismo, compreendido por Dardot e Laval (2016) como racionalidade inserida numa razão global, apresenta-se como uma reabilitação pura e simples do *Laissez-faire*, um processo de mercantilização generalizada das relações sociais. A originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação, mas também, outra sociedade. Os autores afirmam que “O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições e direitos, mas também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. (...) O que está em jogo é nada mais, nada menos que a forma da nossa existência” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.16).

Para entender a fundo a situação atual é necessário tratar das origens políticas e econômicas das transformações mundiais. Polanyi (2000) enfatiza que a economia do homem está submersa em relações sociais, onde as motivações econômicas se originam no contexto da vida social. O autor relata o surgimento da sociedade de mercado que pressupõe a necessidade de trabalho, terra e dinheiro como elementos essenciais da indústria e que deveriam estar constantemente disponíveis. Surge então a ficção da mercadoria para permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural. Logo, o trabalho, a terra e o dinheiro tornam-se mercadorias, que nada mais são do que os próprios seres humanos e o ambiente natural subordinados aos mecanismos da sociedade de mercado (POLANYI, 2000).

Desta forma, os mercados de trabalho e de terra foram formados a partir da separação entre as condições objetivas de produção e seus produtores diretos, da expulsão dos camponeses das terras comunais e da instituição da propriedade privada. A agricultura passa a ser vista como mera fornecedora de matéria-prima para a indústria e de alimentos para a população urbana o que vai acarretar a mercantilização da agricultura através das disputas entre frações do capital, o Estado e os agricultores pelo controle dos recursos produtivos, numa relação muitas vezes conflituosa (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).

Ao citar os fatores que contribuem para o aumento abrupto de aquisições de terras em escala global, Sassen (2020) pontua a demanda crescente por cultivos industriais, especialmente de palmeiras, para a fabricação de biocombustíveis e por cultivo de alimentos. De acordo com a autora, a aquisição de terras estrangeiras requer e estimula a criação de um mercado global de terras que representa o começo de uma mercantilização em grande escala, o que pode levar a financeirização da mercadoria terra que deixa uma marca no mundo com um grande número de microexpulsões de pequenos agricultores e de cidades inteiras por níveis crescentes de toxicidade na terra e na água ao redor de

plantações instaladas nas terras adquiridas. Milhões de pequenos proprietários brasileiros têm sido expulsos de suas terras que foram absorvidas por vastas plantações de soja para exportações (SASSEN, 2020).

1.1 Justificativa

A lógica de desenvolvimento constituída globalmente baseia-se, na maioria das vezes, em modelos capitalistas que desconsideram as realidades locais e as especificidades dos povos propondo formatos que atendem interesses de atores com maior poder econômico, confirmando que a agenda de desenvolvimento global está intimamente relacionada à uma agenda de comércio. A ideia de superar o subdesenvolvimento e a integração nacional impulsionou uma ideologia colonialista onde a Amazônia desponta como estratégica na disputa mundial por recursos naturais e produtivos.

Neste contexto, a questão ambiental e social problematiza as próprias bases de produção, enfatizando a necessidade da desconstrução do paradigma da modernidade. A crise do meio ambiente aponta para uma ressignificação a partir de uma ética ambiental que enfoque na revalorização da vida do ser humano. O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como um limite para orientar o processo civilizatório, no entanto seus discursos e políticas estão abrindo um campo heterogêneo de perspectivas alternativas, marcado pelo conflito de interesses em torno da apropriação da natureza (LEFF, 2001).

A pressão mundial exercida sobre os governos e as empresas em razão da crescente degradação da natureza exigiu esforços e comprometimento com a responsabilidade socioambiental com o objetivo de diminuir a pressão que a atividade produtiva e industrialista faz sobre a natureza e sobre a Terra. Na maioria dos casos a sustentabilidade apresentada é mais aparente que real, mas de toda forma há uma busca por ela. O que frequentemente ocorre é uma certa falsidade ecológica ao usar a palavra sustentabilidade para ocultar problemas de agressão à natureza, de contaminação química de alimentos e de marketing comercial apenas para lucrar e vender, reafirmando a prática frequente de *greenwash* - “pintar de verde” para iludir o consumidor que busca produtos que não são quimicalizados (BOFF, 2016).

O termo sustentabilidade tornou-se popularmente usado nos últimos anos adquirindo formas e variações que muitas vezes diferem do seu conceito real, porém a sua concepção não pode ser reducionista e deve cobrir todos os territórios da realidade. Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às

potencialidades limitadas e às necessidades presentes e das futuras gerações. Logo, tornar-se sustentável envolve processos críticos de mudanças comportamentais muitas vezes profundas, mudanças na forma de enxergar o mundo e a sociedade (LEFF, 2001; BOFF, 2016).

Em se tratando do reflexo socioambiental da modernidade capitalista em realidades locais, a Amazônia brasileira, com o seu o ambiente institucional traçado pela sua história econômica regional de exploração e invisibilidade das populações locais, favoreceu atividades predatórias e exploradoras dos recursos naturais e humanos, sem garantia dos direitos sociais e de propriedade. As raízes da formação amazônica decorrentes da colonização europeia apontam o extrativismo e a servidão no período colonial, o que se reflete e explica o comportamento da elite regional que forjou uma sociedade moldada por estruturas hierárquicas verticais. Na Amazônia o capital diversas vezes chegou de forma impositiva, arrematou terras, expropriou camponeses e criou uma nova marginalidade urbana (SILVA e RAVENA, 2015).

A expansão do agronegócio na Amazônia impôs lógicas globais de transnacionais a espaços habitados por comunidades locais. Diferentes atores e interesses passaram a compartilhar os mesmos lugares e novas formas de gestão do território surgiram onde as fronteiras entre o setor público e os setores privados tornaram-se turvas. O processo de construção das relações entre os atores, enfatizando os relacionamentos e os acordos estabelecidos, resultou num jogo de poder que se reflete na definição das normas. As diferentes instituições ou “regras do jogo” dão origem a uma variedade de estruturas e mecanismos de governança que podem favorecer interesses de uns e suprimir os de outros.

Nesta perspectiva, destaca-se na Amazônia a cadeia de *commodity* de grãos, por meio da ação de grandes conglomerados internacionais que atuam no estado do Pará. Além destas organizações privadas, somam-se a esta teia heterogênea atores de diversos segmentos com múltiplos interesses, tais como populações tradicionais, organizações não governamentais (ONG's), o poder público e agentes de mercado.

No espaço agrícola brasileiro a inserção das *commodities* pelas grandes *tradings* formadas, principalmente, pela ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Grupo Amaggi, trouxe como resultado para a região, não apenas com o rompimento das coesões territoriais construídas historicamente, como também os danos sociais, econômicas e ambientais sobre as dinâmicas regionais e locais (FERREIRA, 2016). Neste cenário, análises voltadas para a governança e sustentabilidade são de extrema importância já que

possibilitam a compreensão de como ocorrem as relações entre os diferentes *stakeholders* e os arranjos institucionais constituídos entre eles.

Com o objetivo de definir regras globais para a produção e comercialização da soja com sustentabilidade, a Associação Internacional de Soja Responsável/ *Round Table on Responsible Soy Association* - RTRS (Mesa Redonda para a Produção de Soja Responsável) se caracterizou como uma das principais arenas de debate e formulação de regras para o sistema produtivo da *commodity* no âmbito transnacional. Na prática, apesar da RTRS afirmar ter elaborado o padrão de produção de soja responsável com a participação de produtores, indústria e sociedade civil, a participação das comunidades locais é questionada, bem como a sustentabilidade ambiental e social da cadeia da soja da Amazônia.

Por outro lado, as coalizões na sociedade civil estão mais fortes, escolhendo questões a serem enfrentadas em nome da busca de objetivos comuns, passando de uma dinâmica reativa para uma dinâmica propositiva, que aproxima as ONGs e os movimentos da mídia e que centra sua atuação na coleta, sistematização e disseminação de informações. No entanto, o contexto no qual se configuram as questões ambientais é marcado pelo conflito de interesses e uma polarização entre visões de mundo, as respostas precisam conter um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento. (JACOBI, 2000).

Esta pesquisa analisou a Cargill e o seu discurso empresarial para compreender como a empresa usa o termo sustentabilidade e estabelece as relações de governança para agir sobre o território, bem como os reflexos nas comunidades locais das ações da Cargill. Foram enfatizados quais atores se beneficiam do discurso da sustentabilidade, tema de grande relevância pela necessidade de compreender os diversos e divergentes interesses que agem na Amazônia e, a partir da estrutura de governança, foi possível demonstrar quais interesses prevalecem na construção das normas e instituições.

Trata-se, acima de tudo, de uma análise ontológica e epistemológica do uso de dois termos que se tornaram amplamente adotados nos últimos anos: sustentabilidade e governança. A amplitude dos usos interferiu na determinação do conceito, que muitas vezes se perde na multiplicidade de formas com as quais os termos se apresentam. Para além da existência de conceito diversos, o que deve ser analisado é o ato intencional de moldar conceitos para atender a necessidades específicas, desvirtuando os termos originais e científicos. Sustentabilidade e governança hoje são apresentadas como a

panacéia do mundo dos negócios, na tentativa de demonstrar formas de gestão que, muitas vezes, não se refletem na prática.

1.2 Problema de pesquisa

Como a construção do discurso empresarial da sustentabilidade e as relações de governança estabelecidas em torno da soja na região do Baixo Amazonas contribuí para a disseminação de narrativas e racionalidades diferentes da realidade e dos modos de vida locais?

1.3 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a construção do discurso empresarial da sustentabilidade e as relações de governança estabelecidas em torno da soja na região do Baixo Amazonas, identificando elementos simbólicos que contribuem para a disseminação de narrativas e racionalidades diferentes da realidade e dos modos de vida locais

Objetivos Específicos:

1. Analisar a transformação que a soja promoveu na região de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (PA), destacando a maneira como os atores se relacionam e formam as instituições, a governança e os resultados e consequências do avanço da soja para o território;
2. Analisar o conteúdo e discurso dos relatórios anuais da empresa Cargill, com o objetivo de compreender os principais assuntos abordados, a atuação da empresa na Amazônia e em relação ao ambiente no qual está inserida e como a organização define sustentabilidade;
3. Analisar o conteúdo e discurso da conta do Instagram da Cargill, observando as manifestações dos valores e ideologias adotados pela empresa, tendo em vista identificar os principais temas abordados, a atuação da empresa na Amazônia e os principais elementos que estão presentes no discurso empresarial;
4. Verificar a compatibilidade do discurso empresarial com a realidade local, observando até que pontos os instrumentos de publicidade das ações empresariais representam o que de fato ocorre no território.

1.4 Hipóteses

As hipóteses são asserções/conjecturas deduzidas da teoria e que irão ser submetidas a um rigoroso inquérito e referem-se a uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceita ou rejeitada somente depois de devidamente testada. O papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos (GIL, 1999; KERLINGER, 1980).

A hipótese central desta pesquisa (1) é que as empresas que atuam com a soja na região do Baixo Amazonas se apresentam como sustentáveis por meio de instrumentos de divulgação de suas ações para usufruir dos benefícios mercadológicos, advindos de um mercado global consumidor mais exigente e consciente. Para se firmar na chancela de empresas sustentáveis, estas corporações agem junto às comunidades locais desenvolvendo projetos em parcerias com algumas organizações não governamentais – ONGs que auxiliam a transmitir a ideia de que são empresas amigáveis com as comunidades.

Não obstante, esta pesquisa buscou compreender as vantagens e desvantagens para as comunidades e para as empresas que lá atuam. A tese também tem como hipóteses (2) que os projetos desenvolvidos pelas empresas na região atendem somente a uma pequena parcela de pessoas com ações sem grande relevância para o território, sendo estes projetos fundamentais para as organizações reforçarem o seu marketing como o de uma empresa sustentável. Além disso, a hipótese (3) afirma que as ações das organizações além de não gerarem resultados positivos, podem trazer danos ao meio ambiente e às comunidades, desrespeitando os modos de vida locais e impondo formas de racionalidades pautadas no capitalismo e lucro.

Dada a amplitude e a multiplicidade do conceito de sustentabilidade, esta pesquisa buscou compreender as diferentes percepções entre os atores envolvidos sobre as temáticas. A hipótese (4) é que cada ator envolvido entende o ser sustentável de uma maneira diferente e que esta divergência conceitual dificulta o estabelecimento de relações e conexões, bem como gera ruídos na estrutura de governança, dificultando que a estrutura seja de fato favorável a um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

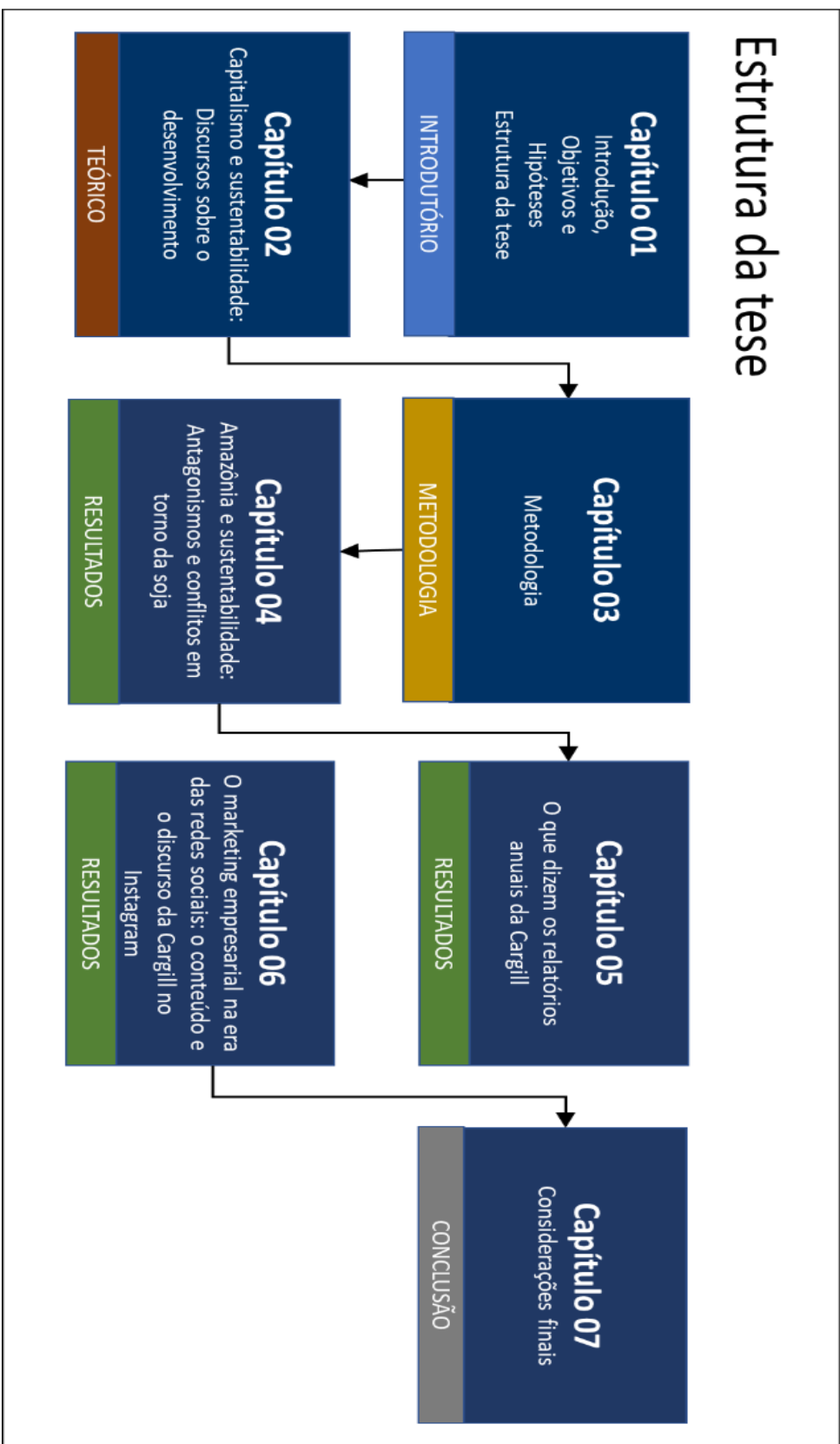
Quanto às formas que as empresas utilizam para dar publicidade as suas ações, a hipótese (5) argumenta que os relatórios anuais e as redes sociais apresentam-se como os principais instrumentos de divulgação. No entanto nem sempre estas ações publicizadas refletem a realidade. A hipótese (6) anuncia que muitas organizações utilizam os instrumentos de divulgação como estratégia de marketing, sem compromisso com o que,

de fato, ocorre no território. A falta de veracidade nas ações de sustentabilidade descritas nos relatórios e redes sociais podem colaborar para a empresa atingir seus objetivos individuais e para a disseminação de um discurso repleto de elementos e narrativas que pregam a invisibilização e captura dos modos de vida locais.

1.5 Estrutura da tese

A tese está organizada em sete capítulos, conforme demonstrado na figura 01 e descrito nos parágrafos abaixo:

Figura 01 - Estrutura da tese



Fonte: Elaboração da autora

No primeiro capítulo foram apresentados os aspectos introdutórios, bem como a temática que será abordada na pesquisa, os objetivos, o problema de pesquisa, as hipóteses e a estrutura da tese.

No segundo capítulo serão estabelecidas as bases teóricas da tese, inicialmente, no que se refere à contextualização do debate do surgimento do mercado autorregulável e a consagração do neoliberalismo. Assim, o capítulo 2 apresentará a compreensão das origens do livre mercado, da escassez dos recursos e apropriação da natureza que são fundamentais para demonstrar as origens do que se vivencia atualmente, com a crescente degradação da natureza, além da desigualdade social e miséria. Serão adotados autores como Polanyi (2000), Dardot e Laval (2016), entre outros.

Em seguida, ainda no segundo capítulo, serão apresentadas as vertentes teóricas do desenvolvimento em uma ideia de reapropriação da natureza e novo paradigma de produção, além dos diferentes discursos sobre a sustentabilidade e os danos do uso inapropriado do termo por empresas, visando benefícios de mercado. O conceito de território associado a poder e identidade também será abordado neste capítulo, que ao final apresentará governança e o uso do discurso como instrumento de poder e dominação. Serão utilizadas as abordagens de Barquero (2002), Leff (2001), Boff (2016), Banerjee (2006), Souza (1995), Castro (1998), Raffestin (1993), Hufty (2011), Rhodes (2016), Foucault (1996), Fairclough (2016), Dijk (2005), entre outros autores.

O capítulo 3 apresentará a metodologia utilizada na pesquisa. Nesta seção será explicada como se deu a construção dos arranjos metodológicos, detalhando os procedimentos adotados. Será descrito como foi realizado o levantamento bibliográfico, levantamento de campo, *Institutional Analysis and Development (IAD) framework*, análise do conteúdo e análise do discurso ao longo do estudo e como o arranjo metodológico contribuiu para o alcance dos objetivos da pesquisa.

A problemática da soja na Amazônia será detalhada ao leitor da tese no capítulo 4. Com o uso do *IAD framework*, elaborado com base no levantamento bibliográfico e de campo, as instituições e as relações de governança estabelecidas na região serão apresentadas, além dos resultados causados no território em função do avanço da soja.

O capítulo 5 analisará os relatórios anuais da Cargill com o objetivo de esclarecer os principais assuntos abordados nos documentos e quais ações são explicitadas para o público leitor. Será observada como se apresenta a atuação da empresa na Amazônia e em relação ao ambiente no qual está inserida e como a organização define

sustentabilidade, bem como os principais elementos discursivos adotados e seu alinhamento com a realidade local.

O capítulo 6 apresentará uma análise da rede social Instagram da Cargill internacional. Neste capítulo será demonstrada a visão geral da conta Instagram com foco nas ações de sustentabilidade apontadas e a descrição das categorias criadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Será relatado como a Amazônia se faz presente nas análises e demonstrada como se dá a interação com o público, além de explicitar as estratégias discursivas presentes na rede social.

O capítulo 7 trará a conclusão e às respostas as perguntas da pesquisa, bem como a validação, ou não das hipóteses levantadas. Serão apontados os desafios e possibilidades observados acerca da sustentabilidade da cadeia da soja no Baixo Amazonas.

CAPÍTULO 2. CAPITALISMO E SUSTENTABILIDADE: DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Este capítulo abordará as bases teóricas da tese. Trata-se das teorias basilares que dão sustentação às demais vertentes teóricas específicas. Envolve reflexões sobre o sistema capitalista, fazendo um resgate de suas origens históricas até o neoliberalismo. Trará também as principais abordagens sobre o desenvolvimento que desencadearam no discurso da sustentabilidade como elemento de poder. Por fim, abordará a noção de território, governança e discurso com o intuito de compreender como as relações de poder se materializam e se refletem no dia a dia das pessoas.

2.1. As raízes da sociedade de mercado e novas faces do sistema capitalista

A dinâmica do capitalismo traz consigo um conjunto de danos vinculados a propostas de desenvolvimento que apresentam contradições com relação à sua sustentabilidade. O agravamento de problemas ambientais, sociais e relacionados as mudanças climáticas levam a ciência a investigar os efeitos do consumo desenfreado e dos modos de produção industriais atualmente empregados sobre o planeta. Muitos estudos apontam que a sociedade caminha para uma situação de colapso, sendo urgente não só a reflexão sobre a mudança de estilos de vida, como também a construção de possíveis caminhos rumo à preservação dos recursos naturais e à manutenção da vida.

Para compreender as transformações ocorridas na sociedade é importante entender primeiro as raízes do sistema capitalista. Ao resgatar o histórico da formação da sociedade de mercado, Polanyi (2000) afirma que o comércio e as finanças internacionais precisavam de um sistema monetário dependente de uma situação de paz, já que em uma situação de guerras generalizadas ele não poderia funcionar. A organização da paz repousava sobre a organização econômica e, por volta de 1890, a sociedade encontrava-se no apogeu da *haute finance* (interesses de diferentes segmentos nacionais de capital financeiro focados no lucro e elo principal entre a organização política econômica do mundo) e a paz parecia segura.

No entanto, o colapso do padrão ouro internacional e a dissolução do sistema econômico mundial foram responsáveis pela tensão política que explodiu em 1914. Após a primeira guerra a política de Genebra pressionava pela restauração da economia mundial como segunda linha da defesa da paz, porém na década de 1930 elementos novos penetram no padrão da história ocidental, tais como abandono do padrão ouro pela Grã-Bretanha, planos quinquenais da Rússia, lançamento do *New Deal* e a revolução nacional socialista na Alemanha (POLANYI, 2000).

De acordo com Polanyi (2000), o colapso do sistema econômico internacional se dá com o crack da bolsa dos Estados Unidos em 1929. Ao mesmo tempo, em muitos países, o estado liberal foi substituído por ditaduras totalitárias e a instituição central do século, a produção baseada em mercados livres, foi substituída por novas formas de economia. Uma das principais teses de Polanyi (2000) é que as origens do cataclisma repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado autorregulável, que deriva do princípio do lucro.

O autor questiona que “moinho satânico foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?” (POLANYI, 2000, p.51) e trata da desarticulação da vida das pessoas comuns. Uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade onde deve haver mercado para cada um dos elementos da indústria. Trabalho, terra e dinheiro eram elementos essenciais da indústria, porém não eram mercadorias, já que nenhum deles era produzido para venda. No entanto, o trabalho como atividade humana acompanhado pela vida, a terra enquanto natureza e o dinheiro como símbolo do poder tornam-se mercadorias fictícias e passam a ser comprados e vendidos no mercado (POLANYI, 2000).

A invenção de maquinário e fábricas especializadas mudou a relação com a produção tornando-a mais complicada e exigindo a garantia de fornecimento de elementos fundamentais da indústria como o trabalho, terra e dinheiro e a solução foi torná-los disponíveis para a compra. O moinho satânico diz respeito a um progresso feito às custas da desarticulação social onde a história do séc. XIX baseia-se no duplo movimento da ampliação da organização de mercado e a ampliação e difusão deles por toda a parte do globo assumindo proporções inacreditáveis (POLANYI, 2000).

É bem verdade que a sociedade foi absorvida pelo mercado e suas normas. A propriedade privada, a relação mercantil monetária e a exploração do trabalho condicionaram a vida humana a normas e instituições fundada na manutenção de um sistema que, ao mesmo tempo, o aprisiona. A economia capitalista submersa nas relações sociais baseou-se na acumulação de riquezas, o que culminou na intensificação das desigualdades sociais.

Em se tratando das metamorfoses do capitalismo, o neoliberalismo surge modificando as estruturas do sistema e promovendo novamente transformações profundas na sociedade. Enquanto sistema normativo, o neoliberalismo amplia a sua influência no mundo, estendendo a lógica do capital para além das relações sociais, expandindo-se a todas as esferas da vida. Como produtor de maneiras de viver e

subjetividades, define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e nas demais sociedades que seguem o caminho da “modernidade”. Envolve um universo de competição generalizada, promove uma luta econômica e induz o indivíduo a comportar-se como uma empresa (DARDOT E LAVAL, 2016).

No livro “A nova razão do mundo”, Dardot e Laval (2016) defendem que o neoliberalismo é uma racionalidade e, como tal, estrutura não apenas as ações dos governantes, como também a conduta dos governados. Tem como principal característica a concorrência como norma de conduta e as empresas como modelo de subjetivação, baseia-se em um complexo sistema econômico e jurídico com normas inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais e nos estilos gerenciais. O Estado e as organizações econômicas mundiais, juntamente com os atores privados, criaram as regras favoráveis ao rápido crescimento das finanças de mercado.

O século XIX foi baseado em alguns dogmas do pensamento liberal, tais como o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio de mercado. A crise do liberalismo também é uma crise interna, fruto da tensão entre dois tipos diferentes: o liberalismo dos reformistas sociais que defendem ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual com fim absoluto (DARDOT E LAVAL, 2016).

Se é verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma resposta a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entrar essa orientação às políticas redistributiva, assistenciais, planificadora, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o fim do século XIX, uma orientação vista como degradação que conduzia diretamente ao coletivismo (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 71).

De acordo com Dardot e Laval (2016), os traços característicos da razão neoliberal fundam-se em quatro pontos: 1) intervenção ativa do Estado, ao contrário do pregam os economistas clássicos, e a instauração de um sistema de direito específico, neste sentido o discurso assume característica de um “projeto construtivista”; 2) Concorrência, entendida com relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção; 3) O Estado é submetido à norma de concorrência num ideal de “sociedade de direito privado” tendo que construir de acordo com as normas de mercado; 4) universalização da norma da concorrência, ultrapassando as fronteiras dos Estados e atingindo os indivíduos em sua relação consigo mesmos.

Aspectos como a diluição do direito público em benefícios do direito privado, promoção do cidadão-consumidor, depreciação simbólica da lei como ato próprio do

legislativo, entre outros, fazem parte de aspectos da racionalidade neoliberal que demonstram o esgotamento da democracia liberal como norma política. Cabe a sociedade permitir que um novo sentido do possível abra caminho, alinhando-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho e da produção “ilimitada” (DARDOT E LAVAL, 2016).

2.2. Caminhos (e descaminhos) do desenvolvimento: Origem, diversidade e contradições no discurso da Sustentabilidade

Na trajetória histórica do mundo, as crises do século XIX, como a quebra da Bolsa dos EUA, em 1929, e os período pós-guerra foram impulsionadores do debate sobre desenvolvimento que, enquanto campo interdisciplinar, foca nas alternativas e caminhos para a sociedade ideal, na tentativa de solucionar problemas futuros. O desenvolvimento envolve relações de poder no campo global e trabalha com valores normativos como pobreza, progresso e desigualdade, além de fundar-se na crença da possibilidade de moldar a sociedade, herança do pensamento iluminista. Traz consigo um forte viés histórico para entender os problemas do presente nas diferentes escalas global, nacional, regional ou local. Neste sentido, quatro vertentes teóricas destacam-se: a teoria de modernização, a teoria da dependência, o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento sustentável.

A Teoria da modernização inicia-se com o entendimento da sociedade tradicional, cuja estrutura se expande dentro de funções de produções limitadas para em seguida passar a um momento em que novas indústrias se expandem rapidamente e a evolução tecnológica transforma a estrutura econômica, social e política, que gera uma economia em forte ascensão e adquire a moderna eficiência de produção, tornando-se capaz de produzir “qualquer coisa” (ROSTOW, 1974).

O século XX traz o aumento do consumo, modificando as estruturas de trabalho e apresentando aumento da renda real e, conseqüentemente, do consumo das pessoas. Mediante processos políticos, o surto do Estado do bem-estar decide atribuir recursos também para a assistência social. Apesar disso, o sistema caminhou na busca da garantia de segurança econômica e do consumo em massa.

Já a Teoria da Dependência, vista a partir de uma análise sociológica do desenvolvimento, foca nas estruturas de dominação e formas de estratificação social causadas pelo subdesenvolvimento e a relação entre as sociedades periféricas e centrais. A situação do subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado

economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global (CARDOSO; FALETTTO, 2000).

A relação de dependência adquire assim uma conotação de controle do desenvolvimento de outras economias, tanto da produção de matérias-primas como da possível formação de outros centros econômicos. E se por um lado tem explicações exteriores à nação, por outra parte a relação interna entre as classes não lhe é alheia; ao contrário, a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência (CARDOSO; FALETTTO, 2000).

Em contraponto aos modelos clássicos sobre o desenvolvimento que focam principalmente nos aspectos exógenos, outras linhas de pensamento surgiram pautadas na valorização do conhecimento interno (endógeno). Neste sentido o desenvolvimento endógeno desponta a partir da sociedade local com base em fatores impulsionadores como inovação, organização da produção e dinâmica institucional, capazes de alavancar e transformar a economia.

O desenvolvimento endógeno foca numa mudança estrutural do sistema produtivo com o protagonismo dos elementos locais, onde os agentes tomam decisões que vão transformar o território e o desenvolvimento é fruto da utilização do potencial e do excedente gerado localmente. Neste sentido, o Estado é visto como impulsionador de política de desenvolvimento local que cumpre uma função relevante nos processos de ajustes produtivos, atuando como catalisador do efeito dos fatores determinantes do processo de acumulação de capital por meio de iniciativas locais. O desenvolvimento endógeno é pautado no “processo de crescimento e de mudança estrutural no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança” (BARQUERO, 2002, p. 49).

Os danos provocados pelo capitalismo sobre o meio ambiente e a preocupação com a sobrevivência em escala mundial fez com que novas vertentes sobre o desenvolvimento englobassem aspectos ligados ao futuro da humanidade em uma espécie de crítica à sociedade do consumo desenfreado, capaz de gerar o esgotamento dos recursos naturais. A noção de sustentabilidade ganha foco e espaço em debates internacionais, como forma de mitigar os danos iminentes.

Quanto às ideias de desenvolvimento sustentável, é correto afirmar que se baseiam em uma visão de futuro e valores sobre a qual as civilizações contemporâneas deveriam alicerçar suas esperanças. O ideal de desenvolvimento sustentável (DS) emerge em uma

época em que as atividades humanas adquiriram imenso poder transformador do ecossistema. Parte da visualização do planeta como sistema único passível de ser domado pela espécie humana, desde que ela se entenda sobre a melhor maneira de cooperar e consiga adotar as melhores práticas. Trata-se de difundir a concepção de conhecimento como processo histórico de expansão de capacidades, direitos e liberdades humanas (VEIGA, 2017).

A sustentabilidade e a questão ambiental tomam novas conotações a partir da crise ambiental que assumiu contornos mais graves com a percepção da responsabilidade antrópica do aquecimento global e a dinâmica de ascensão de um contingente humano mais significativo no mercado de consumo e as propostas do desenvolvimento sustentável, sobretudo da descarbonização e desmaterialização da economia (NASCIMENTO, 2012).

A sustentabilidade toma novas formas a partir da noção de globalização. A necessidade de reorientar o processo civilizatório da humanidade e a crise ambiental levam ao questionamento da racionalidade do crescimento econômico e, conseqüentemente, apresentam a sustentabilidade como o caminho para a reconstrução da ordem mundial, pautada na sobrevivência humana e de seus sistemas ambientais e sociais. A desconstrução do paradigma econômico da modernidade e a construção de futuros possíveis pautam estratégias postuladas na necessidade de novos modos de produção e estilos de vida (LEFF, 2001).

O discurso da sustentabilidade pauta-se na luta pelo crescimento sustentado e envolve aspectos ecológicos, sociais, de equidade, justiça e democracia, respeitando os limites da natureza, a diversidade étnica e a autoconfiança das populações para a gestão participativa dos recursos. Envolve reconstruir as bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo e, também, a busca de questionamentos sobre um sentido de vida. A sustentabilidade aponta para o futuro e um compromisso com as novas gerações e surge da diversidade no limite de um mundo que busca a unidade de uma racionalidade da globalização. É, portanto, um projeto emancipatório da diversidade biológica e cultural (LEFF, 2001).

No entanto, o discurso passou a ser popularizado e difundido na linguagem comum de tal forma que a multiplicidade de significados passou a não definir um sentido teórico e prático capaz de promover a unificação. Os interesses opostos se manifestaram nas dificuldades de conseguir acordos internacionais sobre os instrumentos jurídicos para orientar a passagem para a sustentabilidade. Vale destacar que, por trás de muitos acordos,

o que está em jogo são as estratégias e direitos de apropriação da natureza e diante da crise ambiental a racionalidade resiste a mudança e vai tentando moldar o discurso em uma estratégia de simulação e perversão do pensamento ambiental. Nota-se a redução da natureza a valorização no mercado como capital natural e a destruição das identidades culturais para assimilá-las a uma lógica de apropriação dos bens naturais como meio de produção e fontes de riquezas (LEFF, 2001).

O modo de produção industrial e consumista fez da economia o principal eixo articulador e construtor das sociedades. A política foi esvaziada e subjugada aos interesses econômicos e à ética flexibilizada. A estratégia dos grandes poderosos do sistema capitalista envolve salvar o sistema financeiro, não a civilização e garantir a vitalidade da terra (BOFF, 2016). De acordo com o autor:

A utilização política da expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz (BOFF, 2016, p. 49).

Ao tratar das contradições do modelo de desenvolvimento sustentável, Fernandes (2002) explica que os múltiplos debates sobre a crise ambiental funcionam para dar sentido a estruturas de poder e interesses. A construção do debate sobre os problemas ambientais envolve a disputa pelo controle de recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta. Na verdade, a sustentabilidade deve ser vista como a formulação de um novo projeto societário que deve focar na efetividade do desenvolvimento local e a questão do controle sobre o consumo (FERNANDES, 2002).

A acomodação teórica de diferentes vertentes deu ao DS o caráter de campo de disputa ideológica onde as relações de poder moldam variados caminhos e estratégias. Ocorre que o direito a modos de vida distintos daqueles impostos pelo sistema capitalista pautado pelo consumo nem sempre é tratado ou abordado por alguns caminhos apresentados. Existem organizações que se apropriam do termo DS para justificar e obter seus próprios interesses, pautando suas ações na omissão de informações sobre os reais impactos das atividades de uma empresa no meio ambiente e em um discurso deturpado do termo sustentabilidade.

Ao indagar quem sustenta o desenvolvimento de quem, Banerjee (2006) explana sobre os altos preços do progresso com os impactos sobre a natureza e as populações humanas. O autor defende que, ao invés de representar uma quebra de um paradigma teórico, o discurso do desenvolvimento sustentável é incluído no paradigma economicista

dominante, especialmente pelo fato de basear em um sistema único de conhecimento, sem aceitar a pluralidade. A teoria e a prática da economia política capitalista com relação as questões ambientais e sociais têm se tornado hegemônica. A noção de desenvolvimento possui a capacidade de sintetizar e direcionar populações inteiras e países num sistema unitário que coloniza e domina as ecologias humanas e naturais (BANERJEE, 2006).

Apesar da tentativa de conciliar interesses opostos, a sustentabilidade e o desenvolvimento são baseados em pressupostos diferentes e por vezes incompatíveis, logo “as preocupações ambientais articuladas no discurso de DS são preocupações na medida em que ameacem a sustentabilidade do sistema econômico (BANERJEE, 2006, p. 91)”. Em se tratando das organizações, é necessária uma abordagem mais crítica em que novas questões sobre a sustentabilidade ecológica e social sejam levantadas e levem ao questionamento do papel das empresas na sociedade. Todavia, mudanças fundamentais nas organizações só podem ocorrer se houverem também mudanças na economia política (BANERJEE, 2006).

2.3 Território: poder e identidade

O termo território adquiriu, ao longo dos anos, um caráter de polissemia, repleto de sentidos e abordagens, por vezes diferentes entre si. Os mais diversos ramos do conhecimento como a geografia, a economia e as ciências sociais, entre outros, se debruçaram no esforço de discutir o que é um território, focados na importância de compreender para além do espaço físico, mas a partir da compreensão do homem e da natureza e suas inter-relações.

Para definir desterritorialização, um conceito ainda além, Haesbaert (2004) apresenta as diferentes perspectivas de território, detalhando o significado de acordo com as áreas do conhecimento. O autor destaca ser fundamental para os geógrafos a materialidade do território em suas múltiplas dimensões, já para a ciência política a construção do território se dá a partir de relações de poder (na maioria das vezes ligada a concepção de Estado), para a economia destaca o fator locacional e a base de produção, enquanto força produtiva e na dimensão espacial das relações econômicas. Dando prosseguimento, o autor afirma que na antropologia o termo privilegia a dimensão simbólica, especialmente das sociedades ditas tradicionais e na sociologia o conjunto de relações sociais. Por fim, a psicologia foca na construção de subjetividades ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004).

Desta forma, Haesbaert (2004) divide suas considerações sobre o conceito de território em quatro vertentes básicas, são elas política, cultural, econômica e naturalista.

Mesmo demonstrando a variedade de significados do termo e afirmando que a resposta aos diferentes referenciais de território irá depender da posição filosófica do pesquisador, o autor situa a desterritorialização (tema central do livro) na dimensão política e a apresenta como uma das características centrais do capital e da modernidade. A abordagem política é vista como importante e fundamental, já que apresenta o território e os fundamentos materiais do Estado e suas relações de poder (controle de pessoas e recursos) que envolve o domínio de um grupo humano sobre outro e o controle político.

Ao tratar sobre o tema, Souza (1995) afirma que território “é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 1995, p. 78). O autor destaca o papel político do espaço e questiona sobre o domínio e influência de uns atores sobre os outros. Logo, o território é o espaço concreto em si que é apropriado e ocupado por um grupo social onde gera raízes e identidade. Também é um campo de forças onde se constitui uma teia de rede de relações sociais. Vale destacar que no sentido de poder, a autonomia tem caráter fundamental para uma reconceituação do desenvolvimento (SOUZA, 1995).

Uma sociedade autônoma é aquela que defende e faz a gestão livre de seu território, dinamizador de sua identidade cultura e de seus recursos e fundamental para a manutenção de um modo de vida. Nesse contexto a participação na tomada de decisões e no estabelecimento de leis ajuda a construir uma autonomia que é a base do desenvolvimento e a transformação na direção de uma justiça social cada vez maior (SOUZA, 1995).

Ainda sobre o conceito de território, Castro (1998, p. 5) o define como “o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”. A autora destaca confrontos de interesses em torno da apropriação do território e a necessidade de valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais para os quais a relação com a natureza e a floresta está presente no seu modo de vida e para os quais o território é fundamental para a reprodução de suas existências e manutenção de suas identidades (CASTRO, 1998).

O que se coloca é a necessidade de proteger as populações locais e, ao mesmo tempo, defender a natureza, a diversidade biológica e as culturas e saberes herdados como patrimônio acumulado por gerações. Apesar disso, ainda assim por diversas vezes estas populações são vítimas de preconceitos e estranhamento em um campo de luta que

envolve o direito à terra, a proteção da natureza e a manutenção do ser e existir enquanto camponês (CASTRO, 1998).

O destaque nas relações de poder e dominação é evidenciado na obra de Raffestin (1993). O autor aponta a confusão entre o Estado e poder e afirma que o poder está em todo lugar, não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. A possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada e o espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação. O território se forma a partir do espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente e assim os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin (1993) o território se dá a partir das vivências das pessoas o que se expressa nas relações simbólicas da complexa rede de relações e ações de indivíduos heterogêneos, resultado de uma produção de espaço baseada em relações de trabalho, de comunicação, de emoções. O poder se manifesta em relações interpessoais e inclui diferentes dimensões e interesses, sejam eles econômicos, políticos, sociais, religiosos e culturais que no conjunto formam arranjos multidisciplinares (SILVA, 2009).

E é com base na noção de território vinculado a poder e dominação que surgem vários debates e vertentes que buscam analisar como os efeitos do capitalismo se distribuem nos espaços e atingem de formas diferentes as populações. Neste sentido, Acselrad (2004) aborda o termo justiça ambiental, originado nos Estados Unidos da América na década de sessenta a partir da constatação que os cidadãos pobres, negros e de etnias estão muito mais expostos aos riscos ambientais. É um movimento pautada na unificação dos direitos civis

De acordo com Acselrad (2004, p.10) “passou a se entender por justiça ambiental o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo”. Logo, o termo injustiça ambiental vai significar exatamente o contrário, ou seja:

Condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais trabalhadores, população de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD, 2004, p.10).

As discussões sobre justiça ambiental envolvem acima de tudo a questão do poder, pois estão inseridas em uma lógica onde, para atingir lucros exorbitantes, grandes empresas impõem riscos ambientais a determinados grupos que, embora majoritários, por serem pobres têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade. Assim sendo, não é possível separar problemas ambientais da forma desigual de distribuição do poder e destacar que a omissão de políticas públicas favorece a ação do mercado (ACSELRAD, 2004).

Neste sentido é importante destacar a relação entre território e desenvolvimento. Na trajetória histórica do mundo, as crises do XIX como a quebra da Bolsa dos EUA em 1929 e os período pós-guerra foram impulsionadores do debate sobre desenvolvimento que, enquanto campo interdisciplinar, foca nas alternativas e caminhos para a sociedade ideal, na tentativa de solucionar problemas futuros. O desenvolvimento envolve relações de poder no campo global e trabalha com valores normativos como pobreza, progresso e desigualdade, além de fundar-se na crença da possibilidade de moldar a sociedade, herança do pensamento iluminista. Traz consigo um forte viés histórico para entender os problemas do presente nas diferentes escalas global, nacional, regional ou local.

Diversas correntes teóricas exploraram o tema desenvolvimento sob diferentes pontos de vistas, tais como a teoria de modernização, a teoria da dependência, mas é no desenvolvimento endógeno que vem à tona questões como a participação e a capacidade de viabilização dos atores de ações e movimentos sob uma perspectiva de um processo de mudança estrutural de uma sociedade organizada territorialmente com maior nível de integração social.

O desenvolvimento endógeno é pautado no “processo de crescimento e de mudança estrutural no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança” (BARQUERO, 2002, p. 49). A ideia de território passa a ser resultado da história ao longo do qual foi configurado o entorno institucional, econômico e organizacional. Neste contexto, os agentes tomam decisões que vão transformando o território.

No que se refere ao Estado e ao Desenvolvimento Endógeno, o desenvolvimento como consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e, em alguns casos, pela incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos é baseado em fatores determinantes dos processos de acumulação de capital. São eles: criação e difusão de inovações no sistema produtivo, organização flexível na produção, a

geração de economias de aglomeração e de economias de diversidades nas cidades e o fortalecimento das instituições. Neste contexto em que os atores locais e regionais passam a empreender ações objetivando influenciar os processos de crescimento das economias locais como respostas aos desafios enfrentados foram necessários ajustes no sistema produtivo por meio de diferentes mecanismos que envolvem também a atuação do Estado (BARQUERO, 2002).

A perspectiva territorial e endógena coloca os atores sociais locais como os protagonistas do desenvolvimento e pressupõe a construção de identidades próprias, além do fortalecimento da sociedade civil por meio de associações horizontais. Em termos políticos, a abordagem territorial torna-se uma nova referência para a ação do Estado e a regulação das políticas públicas e, nesta perspectiva, supõe a ampliação de oportunidades de escolhas por parte dos atores (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013).

2.4 Estrutura de governança e cadeias globais na Amazônia

A expressão governança ganha força nas reflexões do Banco Mundial, que culminou na publicação do documento *Governance and Development* em 1992, em que afirmava ser a governança o exercício de autoridade, controle, administração, e poder de governo e a maneira como este poder é exercido visando o desenvolvimento (GONÇALVES, 2005). O documento *Governance and Development* demonstrava, com base em experiências do Banco Mundial com os programas e projetos que ajudou a financiar, que estes podem ser tecnicamente bons, mas podem não apresentar resultados previstos por razões ligadas à qualidade da ação do governo. Mencionando aspectos da má qualidade da ação governamental destacou um sistema de controle fraco, políticas orçamentárias que não podem ser implantadas ou monitoradas, corrupção e incapacidade de envolver os beneficiários (BANCO MUNDIAL, 1992).

Surge então o termo boa governança, que envolve construir incentivos e desenvolver capacidades visando à criação e manutenção de um ambiente propício que favoreça o desenvolvimento. Engloba, além da capacidade de gestão do setor público, o incentivo à formação de regras e instituições que forneçam um quadro previsível e transparente para a realização da gestão pública e privada garantindo a prestação de contas e um quadro jurídico favorável ao desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1992).

No entanto, o termo governança, especialmente em uma análise global, tem significados mais profundos, como destaca Rosenau (2000), ao afirmar ser governança um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do seu universo), sendo um fenômeno mais amplo que governo,

que podem funcionar mesmo em face de ampla oposição à sua política. Os sistemas de governança funcionam em nível global e podem basear-se em crenças, hábitos e instituições profundamente enraizados, embora permaneçam sempre susceptíveis a mudanças e que podem oferecer base para a cooperação e vantagens coletivas na política mundial (ROSENAU, 2000).

Ao tratar da perspectiva interativa de governança, Kooiman et al. (2008) afirmam que as sociedades são constituídas por grandes números de atores, que são restritos ou habilitados em suas ações por estruturas de governança. A estrutura refere-se aos quadros onde esses atores operam, que limitam ou ampliam seus potenciais de ação e que eles devem levar em conta. Esses quadros incluem cultura, lei, acordos, material e possibilidades técnicas. De acordo com o raciocínio sociológico, os atores estão continuamente fazendo mudanças nessas estruturas e, ao mesmo tempo, sujeito à sua influência.

As normas que surgem e regulam comportamentos, são construídas baseadas em valores ou crenças e estão diretamente ligadas às instituições sociais, definidas como sistema recorrente que sanciona as ações dos indivíduos e grupos. A situação de pluralismo normativo pode constituir uma fonte de conflito, sendo um objetivo central dos atores envolvidos um processo de afirmação das normas que estão em jogo. Assim as normas são vistas como elementos essenciais em si mesmas, pois são as principais fontes de competição e jogos de poder entre os atores (HUFTY, 2011).

A construção das instituições está intimamente ligada aos processos históricos. As diferentes fases históricas, dotadas de ontologias específicas, não estão isoladas uma das outras como construções mutuamente incompreensíveis. As contradições e os conflitos que surgem dentro de qualquer estrutura estabelecida criam oportunidades para que elas se transformem em novas estruturas. Essa é a capacidade do pensamento que torna inteligível o processo histórico (COX, 2000).

As instituições são os modos como as práticas sociais, desenvolvidas em reação a problemas particulares que confrontam uma sociedade, se transformam em rotinas compostas por conjuntos específicos de regras. Apoiam-se em entidades mais amplas denominadas “estruturas”, que são os contextos mais amplos dentro do qual as instituições estão localizadas. As estruturas são construídas socialmente, isto é, tornam-se parte do mundo em virtude de sua existência na intersubjetividade dos grupos relevantes (COX, 2000).

A estrutura de governança refere-se à forma que a governança adquire a partir dos elementos que a compõem, resultados de trajetória histórica, de sua interação com o meio e as instituições e sua adequação a realidade local. Governança não é qualquer conjunto de características, é a história que as pessoas usam para construir, transmitir e explicar tradições, dilemas, crenças e práticas. Logo é encontrada em muitas e novas formas (RHODES, 2016).

Na relação entre os Estados na esfera global, o conceito de soberania remete ao conjunto de poderes ou de competências que um Estado possui interna e externamente, também pode ser entendida como supremacia, ou seja, o poder supremo que possui dentro de suas fronteiras. No entanto, o que motiva os Estados a intensificar os processos de cooperação é a defesa de interesses particulares e a necessidade de evitar novos conflitos, além da busca por maior eficiência nas ações. Por tratar-se de um ato que depende do consentimento do próprio Estado, quando esse abre mão de sua competência, ou limita de alguma forma a sua liberdade, ele estaria na verdade exercendo a sua própria soberania. Ao serem senhores de suas próprias competências, os Estados manteriam em teoria o poder de voltar atrás e recuperar a liberdade perdida (MATIAS, 2005).

A substituição paulatina da independência pela interdependência como princípio organizador da sociedade internacional produz profundas alterações sobre a noção de soberania. A soberania hoje já poderia ser encarada como um poder dividido entre as diversas instituições da sociedade global, sendo a autonomia estatal limitada pela própria natureza dessa pluralidade de fontes de poder. A governança global não se limita à ação exclusiva dos Estados, mas engloba também a atividade das instituições interestatais, mecanismos informais e não-governamentais. Ela surge muitas vezes de cima para baixo, como uma necessidade resultante da interação contínua entre os diversos atores da sociedade global (MATIAS, 2005).

Ao tratar da geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI, Amin (2015) afirma que as diferentes regiões que detêm grande parte dos recursos naturais estratégicos, para as atividades econômicas e produtivas do século XXI, serão os centros determinantes da mobilização de alternativas políticas e estratégias internacionais dirigidas a assumir o controle das reservas de recursos estratégicos. A biodiversidade, os recursos minerais e as grandes reservas de água doce da Amazônia têm exercido, historicamente, enorme interesse de apropriação por parte de vários países e instituições internacionais.

Na Amazônia, a busca frenética mundial por *commodities* e fontes de energia está gerando uma rápida expansão no uso de terras agrícolas para a produção de grãos e biocombustíveis, na construção de grandes barragens hidrelétricas e nas atividades de mineração espalhados por toda a bacia Amazônica, transformando a região em uma nova fronteira global. Impulsionado pela expansão do capitalismo em todo o mundo, o planejamento e construção de grandes infraestruturas e recursos naturais de extração em busca de recursos têm gerado impactos sociais e ambientais, com graves consequências para os povos indígenas e comunidades locais que dependem da floresta para sua sobrevivência (LITTLE, 2013).

De acordo com Becker (2005), a geopolítica, entendida como o campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico, sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, essa geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras.

A Amazônia é um exemplo vivo da nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Atualmente o imperativo é modificar o padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É imperativo o uso não predatório das riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento (BECKER, 2005).

2.5 Discurso e poder

Em seu livro publicado originalmente no início dos anos 1940, Polanyi (2000) já enfatizava que o capitalismo traria um progresso às custas da desarticulação social, ou seja, a desarticulação da vida das pessoas comuns. Porém, anos depois com o surgimento do neoliberalismo enquanto racionalidade o que se viu foram novas transformações mais profundas estendendo a lógica do capital para além das relações sociais e ampliando-se

as esferas da vida, produzindo modos de viver e subjetividades (POLANYI, 2000; DARDOT E LAVAL, 2016).

O modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista e a lógica de mercantilização da natureza trouxe consigo uma série de danos que culminaram na reflexão urgente sobre o futuro do planeta em que questões como aquecimento global e mudanças climáticas ocuparam, cada vez mais, espaços nos debates. Ocorre que interesses de agentes econômicos agora em níveis globais pressionam para a ampliação do mercado de terras e aumento na produção de *commodities* em áreas como a Amazônia, impulsionando o avanço do desmatamento nos últimos anos alinhados a uma reduzida atuação do Estado no controle ambiental (CASTRO e CASTRO, 2022).

O sistema produtor de desigualdades sociais e de exclusão de populações contraria a diversidade de maneiras de viver. Neste sentido, processos democráticos e de participação surgem como espaços capazes de propor novas alternativas:

Trata-se de resistências epistemológicas que conformam um campo político cuja natureza coletiva se inscreve entre os grandes temas da ecologia política. Há de fato um aumento extremo da conflitualidade socioambiental, e mais recentemente em todas as regiões amazônicas dos vários países, com agentes globais, capital e poder, alinhados à privatização e que tem produzido, de forma ampliada, deslocamentos de pessoas, de projetos, de culturas e de saberes, para fora de seus lugares. A resistência é parte dos processos de autodeterminação no sentido de apontar para um modelo descolonizado, soberano, de inclusão e tolerância, conforme pensa a ecologia política e os estudos pós-coloniais, no entanto na contramão das dinâmicas e das formas de pensar o mundo, que permanecem dominantes (CASTRO e CASTRO, 2022, p. 33).

Nota-se uma evidente relação de poder e interesses entre diferentes grupos e esferas da sociedade que se materializam em campos diversos, sejam eles da ação econômica, política e social. A disputa de poder no mundo globalizado se dá numa dinâmica mundial, onde a arena local sofre a consequência de decisões tomadas muitas vezes a quilômetros de distância. Neste contexto, as tecnologias comunicacionais se tornam grandes artifícios para impor formas de pensar e maneiras de agir.

A Amazônia se encontra no meio de conexões globais, de grupos, corporações e sistemas de poder operados com eficácia em função das novas tecnologias de comunicação que alteram profundamente as logísticas e o controle do próprio mercado mundial sobre territórios-espaços-colonizados (CASTRO e CASTRO, 2022, p.12)

Comunicação e discurso representam poder. No clássico “A Ordem do Discurso”, Foucault (1996) alerta sobre os poderes e perigos das pessoas falarem e de seus discursos proliferarem. O autor afirma que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída e o poder e o perigo reside na capacidade do seu domínio de

acontecimentos aleatórios. De fato, embutido de significados, o que é produzido e o que é absorvido nos discursos reproduz forma de controle e relação de poder entre grupos sociais, descartando a noção de neutralidade.

Ao analisar a obra de Foucault, Norman Fairclough (2016) coloca o discurso e a linguagem no centro das práticas e dos processos sociais e afirma que as relações de poder nas sociedades modernas estão vinculadas ao controle das populações.

O poder não funciona negativamente pela dominação forjada dos que lhe são sujeitos; ele os incorpora e é produtivo, no sentido de que os molda e reinstrumentaliza, para ajustá-los a suas necessidades. O poder moderno não foi imposto de cima por agentes coletivos específicos (por exemplo, classes) sobre grupos ou indivíduos; ele se desenvolveu debaixo em certas microtécnicas (tal como o exame em seu sentido médico ou educacional) (FAIRCLOUGH, 2016, p. 75).

Foucault (1996) abordou o controle do discurso e as relações de dominações, como procedimentos de exclusão. O autor aprofundou em suas obras a interdição e, com relação ao discurso, enfatizava que na sociedade não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância e o discurso “verdadeiro” torna-se aquele pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido. Dentre os sistemas de exclusão, destaca-se o que Foucault (1996) chamou de “vontade de verdade” que se apoia sobre um suporte institucional que reforça um conjunto de práticas e a forma como o saber é aplicado, distribuído e atribuído na sociedade. A vontade de verdade, apoiada em um suporte e uma distribuição institucional, exerce pressão sobre os outros discursos, como que um poder de coerção.

Observando a noção de verdade sob o prisma de exercício do poder, Hordecte (2020) verifica que a problemática gira em torno da “utilização da vontade de verdade por instituições sociais que, fortalecendo a ideia de busca por verdades imutáveis que regem a sociedade, acabam por dominar o humano tanto em sua forma de agir quanto em sua forma de pensar” (HORDECTE, 2020, p. 122). Ainda de acordo com o autor, a vontade de verdade também representa uma vontade de exclusão, já que marginaliza da sociedade aqueles que não são direcionados pela vontade de verdade instituída como única forma possível. Assim, a vontade de verdade atua como máscara da própria verdade, esta que permitiria ao sujeito um dizer-verdadeiro e, portanto, sua subjetivação (HORDECTE, 2020).

Também considerado por Foucault (1996) como princípio de rarefação de um discurso, o autor, entendido para além do indivíduo falante, é a unidade e origem das significações do discurso, “é aquele que dá a inquietante linguagem da ficção suas

unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real (FOUCAULT 1996, p. 28)”. Sobre o tema, no texto “O que é um autor?” Foucault (2009) esclarece que a função-autor é característica do modo de existência e funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade e está ligada ao sistema jurídico e institucional que determina e articula o universo dos discursos:

Um nome de um autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que poder ser substituído por um pronome, etc.): ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória: tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los deles excluir alguns, opô-los a outros (...) enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso (FOUCAULT, 2009, p. 273).

Ainda sobre o universo dos discursos, Fairclough (2016) traz uma grande contribuição ao escrever a teoria social do discurso, que aborda a mudança social e cultural e propõe o uso do termo como prática social, não como atividade individual ou reflexo de variáveis situacionais. Tal abordagem apresenta o discurso como: a) modo de ação, forma de as pessoas agirem sobre o mundo e sobre as outras pessoas; b) moldado e restringido pela estrutura social, ou seja, socialmente constitutivo; c) o discurso é uma prática de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas e orientadas para elas (FAIRCLOUGH, 2016, p. 93).

Sobre práticas discursivas, Fairclough (2016) explica que os processos de produção, distribuição e consumo textual e a natureza desses processos variam de acordo com fatores sociais. Os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos e são consumidos em contextos sociais diversos. No entanto, os processos de produção e interpretação são restringidos: a) pelos recursos disponíveis dos membros, estruturas sociais interiorizadas, normas e convenções e b) pela natureza da prática social da qual fazem parte. Com relação a discurso ideologia e poder, Fairclough (2016) esclarece que as ideologias são significações/ construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas /sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção e transformação das relações de dominação.

Ao tratar sobre contexto e cognição, Dijk (2012) afirma que o discurso está profundamente imerso na vida social e política e os contextos são frutos de construtos dos participantes, socialmente fundamentados, entendidos como algum tipo de modelo mental. Logo, não é a situação social que influencia o discurso, mas a maneira como os

participantes definem essa situação (DIJK, 2012). O autor define modelos mentais a partir de teorias formais do sentido e interpretação e explica que os modelos mentais são um ponto de partida para a produção do discurso.

Neste sentido, uma sequência de sentenças de um texto é coerente se os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais estão falando ou ouvindo, e se forem capazes de relacionar entre si os eventos ou fatos que estão nesses modelos, por exemplo por meio de relações de temporalidade ou causalidade (DIJK, 2012, p. 90).

Conforme Oliveira (2018), a relação entre discursos e estruturas sociais constrói significados e reforça estruturas ideológicas, portanto a busca pela interpretação dessa complexidade torna visíveis as relações de poder. Ao tratar sobre os níveis de discurso e poder presentes na obra de Van Dijk, Oliveira (2018) aponta a relação de níveis de discurso e tipos de poder e afirma que as dimensões de poder são qualificadas de acordo com os níveis em que podem ser identificadas (OLIVEIRA, 2018).

Um aspecto fundamental é compreender o poder como instrumento de controle e dominação, sobre o tema, Dijk (2005) resume poder social em termos de controle, “assim os grupos têm (mais ou menos) poder se forem capazes de controlar os atos e as mentes dos membros de outros grupos” (DIJK, 2005, p. 22) e o próprio acesso a formas de discurso é considerado também uma relação de poder.

O conhecimento, as atitudes e a ideologia têm destaque na representação social dos modelos mentais. Dijk (2005) distingue os diferentes tipos de conhecimento, tal como o científico, cultural e define atitude como opiniões socialmente partilhadas. Por outro lado, para o autor a ideologia contém os princípios básicos que organizam as atitudes. De acordo com Dijk (2005)

Defino as ideologias como sendo as representações sociais básicas de grupos sociais. Constituem a base do conhecimento e das atitudes dos grupos como socialistas, neoliberais, ecologistas, feministas e também antifeministas. Provavelmente tem uma estrutura esquemática que representa a autoimagem de cada grupo, contendo categorias de pertença, objetivos, atividades, normas e recursos (DIJK, 2005, p. 54).

Para Dijk (2005) discurso, interação e estruturas sociais são as características típicas da Análise Crítica do Discurso- ACD. As relações relevantes manifestam-se em dois sentidos: nos sociais (grupo e instituições) e das relações globais (poder e atores globais) e nessa lógica a estrutura do discurso pode ser interpretada como ações desses atores (sociais, políticos e globais). O autor destaca o foco da ACD na análise da desigualdade social, com enfoque no modo como o discurso está envolvido na reprodução de dominância (DIJK, 2005).

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza aplicada, com objetivos explicativos, transversal quanto a sua abrangência de tempo, com abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de campo, IAD *framework*, análise de conteúdo e análise do discurso

É uma pesquisa aplicada por objetivar a geração de conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, além de envolver verdades e interesses locais. A investigação pura e aplicada estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade (SILVA, MENEZES, 2000; MARCONI, LAKATOS, 2010).

Quanto ao nível, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois buscou identificar os fatores que determinam para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão e o porquê das coisas. Sua relevância está no grau de maturidade e detalhamento com que esse tipo de pesquisa procura responder à questão problema (RAUPP & BEUREN, 2003; GIL, 1999).

Do ponto de vista da forma de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa por considerar a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados como básicas no processo. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA e MENEZES, 2000).

Ao tratar do campo da prática científica, na busca de assegurar a cientificidade das práticas, Bruyne; Herman; Schoutheete, (1977) apontam a distinção de quatro polos metodológicos: teórico, epistemológico, morfológico e técnico. Este modelo metodológico quadripolar auxilia a estruturar a tese, especialmente em pesquisas no âmbito qualitativo.

O polo teórico guia a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. Propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. É o lugar de elaboração das linguagens científicas, determina o movimento da conceptualização (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

Esta tese utilizou cinco vertentes teóricas como base para a compreensão das dinâmicas locais, conforme demonstrado na seção anterior. A primeira abordou as raízes da sociedade de mercado e novas faces do sistema capitalista, trazendo reflexões sobre o

mercado autorregulável e a dinâmica do neoliberalismo. A segunda vertente teórica tratou sobre os discursos de desenvolvimento e sustentabilidade como campo interdisciplinar que se propõe a estabelecer alternativas e caminhos para a sociedade e que se confronta com o dilema do crescimento econômico e do respeito aos modos de vida. O conceito de sustentabilidade é determinante para entender as distorções teóricas que o termo sofreu a partir da sua popularização. Autor de grande destaque na área, Leff (2001) afirma que o discurso e as políticas da sustentabilidade estão abrindo um campo heterogêneo de perspectivas alternativas, marcadas pelo conflito de interesses em torno da apropriação da natureza. Neste processo a noção de sustentabilidade vem sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum.

A terceira vertente referiu-se à governança, em que arranjos institucionais refletem um sistema de ordenação capaz de estabelecer normas, regras. A estrutura de governança formada e os elementos que a compõem podem contribuir (ou não) para uma sociedade mais justa. Em se tratando de território, a quarta vertente, envolve a compreensão deste como espaço delimitado a partir das relações de poder e dominação, em que o acesso ao uso e controle sobre os recursos gera confronto de interesses. Por fim, a última vertente teórica envolveu o discurso, também fundada nas relações de poder e interesses, onde o discurso é controlado, organizado e distribuído e encontra-se imerso na vida social e política.

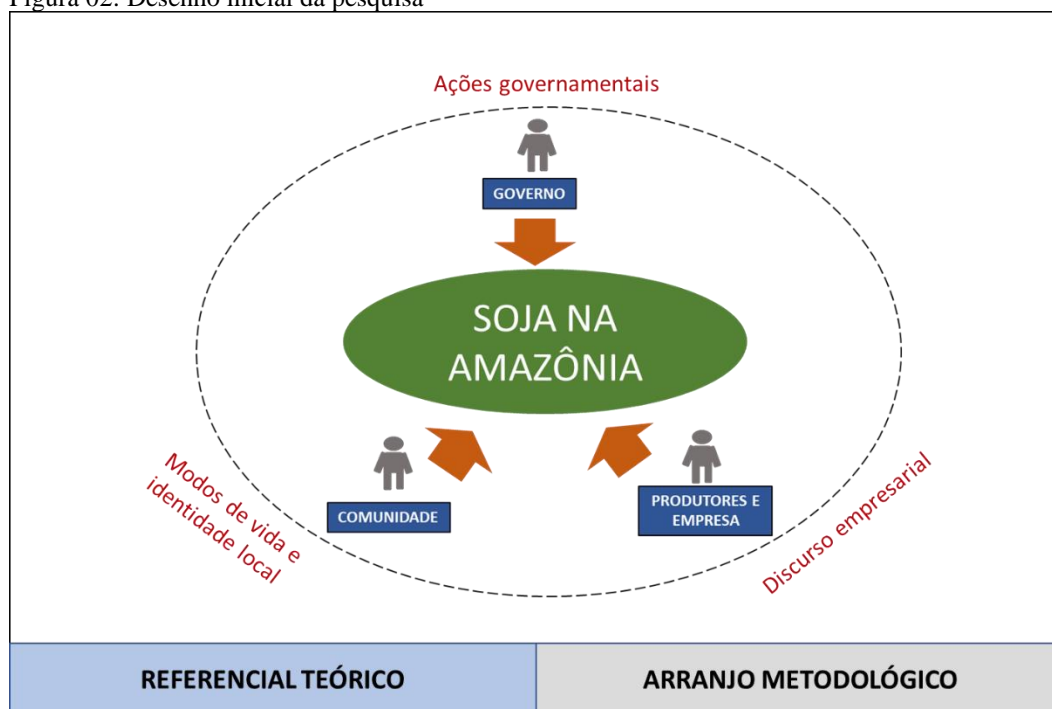
Por outro lado, o polo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica. Ao longo de toda a pesquisa ele é a garantia da objetivação – isto é, da produção – do conhecimento científico, da explicitação das problemáticas da pesquisa. Explicita as regras de transformação do objeto científico, critica seus fundamentos (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977). A tese buscou responder como a construção do discurso empresarial da sustentabilidade e as relações de governança estabelecidas em torno da soja na região do Baixo Amazonas contribui para a disseminação de narrativas e racionalidades diferentes da realidade e dos modos de vida locais? Desta forma, a tese analisou a atuação de empresas, comunidades e governo em torno do avanço da soja na região do Baixo Amazonas. Por meio da análise do uso do termo sustentabilidade e da estrutura de governança foi possível identificar as relações com as organizações e quais interesses e objetivos prevalecem nas constituições das normas que as estruturam.

O polo morfológico enuncia as regras de estruturação, de formação do objeto científico, impondo-lhe certa ordem entre seus elementos. Permite colocar um espaço de causação em rede em que se constroem os objetos científicos, seja como modelos/cópias,

seja como simulacros de problemáticas reais (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977). O polo morfológico demonstra a estruturação da pesquisa e os caminhos de construção dos problemas e resultados. Para facilitar o entendimento foram descritos os atores envolvidos e as relações entre eles, conforme visualizado na figura 02.

A visualização do desenho, além de permitir uma melhor estruturação, facilita o planejamento do polo técnico, pois a partir da observância dos atores envolvidos é possível determinar melhor as abordagens metodológicas de coletas de dados.

Figura 02: Desenho inicial da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora

Logo, de acordo com o polo técnico a pesquisa foi desenvolvida como de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e explicativos, transversal quanto a sua abrangência de tempo, com abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados foram o levantamento bibliográfico e de campo. Foi utilizado o *Institutional Analysis and Development (IAD) Framework* para análise da estrutura de governança, enfatizando a descrição das regras na análise institucional, e, também, foi adotada a análise do conteúdo e discurso para compreender as narrativas empresariais e como se relacionam com o que de fato ocorre no território.

3.1 Delimitação da Pesquisa

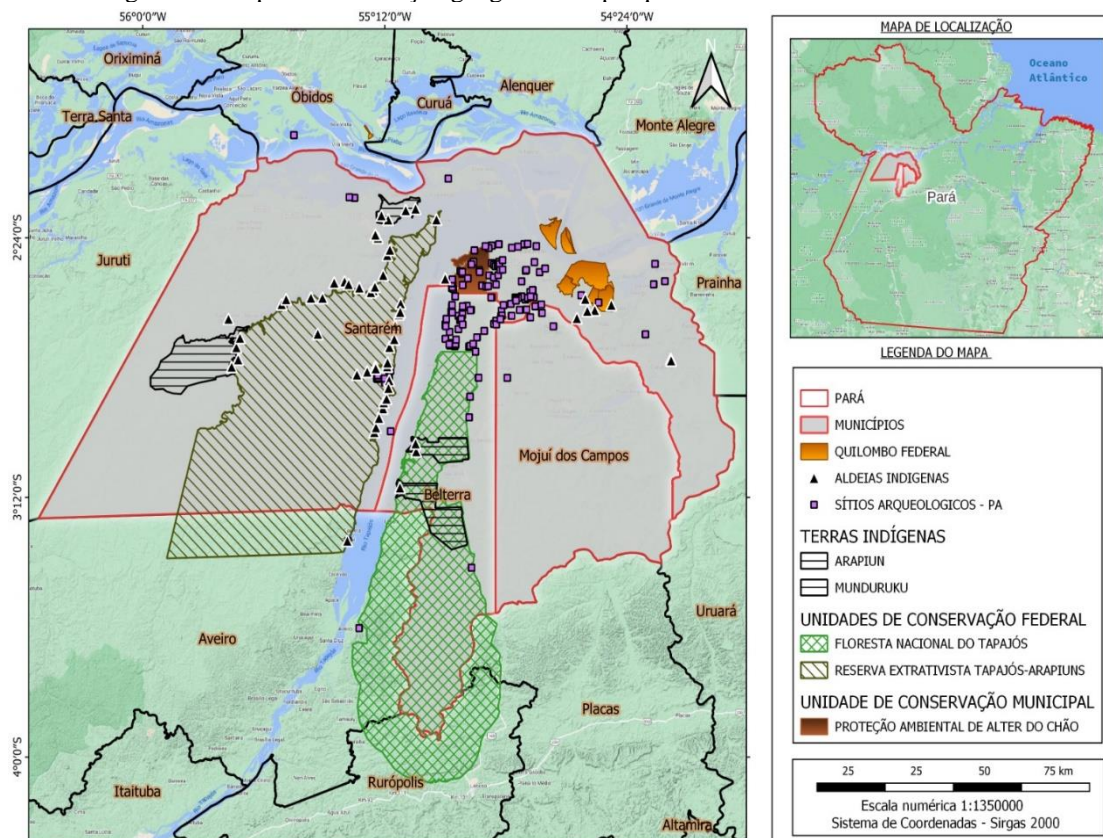
A seguir serão apresentadas as delimitações da pesquisa que representam os recortes e limites estabelecidos para o estudo. Serão exibidas as delimitações geográfica

e dos principais atores da pesquisa, seguidas de uma breve contextualização histórica que relaciona o recorte a temática da pesquisa.

3.1.1 Delimitação Geográfica

Esta pesquisa teve como recorte geográfico a região do Baixo Amazonas no Estado do Pará - Brasil, em especial os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. A escolha se deu em função da expansão da fronteira agrícola da soja na região que se destacou no final da década de 1990, impulsionada pelo projeto de pavimentação da rodovia BR 163, entre outros aspectos. Salienta-se que a região já sofria pressão desde as décadas de 1950 e 1970 com a abertura da fronteira, incentivos a migração e ampliação da malha rodoviária, no entanto a soja na região reconfigura o território, reiterando o papel e o poder de agentes econômicos e políticos. A figura 03 demonstra o mapa da área de atuação da pesquisa:

Figura 03: Mapa da delimitação geográfica da pesquisa



Fonte: Dados do IBGE, ICMBIO, INCRA, ITERPA e FUNAI.

O fenômeno observado no espaço geográfico do Baixo Amazonas reflete a problemática abordada na pesquisa que visa analisar o efeito sobre as populações locais das ações empresariais inseridas em uma ordem social e econômica do capitalismo moderno em escala global. Há também um aspecto determinante que se refere ao fato das

organizações que atuam na região se apresentam como sustentáveis perante um mercado consumidor internacional mais exigente, o que fez com que fosse necessário compreender com elas usam o termo.

A soja tem se expandido rapidamente na Amazônia brasileira como um resultado de subsídios governamentais diretos e indiretos de várias formas. Devido ao fato da soja requer investimentos pesados de capital em maquinaria, preparação do terreno e insumos agrícolas, essa cultura é inerentemente de domínio de empresários ricos da agroindústria, e não de agricultores pobres. A concentração de renda e a influência política associada de elites poderosas têm repercussões negativas em todas as sociedades onde estas transformações estão acontecendo (FEARNSIDE, 2001).

3.1.2 Detalhamento dos principais atores da pesquisa

Para a realização da pesquisa foram ouvidos e observados diferentes sujeitos que têm relação com o avanço da soja no Baixo Amazonas para compreender como se dá o relacionamento entre eles, contextualizando a sua atuação no território. Conforme demonstrado na figura 02, a pesquisa teve três principais atores: 1) comunidade local; 2) Empresa e produtores de soja; e 3) governo. A seguir serão caracterizados cada um dos atores com o intuito de compreender o papel e a relação deles com a temática abordada.

3.1.2.1 Comunidade local

Esta pesquisa considerou como comunidade local aqueles camponeses que estão geograficamente situados na área do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos e que sofrem ou sofreram algum tipo de influência e/ ou pressão oriunda do plantio da soja na região. A pesquisa foi realizada junto a sindicatos e demais organizações coletivas que representam as comunidades.

A expansão da soja na região gerou um acelerado processo de esvaziamento populacional das localidades camponesas, tal fato se deve a viabilidade das plantações de soja requerem solos que já sofreram alguma ação do homem, tornando as terras cultivadas há anos pelos camponeses cobiçadas, além de também apresentarem preços baixos no mercado. As dificuldades encontradas pelos camponeses em razão da precariedade da infraestrutura das localidades, do baixo nível do consumo familiar e do trabalho degradante do roçado, contribuíram para a venda dessas terras a preços abaixo dos praticados na região (PAIXÃO, 2012). Grande fonte de impacto também são os agrotóxicos usados nas plantações de soja que afetam não só o ambiente e os rios, como também, e principalmente, as pessoas expostas a eles, na sua maioria os camponeses que resistem a vendas de suas terras (FEARNSIDE, 2001).

Para caracterizar a diversidade de atores em torno da soja da Amazônia, em seu trabalho que realça o papel da identidade regional, Hoefle (2017) classificou e apontou os ribeirinhos históricos, pequenos produtores na beira da estrada, o fazendeiro de gado e os produtores de *commodities*. Hoefle (2017) evidencia as profundas desigualdades sociais entre os diferentes atores sociais, inclusive entre pequenos produtores, que dependem de sua localização próxima ou distante dos mercados para a venda de seus produtos. O autor enfatiza a importância da mobilização comunitária (possibilitada pela Constituição de 1988 e estimulada pela Igreja Católica e pelos Sindicatos Rurais) para a conquista de algum serviço público. Por outro lado, a imigração e as diferenças culturais que se refletem na de exploração do sistema agrícola e rendas desiguais, também culminam em uma fraca mobilização política.

Desta forma, esse estudo atuou junto às comunidades locais com o intuito de entender quais os efeitos da produção da soja na região sobre seus modos de vida, bem como verificar como ocorre na prática as ações de sustentabilidade que as empresas informam que realizam na região.

3.1.2.2 Empresa e produtores de soja

A pesquisa estudou a Cargill, empresa privada e multinacional cuja atividade é a produção e o processamento de alimentos, em especial a soja e que tem forte atuação na região do Baixo Amazonas. A Cargill foi fundada em 1865 quando William Wallace (W. W.) Cargill tornou-se o proprietário de um armazém de grãos na cidade de Conover, estado de Iowa – Estados Unidos da América (CARGILL, 2021a). No Brasil desde 1965, é uma das maiores indústrias de alimentos do País. Com sede em São Paulo (SP), a empresa está presente em 17 Estados brasileiros e no Distrito Federal por meio de unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios em 147 municípios (CARGILL, 2021b).

Os produtores de soja também constam como atores desta pesquisa, já que cabe a eles cultivar e definir as suas próprias práticas agrícolas relacionadas a cultura da soja. A este grupo de produtores compete a decisão da adoção ou não de práticas sustentáveis e são eles que abastecem as grandes empresas como a Cargill com a matéria-prima, já que, na maioria das vezes, as empresas do agronegócio não possuem produção própria significativa de soja, recorrendo à compra dos produtores da região.

Em se tratando da região do Baixo Amazonas, na década de 1990 diversos produtores de soja oriundos em sua maioria do centro-oeste do país avançaram sobre o planalto santareno atraídos, dentre outros fatores, pela grande disponibilidade de terras

baratas, pela boa produtividade do solo e pela localização privilegiada em função da logística de escoamento da produção. Estes agentes foram se apropriando do planalto Santareno, seguidos de um processo acelerado de esvaziamento populacional das localidades camponesas (PAIXÃO, 2012).

O processo de colonização agrícola na região do planalto Santareno, a partir da segunda metade do século XX, é caracterizado pela migração de nordestinos, no entanto é a partir da década de 1990 que surgem novas feições com o advento do agronegócio de grãos. Ao tratar da problemática Hoefler (2017) aponta que:

(...) O agronegócio de grãos, no fim dos anos de 1990, nos arredores de Santarém, atraiu sulistas com passagem pelo Centro-Oeste. Num raio de cerca de 50 a 60 quilômetros da cidade os produtores de commodities compraram quase todas as fazendas de gado existentes e boa parte das pequenas propriedades. Com isso alguns dos fazendeiros de gado e uma parte dos pequenos produtores se realocaram mais ao sul, mas a maioria saiu do campo para morar na cidade de Santarém. Esta se tornou um mercado significativo para produtos agrícolas, diferenciando a região da maioria da Amazônia que carece de mercados. Assim sendo, surgiu um espaço rural de forte separação étnico-social, na qual cada espaço oferece oportunidades distintas. A população local dos rios e das rodovias próximas a Santarém consegue sustentar uma vida relativamente próspera enquanto a população histórica situada ao longo dos rios distantes e os nordestinos das frentes de expansão vivem em pobreza. (p. 17).

Ao tratar das limitações dos produtores, Hoefler (2017) aponta que eles enfrentam limitações regionais de sistemas de transporte deficientes e falta de mercados locais, além das dificuldades oriundas das barreiras ecológicas à produção agrícola e as limitações impostas pela legislação ambiental. No que se refere ao perfil do produtor, Fearnside (2001) afirma que em função da soja requerer investimentos pesados de capital e insumos agrícolas, essa cultura é inerentemente de domínio de empresários ricos da agroindústria, e não de agricultores pobres. O autor também destaca a problemática do uso de agrotóxicos no cultivo da soja e seus impactos no meio ambiente e nas pessoas, em especial na expansão da soja na área de Várzea perto a Santarém.

3.1.2.3 Governo

A atual configuração do território na região do Baixo Amazonas é fruto de fortes incentivos e ações estatais nas suas diferentes esferas. O processo de expansão da monocultura da soja em Santarém se torna mais intenso a partir da década de 1990 com o fomento oferecido pelo governo paraense através ações estratégicas a cargo das secretarias, além de incentivos financeiros a cargo do Banco Estado do Pará - Banpará. O governo federal também contribuiu com a efetivação do planejamento do território por meio do programa “Brasil em Ação”, que apoiou a organização de corredores logísticos

para acelerar a circulação no território (TEXEIRA, SANTOS, TERRA, 2019; VALADÃO, 2019).

De fato, desde a década de 1940 até os dias atuais o governo em suas diferentes esferas tem desenvolvido políticas que estimulam a ocupação da região do planalto santareno por atores de fora do estado do Pará. Os incentivos a ocupação culminaram com a criação de projetos de colonização na década de 1960 e, posteriormente, na década de 1990 a política de expansão econômica para o agronegócio da soja (SAUER, 2018; BARROS et al. 2020; BALETTI, 2014). De acordo com Sauer (2018), a expansão das plantações de soja na Amazônia está inserida no contexto de agro estratégias, ou seja, estratégias construídas que entendem a modernização como um passo fundamental para o desenvolvimento com base nos investimentos públicos em infraestrutura, sob o argumento de aumentar a eficácia ambiental. No entanto, apesar das narrativas de preocupação social (redução da pobreza) e proteção ambiental, tais estratégias levam não apenas a um aumento da produção de *commodities* agrícolas e não agrícolas para exportação, mas também para a degradação ambiental acelerada e ao aumento de conflitos sociais (SAUER, 2018).

A região de Santarém, vai enfrentar a partir da década de 1990 um processo de modernização agropecuária com a expansão das lavouras de grãos para exportação. Essa expansão foi viabilizada pela chegada de grandes agricultores motivados por terra barata e incentivos governamentais, não só em termos de infraestrutura, mas também com financiamento direto (créditos e pesquisa), além dos investimentos privados, tais como a construção do porto da Cargill. É fundamental ressaltar que as fronteiras agrícolas são resultados de incentivos públicos para investimentos privados e as terras onde ocorre a expansão são áreas onde as comunidades ribeirinhas e outras populações tradicionais residiam há muito tempo, inclusive quilombolas e povos indígenas (SAUER, 2018).

Em meados dos anos 2000, Santarém já retratava a rápida transformação de florestas e pequenas fazendas em campos de soja. Tal fato somado as críticas ao Programa Avança Brasil, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e a polêmica campanha do Greenpeace - *Eating up the Amazon* - que teve como alvo a Cargill Santarém, colocaram o porto da Cargill e os produtores regionais de soja no centro de debates internacionais, o que culminou numa grande pressão internacional. Assim, as principais corporações do agronegócio se juntaram a ONGs e criaram os programas de certificação - Soja Responsável e Moratória da Soja, onde as organizações não governamentais tinham

a função de monitorar os processos de produção para certificar que os agricultores não desmatavam ilegalmente para produzir soja (BALETTI, 2014).

Em 2006, a TNC e a Cargill desenvolveram o programa Soja Responsável, juntando-se a várias outras ONGs sob o argumento que tais organizações representavam a sociedade civil, já que a legitimidade da Moratória da Soja como um acordo multissetorial dependia da inclusão de atores localizados. No entanto, os atores locais que atuam diretamente com as comunidades relataram que suas posições permaneceram marginalizadas, já que os representantes da sociedade civil que participam da Moratória são algumas ONGs, em detrimento do Sindicato dos trabalhadores Rural, da Comissão Pastoral da Terra e demais organizações locais que optaram por não participar, afirmando que serviria apenas para legalizar a soja na região. A possibilidade de uma solução para os problemas apontados emergir de baixo foi eliminada, tornando os atores de base marginais ou mesmo irrelevantes para o processo (BALETTI, 2014).

A disputa pelo território continua em curso na atualidade, afetando o cotidiano dos moradores da região. Os conflitos pela posse da terra e a grilagem trazem dramáticas consequências as comunidades. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a chegada dos produtores de soja, além de provocar vários conflitos, provocou a expulsão dos pequenos agricultores da área rural, poluição da água, do solo e do ar e desmatamento. O dossiê elaborado pela CPT denuncia também a expansão do Porto da Cargill em área de sítio arqueológico, além de ameaças e intimidações a lideranças das comunidades e a intensa ocupação de madeireiros em diversas regiões no Baixo Amazonas. A expansão da soja teve como resultado a expulsão direta e indireta das famílias que moravam nas comunidades em lotes menores ao longo das rodovias ou para a periferia da cidade (CPT, 2010).

Diante desse contexto de conflitos e disputas, repletos de interesses divergentes, é necessário entender como o governo, nas suas diferentes esferas, atuou e atua na região. É fundamental saber como são exercidos os instrumentos de regulação das atividades produtivas a cargo do Estado, bem como quais grupos são beneficiados com incentivos e fomentos.

3.1.3 Questões norteadoras e construção metodológica

O papel de cada ator na problemática do avanço da soja na região do Baixo Amazonas foi observado, com o intuito de responder o problema central da pesquisa e atender os objetivos definidos. Desta forma, foram traçados um conjunto de questionamentos denominado de perguntas norteadoras, relacionando as especificidades

de cada parte interessada as teorias utilizadas para análise. Trata-se de um agrupamento de questionamentos relevantes que proporcionam uma visão mais clara do que se pretende averiguar com a pesquisa. As questões foram elaboradas a partir dos objetivos, destacados no quadro 01.

Quadro 01 - Objetivos da pesquisa

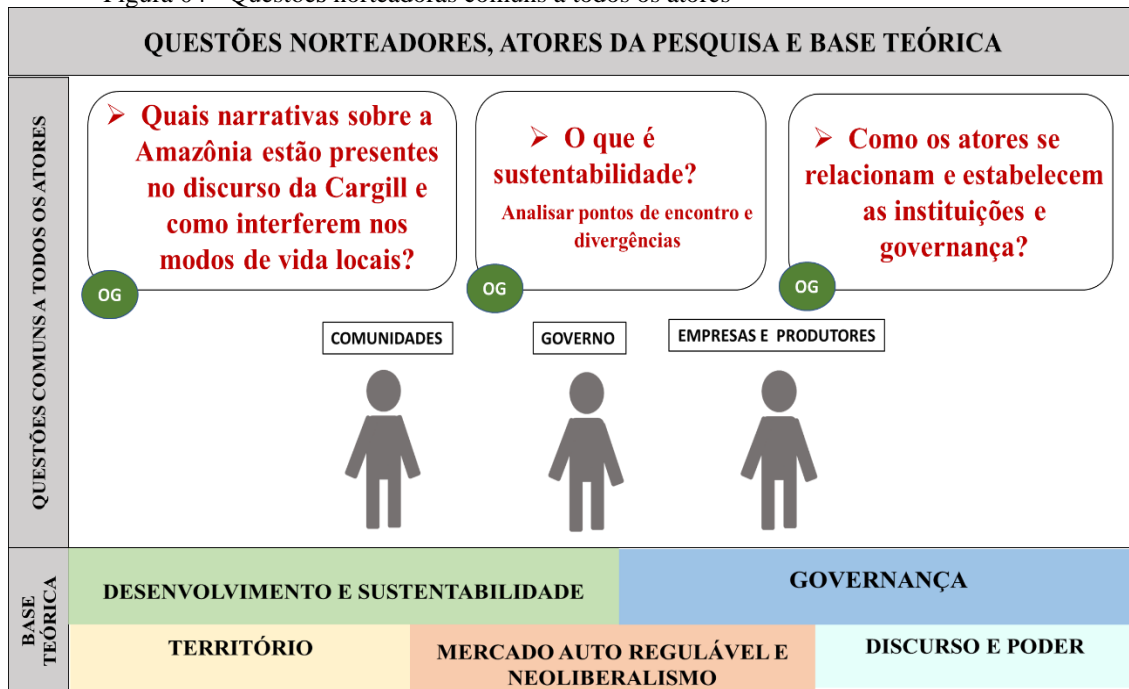
| OBJETIVO GERAL | |
|------------------------------|--|
| OG | Analisar a construção do discurso empresarial da sustentabilidade a as relações de governança estabelecidas em torno da soja na região do Baixo Amazonas, identificando elementos simbólicos que contribuem para a disseminação de narrativas e racionalidades diferentes da realidade e dos modos de vida locais. |
| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | |
| OE 1 | Analisar a transformação que a soja promoveu na região de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (PA), destacando a maneira como os atores se relacionam e formam as instituições, a governança e os resultados e consequências do avanço da soja para o território |
| OE 2 | Analisar o conteúdo e discurso dos relatórios anuais da empresa Cargill, com o objetivo de compreender os principais assuntos abordados, a atuação da empresa na Amazônia e em relação ao ambiente no qual está inserida e como a organização define sustentabilidade |
| OE 3 | Analisar o conteúdo e discurso da conta do instagram da Cargill, observando as manifestações dos valores e ideologias adotados pela empresa, tendo em vista identificar os principais temas abordados, a atuação da empresa na Amazônia e os principais elementos que estão presentes no discurso empresarial |
| OE 4 | Verificar a compatibilidade do discurso empresarial com a realidade local, observando até que pontos os instrumentos de publicidade de ações empresariais representam o que de fato ocorre no território. |

Fonte: Elaboração da autora

Inicialmente foram observados os pontos chaves do referencial teórico para buscar relacionar com os atores e a pesquisa para, em seguida, elaborar as questões norteadoras. Desta forma, surgiram dois grupos de questões: as comuns a todos os atores e as específicas a cada ator. A figura 04 demonstra as questões comuns a todos os atores e a sigla OG enfatiza o seu vínculo ao objetivo geral

As questões norteadoras comuns e específicas foram fundamentais para guiar e auxiliar na construção dos instrumentos de coleta de dados (roteiros de entrevista – apêndices 1 a 6), que se alinham as diferentes situações pontuais da pesquisa.

Figura 04 - Questões norteadoras comuns a todos os atores



Fonte: Elaboração da autora

As questões norteadoras comuns a todos os atores referem-se ao discurso empresarial, sustentabilidade e governança e relacionam-se diretamente com o objetivo geral (OG). A primeira questão refere-se as narrativas construídas pelas empresas e de que forma se vinculam com a realidade amazônica. A segunda questão indaga as partes envolvidas na pesquisa sobre o entendimento do termo sustentabilidade, buscando identificar os pontos de encontro e divergências. De acordo com LEFF, (2001, p. 21), “a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum”. Os diferentes entendimentos sobre o tema interferem na possibilidade do estabelecimento de objetivos comuns e conexões, além de gerar falhas na estrutura de governança.

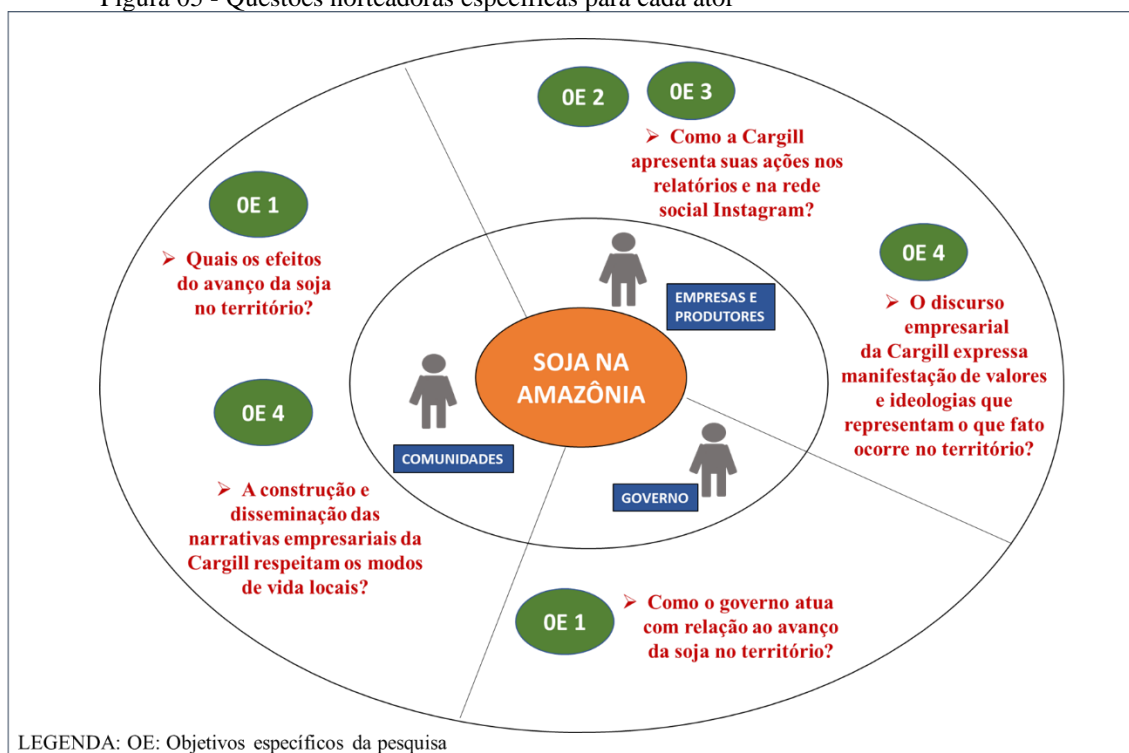
A terceira questão norteadora comum aos atores é sobre como se relacionam e estabelecem as instituições e governança. As instituições envolvem as “regras do jogo”, ou seja, a forma como as normas e acordos são construídas e demonstram as relações de poder e interesse que permeiam o processo de sustentabilidade, refletindo diretamente na estrutura de governança.

As instituições são consideradas vitais para qualquer interação de governança (KOOIMAN, 2008). Quando Stoker (1998) aborda a temática da governança em cinco proposições, ele afirma que a governança é um conjunto complexo de instituições e atores que são desenhadas a partir do governo, mas também além dele. A perspectiva de governança também atrai atenção ao maior envolvimento dos setores privado e voluntário

na prestação de serviços e tomada de decisões estratégicas. Responsabilidades que antes eram quase exclusivas do governo foram compartilhadas e atores e instituições ganharam a capacidade de agir combinando seus recursos, habilidades e objetivos, o que aponta a possibilidade de uma coalizão de longo prazo. Porém, tensões e dificuldades com as instituições da sociedade civil podem levar ao fracasso da governança. Falhas de liderança, diferenças entre os principais parceiros e conflitos sociais profundos podem fornecer as sementes para deficiências de governança. As instituições são consideradas vitais para qualquer interação de governança (STOKER, 1998).

Para a construção das questões específicas a cada ator foi considerada a realidade histórica e cultural e a forma como cada um se insere no cenário da cadeia de valor da soja. A figura 05 demonstra as questões e os atores.

Figura 05 - Questões norteadoras específicas para cada ator



Fonte: Elaboração da autora.

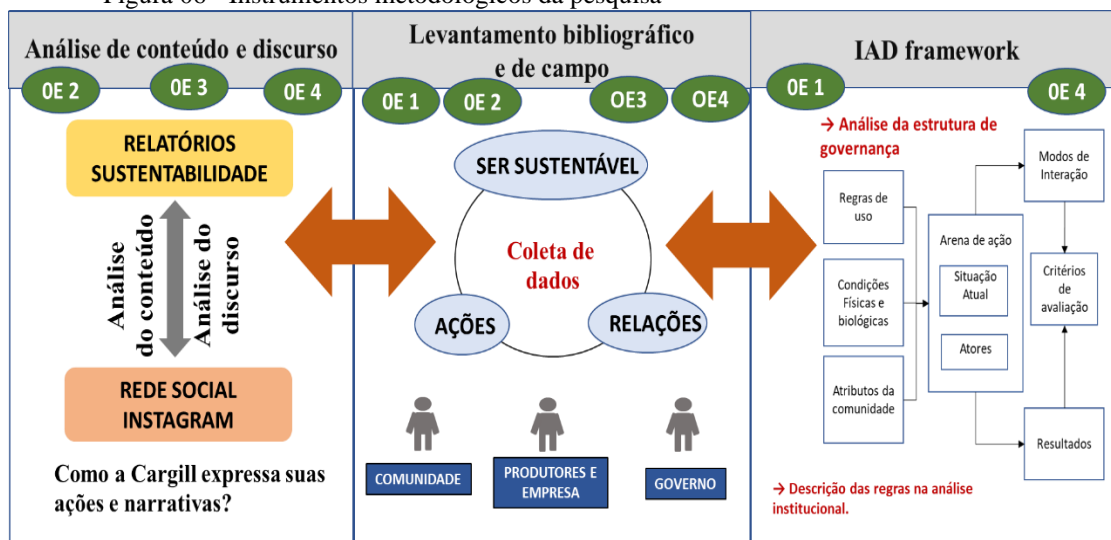
Conforme a figura, para a comunidade as questões são: Quais os efeitos do avanço da soja no território, alinhada ao objetivo específico 1. A segunda questão para as comunidades refere-se a como a construção e disseminação das narrativas empresariais da Cargill respeitam os modos de vida locais? ligada ao objetivo específico 5.

Para as empresas e produtores a primeira questão diz respeito a como a Cargill apresenta suas ações nos relatórios e na rede social Instagram? Relacionada aos objetivos específicos 2 e 3 e a segunda questão é se o discurso empresarial da Cargill expressa

manifestação de valores e ideologias que representam o que fato ocorre no território? Vinculada ao objetivo específico 4. Para os entes públicos o questionamento é Como o governo atua com relação ao avanço da soja no território? Ligado ao objetivo específico 1.

A partir de um olhar mais aprofundado sobre os objetivos da pesquisa, as suas especificidades dos atores, o referencial teórico e com o auxílio das questões norteadoras, foi possível identificar os instrumentos metodológicos mais adequados que permitiram que o resultado da tese fosse alcançado. Desta forma, a construção do arcabouço metodológico se deu a partir da união de diferentes instrumentos metodológicos, como demonstrado na figura 06.

Figura 06 - Instrumentos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora

Esta tese utilizará o levantamento bibliográfico e de campo como ponto basilar a elaboração do IAD *framework* e a análise do conteúdo e do discurso. A seção seguinte detalhará como cada instrumento foi utilizado e os procedimentos adotados nas diferentes etapas da pesquisa.

Entende-se que o IAD *framework* permitirá demonstrar como as instituições atuaram no avanço da soja na região do Amazonas, evidenciando de que forma se estabeleceu a estrutura de governança e quais atores se favoreceram a partir disso. Será apresentado um retrato da evolução histórica do processo, enfatizado a definição das normas e regras que permeiam o tema.

Por outro lado, estudar os principais instrumentos que as empresas utilizam para tornar públicas as suas ações e expressar os elementos simbólicos e narrativas das organizações é fundamental nesta pesquisa. Em função disso, foi escolhido analisar os

relatórios anuais e a rede social Instagram da Cargill com o uso da análise do conteúdo e discurso, por entender que estes instrumentos metodológicos foram capazes de esclarecer os temas mais abordados pelas organizações, se as suas narrativas correspondem à realidade local ou se propõem a criar novas narrativas, apropriadas somente para atender aos interesses empresariais.

3.2 Instrumentos metodológicos

Para atender os objetivos da pesquisa é necessário instrumentos teóricos e metodológicos adequados que permitam dar coerência e robustez ao estudo. A seção anterior detalhou como se deu a escolha dos instrumentos metodológicos que agora serão descritos agora em profundidade. Desta forma, será apresentado primeiramente o levantamento bibliográfico e de campo, em seguida o IAD *framework* e, por fim, a análise do conteúdo e discurso.

3.2.1 Levantamento bibliográfico

A pesquisa científica inovadora exige um prévio levantamento bibliográfico de qualidade. Esse processo envolve o planejamento, a especificação do tema e a definição de qual fonte de informação será empregada. Para fins científicos recomenda-se que a consulta seja feita às importantes bases de dados bibliográficos existentes. Em seguida deve ser definida a estratégia de busca, a seleção de textos e a sistematização de informações encontradas (GALVÃO, 2010).

A busca de informações relevantes é condição básica para a elaboração de pesquisas científicas de grande valor. Envolve valorizar e preservar o conhecimento que já foi e é gerado no mundo, contribuindo para o progresso da ciência. Dentre os benefícios do levantamento bibliográficos destacam-se:

Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (GALVÃO, 2010, p. 1).

Este estudo realizou um levantamento nas bases de pesquisa existentes, selecionando e analisando elementos de diferentes fontes, tais como materiais científicos, matérias jornalísticas, relatórios de organizações não governamentais, documentos governamentais e leis, com o intuito de expor a forma como a problemática do avanço da

soja na região está sendo apresentada nestas diferentes fontes, alinhando também o uso da pesquisa documental. Objetivou-se caracterizar a evolução ao longo dos anos do efeito da soja nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, demonstrando especialmente como as populações locais foram atingidas.

3.2.2 Levantamento de campo

Esta tese é caracterizada como de natureza qualitativa por considerar que no tema abordado há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte da coleta de dados que são analisados indutivamente, com focos nos seus processos e significados (SILVA e MENEZES, 2005).

A coleta de dados se deu através de levantamento de campo realizado no mês de agosto/setembro de 2022 nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Também foram realizadas outras tentativas de contato com organizações via e-mail e telefone, conforme será melhor descrito abaixo. O intuito da coleta de dados foi compreender os diferentes objetivos e posicionamentos dos atores e quais suas visões e ações diante do avanço da soja na região. Na viagem de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores identificados como aqueles com forte relevância em torno da dinâmica da soja.

Na entrevista semiestruturada são preparadas várias questões que envolvem o escopo da pesquisa e o entrevistador não fica necessariamente preso à formulação inicial exata das perguntas. Espera-se que o entrevistado responda de forma livre e extensiva e, caso as respostas não sejam suficientes, o entrevistador pode sondar mais, já que se trata de uma investigação não padronizada (FLICK, 2013).

Os roteiros de entrevista semiestruturada (apêndices) foram elaborados com foco nos temas sustentabilidade, ações/projetos desenvolvidos na região e nas interações entre os atores. Os roteiros foram construídos de acordo com a natureza do entrevistado, divididos em seis grupos:

- 1) Representantes das comunidades: abrange os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Comissão Pastoral da Terra;
- 2) ONGs – Diz respeito às organizações não-governamentais que atuam na região ligada a temática
- 3) Certificadoras – Refere-se a *Round Table on Responsible Soy Association* (RTRS), organização sem fins lucrativos internacional responsável por uma certificação da soja.

- 4) Empresa: Compreende a empresas que atuam diretamente com a soja na região, como a Cargill.
- 5) Representantes de produtores –Associações e representações dos produtores de soja da região.
- 6) Órgão público: Refere-se as organizações públicas nas esferas municipal, estadual e federal que tem relação direta com o tema.
- 7) Organizações de ensino e pesquisa – Organizações que desenvolvem pesquisa, ensino e institutos culturais
- 8) Ministério Público: Compreende organizações em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais

É importante observar que foram feitas diversas tentativas de reunir com os atores, porém, em alguns casos, não foi possível estabelecer o diálogo. Os quadros 2, 3 e 4 demonstram os atores listados por grupos contactados na pesquisa e os encaminhamentos obtidos a partir de cada contato na coleta de dados.

O quadro 02 apresenta como foi feito o levantamento de dados dos representantes de comunidades e organizações não governamentais (ONGS)

Quadro 02: Levantamento de dados: Representantes de comunidades e ONGs

| GRUPOS | ORGANIZAÇÕES | ENCAMINHAMENTO |
|-----------------------------------|---|---|
| 1) Representantes das Comunidades | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR (Santarém) | Reunião realizada em Santarém em agosto de 2022 |
| | Representantes de comunidades atingidas pela soja - Região do Planalto | Reunião realizada em Santarém em agosto de 2022 |
| | Representantes das comunidades atingidas pela soja - Serra grande do Ituqui | Reunião realizada em Santarém em agosto de 2022 |
| | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras - STTR (Mojuí dos Campos) - comunidade Palhau | Reunião realizada no STTR em Mojuí dos Campos em agosto de 2022 |
| | Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará - FETAGRI | Reunião realizada em agosto de 2022 |
| | Comissão Pastoral da Terra - Santarém | Foi informado que tinham outras agendas no período da viagem de campo, o que impossibilitou a realização da reunião |
| 2) ONGs | <i>The Nature Conservancy</i> - TNC | Apesar de contato via e-mail e <i>whatsapp</i> não obtive resposta sobre o agendamento de reunião |

| | | |
|--|--|---|
| | Terra de Direitos | Foi informado que tinham outras agendas no período da viagem de campo, o que impossibilitou a realização da reunião |
| | ONG FASE -Amazônia (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) | Reuniões realizadas em Santarém em agosto de 2022 |
| | GREENPEACE | <i>E-mail</i> com instrumento de coleta de dados enviado, porém sem resposta |
| | IPAM | <i>E-mail</i> com instrumento de coleta de dados enviado, porém sem resposta |
| | Instituto Biosistêmico | <i>E-mail</i> com instrumento de coleta de dados enviado, porém sem resposta |
| | WWF Brasil | <i>E-mail</i> com instrumento de coleta de dados enviado, porém sem resposta |

Fonte: Elaborado pela autora

Por outro lado, o quadro 03 demonstra a certificadora, empresa e representante dos produtores que foram contatados ao longo da pesquisa, descrevendo as respostas obtidas.

Quadro 03: Levantamento de dados: certificadora, empresas e representante dos produtores

| GRUPOS | ORGANIZAÇÕES | ENCAMINHAMENTO |
|----------------------------------|--|---|
| 3) Certificadoras | Representante RTRS | Instrumento de coleta de dados preenchido e recebido por <i>e-mail</i> |
| 4) Empresa | Cargill | Apesar de contatos via <i>whatsapp</i> , ligação para o SAC 0800 e mensagens enviada pelo <i>site</i> , não obtive resposta |
| 5) Representantes dos produtores | Associação Comercial e Empresarial de Santarém | Foi informado via <i>e-mail</i> que não tinham horários disponíveis, o que impossibilitou a realização da reunião |
| | Associação dos produtores rurais de Santarém - APRUSAN | <i>E-mail</i> com questões de pesquisa enviado, porém, sem resposta |
| | Sindicato dos produtores rurais de Santarém - SIRSAN | <i>E-mail</i> com questões de pesquisa enviado, porém, sem resposta |
| | Associação dos Produtores de Soja, milho e arroz do Estado do Pará - APROSOJA PA | <i>E-mail</i> com questões de pesquisa enviado, porém, sem resposta |

Fonte: Elaboração da autora

Ainda sobre o levantamento dos dados, o quadro 04 apresenta os órgãos públicos, Organizações de ensino e pesquisa e Ministério Público que foram procurados ao longo da pesquisa.

Quadro 04: Levantamento de dados: Órgãos públicos, organizações de ensino e pesquisa e Ministério Público

| GRUPOS | ORGANIZAÇÕES | ENCAMINHAMENTO |
|--------------------------------------|--|--|
| 6) Órgãos públicos | Secretaria de Estadual de Agricultura | Apesar de <i>e-mails</i> e ligações telefônicas não foi possível realizar o agendamento da reunião |
| | Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBIO | Apesar de contatos via e-mail, não obtive resposta |
| | Prefeitura de Santarém- Secretaria de Agricultura | Responderam via <i>e-mail</i> não tinham informações sobre o assunto e não poderiam ajudar |
| | SEMAS | Reuniões realizadas em Santarém em agosto de 2022 |
| | Prefeitura Santarém - Secretaria de Meio Ambiente | Após contatos via <i>e-mail</i> , a reunião inicialmente agendada foi desmarcada |
| | Secretaria de Saúde Municipal de Santarém (SEMSA) | Após contatos via <i>e-mail</i> , a reunião inicialmente agendada foi desmarcada |
| 7) Organizações de ensino e pesquisa | Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA | Realizada visita guiada a região da BR 163 e Belterra |
| | | Realizada visita guiada a Comunidade Boa Esperança - Festival da Tapioca |
| | | Reunião realizada em agosto de 2022 |
| | Instituto Cultural Boanerges Sena | Reuniões realizada em agosto de 2022 |
| 8) Ministério Público | Ministério Público Estadual - Promotoria de Santarém | Reunião realizada em agosto de 2022 |

Fonte: Elaboração da autora

Em alguns casos em que não foi possível realizar a reunião (seja por questões de agendas ou em função da distância geográfica), optou-se por enviar o roteiro da entrevista semiestruturada via *e-mail*, conforme demonstrado no quadro 04. Somente uma organização respondeu por *e-mail*, o representante da certificação RTRS. Na ocasião ele informou que não havia propriedades com essa certificação na região do Baixo Amazonas no Pará, o que fez com a certificadora fosse retirada do escopo da pesquisa.

No total foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas, subdivididas em grupos, com representantes das seguintes organizações: a) Agricultura familiar: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais – STTR de Santarém, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais – STTR de Mojuí dos Campos, Agricultora

familiar representante da Comunidade Serra Grande (Santarém), Agricultora familiar representante da área do Planalto Santareno, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI; b) Organização Não Governamental ONG: FASE; c) Poder Público: SEMAS Santarém; d) Organizações de ensino e pesquisa: Professora na área de geografia UFOPA, Professor na área de geografia UFOPA, professor de biologia – poluição de ambientes aquáticos UFOPA; representante do Instituto Boanerges Sena; e) Ministério Público: promotora de justiça da vara agrária e fundiária.

As organizações representantes dos produtores de soja e a empresa Cargill, apesar de solicitadas oficialmente, não aceitaram participar das entrevistas. O mesmo ocorreu com representantes da prefeitura municipal e alguns outros órgãos, conforme demonstrado no quadro 04. Quanto aos entrevistados, optou-se por omitir seus nomes na tese, preservando a sua identidade. Tal escolha se deu por entender que temas que envolvem conflitos e violência devem ser tratados com cautela para não colocar em risco aquelas pessoas que se dispõem a dar a sua contribuição para a ciência.

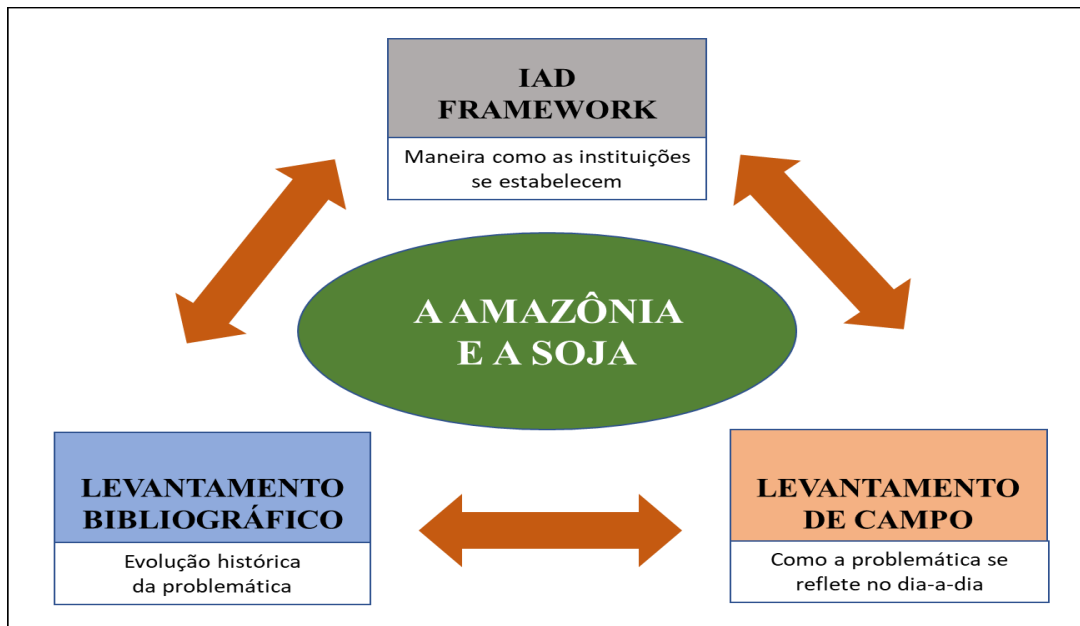
3.2.3 IAD *framework*

Para demonstrar os efeitos da soja na região do Baixo Amazonas e caracterizar a dinâmica econômica e social da região, optou-se por um arranjo metodológico com base no IAD *framework*, no levantamento bibliográfico e no levantamento de campo. A partir dos fatos históricos que marcaram a trajetória da região e das entrevistas realizadas foi possível fazer uma espécie de encaixe desses acontecimentos com a forma como se estabeleceu a estrutura institucional, buscando compreender de que forma ela contribui para a governança.

O levantamento de campo foi a base de apoio para a compreensão da dinâmica territorial e vai amparar toda a escrita desse capítulo, pois a partir do reconhecimento da situação *in loco* foi possível observar, confirmar e/ou falsear dados, além de mostrar novas perspectivas sobre o problema.

Os três instrumentos metodológicos se agruparam e se alinharam para demonstrar as interferências da soja na Amazônia. Cada uma das ferramentas adotadas auxiliou em um ponto específico que, no final, convergiram para apresentar um retrato detalhado de como a soja interfere nos modos de vida locais. A figura 07 demonstra de forma resumida como os instrumentos se relacionaram e contribuíram para a pesquisa.

Figura 07: Instrumentos metodológicos do IAD framework



Fonte: Elaboração da autora

As instituições, objeto de análise do IAD *framework*, são as prescrições que as pessoas usam para organizar as formas de interação repetidas e estruturadas. Os fatores institucionais interferem na vida e nas expectativas sobre as formas de se relacionar que ocorrem na diversidade das interações sociais, criando estruturas que afetam os comportamentos e os resultados (OSTROM, 2005).

Para estudar as instituições, Elinor e Vicent Ostrom desenvolveram o Institucional Analysis (IAD) *framework* e, juntamente com a equipe da Universidade da Indiana – EUA, o aperfeiçoaram ao longo dos anos como ferramenta de apoio a formuladores de políticas e pesquisadores interessados em questões relacionadas a forma como diferentes sistemas de governança permitem que os indivíduos resolvam problemas democraticamente. O IAD se estabeleceu como meio de análise institucional, organizando investigações diagnósticas e prescritivas em uma variedade de importantes questões políticas (OSTROM, 2005; OSTROM, 2011)

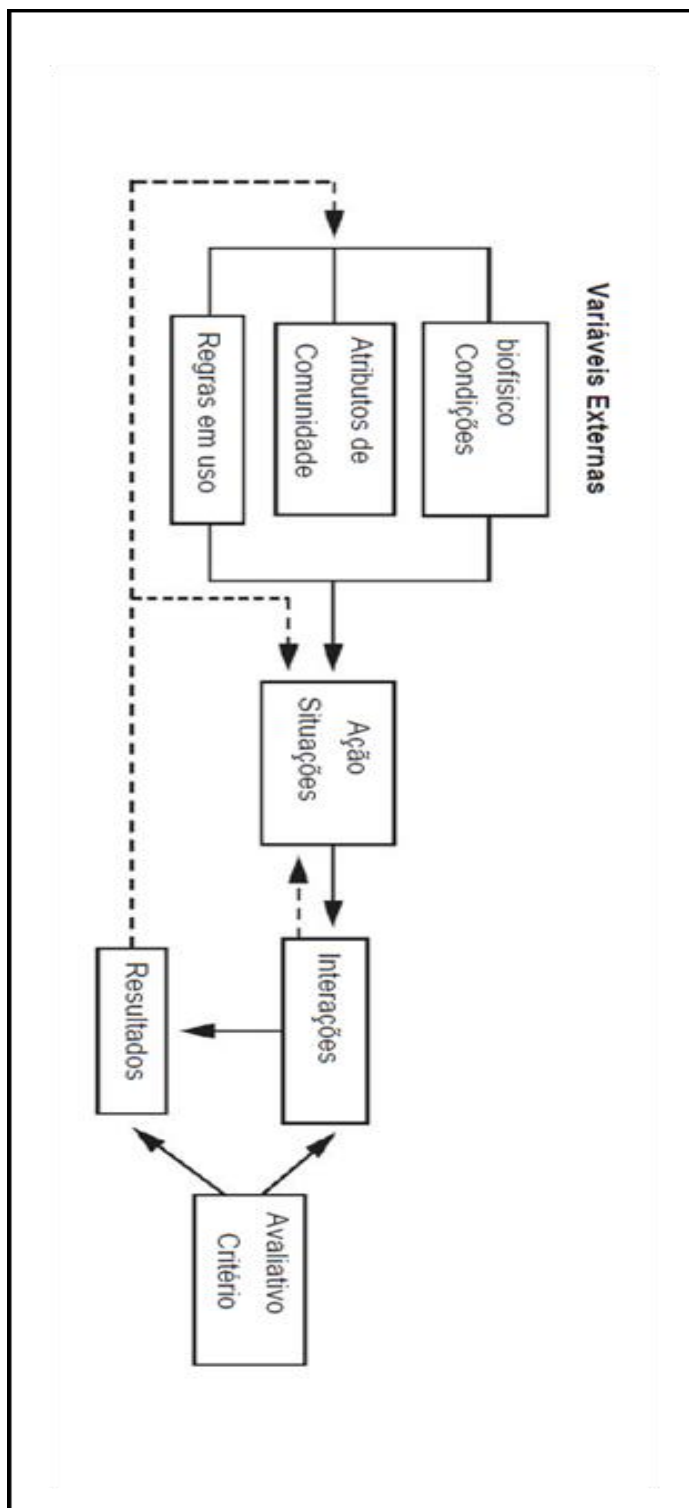
Uma diversidade de configurações de pesquisa abrangendo múltiplos temas já foram feitas com o uso do IAD. Ostrom (2005) destaca pesquisas em vários países na área fundiária, governamental, de cooperativas, direito de propriedade, governança florestal, entre outras. No Brasil também se utiliza o IAD, entre eles na área do uso dos recursos naturais na Amazônia (COSTA e RAVENA, 2017), gestão ambiental da região

metropolitana (SILVA FILHO et al., 2009) e Governança de dados (FILGUEIRAS e SILVA, 2022), entre outros.

A estrutura IAD é um mapa conceitual multicamadas que envolve o entendimento de como as instituições operam e mudam ao longo do tempo. O IAD buscou identificar às variáveis-chave para realizar uma análise da estrutura das situações que as pessoas enfrentam e como as regras, a natureza dos eventos e a comunidade afetam essas situações (OSTROM, 2005). Igualmente pode ser definida como uma ferramenta para análise institucional de políticas públicas e de design de governança, logo examina problemas que grupos de indivíduos enfrentam e as regras que adotam diante deles (SILVA FILHO et al., 2009; FILGUEIRAS e SILVA, 2022).

O IAD foca na situação de ação e como as interações e o contexto influenciam. A figura 08 demonstra a estrutura de análise, onde a identificação da situação de ação e os padrões resultantes das interações e resultados são basilares a apreciação e estudo dos casos específicos. O IAD demonstra a forma como os atores interagem à luz dos incentivos que enfrentam para gerar resultados diretamente no mundo (OSTROM, 2005; OSTROM, 2011).

Figura 08: Estrutura para análise institucional – IAD



Fonte: OSTROM, 2011, p.10, tradução da autora

A situação de ação refere-se ao *locus* ou espaço social onde as escolhas são feitas e olha para os seus componentes, que podem ser isolados para analisar a forma como as instituições geram ações e seus resultados. De acordo com Ostrom (2011) a situação de ação inclui:

(i) o conjunto de atores, (ii) as posições específicas a serem preenchidas pelos participantes, (iii) o conjunto de ações permitidas e sua ligação com os resultados, (iv) os resultados potenciais que estão ligados a sequências individuais de ações, (v) o nível de controle que cada participante tem sobre a escolha, (vi) as informações disponíveis aos participantes sobre a estrutura da situação de ação e (vii) os custos e benefícios – que servem como incentivos e impedimentos – atribuídos a ações e resultados (OSTROM, 2011, p. 11, traduzido pela autora).

Por outro lado, as variáveis externas envolvem os fatores exógenos que afetam a estrutura. Estes fatores subdividem-se em três grupos: regras, atributos do mundo (biofísicos/condições materiais) e comunidade.

Subjacentes ao modo como os analistas conceituam as situações de ação e os participantes que nelas interagem estão suposições implícitas sobre as regras que os participantes usam para ordenar seus relacionamentos, sobre os atributos do mundo biofísico e sobre a natureza da comunidade dentro da qual a arena ocorre (OSTROM, 2005, p. 16, traduzido pela autora).

As regras representam os valores dos componentes de uma situação de ação e são resultados de uma interação de situações de ações adjacentes que envolvem ordem e previsibilidade. “Regras são entendimentos compartilhados entre os envolvidos que se referem a prescrições impostas sobre quais ações (ou estados do mundo) são necessárias, proibidas ou permitidas (OSTROM, 2019)”.

Os indivíduos utilizam regras constantemente em sua vida cotidiana. Seja por meio de legislação e regulamentos ou mesmo normas não documentadas, os indivíduos desenvolvem formas de resolver problemas que podem tornar-se hábitos sociais. Além disso, as regras podem ser alteradas constantemente a partir da conscientização da necessidade de mudança de comportamento para se adequar a situações (OSTROM, 2019). Sobre o entendimento coletivo das regras:

A estabilidade das ações ordenadas por regras depende do significado compartilhado atribuído às palavras usadas para formular um conjunto de regras. Se não houver um significado compartilhado quando uma regra for formulada, haverá confusão sobre quais ações são necessárias, permitidas ou proibidas. As regularidades nas ações não podem resultar se aqueles que devem interpretar repetidamente o significado de uma regra em situações de ação chegam a interpretações múltiplas (OSTROM, 2019, p. 37).

Um outro elemento das variáveis externas são os atributos do mundo físico e material. As ações e resultados são diretamente afetados pelo mundo no qual estão inseridas que influenciam fortemente as opções disponíveis. Resultam em bens que são

geralmente considerados “bens públicos” e causam benefícios não subtrativos usufruídos de forma conjunta e simultânea por muitas pessoas e que são de difícil exclusão para a obtenção de benefícios (OSTROM, 2019). As duas características definidoras dos dilemas mais comumente vivenciados que envolvem bens e serviços são a subtrabilidade e a exclusão (MCGINNIS, 2011).

Os atributos da comunidade, enquanto variável externa, dizem respeito ao contexto social e cultural no qual a situação de ação está localizada. O conceito de comunidade é novamente aquele que tem muitas definições e significados nas ciências sociais e dentro delas. Refere-se a cultura e a forma como ela afeta os modelos mentais que os participantes de uma situação podem compartilhar e envolve os aspectos ligados a confiança, reciprocidade e compreensão comum (OSTROM, 2005; MCGINNIS, 2011). Sobre os atributos da comunidade:

Incluem as normas de comportamento geralmente aceitas na comunidade, o nível de entendimento comum que os participantes potenciais compartilham sobre a estrutura de tipos particulares de arenas de ação, a extensão da homogeneidade nas preferências dos que vivem em uma comunidade e na distribuição de recursos entre os afetados (OSTROM, 2019, p.43).

Os resultados no IAD são gerados pela conjuntura das saídas de uma situação de ação ou de outra situação de ação intimamente relacionada. Os critérios de avaliação podem ser usados pelos observadores externos para determinar quais resultados são considerados satisfatórios e quais precisam ser melhorados (MCGINNIS, 2011).

De fato, o foco de análise do IAD *framework* é a situação de ação. Anteriormente, Ostrom (2005) subdividia a arena de situação (ou situação de ação) em participantes e ações/situações. A partir de Ostrom (2011) o IAD é simplificado para focar na situação de ação levando em conta as interações e resultados. Então, ao visualizar a situação de ação e olhar para os seus componentes, pode-se especificar como se está analisando o ator naquele nível.

Nesta pesquisa o IAD *framework* foi elaborado a partir das informações obtidas no levantamento bibliográfico e de campo. Entende-se como fundamental a compreensão da forma como as instituições de estabelecem, como se dão os acordos estabelecidos e se a estrutura de governança gera facilidades ou dificuldades na superação do dilema de ação coletiva.

3.2.4 Análise do conteúdo

Para compreender como as grandes empresas que atuam com a soja na região do Baixo Amazonas se apresentam para a sociedade, foi adotada uma análise de seus relatórios anuais e Instagram, já que é através destes instrumentos que as empresas dão visibilidade e transparência de suas ações para a sociedade. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), foi adotada com o auxílio dos *softwares* NVIVO e Excel para demonstrar uma visão geral e os principais temas tratados.

A análise de conteúdo é um procedimento clássico para estudar materiais de texto de qualquer origem. O método é baseado no uso de categorias derivadas de modelos teóricos e tem como objetivo classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categorias. Costuma ser feita por meio do método de dedução frequencial ou análise por categorias temáticas, onde a dedução frequencial consiste em enumerar a ocorrência de um mesmo signo linguístico (palavra) que se repete com frequência e a análise por categorias temáticas tenta encontrar uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados. De uma maneira geral os objetivos da análise de conteúdo compreendem a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura. (FLICK, 2012; CAREGNATO; MUTTI, 2006; BARDIN, 2011).

A seguir serão detalhados os procedimentos adotados com relação a análise do conteúdo, descrevendo como foi feita a análise da visão geral e evolução ao longo dos anos, a categorização e investigação de áreas temáticas e a contextualização da Amazônia relatórios.

a) Visão Geral e evolução ao longo dos anos – Relatórios e Instagram

A partir da leitura aprofundada dos relatórios referentes a seis anos foi possível compreender a suas transformações ao longo do tempo e expressar a visão geral dos documentos de forma conjunta. Essa análise possibilitou demonstrar as mudanças que os relatórios passaram, que vão desde a dimensão e formato, até a maneira como os assuntos são abordados (e silenciados).

Inicialmente foi realizado um recorte temporal e selecionado o material a ser analisado. Optou-se por estudar os relatórios a partir do ano de 2016 e disponibilizados no website oficial da empresa, no idioma português. O quadro 05 demonstra os relatórios que foram estudados.

Quadro 05 - Relatórios estudados na pesquisa

| Nº | Documento analisado | Elaboração | Nº de páginas |
|--------------|--|----------------|---------------|
| 1 | Cargill - Relatório de Sustentabilidade 2016 | Cargill Brasil | 41 |
| 2 | Cargill - Relatório Anual 2017 | Cargill Brasil | 80 |
| 3 | Cargill - Relatório Anual 2018-2019 | Cargill Brasil | 47 |
| 4 | Cargill - Relatório Anual 2019 | Cargill Brasil | 51 |
| 5 | Cargill - Relatório Anual 2020 | Cargill Brasil | 78 |
| 6 | Cargill - Relatório de Sustentabilidade 2021 | Cargill Brasil | 76 |
| TOTAL | | | 373 |

Fonte: Elaboração da autora

Para a análise minuciosa do conteúdo publicado no Instagram, esta pesquisa optou por trabalhar com todas as postagens realizadas no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022 com um total de 147 publicações, onde foram analisadas individualmente e organizadas em uma planilha no Excel contemplando os seguintes campos: data da postagem, legenda em inglês, legenda em português, imagem, curtidas, visualizações, comentários, local indicado na postagem, categoria e se havia um link para os relatórios de gestão. Para a evolução temporal, foram contabilizadas as postagens desde 2016 e para a categorização e análise do discurso desde 2019, conforme demonstra o quadro 06.

Quadro 06 – Postagens do Instagram estudadas na pesquisa

| Análise Instagram Cargill | | |
|----------------------------------|--------------|---|
| Ano | Nº postagens | Tipo de análise |
| 2016 | 124 | Contagem para evolução temporal |
| 2017 | 94 | Contagem para evolução temporal |
| 2018 | 63 | Contagem para evolução temporal |
| 2019 | 53 | Análise do conteúdo com categorização e análise do discurso |
| 2020 | 42 | Análise do conteúdo com categorização e análise do discurso |
| 2021 | 18 | Análise do conteúdo com categorização e análise do discurso |
| 2022 | 34 | Análise do conteúdo com categorização e análise do discurso |

Fonte: Elaboração da autora

b) Categorias e Investigação das áreas temáticas – Relatórios e Instagram

Com o intuito de compreender como a Cargill se expressa para a sociedade foram estudados seus relatórios e Instagram. Os relatórios foram classificados por temas afins, o que culminou na identificação das principais categorias abordadas, com base na análise de conteúdo, como indica Bardin (2011). As categorias foram detalhadas em subcategorias para expressar de forma mais fiel e aprofundada os principais assuntos tratados. A unidade de análise adotada para mensurar a densidade de cada subcategoria foi o número de palavras.

Ao tratar sobre a análise do conteúdo, Bardin (2011) afirma que a organização da análise envolve a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Em seguida, a codificação corresponde na transformação, segundo regras precisas, dos dados brutos em unidades. Ainda segundo a autora, a codificação deve se basear em unidades de registro e de contexto, onde o critério do recorte pode ser a palavras, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento e o documento (BARDIN, 2011).

Esta pesquisa optou por utilizar como unidade de registro o tema, ou seja, as afirmações acerca de determinado assunto. Ainda de acordo com Bardin (2011), o tema em geral é utilizado para estudar motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências. De acordo com a autora:

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido (BARDIN, 2011, p. 105).

Segundo Flick (2012) a análise de conteúdo objetiva classificar os textos alocando as declarações em um sistema de categorias. A classificação dos textos por categorias diz respeito à redução do material para que, a partir da elaboração esquemática, pareça mais transparente, menos ambíguo e mais fácil de lidar.

O NVIVO, software para análise de dados produzido pela *QSR International*, foi utilizado para a organização, codificação e tratamento dos dados. O software foi utilizado para a análise dos relatórios, para a codificação e, em seguida, os arquivos dos relatórios foram inseridos no software para que cada parte do texto fosse relacionada a sua respectiva categoria.

No que se refere a codificação, optou-se por identificar somente uma categoria para cada seleção de texto, ou seja, foi levada em consideração sempre o assunto predominante. Desta forma, foram codificados todos os relatórios em sua integralidade, o que permitiu apontar as categorias preponderantes e efetivar as análises utilizando também as ferramentas visuais do NVIVO, tais como gráficos, gráficos de hierarquia, mapas, diagramas, nuvens de palavras e análise de clusters.

A codificação originou seis categorias e vinte e oito subcategorias a partir da análise de conteúdo dos relatórios. Cada categorias e subcategoria foi analisada quanto a sua densidade (volume de palavras) visando identificar a representatividade de cada tema diante do conteúdo como um todo.

No que se refere ao Instagram, após a análise geral dos conteúdos, foram elaboradas categorias, de acordo com a temática principal abordada, tendo como unidade

de análise a postagem. Foi desenvolvido um mapa com as categorias utilizadas na pesquisa no Instagram, onde foram identificadas quatro categorias e quinze subcategorias. Em seguida foi possível identificar a ocorrência das categorias, demonstrando as principais áreas temáticas abordadas e quais categorias prevaleciam sobre as outras. Assim como na análise dos relatórios corporativos, a categorização do Instagram foi elaborada com base na análise de conteúdo como preconiza Bardin (2011).

Os comentários das postagens foram analisados no *software* NVIVO com ferramentas como nuvem de palavras, um recurso gráfico que visa demonstrar as palavras e termos mais frequentes que permite identificar o que tem maior relevância em diferentes contextos.

3.2.5 Análise do discurso

De acordo com Orlandi (2012, p.16) “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção do sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística”. Refere-se as construções ideológicas que vão além da palavra nua, mas carregam de sentidos e significados com base em realidades de vivências humanas.

Para tratar da importância na sociedade da palavra em movimento, Foucault (1996) em sua obra clássica intitulada “A ordem do discurso” questiona o leitor sobre o perigo da proliferação indevida de discursos. O Autor afirma:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Discurso também é poder, um instrumento capaz de mover a sociedade ou grupos em rumos conforme interesses específicos e neste sentido há também a palavra calada, aquela que não pode ser dita. Há um sistema institucional que apoia e constrói um suporte formado por um conjunto de práticas que exerce pressão e poder de coerção, criando “discursos de verdade”. A análise do discurso visa observar algo além do texto, os acontecimentos a sua volta (FOUCAULT, 1996).

A análise do discurso será utilizada nesta pesquisa para auxiliar na compreensão dos significados por trás das falas das corporações para a sociedade, especificamente da Cargill. As falas em questão estão materializadas nos relatórios de sustentabilidade e nas

redes sociais, instrumentos utilizados pelas empresas para comunicar suas ações para o mundo.

Tendo em vista a importância dos discursos para a sociedade, estudar o que dizem as empresas torna-se algo fundamental para a compreensão do funcionamento econômico, social e político do mundo atual e principalmente das relações de poder. Inseridas em num sistema capitalista que visa o lucro e a propriedade privada dos meios de produção, as organizações, em especial as multinacionais, adquirem uma grande importância nesta lógica de acumulação de riquezas. Para as empresas é valioso ter uma imagem que transmita competência e rentabilidade, porém nem sempre essa imagem, transmitida através de veículos como relatórios organizacionais e redes sociais, reflete a realidade das práticas empresariais.

Etapas da análise do discurso

Conforme Orlandi (2012), o dispositivo de análise deve conter os limites da interpretação, da manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos, investindo na opacidade da linguagem. Para tal, a autora descreve etapas que se iniciam com a constituição do corpus baseada em critérios teóricos para, em seguida, passar a etapa denominada superfície linguística, onde se verifica a busca das configurações das formações discursivas, a partir de uma análise mais detalhada no corpus bruto. Na etapa posterior, chamada de objeto discursivo, se observa a formação discursiva e os jogos de sentidos presentes no material selecionado e, depois segue-se a etapa processo discursivo que envolve a compreensão dos sentidos a partir das inferências sobre as condições, modo de funcionamento do discurso, o dito e o não dito e a relação entre os sujeitos (ORLANDI, 2012). A figura 09 demonstra estas etapas.

Figura 09 – Etapas da análise do discurso

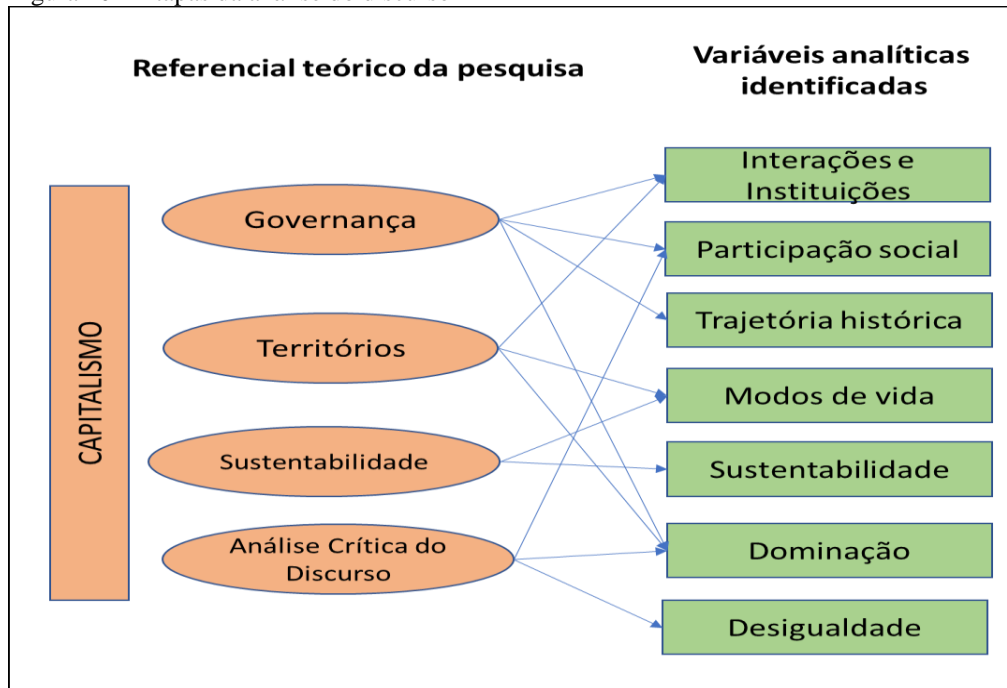


Fonte: Elaboração da autora a partir de ORLANDI (2012).

Referente a **pré-análise**, o referencial teórico adotado nesta pesquisa foi a base para identificar o corpus e a forma como seriam realizadas as investigações. A partir de questões que envolvem o capitalismo, desde sua constituição e neoliberalismo, foi possível refletir sobre a governança, sustentabilidade e como as manifestações ocorrem nos territórios, espaços de disputa e relações de poder. A forma como o termo sustentabilidade é usado a partir dos discursos empresariais muitas vezes se adequa ao interesse dos diferentes atores, em detrimento de outro. Logo, a maneira como esses atores se relacionam e as relações de poder e governança existente entre eles também é um ponto fundamental para compreender as questões adotadas nesta pesquisa.

A partir da base teórica foi elaborada uma espécie de lista de palavras-chave, aqui denominadas de variáveis analíticas, que contêm itens a se observar com maior detalhe na leitura do corpus bruto. A figura 10 detalha essas variáveis:

Figura 10 – Etapas da análise do discurso



Fonte: Elaboração da autora

Em seguida, ainda na fase de pré-análise, foi realizada a determinação do corpus. Por entender que é necessário analisar os discursos empresariais, observou-se as principais formas que as empresas utilizam para se expressar para a sociedade. Foi identificado que os principais meios de comunicação entre as organizações e a sociedade, especialmente nas esferas ambiental e social, têm sido os relatórios organizacionais e a divulgação de ações pelas redes sociais. Logo, esta pesquisa escolheu estudar os relatórios anuais e o Instagram da empresa Cargill, por entender que ela tem uma relação determinante nas transformações ocorridas no território do Baixo Amazonas a partir dos anos 1990, sendo desta forma determinante para a região compreender como se dá o discurso desta empresa.

Vale destacar que a análise documental, de natureza qualitativa, envolve a análise do documento escrito, um instrumento que permite acrescentar o fator tempo a análise social, permitindo observar processos de evolução históricas e de todas as ciências sociais. Enquanto método, deve envolver uma análise preliminar onde são observados o contexto, os autores, a autenticidade e confiabilidade e a natureza do texto. Em seguida, a análise em si se dá a partir da desconstrução e reconstrução do documento, com vistas

a responder a seus questionamentos e, para tal, verifica as ligações entre os fatos acumulados e os elementos de informação. É a ligação entre o problema do pesquisador e as observações extraídas que possibilita formular explicações (CELLARD, 2008)

Ao longo dos anos os relatórios adquiriram importância, sendo “considerados uma resposta direta às mudanças na sociedade que levaram ao aumento do monitoramento e policiamento de empresas” (DAUBB, 2007, p.77), no entanto uma análise crítica destes documentos envolve a questão sobre até que ponto as empresas continuarão motivadas a publicar e a garantir a veracidade dos elementos apresentados. Uma questão determinante é se as empresas realmente implementaram os elementos que incluem em seu relatório.

Por outro lado, a pandemia de Covid-19 fez com que o uso da internet e conseqüentemente das redes sociais aumentasse significativamente. A internet se apresentou como umas principais ferramentas de divulgação de diferentes tipos de negócios e cabe as empresas examinar formas de lidar com um universo tão múltiplo e repleto de possibilidades e desafios. A sociedade compete aprender a utilizar a rica ferramenta da internet e redes sociais para promover formas de organização e controle que permitam as pessoas reivindicar seus direitos e exercerem plenamente a sua cidadania.

O amplo crescimento da utilização das redes sociais e interações *on line* têm impulsionado novas formas de realização de pesquisa que comportem as novas realidades de interações sociais mediadas por máquinas e o uso de ferramentas digitais (KOZINETTS, 2014; FENTON, 2019). Com o objetivo de investigar as tendências de pesquisas focadas no uso de como tecnologias podem melhorar os processos de negócios, Nascimento e Silveira (2017) afirmam que as redes sociais estão se tornando cada vez mais difundidas e ocupando um papel de grande relevância nas formas de comunicação da sociedade. Os autores enfatizam que os usuários estão criando novas formas de usar as redes o que está interferindo nas relações com as empresas e com os governos.

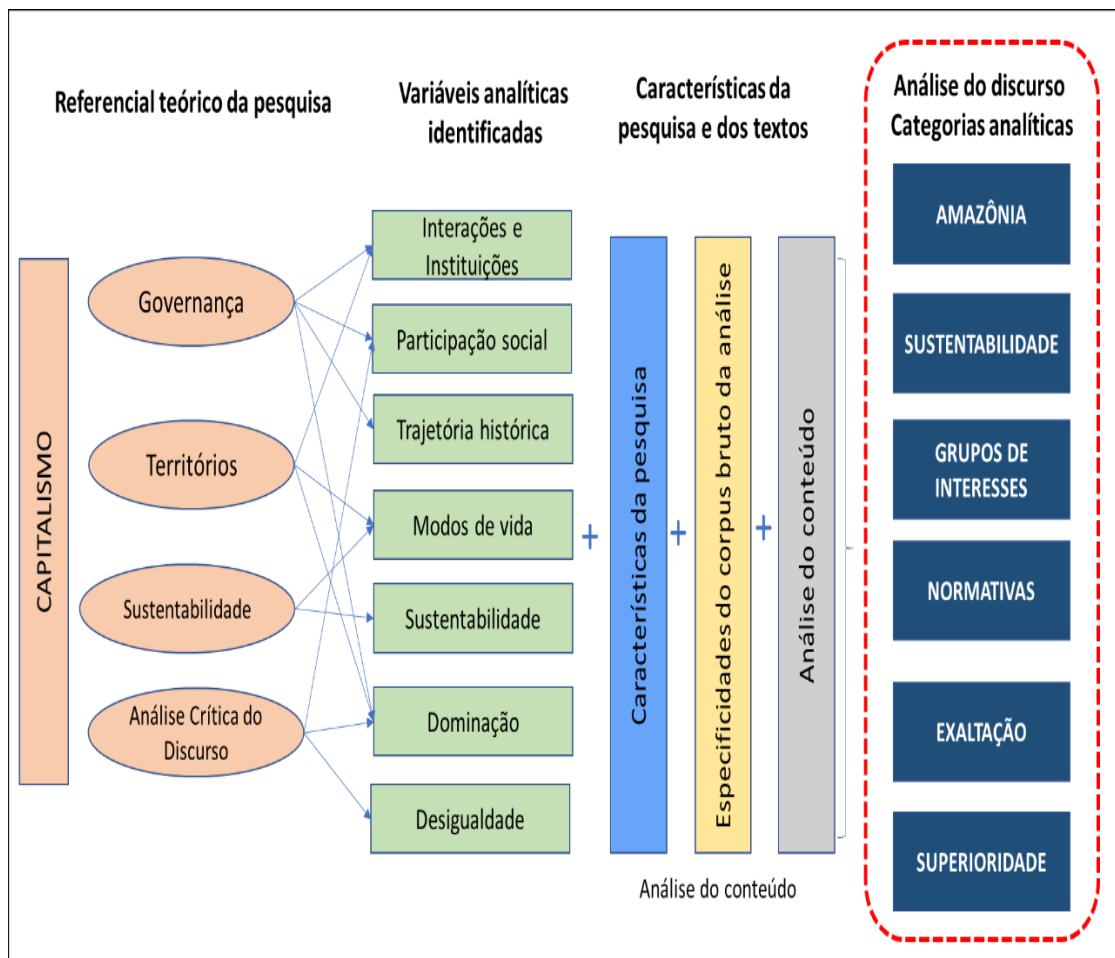
Assim, o corpus bruto escolhido para a análise da pesquisa são seis relatórios anuais da empresa Cargill elaborados na Cargill Brasil e 147 postagens na rede social Instagram da conta @cargill internacional, na língua inglesa, feitos no período de período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, como será mais bem detalhado na seção seguinte. Reforço que a escolha pelos dois tipos diferentes de materiais de análise se deu por entender que os relatórios publicados no web site da empresa e as redes sociais constituem atualmente o principal instrumentos utilizado pelas organizações para se expressar para a sociedade. São instrumentos comunicacionais que, apesar de interagirem

com diferentes públicos, têm a mesma função de expressar as representações de realidade que a empresa utiliza e como elas se materializam em ações e projetos no espaço.

Retomando as etapas da análise do discurso, na etapa da **superfície linguística** foi realizada uma leitura exaustiva do corpus bruto com o intuito de identificar suas principais nuances, os temas mais abordados e alguns efeitos de linguagem adotados, como a repetição massiva de alguns termos. Tal etapa já demonstrava indicativos sobre a forma como o discurso é construído e as maneiras como ele buscava demonstrar para o público a “boa atuação” da empresa. A partir do ir e vir na teoria foi possível verificar possíveis categorias de análise.

A etapa **objeto discursivo**, momento em que se buscam os sentidos do discurso, permitiu consolidar as categorias de análise. Para a construção das categorias foi analisado o referencial teórico adotado e as variáveis analíticas consideradas determinantes. Para compreender como tais variáveis se expressam no discurso empresarial da Cargill através dos seus relatórios e da rede social Instagram, alinhados ao objeto, características e *locus* da pesquisa, foi criado um *framework* que expressa a decomposição das categorias a partir das características teóricas, do objeto e do corpus bruto pesquisado. Logo, as categorias definidas para a análise do discurso foram as seguintes: Amazônia, sustentabilidade, grupos de interesses, normativas, exaltação e superioridade. A figura 11 descreve o *framework* proposto.

Figura 11: Framework de análise



Fonte: Elaboração da autora

Um *framework*, enquanto estrutura base de análise, materializa as funções e componentes pré-definidos para que seja realizada a verificação do objeto de pesquisa e, a partir desses elementos, obter as respostas as questões trabalhadas. É importante destacar que o *framework* não se constitui somente do referencial teórico, mas também se adequa as realidades do estudo. Neste caso, além de incorporar um resumo dos principais elementos das teorias (como nas categorias sustentabilidade, grupos de interesses e normativas), ele se adequa ao local da pesquisa (o que é possível perceber com a inserção da categoria Amazônia) e a percepção prévia de elementos textuais que caracterizam o corpus e dão o tom do discurso identificadas com base na pré-análise e na análise da superfície linguística (como na inclusão de exaltação e superioridade). O quadro 07 apresenta uma descrição de cada categoria definida:

Quadro 7 – Categorias de análise do discurso

| CATEGORIAS | DESCRIÇÃO |
|----------------------|---|
| AMAZÔNIA | Compreende localizar a Amazônia no discurso e refere-se análise da forma como a região é mencionada |
| SUSTENTABILIDADE | Analisar os tipos de abordagens que envolvem o termo sustentabilidade nos documentos para esclarecer de que forma a empresa entende o termo. |
| GRUPOS DE INTERESSES | Envolve as parcerias estabelecidas e as relações entre os atores, identificando aqueles mencionados no texto |
| NORMATIVAS | Refere-se as normas e regras elaboradas pela empresa para regulamentar não somente a sua forma de trabalho, mas também as relações com o ambiente externo. |
| EXALTAÇÃO | Diz respeito aos fragmentos textuais repetitivos que enaltecem a forma de atuar da empresa |
| SUPERIORIDADE | Envolve a ênfase na importância da organização para a sociedade e compreende o domínio hegemônico das afirmações da empresa diante de outras formas de pensamentos. |

Fonte: Elaboração da autora

A etapa **Processo discursivo** permitiu relacionar o material as categorias definindo os sentidos e o processo de significação. Foi verificada a subjetividade do sujeito e análise dos esquecimentos que, conforme Orlandi (2012), representam a significância dos não-ditos, objeto de reflexão de vários linguistas por conter a noção de interdiscurso, de ideologia e da formação discursiva. Foram observadas também as análises da posição dos sujeitos, as relações de exclusão e inclusão, oposição e a historicidade do texto.

CAPÍTULO 4. AMAZÔNIA E SUSTENTABILIDADE: ANTAGONISMOS E CONFLITOS EM TORNO DA SOJA

Desde o período colonial o olhar sobre a Amazônia envolveu aspectos de exploração dos recursos naturais e invisibilidade dos atores locais, onde a região é vista como área a ser desbravada e espaço de conflitos. A história econômica, social e institucional da Amazônia retrata um esforço para a sua inserção na lógica do sistema capitalista como provedora de matérias primas, em uma trajetória permeada por disputas contra as diversas formas de dominação e de resistência dos povos que lá habitam.

Entre os diferentes ciclos econômicos que causam controvérsias por seus danos ambientais e sociais, destaca-se, atualmente, a expansão da soja na região do Baixo Amazonas no Estado do Pará, mais especificamente nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. A partir da década de 1990, os interesses das corporações do agronegócio relacionados à cadeia de alimentos global se consolidaram na ideia de conectar o norte do país por meio de rodovias e passaram a pautar uma estratégia de desenvolvimento para a região fundada na infraestrutura de escoamento da soja e, conseqüentemente, também na produção de grãos.

Essa dinâmica relaciona-se aos interesses empresariais do agronegócio na logística e na incorporação de novas terras ao mercado de grãos, modificando as estruturas territoriais locais. Dada a importância do Brasil para o mercado global de alimentos, a formação dos preços de terras no país vincula-se as oscilações dos preços de *commodities*, em especial a soja. No entanto as diferentes estratégias de apropriação empresariais têm causado efeitos sobre os direitos territoriais e a intensificação de conflitos, desmatamentos e tensões ambientais (ALMEIDA e MARIN, 2010).

A expansão da soja é impulsionada por forças globais de mercado e configura-se em uma poderosa ameaça ao meio ambiente representando uma ligação direta entre a economia global e a fronteira do desmatamento da Amazônia. Diferente de outras atividades ambientalmente predatórias já desenvolvidas na região (como por exemplo a pecuária), a soja serve de justificativa para investimentos governamentais de desenvolvimento de uma grande infraestrutura para o escoamento da safra de grãos e entrada de insumos, o que pressupõe a criação de hidrovias, estradas de ferro e pavimentação de rodovias. Com grande peso político, a soja na Amazônia Brasileira tem se expandido, tendo em vista preços altos de *commodities* e subsídios governamentais (FEARNSSIDE, 2001).

Em estudo sobre os processos de desenvolvimento da BR-163, Brito e Castro (2018) apontam que ele se dá com base em fenômenos de poder e dominação, onde as empresas buscam impor uma divisão de trabalho adequada aos seus interesses, aliando-se a diversas escalas do poder público. Desta forma, o modelo de desenvolvimento definido para a Amazônia segue a lógica econômica do sistema capitalista que gera desigualdades estruturais, pobreza e concentração de riquezas, fundamentadas em relações de poder desiguais entre dominantes e dominados. Como consequência, o que se vê é o agravamento de violência e conflitos, expulsões, desastres ambientais e sociais (BRITO e CASTRO, 2018).

Diversos pesquisadores já desenvolveram estudos sobre os efeitos do avanço da soja na Amazônia. Alguns focaram no agronegócio e mercado de terras (ALMEIDA, MARIN, 2010), outros abordaram temas como danos ao meio ambiente e conflitos sociais (FEARNSIDE, 2001; CASTRO, 2008; ARAÚJO et. al, 2008; BALETTI, 2014; BARROS et. al, 2020; SAUER, 2013; SAUER, 2018), direitos dos povos tradicionais (BARBOSA, 2014; BARBOSA, MOREIRA, 2017), governança ambiental (CARDOSO, 2008), impactos da infraestrutura logística (COSTA, 2021; MARGARIT, 2013), hegemonia das corporações como a Cargill (GOLDFARB, 2015a) e espaço urbano (GOMES et al., 2017)

É fundamental estudar as formas de capturas de modos de vida promovidas pelo sistema capitalista na Amazônia, como um aspecto da expressão das relações de poder em escala global, através de instrumentos de dominação e persuasão como os discursos. Com esse intuito, este capítulo objetiva apresentar um retrato da evolução da soja na região, destacando a maneira como os atores se relacionam e se formam as instituições, além dos resultados e consequências para o território. Neste sentido, temas como sustentabilidade e governança adquirem extrema relevância para explicar como os arranjos institucionais foram construídos de forma a favorecer alguns atores, em detrimento de outros.

Os resultados da pesquisa nesta seção serão apresentados divididos de forma a explicitar a evolução histórica da problemática, a maneira como as instituições se estabelecem e como o avanço da soja se reflete no dia a dia das populações locais. Para tal, será apresentado o IAD *framework* com uma caracterização inicial do dilema de ação coletiva, a situação de ação, variáveis exógenas, resultados do dilema e sustentabilidade.

4.1 Território e poder: Caracterização do dilema de ação coletiva

A gestão do território envolve as formas de uso e destinação materializadas nas relações de poder e na construção de política pública por parte do Estado, com a possibilidade de participação dos diferentes atores sociais. Na contemporaneidade do mundo capitalista os interesses sobre territórios se expandem conectados a uma lógica global de consumo e acumulação de capital e, neste contexto, locais como a Amazônia tornam-se palco de ações antagônicas onde pautas de conservação e sustentabilidade se opõem ao avanço de grandes empresas globais ligadas a cadeia de alimentos.

A região do Baixo Amazonas no estado do Pará, em especial os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, vivenciam há muitos anos um processo de mudanças na dinâmica territorial onde o Estado, a partir da promoção de políticas públicas de incentivo a ocupação e destinação econômica, privilegiou o fomento a atividades voltadas a mineração, pecuária, exploração madeireira e o plantio de *commodities* em detrimento dos interesses das populações tradicionais que lá vivem.

Mais recentemente, a partir da década de 1970, as práticas de ocupação de terras na região da Baixo Amazonas se deram de forma sucessiva e políticas voltadas a infraestrutura (como obras na rodovia da BR-163 e a instalação do complexo portuário em Santarém) incentivaram as dinâmicas de mudanças estruturais sócio territoriais. As alterações sobre o território em foco contemplam as questões ambientais e de governança global que permeiam a produção de soja, porém inseridas em um contexto do deslocamento de grupos sociais que envolvem os processos de mobilidade de capital (CASTRO, 2008).

Ao estabelecer o IAD *framework*, Ostrom (2005) argumenta que as políticas públicas surgem para resolver dilemas de ação coletiva. De fato, a dicotomia entre interesses individuais e coletivos permeia distintos ramos de ciência há muitos anos. Sobre ação coletiva, autores como Olson (1999) abordam os benefícios da ação e argumentam que o que o grupo fará dependerá do que os indivíduos desse grupo fizerem e o que os indivíduos farão dependerá das vantagens relativas que lhes oferecerão o grupo. O autor aponta a figura do *free rider* (caroneiro) como um comportamento de um indivíduo que usufrui do bem coletivo sem ter pago nenhum custo para a obtenção do mesmo.

Sobre a possibilidade dos indivíduos se auto-organizarem e superarem o dilema da ação coletiva, a ciência apontava previsões bastante pessimistas no século XX. O clássico trabalho de Garret Hardin (1968) denominado Tragédia dos Comuns fadava a

população ao esgotamento de recursos naturais ao afirmar que cada indivíduo tende a intensificar o uso e exploração destes recursos impulsionados por uma racionalidade individualista.

Os trabalhos de Elinor e Vicent Ostrom desenvolvidos na escola de Indiana surgem com uma perspectiva mais otimista para afirmar que a ação coletiva pode ser implementada através das instituições, com a elaboração e adaptação de regras comuns (e seus mecanismos de controle e sanção) e o incentivo a cooperação e compartilhamento (OSTROM, 1990)

De acordo com Ostrom (2010), qualquer grupo que busque interesses comuns pode e tem sido modelado como dilemas sociais geradores de problemas de ação coletiva. Sobre os temas, faz-se necessário delimitar conceitualmente dilemas de ação coletiva ocorrem:

Os problemas de ação coletiva ocorrem quando os indivíduos escolhem ações – como construir e manter um sistema de irrigação – em uma situação interdependente. Se cada indivíduo em tais situações selecionar estratégias com base em um cálculo que maximize os benefícios de curto prazo para si mesmo, os indivíduos realizarão ações que gerarão resultados conjuntos inferiores aos que poderiam ter sido alcançados. Em outras palavras, um problema de ação coletiva pode ser analisado como um jogo em que o equilíbrio de Nash para uma única iteração do jogo produz menos do que o resultado socialmente ótimo (OSTROM, 2010, p. 155, traduzido pela autora).

A produção das estruturas territoriais envolve dilemas sociais e materiais que se transformam em objetivos de políticas públicas e pressupõem a construção de mecanismos institucionais de gestão do território. O dilema de ação coletiva envolvido no uso e destinação do território do Baixo Amazonas situa-se na discordância e no desequilíbrio entre os atores que ali operam em torno da produção de *commodities*, como a soja, e seus interesses contraditórios, como o governo, os grupos empresariais e as populações locais.

Envolve a pressão de grandes organizações sobre a Amazônia e as comunidades para submeter o espaço aos interesses capitalistas, capturando (e por vezes exterminando) os modos de vida locais. Logo, refere-se às relações dos sujeitos do campo com a terra e o território e as suas lutas contra a formação do latifúndio, as expulsões e o agrotóxico.

Souza (2009) apresenta o território como campo de força onde o poder é um aspecto fundamental na sua definição e com ele a dimensão política, no entanto, a economia e a cultura com seus significados e identidades também têm grande importância. O processo de territorialização ou desterritorialização envolve o

desenraizamento de indivíduos e pode se manifestar na privação de recursos por parte de um determinado grupo. Sobre o poder e materialidade, o autor afirma:

Se o exercício do poder, e com ele o desejo ou a necessidade de defender ou conquistar territórios, tem a ver com um acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade – ou seja, coisas que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis –, como poderia a materialidade ser desimportante?!... Como projeção espacial de relações de poder, o território não pode ser jamais compreendido e investigado (sua origem e as causas de suas transformações) sem que o aspecto material do espaço social seja devidamente considerado (SOUZA, 2009, p.64).

O capitalismo necessita de espaço físico e humano para reproduzir sua forma de ser. Com isso, novas técnicas e tecnologias que aperfeiçoam à lógica do sistema se impõem ao campo e a cidade provocando transformações nas estruturas vigentes. Nesta circunstância, a agricultura tornou-se sujeita a modificações velozes e de grande impacto nas paisagens. Sobre as transformações territoriais na contemporaneidade, Raffestin (2009) afirma:

Com a informação à disposição, a sociedade atual tem necessidade de matéria, de energia e de espaço como suporte. Nesse sentido, o espaço volta a ser importante. O seu papel é, sobretudo, de “estrutura que suporta” as ações humanas mais que de conteúdo sensível, mesmo que tenha a ação de diversos movimentos ecologistas que tentam proteger o espaço não somente como estrutura, mas também como conteúdo (RAFFESTIN, 2009, p. 24).

O poder implica a capacidade de estabelecer normas e fazer com que sejam cumpridas. Logo, o dilema de ação coletiva presente nas visões contraditórias de grupos sobre o uso e destinação do território necessitaria da atuação do Estado democrático no estabelecimento de políticas que norteasse e criassem estruturas regulatórias adequadas no sentido de salvaguardar os direitos dos seus cidadãos. No entanto, sob a égide do desenvolvimento, o Estado alinha-se à visão capitalista de crescimento a qualquer custo e cria estruturas que privilegiam uns grupos em detrimento de outros, reproduzindo uma visão de desenvolvimento que desde a época colonial enxerga a Amazônia como celeiro de matérias-primas.

Neste sentido, ferramentas como o IAD *framework* são de fundamental importância para esclarecer como as instituições atuam nas dinâmicas da sociedade, explicitando o desenho de políticas e as relações de poder presente nas interações. Olhar o quadro institucional sobre o qual os indivíduos estão imersos significa mergulhar na forma como as regras são estabelecidas e como essas regras e as decisões pode impactar os indivíduos.

4.2. Situação de ação (Ações/situações ↔ participantes)

A seguir será descrita a situação de ação, com foco nos participantes, suas interações e resultados. Algumas questões já abordadas anteriormente serão revistas com um olhar nas instituições e na forma como são elaboradas e sustentadas, a partir das interações dos indivíduos que em situações diversas e complexas definem regras de escolha coletiva para estruturar suas deliberações e decisões (OSTROM, 2005).

Uma parte fundamental do IAD situa-se na estrutura e na identificação de uma situação de ação e os padrões resultantes de interações e resultados, além da avaliação desses resultados. O desafio para os teóricos institucionais é entender a estrutura de uma situação para selecionar as suposições apropriadas sobre o comportamento humano que se ajustam ao tipo de situação sob análise (OSTROM, 2005; OSTROM, 2011).

4.2.1. Participantes

De acordo com Ostrom (2011), o ator/participantes em uma situação pode ser pensado como um único indivíduo ou como um grupo funcionando como um ator corporativo. Já a ação diz respeito àqueles comportamentos aos quais o indivíduo ou grupo atuante atribui um significado subjetivo e instrumental. Nesta seção serão descritos os principais atores e a situação de ação que envolve o uso do território, enquanto dilema de ações coletiva.

No que refere aos participantes, na região do Baixo Amazonas fica claro a existência de dois grupos de atuação opostas e que apresentam baixa interação. A questão básica desse antagonismo está pautada na visão dos grupos sobre o uso do território. De um lado há aqueles que defendem o agronegócio e a produção de soja e milho na região, bem como o uso econômico da Amazônia, seja ela ligada a produção de *commodities* ou a sua logística estratégica para o escoamento hidroviário. De outro lado há os camponeses, indígenas e quilombolas que pautam o direito à autodeterminação e a escolha de um modo de vida harmônico com a natureza, inclusive em suas formas produtivas, como a agroecologia.

Logo, a situação de ação se dá com a participação desses grupos de interesses, onde ficam claros os representantes dos produtores, retratados pelas empresas e sojicultores, em oposição as comunidades. Entre os participantes há também organizações não governamentais – ONGs (algumas mais próximas de um grupo e outras de outro), organizações de ensino e pesquisa, ministérios públicos e órgãos públicos, todos entes diretamente ligados a temática do ordenamento territorial.

As figuras 12, 13, 14, 15 e 16 representam os principais atores mapeados agrupados por representantes das comunidades, organizações não governamentais, empresas e representantes de produtores, organizações de ensino e pesquisa e Órgãos públicos. As figuras simbolizam os atores identificados nesta pesquisa a partir dos levantamentos bibliográfico e de campo. Logo, existem outros atores que não constam na figura, porém optou-se por utilizar apenas aqueles identificados nos levantamentos desta pesquisa.

Na figura 12 constam os representantes das comunidades:

Figura 12: IAD participantes – Representantes das comunidades



Fonte: Elaboração da autora

Para apresentar os membros das organizações não governamentais, a figura 13 traz um apanhado das ONGs mencionadas nos levantamentos, incluindo aquelas que constam nos relatórios e demais materiais da Cargill como responsáveis por projetos na região.

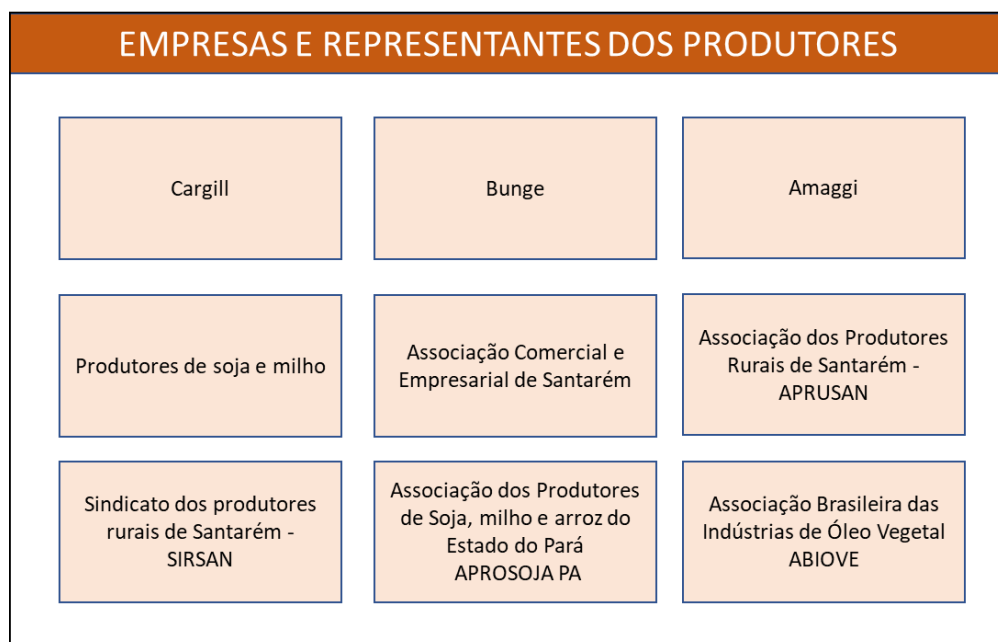
Figura 13: IAD – Participantes - Organizações não governamentais



Fonte: Elaboração da autora

Dando continuidade aos participantes do IAD *framework*, foram mapeadas empresas, produtores e representantes dos produtores ligadas a soja que atuam na região e interferem diretamente no dilema de ação coletiva. A figura 14 apresenta estes atores.

Figura 14: IAD – Participantes – Empresas e representantes dos produtores



Fonte: Elaboração da autora

Santarém e seus municípios vizinhos contam com uma forte atuação de organizações de ensino e pesquisa, tendo a Universidade do Oeste do Pará grande destaque com diversos projetos desenvolvidos junto as comunidades. A figura 15 destaca estas organizações presentes na região

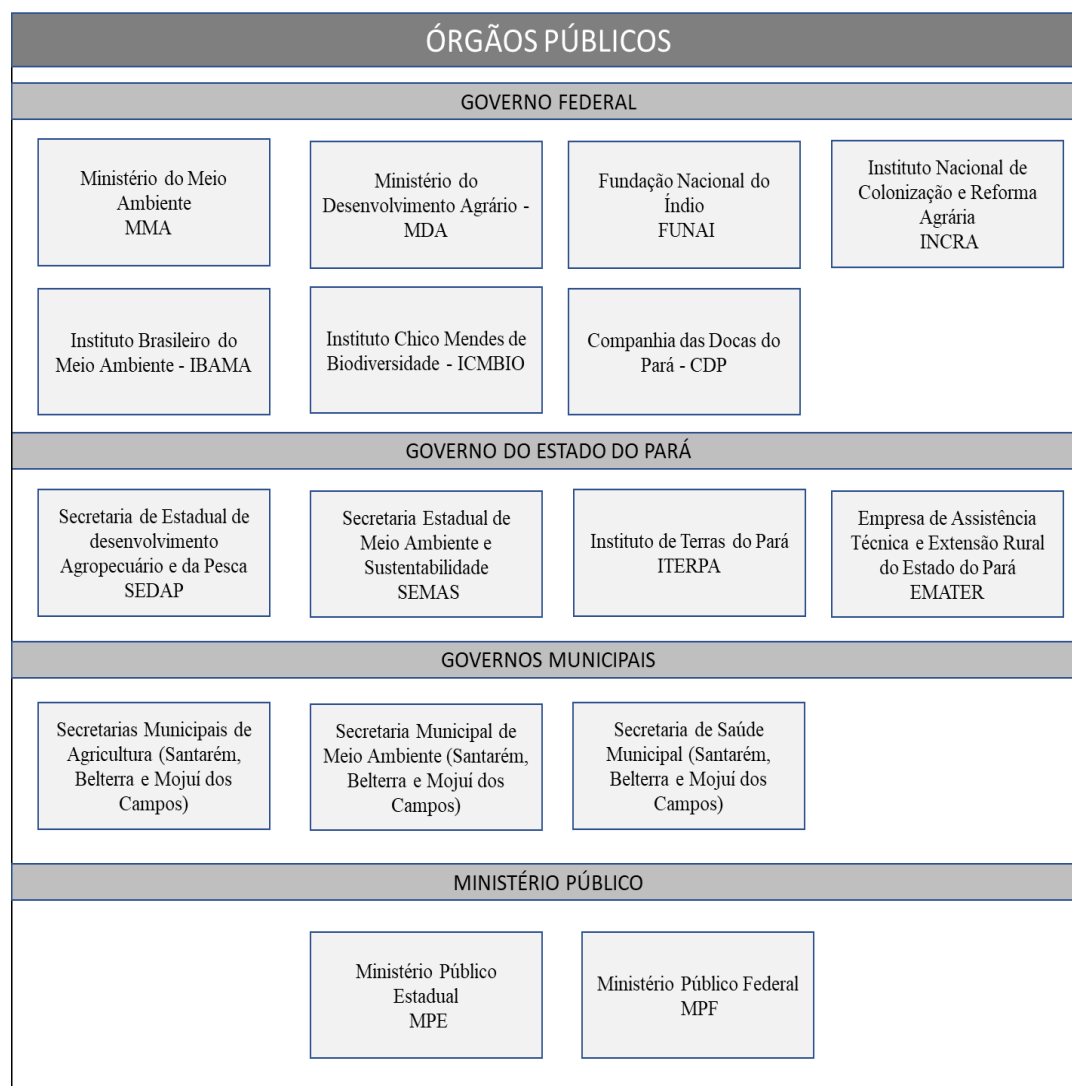
Figura 15: IAD – Participantes – Organizações de ensino e pesquisa



Fonte: Elaboração da autora

O dilema de ação coletiva do uso do território envolve uma série de órgãos públicos em suas diferentes escalas. A figura 16 demonstra os principais órgãos:

Figura 16: IAD – Participantes – Órgãos públicos



Fonte: Elaboração da autora

Os participantes se agrupam conforme seus interesses, identificando formas de fazer suas reivindicações. Neste contexto, o Estado nas suas diferentes esferas, tem se apresentado como um grande fomentador da visão econômica da Amazônia, criando políticas públicas que privilegiam o uso econômico do território. A seguir serão apresentados como se organizam os atores na região

4.2.1.1 Agricultura familiar

A dinâmica rural da região de Santarém até o final da década de 1990 era baseada na agricultura familiar voltada para a subsistência, com a comercialização do excedente, em um modelo de campesinato tradicional, cujos principais cultivo eram a mandioca, o feijão, o milho e o arroz. Havia também o extrativismo vegetal, especialmente da madeira e da seringa. No entanto, nos últimos anos essa dinâmica tem sido profundamente influenciada pela chegada da agricultura mecanizada e conseqüentemente da

intensificação de novos modos de apropriação da terra gerados pela pecuária e soja (BARBOSA, 2014).

De acordo com Barbosa (2014), o campesinato presente na região, fruto da miscigenação entre indígenas, europeus e escravos africanos, deu origem a uma forma de apossamento da terra particular, a posse agroecológica. Neste modelo a terra não se constitui como objeto de troca, mas sim como um modo de vida, um apossamento na forma familiar e coletiva onde as fronteiras entre o público e o privado se misturam.

Conforme levantamento de campo, a produção da agricultura familiar é caracterizada por uma variedade de produtos de qualidade, sem veneno, tais como: roça, macaxeira, milho, galinha, cará, laranja, tangerina, goma de tapioca, limão e açaí. O município de Mojuí dos Campos destaca-se como bastante produtivo, sendo responsável por a maior parte de verduras, farinha, abacaxi (grande produção), frutas e hortaliças que abastecem as feiras da região. A renda é, em geral, complementada por auxílios de programas sociais governamentais e aposentadorias. Sobre crédito rural, os agricultores reclamam que atualmente a maior parte do crédito é destinada aos grandes produtores.

O êxodo rural é uma realidade e alguns entrevistados afirmaram que os filhos não querem vida de roça, “pois consideram uma vida sofrida”. Os sindicatos dos trabalhadores rurais desenvolvem trabalhos junto a juventude para fortalecer os vínculos com suas tradições e culturas. A diversidade de povos tradicionais na região faz com as relações com o agroextrativismo, floresta, água e pesca sejam fortes e a agroecologia tem se apresentado como forma de resistência.

Foi pontuada a necessidade de se ter um projeto político de defesa do território. Vale destacar que as entrevistas foram realizadas no período do Governo Bolsonaro e os atores destacaram as dificuldades enfrentadas nessa gestão que vão desde a construção de uma estratégia de ocupação de espaços com atuação intimidadora (como nos fóruns e conselhos) até o fortalecimento da bancada ruralista e privilégio ao agronegócio. Foi dito que no governo Bolsonaro não havia espaços de debate e nem fomento para a agroecologia e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário havia trazido ainda mais desassistência aos agricultores.

Com relação a como se configuram as parcerias dos atores ligados a agricultura familiar, destaca-se a forte atuação junto as comunidades dos sindicatos de trabalhadores rurais, federação dos trabalhadores rurais, federação de organizações quilombolas, conselho indígena, movimento de mulheres, igreja católica (CPT) e movimentos locais, conforme descrito na figura 12, como os principais representantes das comunidades. A

universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA desenvolve diversos projetos de pesquisa e extensão que auxiliam os trabalhadores rurais e algumas ONGS como a Terra de Direitos e FASE tem papel determinante em temas relacionados a justiça ambiental e soberania alimentar. ONGs como Greenpeace, Movimento Tapajós Vivo, Fundo Dema e IPAM também atuam junto as comunidades do Baixo Amazonas, além do projeto Rede Odyssea da Universidade de Brasília (UNB). No entanto, as entrevistas apontam que, em geral, o poder público não atua junto as comunidades.

4.2.1.2 A empresa Cargill e sua atuação na Amazônia

A Cargill se insere no contexto que Goldfarb (2015a) denomina de regime alimentar corporativo, que se refere a hegemonia das grandes corporações do setor agroalimentar, aprofundada a partir dos anos 2000, focadas em estratégias desiguais de territorialização e poder, consolidadas pelo neoliberalismo. Envolve padrões de circulação de alimentos no mundo em sua dimensão geopolítica que constitui arranjos de poder globais e utiliza os conceitos de modernização agrícola, o papel dos alimentos na economia frente a explosão demográfica e as interferências políticas e econômicas em escala mundial. Porém, não se trata apenas do alimento em si, mas da noção como ele é produzido e das relações com a reprodução da força de trabalho no sistema capitalista (GOLDFARB, 2015a).

A empresa americana de capital fechado é responsável por uma importante parcela mundial do mercado de alimentos. No Brasil atua em diversos produtos ligados não somente à alimentação, mas também a indústria de medicamentos, cosméticos, tintas e produtos químicos. Além disso, possui uma linha de serviços financeiros e está subdividida em diversas subsidiárias no formato de conglomerado. Propositalmente, e em função das variadas formas de atuação, é difícil fazer um retrato global da atuação da Cargill, chegando a receber o apelido de “gigante invisível” (GOLDFARB, 2015a).

O poder estatal se adequa ao poder dos grupos econômicos fornecendo proteção privilegiada e transmitindo a ideia de que não há possibilidade futura de alimentos para todos sem o uso de tecnologia, ocultando os efeitos do uso da tecnologia na agricultura moderna e industrial sobre o meio ambiente, ignorando pequenas e médias propriedades que produzem a maior parte dos alimentos do mundo e gerando emprego. As grandes corporações trabalham em uma campanha neoliberal que desqualifica a agricultura de subsistência e coloca a agricultura de mercado como solução para a fome do mundo (GOLDFARB, 2015a).

O estudo de Goldfarb (2015b) aponta uma relação íntima entre membros da Cargill e diversos membros de governos dos Estados Unidos da América e, também, no Brasil, onde a empresa participa de associações como a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC que possui representações em diferentes conselhos e câmaras temáticas de ministérios, instâncias responsáveis por debater o estabelecimento de regras comerciais. Tal fato evidencia como alguns grupos possuem acesso privilegiado a determinados debates, em detrimento de outros grupos.

O cenário de expansão de grandes empresas do regime alimentar é marcado por relações assimétricas de poder onde destaca-se a capacidades dessas organizações de se expandirem em territórios impondo sua lógica de reprodução com o domínio de produção, circulação, distribuição e comercialização. Na Amazônia, a possibilidade de redução significativa dos custos de logística com a exportação da soja pelo norte do país, por meio do asfaltamento da BR-163, fez com que os interesses sobre a região fossem latentes.

Há ainda outros membros do grupo de organizações de entes ligados a expansão da soja atuando no Baixo Amazonas, como as empresas Bunge, Cargill e Amaggi e as associações de produtores como APRUSAN, SIRSAN, APROSOJA e ABIOVE. Duas ONGs atuam junto a empresa Cargill implementando projetos na região, são elas o Instituto Biosistêmico e a *The Nature Conservancy* - TNC.

4.2.2. Situações – ações e interações

Para compreender as formações institucionais em torno do território, serão pontuadas situações específicas focadas nas interações. As situações destacadas são: Amazônia colonial, o governo militar e o Plano de Integração Nacional-PIN, a criação de áreas protegidas, o avanço da soja no Baixo Amazonas, Políticas Estaduais de ordenamento territorial – CAR E ZEE e instrumentos com parcerias empresariais

4.2.2.1 Amazônia colonial – explorações dos recursos naturais e desrespeito as populações locais

Quando os europeus colonizadores chegaram na então província do Grão-Pará no século XVI encontraram diferentes tribos indígenas que pertenciam a inúmeras etnias. Apesar da resistência aguerrida, muitas tribos foram dizimadas em um processo que envolvia o domínio e a garantia da posse colonial. Os indígenas detêm vasto conhecimento acumulado por gerações sobre a vida e natureza, mesmo assim foram vistos pelos colonizadores como inferiores e até hoje a história indígena é negligenciada na história social da Amazônia (CASTRO e CAMPOS, 2015).

O projeto ocidental de civilização, além de promover a invisibilidade das populações locais, envolvia um pressuposto mercantil de exploração dos recursos, inerente à razão colonial. A produção de cacau nos séculos XVIII e XIX ocupou áreas nas regiões do Baixo Amazonas e Tocantins, incorporados na dinâmica do mercado europeu do cacau, no entanto foi com a borracha que a história da Amazônia entra no circuito econômico mundial, alinhada a revolução industrial e ao fordismo. Enquanto isso a organização do trabalho nos seringais se dava baseada na servidão, onde a coação e o aviamento tornaram-se práticas comuns (CASTRO e CAMPOS, 2015).

A predominância do extrativismo moldou uma sociedade na Amazônia fadada à espoliação. De acordo com Silva e Ravena (2015), o ambiente institucional moldado pela história econômica, favoreceu atividades predatórias, sem a mínima garantia dos direitos sociais e de propriedade. Conforme com os autores:

Forjou-se uma sociedade fortemente moldada por estruturas hierárquicas verticais, influenciadas pela igreja católica no âmbito cultural, pelo patrimonialismo herdado nas instituições estatais portuguesas e pelo paternalismo e clientelismo decorrente do sistema de aviamento engendrado para viabilizar a produção, transporte, comercialização e consumo da população (SILVA e RAVENA, 2015 p, 24).

Durante muito tempo a Amazônia e o estado do Pará tiveram como principal fonte econômica o extrativismo florestal, seja através das drogas do sertão, da castanha, da borracha ou da madeira. No século XVIII, a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, gerenciada pelo Marquês de Pombal, implantou uma nova estratégia colonial de caráter político e econômico baseada na face moderna do capitalismo mercantil, o que representava o aumento de plantações de cacau, aumento de engenhos e processos industriais, exportados no porto de Belém.

Por outro lado, as relações entre as elites locais e portuguesas com os grupos subalternos gerou diversos conflitos que culminaram na revolta popular da Cabanagem, pautada numa outra relação entre o governo e a sociedade e na liberdade, com a eliminação do sistema escravocrata. Apesar de conseguir tomar o poder, a revolução Cabana terminou em 1840 após fortes investidas da coroa portuguesa com o apoio da Inglaterra, onde Portugal assumiu novamente o poder (CASTRO e CAMPOS, 2015).

Nota-se que as políticas promovidas pelo Estado na Amazônia desde a época da colônia foram baseadas em processos de incentivo a migração para a região vinculados a perspectiva econômica do uso do território ajustado a lógica exploratória, o que se estende até os dias atuais. O século XIX é marcado por um intenso fluxo de imigrantes nordestinos para trabalhar com a borracha, no entanto, anos à frente no período do governo militar, é

que se apresenta uma estratégia ainda mais forte voltada à promoção de movimentos populacionais.

4.2.2.2. O governo militar e o Plano de Integração Nacional-PIN

Com o objetivo de distribuição de terras e abertura de um sistema rodoviário, o então governo militar decide promover políticas de incentivo a migração destinadas a região norte do país. Em 1970 é criado o Programa de integração Nacional (PIN) e o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) passa a administrar as áreas desapropriadas pelo governo federal no Pará, as terras devolutas situadas a 100 km de cada lado das rodovias federais construídas. Tal ação atingiu fortemente a região do Baixo Amazonas, atravessada pela BR-163 e BR-230 (Rodovia transamazônica), o que culminou em complexas questões fundiárias (ARAÚJO et al. , 2008).

Na ocasião, o Governo Federal se propunha a incentivar a “colonização da Amazônia” proporcionando a vinda de imigrantes, especialmente nordestinos. A Amazônia era “vista como terra prometida para os nordestinos sem-terra e assolados pela seca, ‘terra sem homens para homens sem-terra’, ‘deserto verde’ a ser ocupado e explorado pelos habitantes do ‘deserto árido’ (SOUZA, 2020, p.134)”.

O PIN previa a instalação de colonos (75% nordestinos e 25% do sul do país) na região, através de um programa de quotas, onde seriam implementados núcleos urbanos. Os terrenos foram divididos em lotes de 100 ha ligados as rodovias e posteriormente de 500 ha. Ocorre que ainda no início dos anos 70 os imigrantes começaram a avançar na floresta, criando vicinais, e o INCRA começa a regularizar lentamente o que já estava feito, concluindo no final dos anos 70 (ARAÚJO et al., 2008).

O abandono de lotes, redução de migração e grande rotatividade marcaram os anos subsequentes onde o direito a ocupação de alguns terrenos foram vendidos. Um fator que contribuiu foram as péssimas condições da transamazônica e das vicinais, o que prejudicava o escoamento da produção e o acesso a bens e serviços. O projeto de colonização do governo militar apresentou diversas falhas não só nas construções das estradas, como também no fato de sementes de arroz fornecidas ao colonos não se adaptarem ao clima local. No entanto, o fluxo imigratório promoveu o aumento da população das cidades, onde Santarém foi aquela que mais recebeu pessoas (ARAÚJO et al. , 2008).

Tal política se mostrou como excludente ao desconsiderar as populações que na Amazônia viviam. O discurso propagado de vazio demográfico camuflava um contexto de guerra fria onde as nações se sentiam ameaçadas por inimigos internos e externos,

especialmente em um regime de ditadura militar. Sob a égide do desenvolvimento, obras de infraestrutura (rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e portos) propiciariam a integração econômica, juntamente com a reformulação produtiva através do assentamento de colonos.

Como na Amazônia não havia a expedição de muitos títulos legais, a posse da terra se dava sem tratamento jurídico, o que não garantia legitimidade e resultou em expropriação das populações (ARAÚJO, et. al, 2008). De acordo com o autor:

A partir dos anos 70 e 80, a terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares (que, em grande parte, revendiam a terra pública como se ela fosse própria. Em ambos os casos era frequente que a terra fosse demarcada pelos novos proprietários numa extensão muito maior do que a dos lotes que originalmente haviam adquirido (ARAÚJO, et. al, 2008, p. 21)”).

Sob a ótica da análise institucional é possível perceber a interação entre diferentes atores, onde o governo obtém um papel de destaque. O colono que vai em busca da “terra prometida”, os camponeses que lá existiam e cuja posse da terra não tinham nenhuma segurança dentro do sistema jurídico e, posteriormente, a empresa rural que precisava dos latifúndios para produzir. Todos foram inseridos em uma estratégia de desenvolvimento que privilegiou o crescimento econômico e o poder de reprodução do sistema capitalista. Para o grupo que não se alinhava a esta perspectiva (povos locais), coube a perda do modo de vida. Muitos camponeses venderam suas terras e foram viver nos centros urbanos, em condição de pobreza.

4.2.2.3. O avanço da soja no Baixo Amazonas

A entrada da soja da região é considerada um ponto determinante para a configuração atual do território. A seguir a expansão da soja na região será apresentada sob dois aspectos. Um relacionado à pavimentação da rodovia BR 163 e outro ligado a estrutura portuária e o papel da empresa Cargill.

a) Rodovia BR-163 e a expansão da soja

Nos anos seguintes, a ideia de conectar o norte do país por meio de rodovias pautou outra estratégia de desenvolvimento para a região, desta vez fundada nos interesses das corporações do agronegócio. A rodovia BR 163 passou a ser vista como uma via capaz de conectar a região central do país ao oceano Atlântico e facilitar o escoamento de matérias-primas para os mercados europeus e asiáticos.

Apesar de construída na década de 1970, é na década de 1980 que se inicia o projeto de pavimentação da BR-163. Esse projeto envolveu diferentes atores e interesses para a região, sendo a rodovia vista como possibilidade de se tornar a principal via de transporte na estratégica de logística de escoamento da produção do Centro-Oeste para mercado internacionais, em especial para o agronegócio da soja. A produção do Centro-Oeste, até então escoada pelo porto de Santos- SP, se tornaria mais competitiva ao ser exportada pelo norte do país, nos portos de Santarém ou Itaituba (MARGARIT, 2013).

De acordo com Margarit (2013), a pavimentação da BR 163 beneficia grupos ligados as corporações do agronegócio que firmam alianças e exercem pressão pela melhoria da rodovia. Porém, as relações de poder são assimétricas, o que gera conflitos entre grupos distintos, já que as populações locais serão diretamente atingidas.

Diversos atores compactuam com o interesse pela pavimentação da rodovia, entre eles, poderíamos listar sojeiros, madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, etc. Entretanto, é necessário reconhecer a preexistência de outros grupos que serão diretamente impactados. São comunidades indígenas, quilombolas e camponesas que serão atingidas. Resta ainda acrescentar os danos ambientais que um projeto desta magnitude poderá acarretar (MARGARIT, 2013, p.171).

Em 2001 o governo federal anunciou que concluiria a pavimentação da rodovia, no entanto a preocupação com os impactos ambientais desencadeou o surgimento de tensões e conflitos entre os diversos grupos envolvidos. As controvérsias sobre a pavimentação da BR-163 se agravam com a instalação da Cargill em Santarém, um processo que se inicia em 1999 quando a multinacional americana venceu um leilão para construir o terminal graneleiro. Sobre a pavimentação da BR-163, as obras tiveram início em 2009 e ainda se encontra e, andamento, porém já resultaram na constituição de inúmeras redes políticas, responsáveis pelo embate entre o agronegócio e os movimentos sociais (MARGARIT, 2013).

De acordo com Baletti (2014), a pavimentação da rodovia BR 163 fornecia uma rota de transporte direto entre os principais produtores de soja (em Cuiabá), o que reduziria em 40% os custos de transportes para exportadores como Bunge e Cargill. Assim, políticos locais iniciaram uma campanha de relações públicas para atrair produtores da região Centro-Oeste do Brasil para o Baixo Amazonas, divulgando seus baixos custos de transportes e terra barata, o que acarretou na aquisição de dezenas de milhares de hectares por produtores na “nova fronteira” da soja.

No levantamento de campo buscou-se identificar organizações que preservavam a história da região. Neste sentido, foi identificado o Instituto Cultural Boanerges Sena, uma fundação que abriga um acervo com grande parte da história recente do Baixo

Amazonas. Lá existem documentos e registros que atualmente estão sendo digitalizados em parceria com a UFOPA. Em entrevista sobre o avanço da soja, foi informado que nos anos de 1996 e 1997 o governo fez um acordo com uma empresa do Paraná para o levantamento da potencialidade da região da várzea, na ocasião o governador era o Almir Gabriel e o prefeito Lira Maia.

A empresa paranaense produziu materiais técnicos e, em sobrevoo sobre a região, identificou uma área para iniciar o plantio de soja. Este fato, aliado ao fator determinante da proximidade do porto, levou a expansão dos plantios de soja. Os anos seguintes foram marcados pela venda da ideia por políticos da região atraindo produtores na maioria do estado do Mato Grosso e grileiros.

Conforme relatado por professores da UFOPA entrevistados e, de acordo com as visualizações em campo, a soja promoveu mudanças nas paisagens. Nos arredores de Santarém é possível observar locais de extração de areia, madeireiras, empresas de fertilizantes e insumos rurais, propriedades da agricultura familiar e até condomínios de luxo, todos bem próximos ou ao lado de plantações de soja. Um aspecto importante pontuado na entrevista com o representante da ONG Fase é que inicialmente se partiu do princípio de que a soja iria usar somente áreas degradadas, mas na prática houve o avanço em direção a floresta e as terras dos povos que ali vivem.

Para os membros das comunidades a situação promoveu um grande impacto negativo sob diferentes aspectos, além das contaminações do solo e da água por agrotóxicos. Os líderes sindicais reforçam que a produção de soja na região do Baixo Amazonas é agressiva ao meio ambiente e a vida das pessoas. Na área de Mojuí dos Campos o alto tráfego de carretas gerou efeitos negativos para o trânsito e também são descritas percepções de aumento de temperatura, onde o clima na área rural é dito como já parecido com o da área urbana, o que não se via antigamente.

Os mais duros depoimentos obtidos nas entrevistas de campo narram histórias de violência. Há casos de esfaqueamentos em comunidades em função de brigas por terra e a cooptação de agricultores com o intuito de convencer os demais para a vendas de suas propriedades é frequente. A cooptação foi mencionada em todas as entrevistas com os representantes da agricultura familiar. São comuns casos em que os próprios comunitários manipulam outros para a venda de terras que depois é repassada para o produtor de soja, gerando ganhos financeiros a pessoa que foi cooptada. Essa prática se fortaleceu a partir de 2002 com o aliciamento de lideranças para a compra de áreas. Em geral os cooptados são pessoas da própria comunidade que não querem mais viver da agricultura familiar e

tem como foco principal o maior ganho financeiro. Com isso eles identificam as famílias mais necessitadas para oferecer dinheiro pela compra das terras para a plantação de soja. Foram descritos casos de associações que pegam recursos da Cargill em áreas de maior conflito.

O levantamento de campo demonstrou que a venda de terras promoveu o desaparecimento de comunidades inteiras que hoje dão lugar a plantações de soja. Em Mojuí dos Campos foram descritas pelo menos 19 comunidades desaparecidas. Aos que decidem ficar na terra, falta infraestrutura de transporte e escoamento da produção, escola e, em alguns casos, até água. A convivência com os agrotóxicos se tornou uma das principais mazelas enfrentadas atualmente pelos agricultores familiares do Baixo Amazonas.

De fato, a soja se expandiu rapidamente na Amazônia brasileira como um resultado de subsídios governamentais diretos e indiretos de várias formas. Devido a soja requer investimentos pesados de capital em maquinaria, preparação do terreno e insumos agrícolas, essa cultura é inerentemente de domínio de empresários ricos da agroindústria, e não de agricultores pobres. A concentração de renda e a influência política associada de elites poderosas têm repercussões negativas em todas as sociedades onde estas transformações estão acontecendo (FEARNSIDE, 2001).

O fenômeno observado no espaço geográfico do Baixo Amazonas materializa a problemática abordada na pesquisa que visa analisar o efeito sobre as regionalidades locais das ações empresariais inseridas em uma ordem social e econômica do capitalismo moderno em escala global.

As grandes corporações na prática competem com os agricultores familiares por territórios e demonstram suas relações de poder se articulando com atores determinantes, como o Estado, para que seus interesses sejam satisfeitos. As empresas do agronegócio contribuem para invisibilizar e oprimir os modos de vida locais, incutindo um discurso de que a agricultura moderna e industrial é aquela que alimenta o mundo, sem explicitar os seus danos e modos de agir e, apesar de tudo, ainda apresentam-se como sustentáveis perante um mercado consumidor internacional.

b) A Cargill e o Porto de Santarém

Alinhados a um processo do país de firmar sua especialização em *commodities* agrícolas, nos anos 2000 se estabelece um novo pacto entre o Estado e o setor agroindustrial para inserir o país mais fortemente no comércio internacional. Tal fato culminou em um novo do papel do Estado, agora viabilizador de infraestrutura de

exportação e fornecedor de crédito, além de facilitador de novas estratégias geopolíticas para a Amazônia (GOLDFARB, 2015b).

A possibilidade da pavimentação da BR-163 e a perspectiva da construção do terminal portuário possibilitaria o escoamento da produção do centro-oeste por uma parte por meio rodoviário e, em seguida, via rio Tapajós e Amazonas até o oceano atlântico pelo norte do país, mais próximo das rotas marítimas para a Europa e América do Norte. Tal fato despertou o interesse na expansão de plantações de soja na área próxima ao porto de Santarém, o que pontua o papel do território visto como local do capital financeiro. A consequência foi o avanço da cultura de grãos na região o que causou pressão nas áreas da floresta amazônica e a extinção de diversas comunidades que ali existiam.

No que se refere à instalação do Porto em Santarém, é importante destacar uma trajetória marcada por disputas judiciais e controvérsias. Em 1999, a Cargill iniciou a construção no mesmo ano que venceu a licitação pública para um terminal graneleiro no Porto Organizado de Santarém-PA. Apesar da operação do Porto iniciar em 2003, o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foi publicado somente em 2010 e causou polêmicas por ser acusado de conter informações inverídicas para mascarar os efeitos negativos do empreendimento.

Com a instalação do porto da Cargill em Santarém e com o início de funcionamento do Porto de Miritituba, cresceu o interesse da produção de soja, considerando a facilidade de escoamento. Além da Cargill, hoje principal responsável pela operação do Porto em Santarém, outras grandes empresas do agronegócio também atuam na Amazônia. Os Grupos Amaggi e a Bunge criaram em 2013 a Navegações Unidas Tapajós Ltda. (Unitapajós) para atuar no escoamento de grãos do Mato Grosso na hidrovia Tapajós-Amazonas até Santarém (PA) ou até Santana (AM), uma alternativa de transporte mais barata¹.

A questão do Porto em Santarém foi judicializada ainda no ano de 1999 quando o Ministério Público Federal - MPF moveu ações civis contra a Companhia das Docas do Pará visando interromper o arrendamento de quatro áreas do porto por vinte cinco anos por considerar que o processo licitatório seria nulo, já que antes do início deste, era necessário a realização do EIA/RIMA. No entanto, apesar do processo licitatório ter sido inicialmente suspenso, no mesmo ano da ação foi entendido que não necessitava de

¹ A matéria comenta a criação da Unitapajós
<https://www.portosenavios.com.br/noticias/navegacao-e-marinha/bunge-e-amaggi-criam-a-unitapajos>

EIA/RIMA prévio, dando continuidade à licitação. Ocorre que, antes que o Tribunal Regional Federal emitisse um parecer decisivo as ações (o que só aconteceu no ano de 2007), a Cargill iniciou as obras sob o argumento de que não causaria danos ao meio ambiente (PINTO, 2016).

O MPF ajuizou novas ações tentando impedir as obras antes da realização e aprovação do EIA/RIMA, porém o empreendimento avançou diante de disputa judicial e com a alegação de que o alvará outorgado pela então SECTAM (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, órgão vinculado do Governo do Estado do Pará, atual SEMAS) seria suficiente. A sociedade de Santarém e os movimentos sociais exerceram forte pressão, indo às ruas no ano de 2007 denunciar os fortes danos ambientais, sociais e econômicos ocorridos, como a destruição da praia de Vera Paz, aterramento de um sítio arqueológico, frustração na empregabilidade da população local, entre outros. Em 2008, o EIA/RIMA foi elaborado e em 2010 foi realizada a audiência pública, sob grande indignação da população com o conteúdo do documento. A promotoria de Justiça de Santarém instaurou processo para apurar denúncias de possibilidade de fraudes em informações fornecidas pelo documento (PINTO, 2016).

De acordo com reportagem veiculada na imprensa à época, o Ministério Público Estadual - MPE pediu investigações para apuração de denúncia de que o EIA/RIMA trazia informações inverídicas sobre o desmatamento na região que beneficiavam a empresa Cargill. Tratava-se de informações que apontavam que a agricultura mecanizada não era a principal responsável pelo desmatamento da região, o que diverge do entendimento dos principais autores sobre o tema. Apenas a empresa responsável pelo estudo, a Consultoria Paulista de Estudos Ambientais (CPEA), foi responsabilizada pelo MPE (ARINI, 2011).

Conforme estudo elaborado pela organização não governamental Terra de Direitos, a instalação da Cargill em Santarém foi marcada por indícios de fraudes e violações de direitos humanos. A estratégia da empresa para região envolve diferentes frentes de atuação. Além do Terminal Portuário de Santarém, a Cargill instalou um armazém de grãos e cereais com uma estrutura de silos com capacidade de armazenamento de 30 mil toneladas de grãos e área de pátio para carretas, também no município. Em seguida se deu a instalação de um terminal portuário em Itaituba-PA (Miritituba), em operação desde 2017, além de uma série de outros empreendimentos previstos para a região (TERRA DE DIREITOS, 2021).

Entre as principais irregularidades provocadas diretamente pela instalação do empreendimento portuário destacam-se a fraude na elaboração do EIA/RIMA, extinção

da praia de Vera Paz (já que o terminal passou a funcionar no local), destruição de sítios arqueológicos, impacto na pesca artesanal urbana (qualidade da água, invasão de espécies exóticas e diminuição de peixes), saída de uma grande parcela de agricultores familiares de suas propriedades, contaminação por agrotóxicos e aumento dos conflitos fundiários. É uma trajetória marcada por violações de direitos humanos de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e de outros povos e comunidades tradicionais (TERRA DE DIREITOS, 2021).

A forma predatória que a Cargill atua se dá também em outros municípios da região. A produção de soja, que vem do centro-oeste do Brasil para ser exportada via Porto de Santarém, tem que passar primeiro no Porto de Miritituba, em Itaituba, município igualmente às margens do Rio Tapajós, uma localização estratégica para a rota fluvial. Depois de Miritituba, os grãos são transportados pelo rio até terminais portuários do Pará em Santarém e Barcarena e no Amapá, em Santana, e em seguida para o mercado internacional. Recente estudo organizado pela ONG Terra de Direitos destacou que o Porto da Cargill em Itaituba, em pleno funcionamento, completou em abril de 2023 um ano sem apresentar a renovação da Licença de Operação (LO). O estudo também pontua o descumprimento das condicionantes colocadas para a empresa, especialmente a falta de consulta prévia as comunidades indígenas diretamente afetadas, em especial o povo Munduruku (TERRA DE DIREITOS, 2023).

No ano de 2017, a Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba começou a funcionar, apesar das denúncias de irregularidades na concessão do licenciamento ambiental. A chegada do Porto da Cargill gerou mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas e danos ao município de Itaituba, tais como crescimento demográfico, aumento da demanda por terra, pressão imobiliária, aumento do custo de vida, desterritorialização das populações locais, impacto nos serviços públicos essenciais, contaminação das águas e peixes. A privatização das margens do Rio Tapajós é uma realidade marcada por violações de direitos humanos, o que desencadeou uma luta árdua dos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais para que seus modos de vida sejam respeitados (TERRA DE DIREITOS, 2023).

Apesar de todos os fatos relatados, a Cargill, foco deste estudo, participou da 27^a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas - COP 27 em 2022 propondo

um plano, junto com outras grandes empresas para limitar o aquecimento global². Seria de causar estranheza o fato de uma empresa que gerou e gera tantos danos a Amazônia estar participando do maior encontro do mundo sobre mudanças climáticas, no entanto a Cargill há anos trabalha para propagar uma imagem de empresa comprometida com a sustentabilidade.

De acordo com Terra de Direitos (2021b), a empresa adotou o discurso da sustentabilidade como uma estratégia de ocultação dos danos socioambientais ocasionados no território brasileiro:

Em meio a inúmeras denúncias de movimentos sociais e entidades da sociedade civil a respeito dos impactos socioambientais da Cargill, a empresa tem construído estratégias articuladas baseadas no discurso da sustentabilidade, que tem como objetivo transformar, ou melhor, ocultar as práticas de exploração predatórias e violentas da atuação no Brasil. Isso é o que se tem chamado de greenwashing ou maquiagem verde (TERRA DE DIREITOS, 2021b, p. 6).

Entre os instrumentos de incentivo público também se destaca o aumento dos investimentos do governo em financiamento e crédito para a região Norte e Centro-Oeste para a soja e milho. O estudo de Brito e Castro (2018) demonstra que no ano de 2016 essas culturas estão entre aquelas que obtiveram maior financiamentos do governo federal.

Por fim, um aspecto determinante que tem que ser analisado enquanto arranjo institucional é o papel da Amazônia na logística de infraestrutura. O Porto de Santarém e depois o de Itatuba se situam num projeto maior de escoar a produção de grãos via região norte do Brasil. Para entender a perspectiva da região norte e a Amazônia como determinante para a logística de escoamento de *commodities* com menor custo, é necessário discorrer sobre a Ferrogrão, a ferrovia que pretende ligar a cidade de SINOP no Mato Grosso ao distrito de Miritituba, em Itaituba. O projeto da malha ferroviária que compreende aproximadamente 950 quilômetros de extensão pretende atravessar o estado do Mato grosso e Pará e se insere numa abordagem que visa a economia de custo, deixando de lado os impactos socioambientais da construção sobre áreas nas bacias dos rios Xingu e Tapajós consideradas críticas para a preservação florestal, manutenção

² A reportagem fala sobre a participação da Cargill na COP: <https://reporterbrasil.org.br/2022/11/na-cop27-gigantes-do-agro-prometem-zerar-destruicao-ambiental-enquanto-seguem-comprando-soja-de-desmatadores/#:~:text=Contribua-,Na%20COP27%2C%20gigantes%20do%20agro%20prometem%20zerar%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20ambiental,seguem%20comprando%20soja%20de%20desmatadores&text=Eliminar%20totalmente%20o%20desmatamento%20provocado%20por%20suas%20empresas%20at%C3%A9%202025.>

Além disso, a ONG Terra de Direitos também têm publicação sobre o tema, citada neste artigo.

hídrica e proteção de povos indígenas (COSTA, 2021). Em marco de 2021 o projeto foi paralisado pelo Supremo Tribunal Federal – STF por impactos nocivos ao meio ambiente, já que alteraria os limites do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará. O caso será julgado pelo STF em 2023³.

4.2.2.4. Áreas Protegidas

Se por um lado o Governo Brasileiro contribuiu massivamente para o avanço da soja, por outro lado, em um determinado momento, o governo também construiu alguns instrumentos jurídicos no sentido de salvaguardar os direitos dos povos locais. Nos anos 1970 foi criada a Floresta Nacional do Tapajós e, já na década de 90, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Os anos 2000 foram marcados pela criação de outras unidades de conservação, como a Floresta Nacional do Jamanxim e a APA do tapajós, além da criação de terras indígenas, como a Borari, Maró, Cobra Grande, Munduruku e Apiaká e comunidades quilombolas.

No entanto, a delimitação de áreas protegidas não impediu o aumento da soja na região, que hoje avança em direção às unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas. A maioria dos camponeses que não dispunham de titulação, venderam a posse da terra e aqueles que decidiram permanecer convivem com seus corpos e de suas famílias, lavouras e animais expostos a agrotóxicos.

Há ainda terras indígenas que reivindicam seu reconhecimento, além de uma preocupação não somente com a preservação das áreas protegidas, como com a manutenção do que atualmente existe. Um exemplo simbólico da ameaça as populações e a natureza se deu no ano de 2017, quando o então presidente Michel Temer publicou a lei nº 13.452/2017 (e Medida Provisória - MP 758 de 2016) para reduzir os limites geográficos da Floresta Nacional do Jamanxim e viabilizar o traçado da Ferrogrão, projeto que encontra-se atualmente suspenso pelo Supremo Tribunal Federal ⁴.

4.2.2.5. Políticas Estaduais de ordenamento territorial – CAR E ZEE

Dando prosseguimento aos pontos destacados na análise da situação de ação, no âmbito do Governo do Estado do Pará algumas ações foram desenvolvidas com o intuito

³ A matéria mostra os impactos da Ferrogrão na Floresta Jamanxim
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/moraes-suspende-projeto-da-ferrograo-e-reducao-de-floresta-protetida-no-para/>

⁴ A reportagem mostra como se encontra a situação da Ferrogrão
<https://www.cartacapital.com.br/politica/stf-marca-julgamento-sobre-a-construcao-da-ferrograo/>

de ordenar o uso do território, dentre elas destacam-se o Zoneamento Ecológico Econômico- ZEE e o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

O ZEE é um instrumento de grande importância para subsidiar as decisões de planejamento socioeconômico e ambiental. No ano de 2010 foi elaborado o ZEE da região oeste do Pará (ZEE da BR-163) que estabeleceu metas e ações para o desenvolvimento sustentável, com base nos estudos detalhados que subsidiaram este instrumento. No entanto, têm se observado o surgimento de políticas públicas feitas sem o uso adequado do zoneamento, onde as regras de uso do território não seguem o que foi estabelecido (BARBOSA e MOREIRA, 2017).

O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um elemento fundamental para o ordenamento ambiental, pois representa o primeiro passo para a obtenção de regularidade do imóvel rural. Trata-se de um registro público eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Dependendo da forma como for utilizado pode ser uma valiosa ferramenta para auxiliar nas regularizações ambientais, combates ao desmatamento ilegal e monitoramento das áreas de recuperação de propriedades rurais.

No entanto, é importante destacar que o CAR, como instrumento auto declaratório e objeto de pouquíssimas fiscalizações em campo (o que compromete a comprovação da veracidade das informações repassadas), tem sido alvo de várias críticas em função de mau uso, o que gerou diversas sobreposições em unidades de conservação e terras indígenas. Em recente estudo publicado na revista *Land Use Policy* sobre grilagem de terras, Carrero e colaboradores afirmam:

Embora o CAR não seja um instrumento que estabeleça a propriedade da terra (ou seja, legalização), muitos o utilizaram como um instrumento de grilagem que facilita a legalização de reivindicações ilícitas em terras públicas – tradução da autora (CARRERO et al, 2022, p. 107).

O estudo de Carrero et al. (2022) realizado na Amazônia evidenciou que 90,5% das terras reclamadas no CAR na área de estudada pelos autores estão não conformes, seja em função da legalidade relacionada aos limites do tamanho da propriedade, seja em razão de sobreposições com áreas públicas. As mudanças na legislação brasileira favoreceram a legitimação da apropriação ilegal de terras públicas para atividades produtivas, o que se reflete na reivindicação do interesse privado de terras públicas não designadas, de áreas para conservação da biodiversidade e terras indígenas (CARRERO et al., 2022).

Para que a política pública cumpra de forma legítima com a sua função social é necessário que seja feita a sua efetiva implantação e acompanhamento, observando os resultados obtidos e realizando ajustes, caso necessário. O CAR e o ZEE foram importantes instrumentos para o ordenamento territorial do Pará, porém a utilização inadequada prejudica com que seus objetivos sejam atingidos, gerando desvirtuamentos que necessitam de estratégias e, especialmente, de interesse do Estado, para que sejam combatidos.

4.2.2.6. Instrumentos com parcerias empresariais

Outro ponto de destaque na análise da situação de ação são instrumentos frutos de parcerias empresariais para promover ações na área ambiental. Trata-se de iniciativas com o intuito de atendimentos a critérios de sustentabilidade exigidas pelo mercado, como a Moratória da Soja e o Protocolo Verde de Grãos.

A expansão da soja em áreas como o Cerrado e a Amazônia brasileira fez com que o mercado internacional aumentasse a pressão sobre a origem da matéria prima, para tentar coibir desmatamento ilegal e maiores impactos ambientais causados pelas plantações. No ano de 2006 a associação brasileira das indústrias de óleos vegetais – ABIOVE e a associação nacional dos exportadores de cereais – ANEC decretaram a moratória da soja como resposta aos impactos do desmatamento da produção de soja e a pressão exercida pelo Greenpeace, em especial na região amazônica (CARDOSO, 2008).

A Moratória envolvia um compromisso das empresas em não comprar a soja advindo de áreas recém desmatadas da Amazônia, além de cláusula de rompimento nos contratos de compra de soja, caso se constatasse trabalho análogo ao escravo. A análise histórica das transformações que levaram à declaração da Moratória na Amazônia enfatiza que as empresas não se isolam do ambiente social em que vivem. As decisões e ações empresariais são moldadas pelo ambiente institucional onde a agroindústria da soja está inserida (CARDOSO, 2008).

No caso do Protocolo Verde de Grãos assinado no ano de 2014, além das entidades empresariais e empresas, envolve o Governo do Estado do Pará, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público Federal. Tem como objetivo estabelecer procedimentos comerciais com vista a assegurar a regularidade ambiental e social em toda cadeia da soja. Assim como a moratória da soja é um instrumento de grande valia para as empresas perante o mercado, já que sela o interesse destas organizações em identificar melhores formas de atestar a sua regularidade.

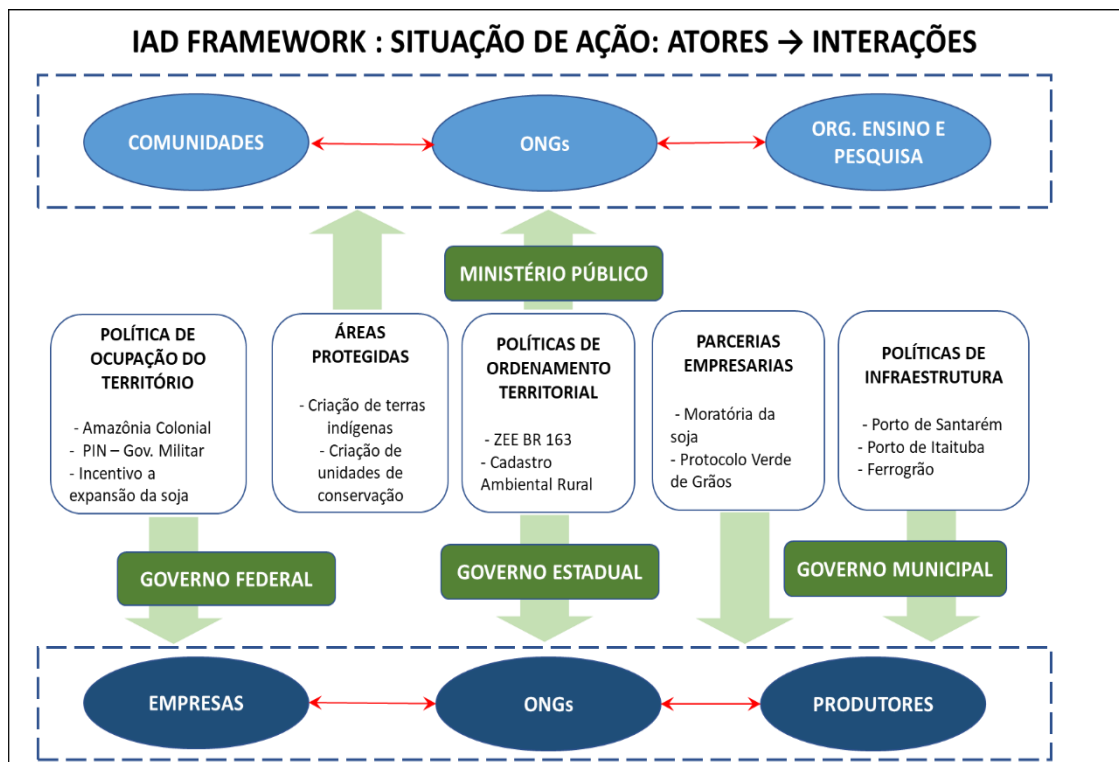
Enquanto estratégias de governança, o que causa estranheza em ambos os documentos é a restrita escolha dos membros. Nota-se que na Moratória e no Protocolo não há nenhum representante de comunidades da região, entes que também têm grande interesse na regularização ambiental e nas formas de gestão do território. Alijar de instrumentos de governança as populações locais implica em construir formas de agir e viver à revelia dos seus interesses que posteriormente serão apenas repassadas para que eles se adequem.

4.2.2.7. Resumo da situação de ação

Mais uma vez fica claro que o governo, em suas diferentes esferas, atuou em vários momentos históricos de forma a favorecer os grupos empresariais, construindo leis, regramentos e projetos que beneficiaram as grandes corporações, em detrimentos dos habitantes da Amazônia, invisibilizados e desprezados em um sistema que visa acima de tudo o lucro, mesmo em locais que isso signifique a perda de vidas e natureza.

A Figura 17 demonstra como se dá a situação de ação, destacando os atores e as interações. Como já foi dito, o dilema de ação coletiva que permeia as formas de uso do território baseia-se em duas visões antagônicas, onde uma enxerga a Amazônia sobre a ótica da valorização dos modos de vida locais e da preservação da natureza e a outra foca no seu potencial econômico, seja por meio do plantio de soja, seja pela infraestrutura de escoamento da produção.

Figura 17: IAD Framework – Situação de ação



Fonte: Elaboração da autora

4.3. Variáveis exógenas

Diz respeito aos mecanismos externos que interferem nas situações de ações, podendo gerar resultados. As variáveis exógenas afetam os participantes e a forma como interagem. De acordo com Ostrom (2005) os fatores que afetam a estrutura de uma situação de ação são: a) As regras; b) Os atributos do mundo biofísico; e c) os atributos das comunidades. A seguir serão apresentados como estes mecanismos externos se refletem na pesquisa.

4.3.1. Regras

As regras e normas que seguimos na sociedade determinam formas de comportamento, a partir do ajuste de expectativas e modos de agir. As regras são objeto de escolhas que regulam a vida coletiva e criam estruturas mais profundas nas instituições e cultura. Regras geram resultados e afetam situações, por isso é tão importante estudar as maneiras como são usadas pelos participantes para ordenar seus relacionamentos (OSTROM, 2005).

As oportunidades e restrições que os indivíduos enfrentam em qualquer situação particular, as informações que obtêm, os benefícios que obtêm ou dos quais são excluídos e como raciocinam sobre a situação são todos afetados pelas regras ou ausência de regras que estruturam a situação (OSTROM, 2005, p. 3).

Em se tratamento da gestão territorial, a maior parte das regras que definem o uso e as restrições se dão por meio de políticas públicas, portanto materializadas em um conjunto de regramentos compostos por decretos, leis e normas desenvolvidas pelo Estado. Os projetos pensados para a região, em se tratando de políticas públicas, serão formalizados através dos instrumentos jurídicos que regem o país em suas diferentes escalas.

O dilema de ação coletiva analisado nesta pesquisa envolve os diferentes interesses e visões sobre o uso e gestão do território. Ao demonstrar a situação de ação, de acordo com o IAD *framework*, ficou evidente que as instituições estabelecidas foram construídas majoritariamente entre atores governamentais e privados que, sob a forma de projetos de desenvolvimento, tentam inserir a Amazônia na lógica do capital.

Neste sentido decretos como o do Programa de Integração Nacional – PIN. Decreto Lei nº 1106 de 1970, obtém bastante relevância. A formalização de instrumentos como o CAR (Decreto do Estado do Pará Nº 1.148 de 2008) e o ZEE (Lei Ordinária Estado do Pará Nº 7.243 de 2009) também são marcos onde o Estado estabelece critérios que normatizam a gestão territorial. A favor dos povos tradicionais e da preservação das florestas foram formalmente criadas terras indígenas (Portaria 774/2008 - Identificada/ aprovada/ FUNAI. Suj. a contestação (Despacho 107 - 10/10/2011), Portaria nº 775/2008 Identificada/ aprovada/ FUNAI. Suj. a contestação (Despacho 55 - 29/09/2015), Portaria 776- 09/07/2008, Portaria 1.387 - 09/11/2018) e unidades de conservação (Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, Decreto s/nº de 06 de novembro de 1998, Dec s/nº de 13 de fevereiro de 2006 e Decreto s/nº, de 13 de fevereiro de 2006 / Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012).

Na área de infraestrutura destaca-se a concessão pelo governo das áreas dos portos de Santarém e Itatuba para a Cargill, marcada por irregularidades no licenciamento, o que aponta um não cumprimento da legislação ambiental vigente por parte da empresa. Nota-se que o padrão de reprodução do capital se materializa em políticas públicas sobre a forma de “projetos de desenvolvimento” que vêm a privilegiar institucionalmente alguns atores, em detrimento de outros.

Movimentos determinantes também se dão fora da esfera legal. Trata-se de projetos e ações na forma de investimentos em empreendimentos públicos e privados. A instalação do porto em Santarém desencadeou uma onda de expansão da soja na região, capitaneada por agentes públicos e políticos que incentivaram a sojicultura. O Governo

usou de incentivos fiscais e investimentos governamentais em infraestrutura para atrair produtores para a região que se valeram da fragilidade jurídica da posse dos camponeses sobre a terra para construir latifúndios onde antes existiam comunidades.

Sob a lógica do capital globalizado e os resultados para as populações locais, Macedo e Junior (2019) argumentam:

Sob o argumento da necessidade de redução de custos logísticos, as exigências do capital globalizado impõem-se na reorganização dos municípios estudados, contrapondo-se, mormente, às demandas sociais das populações locais que são diretamente afetadas por este movimento de acumulação ditado pelo exterior. A entrada de novos atores na região em foco acirra os conflitos em torno do uso e da ocupação territorial e explícita os diferentes interesses dos diversos grupos sociais: trabalhadores locais; pequenos produtores; populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas; empresários locais; players globalizados; investidores imobiliários, etc. (MACEDO e JUNIOR, 2019, p. 3).

O quadro 08 resume os principais instrumentos normativos e/ou ações que influenciaram a dinâmica territorial na região. Trata-se de pontos específicos destacados, porém que não se esgotam em si, mas exemplificam como se dá a atuação do governo a partir de seus instrumentos legais. Logo, existem também outros instrumentos para além dos listados abaixo.

Quadro 08: Instrumentos legais e normas que influenciaram na dinâmica territorial

| Instrumento normativo/legal Projeto/Ação | Descrição |
|---|---|
| Política de ocupação do território Decreto Lei nº 1106 de 1970 | Política do governo militar para a ocupação da Amazônia que cria o Programa de Integração Nacional - PIN |
| Criação de unidade de conservação Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974 | Criação da Floresta Nacional do Tapajós |
| Criação de unidade de conservação Decreto s/nº de 06 de novembro de 1998 | Criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, nos Municípios de Santarém e Aveiro, no Estado do Pará |
| Política de ocupação do território 1997 - Testes do plantio da soja na região e atração de produtores da região centro-oeste e sul do Brasil para o Baixo Amazonas | A EMBRAPA, Prefeitura municipal de Santarém e EMATER iniciam testes para a produção de soja em Santarém e, em seguida, se deu a atração de produtores |
| Instalação de empresa em Santarém 1999 - Cargill em Santarém | Em 1999 a empresa Cargill vence a licitação pública para o terminal graneleiro do Porto de Santarém, iniciando a operação no ano de 2003 |
| Criação de unidade de conservação Dec s/nº de 13 de fevereiro de 2006 | Cria a Floresta Nacional do Jamanxim, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará |

| | |
|---|---|
| Criação de unidade de conservação Decreto s/nº, de 13 de fevereiro de 2006 / Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012 | Criação da Área de Proteção Ambiental- APA do Tapajós |
| Medida empresarial de combate ao desmatamento Moratória da Soja -2006 | Compromisso empresarial de não comercializar soja oriunda de áreas desmatadas do Bioma Amazônia. |
| Política de ordenamento territorial - CAR Decreto Estadual Nº 1.148 de 2008 | Decreta o Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA como um dos instrumentos da Política Estadual de Florestas e do Meio Ambiente. O imóvel rural que não estiver inscrito no CAR-PA, será considerado irregular ambientalmente, estando sujeito às sanções administrativas, penais e civis |
| Criação de Terras indígenas Portaria 774/2008, Portaria nº 775/2008, Portaria 776 - 09/07/2008 e Portaria 1.387 - 09/11/2018 | Dispõe sobre a criação da Terra indígena Borari/ Alter do Chão, Maró, Cobra Grande, Jaraqui, Tapajó, Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno |
| Política de ordenamento territorial - ZEE Lei Ordinária Estado do Pará Nº 7.243 de 2009 | Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará como instrumento para orientar o planejamento, a gestão e o ordenamento territorial |
| Instalação de empresa em Itaituba 2013 - Cargill em Itaituba - Porto de Miritituba | Em 2013 a empresa Cargill Operando desde janeiro de 2017 no distrito de Miritituba no Pará, a ETC está localizada na margem direita do rio Tapajós e tem capacidade de movimentação de 4 milhões de toneladas de grãos por ano, o que representa um grande aumento na movimentação de cargas na região |
| Parceria entre empresa, governo e Ministério Público - regularidade ambiental e social. Protocolo Verde de Grãos | Celebrado em 2014, o Protocolo Verde dos Grãos do Pará tem como objetivo estabelecer procedimentos comerciais que assegurem a regularidade ambiental e social em toda a cadeia produtiva, promovendo a mitigação dos desmatamentos ilegais no estado do Pará. |
| Política de infraestrutura Projeto Ferrogrão | O projeto Ferrogrão visa conectar a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba, no município de Itaituba/PA, fortalecendo uma nova rota para a exportação da soja e do milho no Brasil. O projeto foi suspenso em março de 2021 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). |

Fonte: Elaboração da autora

Ao adotar o conceito de regras, Ostrom (2005) afirma aproximar-se da definição que propõe o sentido de regulação, apesar de existirem outras definições. Quando usadas em seu sentido regulamentar, as regras se referem a algo estabelecido por uma autoridade (legislatura, juiz, magistrado, conselho diretor, reitor de universidade, pais) com exigência de regulamentação para certas pessoas (ou, alternativamente, proibido ou permitido). “As regras podem ser pensadas como o conjunto de instruções para criar uma situação de ação em um ambiente particular” (OSTROM, 2005, p. 17).

A criação de instrumentos normativos legais se dá na esfera do poder legislativo, onde vereadores, deputados ou senadores definem as leis de forma democrática, conforme

as regras definidas pelos parlamentos. No entanto, os políticos se elegem defendendo pautas específicas que atendem as necessidades de determinados públicos. Dentre os grupos políticos com grande poder no país destaca-se aquele que representa os interesses das elites agrárias, também denominado de bancada ruralista ou bancada do agro.

A bancada ruralista representa empresários agroindustriais com vínculos com o capital financeiro e industrial, cuja pauta refere-se ao monopólio da terra. Defendem um projeto de classe pautado na manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada, onde o apelo ao direito à propriedade privada é seu principal foco. Os seus discursos pregam a violência, o conservadorismo e o autoritarismo e representa claramente o que a rede de poder que apoia a bancada ruralista enxerga enquanto ideias, costumes e valores compartilhados (XAVIER, 2015).

As pautas como a desregulamentação do uso e liberação de agrotóxicos, desmonte de políticas ambientais e legalização de invasões em terras indígenas ganharam força a partir de 2018 com a eleição do então presidente Jair Bolsonaro.

O poder político dos proprietários fundiários, na atualidade pode ser observado por meio dos projetos, votações e declarações, envolvendo seus representantes no Congresso. A apropriação de terras devolutas, materializada em inúmeras medidas provisórias (MPs) e decretos demonstram a ações dos políticos proprietários fundiários. Acrescenta-se ao movimento dos proprietários fundiários e de seus representantes políticos pela apropriação de terras, o ataque aos povos indígenas e suas áreas demarcadas ou em processo de demarcação (MELO, LEONARDO e NARDOQUE, 2022, p. 227).

De acordo com Melo, Leonardo e Nardoque (2022), a história brasileira é marcada por uma estrutura alicerçada pelas oligarquias rurais onde o poder político e econômico se manifesta na associação de grupos políticos a pautas ligadas a questões rurais.

A concentração da propriedade capitalista da terra além do poder econômico significa, também, poder político sobre a sociedade por meio das instituições do Estado. Logo, quanto mais concentrada a estrutura fundiária, mais forte será o poder dos proprietários fundiários/capitalistas (MELO, LEONARDO e NARDOQUE, 2022, p. 228).

Logo, tanto a formação das leis que regulamentam um país, quanto a definição de prioridades de políticas públicas são influenciadas pelo poder político e econômico que movimentam o sistema capitalista. A definição das regras em questão sofre pressão para que se estabeleçam de forma a dar prioridade para os grupos políticos que obtêm o poder do dinheiro. Por outro lado, as populações locais também se organizaram nas suas reivindicações, buscando apoio de organismos internacionais e externalizando os danos sofridos.

O que se vê atualmente é o fortalecimento da representação de interesses patronais rurais e do agronegócio contra as reivindicações dos movimentos sociais com o uso de artifícios políticos reafirmando relações de poder e dominação na construção de uma hegemonia (BRUNO, 2022). Representações políticas com pautas conservadoras se unem visando fortalecimento, como descreve a autora:

Como parte da construção da representação de interesses e da hegemonia há também uma grande afinidade entre as Frentes Parlamentares da Agropecuária, Evangélica e da Segurança, mais conhecidas como “Bala, Bíblia e Boi”, que tanto apoiam uma e outra como votam juntas nos temas de interesse comum às três. Bala, Bíblia e Boi simbolizam a política a serviço do negócio, a lógica empresarial alimentando a fé e as indústrias de armas e artefatos orientando as regras de segurança da sociedade. Ou seja, o controle das armas. O controle dos bens da salvação e o controle da terra – elementos fundantes de uma sociedade (BRUNO, 2022, p.12).

De fato, nota-se um esforço para capturar as instituições por parte daqueles que têm maior poder na tentativa de construir novos regramentos que favoreçam seus interesses. Enquanto isso não acontece, os atores do agronegócio buscam situar-se acima das regras sociais, utilizando-se de acordos e alianças para garantir seus modos de agir e, sob o argumento da defesa da propriedade privada, promovem tensões e violência contra aqueles que enxergam como seus adversários.

4.3.2. Condições do mundo biofísico

De acordo com Ostrom (2005), as condições biofísicas influenciam diretamente o ecossistema e refletem na forma como os atores interagem na situação de ação. Em se tratando da região do Baixo Amazonas, há uma série de características sociais, ambientais e econômicas presentes no mundo físico que são condicionantes para forma como os atores lidam com suas questões de dilema coletivo.

No que diz respeito às formas de uso do território, aspectos como a aptidão do solo, acesso à terra e incentivos governamentais são de extrema importância. No ano de 1997 foram realizados os primeiros testes para a produção de grãos na região de Santarém com o apoio de diversos técnicos do Governo Federal e Estadual, juntamente com políticos locais, o que culminou em um processo de grande atração de investimentos e na instalação de produtores de soja nas áreas das comunidades, compradas a preços muitas vezes abaixo do mercado (TERRA DE DIREITOS, 2021).

Sobre a aptidão solo no Baixo Amazonas, estudo da Embrapa elaborado por Venturieri e colaboradores em 2007 afirmou que:

Uma combinação de fatores, endógenos e exógenos a região, tais como o elevado preço internacional da soja, excelente aptidão agrícola com baixo

preço das terras e incentivos governamentais contribuíram para uma onda de imigração de produtores oriunda do norte do Mato Grosso, que detinham experiência e capital para iniciar um processo de utilização da terra de forma intensiva e tecnicada. Devido à boa aptidão agrícola das terras da região para o desenvolvimento de um sistema produtivo de elevado nível tecnológico e um elevado estoque de terras com diversos tipos de uso antrópico, foi observado o rápido crescimento da produção baseado no plantio mecanizado de grãos (arroz, milho e soja) que começou a mudar a paisagem em parte da bacia do Tapajós (VENTURIERI et al., 2007, p.7004).

Em um contexto mais amplo, para compreender as mudanças na estrutura produtiva que ocorreram a partir do avanço da soja, é necessário analisar elementos ligados ao sistema capitalista e a expansão de terras para a cadeia de alimentos global, o que faz com que novas áreas sejam vistas como potencial fronteira produtiva. Ademais, a estratégia do Brasil em se colocar como o grande produtor mundial de *commodities* fez com que houvesse o interesse do aumento de áreas plantadas para lavoura da soja e o crescimento de empresas locais e internacionais atuando no país.

Ao tratar sob o domínio das grandes corporações, Goldfarb (2015b) afirma que ele se mostra através da implantação de megas estruturas físicas nos territórios nacionais, o que se estabelece muitas vezes através de estratégias de participação no âmbito político nacional e internacional. A instalação do Porto da Cargill em Santarém e o avanço da soja adquirem extrema relevância para compreender como a dinâmica regional lida com as pressões do mercado internacional, em especial nas grandes corporações da cadeia de alimentos.

As atuais estratégias empresariais no contexto de políticas desenvolvimentistas repetem as ações violentas do período colonial onde a Amazônia foi e ainda é vista como território a ser explorado e celeiro de matéria-prima. O cenário de conflito expõe projetos de sociedade e modo de vidas antagônicos onde o poder das grandes corporações age não somente para reprimir e invisibilizar, como também para invalidar discurso e saberes locais. O modelo exportador da economia precisa que a terra dos indígenas ou agricultores familiares dê espaço a outras formas de produção, como a agricultura industrial mecanizada.

Hoje não é possível pensar na Amazônia sem compreender os efeitos dos processos de desenvolvimento e como as políticas públicas atuam junto aos interesses privados por meio de financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados, além de outras obras de infraestrutura. O processo de expansão da fronteira do agronegócio amplia a pressão sobre a natureza e as populações e a visão da Amazônia como parte da nova logística de transportes, a insere

no centro das questões de exportação no contexto internacional e na perspectiva do Brasil de se tornar um gigante das *commodities* agrícolas (CASTRO, 2017).

A Amazônia está cada vez mais atravessada por conflitos face a processos e decisões definidos por agentes governamentais e privados, com poder hegemônico que pensam este espaço como oportunidades de mercado e de lucro fácil, reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia (CASTRO, 2017, p. 7).

No sistema capitalista as condições do mundo biofísico são diretamente influenciadas por interesses comerciais e financeiros, no sentido de que as aptidões naturais são moldadas de forma a atender a expansão do capital, representado aqui pelas grandes corporações. O aumento do consumo, especialmente na cadeia de alimentos, exige com que a produção atenda cada vez mais um mercado em expansão, em função também do crescimento demográfico em escala global. A terra que para os camponeses têm o valor da vida passa a ter para o mercado mundial o valor do dinheiro, onde o sistema capitalista pode atropelar aqueles que não estão alinhados aos seus interesses.

4.3.3 Atributos da comunidade

Os meios de vida dos caboclos que residem na região se assentam sobre o uso comum da terra e dos recursos naturais, onde sistemas agroflorestais combinam a exploração dos recursos florestais mais diversos, quais sejam caça, pesca e a coleta de produtos florestais não madeireiros, como castanha do Pará, látex, óleos, frutos, etc. com agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, feita em áreas de posse, ou seja, em áreas sem nenhum reconhecimento de propriedade oficial, seja do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) ou do ITERPA (Instituto de Terras do Pará), o que gera constantes conflitos entre estes órgãos e os novos migrantes e madeireiros (BARBOSA, 2014, p. 6428).

No momento em que a produção de soja passa a ser o principal elemento da região, especialmente com a instalação do terminal portuário, ocorre um crescimento em grande escala da quantidade de áreas plantadas por soja. Um processo de compra de terras dos produtores familiares, juntamente com o aumento do preço da terra e a especulação fundiária. Muitos agricultores familiares vendem suas propriedades e migram para as áreas urbanas em um processo de êxodo rural. Também ocorre a ida desses pequenos agricultores para terras devolutas ou áreas mais afastadas do planalto Santareno, gerando conflitos e disputas entre produtores de sojas e camponeses (ARAÚJO et al, 2008).

Diante de tal situação se deu uma desorganização na estrutura existente e consequentemente, em um processo de concentração fundiária. A soja para as populações locais resultou em impacto nos seus modos de vida e o que se vê é o fim de diversas comunidades que hoje tornaram-se grandes propriedades de soja. Sobre o meio ambiente, nota-se o aumento de desmatamento nesse processo de expansão e o uso frequente de agrotóxicos que contaminam rios e igarapés, além de envenenar as populações.

Por outro lado, a luta pelos direitos sociais e ambientais cresce na forma da resistência das populações locais que se organizam para reivindicar os seus direitos e externalizar o que de fato ocorre. Sobre os movimentos sociais, Castro (2017) afirma:

Os movimentos sociais que vêm lutando pela defesa de direitos sociais, étnicos e ambientais têm denunciado os processos de desterritorialização de populações rurais, deslocamentos forçados, impasses no uso dos rios, e, por isso, inviabilizando formas de trabalho e de reprodução da vida, com práticas impeditivas (CASTRO, 2017, p. 10).

Uma maior organização dos camponeses tem ocorrido para fortalecer o processo de resistência e muitas organizações não governamentais têm atuado junto as comunidades para auxiliar na luta pelos seus direitos e externalizar o que de fato ocorre. De acordo com Barbosa e Moreira (2017):

Soma-se a isso, o fato de que atualmente se nota uma maior organização e resistência por parte das populações tradicionais diante da expropriação de suas terras, florestas e identidades. Estes povos buscam formas de desenvolvimento sustentável, e isso sempre deve ser levado e considerado pelo Estado. Deste modo, percebe-se que a voz da sociedade civil regional é algo que merece maior atenção e não deve ser renegada a um segundo plano, sob a desculpa de se desenvolver a região a qualquer custo (BARBOSA E MOREIRA, 2017, p. 80).

É necessário expor as formas de atuação do agronegócio junto as populações locais na Amazônia para combater a visão romântica do agro explicitada através de diversas campanhas publicitárias que difundem o discurso de que o agronegócio alimenta o Brasil e o mundo de forma sustentável.

De acordo com Capelari, Calmon e Araújo (2017), alguns aspectos devem ser levados em consideração ao analisar os atributos das comunidades no IAD framework. Características como como confiança, reciprocidade, compartilhamento de valores e objetivos, heterogeneidade, capital social e cultura devem ser observados com o intuito de compreender como estes fatores se relacionam na situação de ação.

Conforme Gomes et al. (2017), a identidade cultural da região é fruto da ação do caboclo extrativista, camponês, índios urbanos e quilombolas e baseia-se no manejo dos recursos naturais para subsistência. Na região existe a formação de assentamentos rurais

diferenciados (assentamento agroextrativista, reserva extrativista, assentamento comunitário, entre outros) implantados pelo governo federal e estadual, em função do reconhecimento de que o manejo realizado de que essas populações causa menor impacto e contribui para a preservação dos ecossistemas.

A forma como lidam com a natureza criou um entendimento compartilhado que se expressa além de uma visão comum, mas na forma de modo de vida. Nos últimos anos ficou clara a necessidade de que é necessário lutar para que este modo de vida seja preservado diante das ameaças do avanço da soja. Os objetivos e valores compartilhados se expressam nas formas de organização coletiva, como os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais presentes nos municípios e também nas associações de mulheres.

Juntos e com o apoio de ONGs e outras entidades esses coletivos desenvolvem ações de capacitação na área de sistemas agroflorestais, agroecologia e gestão comunitária. Realizam debates sobre justiça climática e reivindicam políticas públicas. Um exemplo recente é a publicação em maio de 2023 de quatro protocolos de consulta prévia, livre e informada dos territórios Alto Arapiuns, Baixo Arapiuns, Alto Lago Grande e Arapixuna. A construção dos documentos ocorreu em um longo processo participativo e são instrumentos para orientar os governos sobre como consultar essas comunidades nas políticas que possam vir a afetá-los.

4.4. Resultados do dilema de ação coletiva - IAD Framework

Enquanto resultados, no âmbito econômico o avanço da soja significou em uma vasta área plantada na região. De acordo com dados do IBGE da Produção Agrícola Municipal- PAM no ano de 2021 havia 99 mil hectares de área plantada nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (IBGE, 2021). Além disso, os Portos movimentam 4 milhões de toneladas de grãos por ano, com perspectiva de grande aumento (CARGILL, 2023). Um exemplo da importância estratégica da região para o agronegócio foi a realização do evento de abertura nacional da colheita da soja em março de 2023 em Santarém com a presença do Governador do Estado do Pará, prefeitos e políticos, além de produtores e empresas.

Nas esferas social e ambiental os resultados demonstram graves danos. Várias comunidades de pequenos agricultores familiares que produziam principalmente farinha de mandioca e que para os quais a terra tinha o valor da existência e da vida venderam suas propriedades que hoje abrigam grandes áreas de soja (BARROS et al. 2020). O desmatamento se faz presente associado a diversas causas antrópicas e o intenso uso de pesticidas e fertilizantes químicos têm contribuído para o alto nível de contaminação dos

rios e nascentes e a estrutura fundiária abriga conflitos por terras, deslocamentos e mudanças indiretas no uso da terra (SAUER, 2018).

Os regimes de direitos de propriedade dos recursos é um aspecto que ganha relevância nos estudos que Elinor Ostrom, ligados especialmente a exclusão e controle de acesso e subtração, onde as duas categorias são fontes de conflitos e divergências:

A exclusão diz respeito ao quão fácil ou custoso é excluir ou controlar o acesso de usuários ao recurso, sobretudo, devido à natureza e aos atributos físicos dos recursos. A subtração, por sua vez, reverencia o quanto a utilização dos recursos por um novo indivíduo gera modificações na quantidade disponível de recursos para outros indivíduos que já se utilizavam dele (CAPELARI et al., 2017, p. 27-28).

Em se tratando de recursos públicos, eles são aqueles em que a exclusão ou controle de acesso é difícil e a subtração é baixa. Já os recursos privados são o oposto, com a exclusão fácil e subtração alta. As formas de classificação dos recursos são importantes pois ajudam a mapear as características de cada recursos de tal forma a projetar ambientes institucionais que favoreçam as formas de acesso, gerando resultados finais positivos para a governança (CAPELARI et al., 2017).

Neste estudo fica evidente que o que se deu com a privatização do recurso complexo portuário de Santarém para a empresa Cargill foi para as comunidades locais uma subtração, já que a eles foi excluído o direito ao uso da maior parte do Porto e também foram privadas da utilização de um recurso comum, a Praia de Vera Cruz. Vale ressaltar que a área hoje abriga o terminal graneleiro no Porto Organizado de Santarém, sob a responsabilidade da Cargill, antes era a Praia de Vera Cruz, local frequentemente usado para lazer e esporte por diversos moradores locais. O fato de o Porto interferir negativamente na atividade pesqueira coaduna com o que Ostrom (2011) afirma no que se refere a facilidade de exclusão que se dá a partir de recursos privados. Tais fatos, somados a outros aqui relatados, demonstram que o regime jurídico e institucional atuou no sentido de assegurar os direitos privados, em detrimentos dos direitos das comunidades.

Outro aspecto determinante refere-se ao uso de agrotóxico nas plantações de soja. Todos os representantes dos trabalhadores rurais entrevistados nessa pesquisa foram unânimes ao relatar os danos promovidos pelo intenso uso de agrotóxicos por parte dos produtores de soja. Diversos depoimentos denunciam doenças como câncer, abortos, doenças de pele, queda de cabelo, vômitos, dor de cabeça e falta de ar (intensificado nos períodos de pulverizações) causados pelo veneno. No entanto, quando observado os

dados oficiais, não se verifica registros dessas doenças, o que se dá em função de uma alta subnotificação. Há trabalhos em desenvolvimento juntamente com o Instituto Evandro Chagas e a UFPA no sentido de comprovar a associação do uso de agrotóxicos a danos à saúde e ao meio ambiente no Baixo Amazonas.

As populações das áreas próximas as plantações de soja são as mais afetadas, porém a contaminação de igarapés e rios com o agrotóxico faz com que uma grande parcela também seja atingida. Os prejuízos vão além da saúde e atingem as suas plantações. Foi relatado que é comum as pragas, como insetos, migrarem para as áreas da agricultura familiar. No município de Belterra, uma produção de mel teve parte de suas abelhas mortas pelo veneno pulverizado.

A proximidade das áreas da agricultura familiar das plantações de soja faz com que a suas produções e vidas sejam deveras atingidas pelo uso do veneno. É comum casos em que apenas uma rua separa os dois tipos de produção, como mostra a foto 01 na comunidade Nova Esperança.

Foto 01: Proximidade física da agricultura familiar e produção de soja



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora -Santarém, Comunidade Nova Esperança, agosto de 2022

Um assunto mencionado com bastante preocupação é o fato de haver casos de agricultores familiares que utilizam agrotóxicos, influenciados pelos grandes produtores. Os sindicatos de Trabalhadores e trabalhadoras se colocam contra o uso de venenos, mas a busca por resultados mais rápidos e por produzir mais tem influenciado algumas pessoas. Foram relatadas a reutilização dos vasilhames, inclusive para tomar água, apesar de haver na região um posto de coleta. São desenvolvidas ações de conscientização não

somente quanto ao uso de agrotóxicos, mas também sobre a venda das terras, como demonstra a foto 02.

Foto 02: Campanhas de conscientização



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora–STTR de Mojuí dos Campos, agosto de 2022

A partir dos movimentos sociais e com parceria do Ministério Público do Estado do Pará foi criado no ano de 2017 o Fórum Permanente de Combate aos Agrotóxicos na Região do Baixo Amazonas. Nas entrevistas o Fórum foi sempre citado como um espaço de grande importância e de esperança, onde acreditam que os anseios das comunidades sejam ouvidos junto aos órgãos públicos. Foram mencionadas pesquisas desenvolvidas pela UFOPA e apresentadas no Fórum que demonstram efetivamente as contaminações. Apesar disso, em conversa com SEMA sobre agrotóxicos, perguntei sobre a existência de multas e fui informada que não há multas relacionadas a esse tema nos últimos dez anos na região.

Na ocasião das entrevistas foi esclarecido que a última reunião do Fórum de Combate aos Agrotóxicos tinha sido marcada pela presença massiva de produtores de soja, com discursos alterados, o que causou um certo tumulto e a finalização da reunião. Tal ação foi vista como uma estratégia de ocupação de espaços onde os sojicultores tentam se apropriar de locais de fortalecimento e denúncias da agricultura familiar.

Outro aspecto mencionado diz respeito ao uso de sementes transgênicas. Hoje a estratégia de produção da soja no formato da agricultura moderna e industrial se dá com o uso de agrotóxicos (especialmente o glifosato), sementes transgênicas e associada ao milho, pelo fato de que a palhada do milho ajuda na umidade e nutrientes, preparando o solo para receber a soja. Ocorre que o milho é também uma das culturas presentes nas lavouras dos agricultores familiares, que relatam que existem casos em que se deu o

cruzamento de sementes crioulas (aquelas mais puras, sem modificações genéticas) com transgênicas pela proximidade das plantações.

4.5. Sustentabilidade

O termo sustentabilidade aborda uma multiplicidade de significados onde a amplitude de usos interferiu na determinação do conceito, que muitas vezes se perde na pluralidade de formas com as quais o termo se apresenta. Nos últimos anos as empresas têm cada vez mais se apropriado da palavra sustentabilidade, vinculando a sua forma de agir a projetos e ações ligadas ao meio ambiente e ao social, na tentativa de se expressar para o mercado como uma empresa amigável.

No levantamento de campo optou-se por perguntar para cada entrevistado o seu entendimento sobre o que é ser sustentável e se consideram ser possível a produção de soja sustentável na região do Baixo Amazonas. O objetivo foi identificar os pontos de encontros e divergências, já que a visão antagônica sobre o tema pode contribuir para dificultar o estabelecimento de objetivos comuns e conexões, além de gerar falhas na estrutura de governança.

Vale relembrar que, no levantamento de campo, apesar de diversas tentativas, não foi possível entrevistar membros dos produtores rurais, associação de produtores ou a empresa Cargill. Aquelas pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa encontram-se, em sua maioria, alinhadas ao grupo daqueles que acreditam ser possível um modelo de desenvolvimento pautado no uso do território, respeitando a natureza e as populações tradicionais.

Quando questionados se é possível a soja ser sustentável na região do Baixo Amazonas todos os entrevistados responderam que não. Nas respostas o termo sustentabilidade foi sempre vinculado ao respeito pela natureza, a floresta, ao viver em harmonia com o rio, a se alimentar de comidas naturais e até estar bem com o vizinho. Os entrevistados afirmaram que nem a soja e nem o milho podem ser sustentáveis, pois não alimentam as pessoas da região, já que a agricultura familiar é quem produz o alimento que vai a mesa. Nota-se uma visão de sustentabilidade claramente ligada a vida, no sentido de segurança alimentar. Foi mencionado que no auge da pandemia de Covid-19 o STTR desenvolveu ações para ajudar as famílias necessitadas e, juntamente com a UFOPA e FASE, adquiriram produtos alimentícios dos produtores familiares e distribuíram para aqueles que precisavam.

Além da sustentabilidade ligada ao caráter de segurança alimentar e vida, no sentido de suprir as necessidades humanas, foi dito que a soja não pode ser sustentável

em função de “fazer mal e atrapalhar a vida dos agricultores”. Dessa forma o termo vincula-se também a relação com a terra e a valorização de suas produções e modos de produzir e a maneira com a agricultura está pautada no respeito a terra e ao povo.

Foram citadas como sustentáveis as produções de alimentos saudáveis, sem veneno, a produção agroecológica, com os recursos da própria natureza e adubos orgânicos. O conceito foi ligado a forma de produzir sem destruir a natureza e os modos de vida das pessoas. Ao falar sobre a soja, uma agricultora afirmou que só é possível produzi-la derrubando a floresta, a capoeira e tratando a terra com veneno, por isso ela não é sustentável. Um produto que promove a invasão de territórios, contaminação, expulsões e degradação ambiental, não pode se dizer harmônico com a natureza.

O entrevistado de uma ONG que atua com agroecologia destacou que o alimento e sua produção carregam consigo a simbologia do lugar. Neste sentido representa também memória, afeto e ancestralidade. A farinha de mandioca do PAE Lago Grande, por exemplo, traz a identidade do lugar e as características de uma produção repleta de um conhecimento tradicional estabelecido e aprimorado há anos.

A visão de sustentabilidade apresentada pelos entrevistados se desconecta dos conceitos ligados ao capitalismo, onde o sustentável é aquele que também vende e dá lucro. Repleto de valores e sentimentos, a relação com a terra e natureza se expressam na busca pela manutenção e valorização de modos de vida que enfrentam muitas vezes a impossibilidade de coexistir junto as grandes corporações do capital.

Os representantes da SEMAS afirmaram que uma importante estratégia em busca da sustentabilidade é a validação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, sendo necessária a ratificação das informações autodeclaradas com imagens de satélite e visitas de campo. Eles informaram que, apesar da base das ações da SEMAS ser o CAR, ainda não há verificações suficientes. Hoje somente 10% do CAR é validado, sendo necessário futuramente identificar formas mais eficazes de fazer o cruzamento com notas fiscais e comprovações.

Já o Ministério Público afirmou entender o tema vinculado à permanência e reprodução de vida. Logo, diz respeito ao direito das pessoas de permanecer nos territórios desenvolvendo as atividades que escolheram e, quando isso é atingido ou impossibilitado, é possível afirmar que há sustentabilidade.

O que se estabeleceu atualmente foi uma disputa de narrativas onde o discurso de sustentabilidade se desloca cada vez mais das populações tradicionais e vira objeto do campo econômico e da apropriação de modos de vida, próprias do sistema capitalista.

4.6. Apontamentos finais sobre o IAD framework

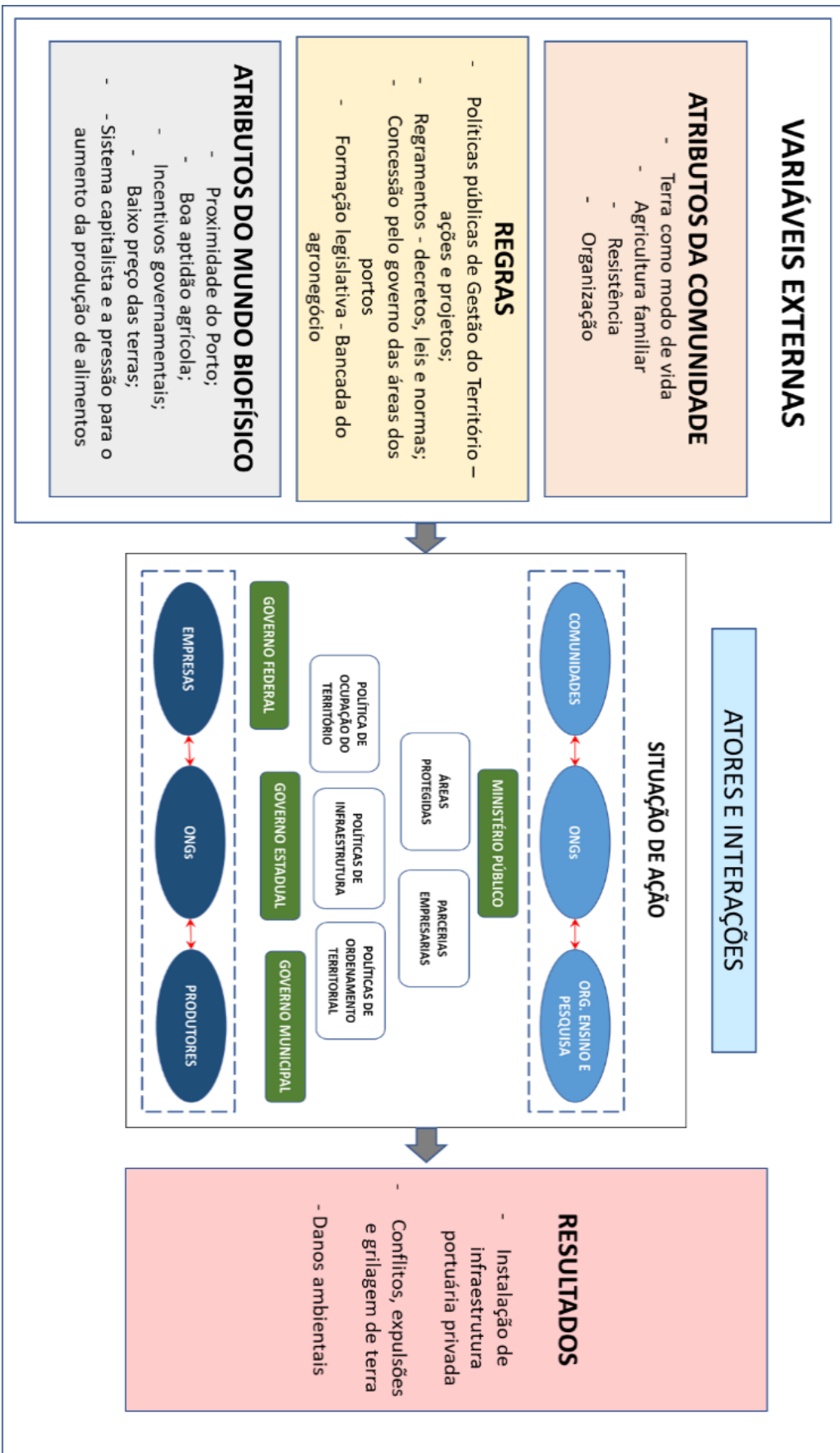
Ostrom (2011) definiu situações de ação como “os espaços sociais onde os indivíduos interagem, trocam bens e serviços, resolvem problemas, dominam uns aos outros ou lutam (entre as muitas coisas que os indivíduos fazem em situações de ação)” (OSTROM, 2011, p. 5).

O pano de fundo para a resolução do dilema da ação coletiva é a promoção da governança. Portanto, envolve as facilidades ou dificuldades identificadas na superação do dilema e a sua relação direta com a capacidade que dos indivíduos de se organizarem e modificarem as instituições que regem seus comportamentos (OSTROM, 2005; CAPELARI et al., 2017). De acordo com Ostrom (2005) as instituições dizem respeito a forma como as regras são definidas e envolve:

Um conjunto de regras de trabalho que são usadas para determinar quem é elegível para tomar decisões em determinada arena, quais ações são ou não permitidas, quais regras serão usadas, quais procedimentos serão seguidos e quais compensações devem ser atribuídas aos indivíduos (OSTROM, 2005, p. 51).

No dilema de ação coletiva analisado nesta pesquisa verifica-se que alguns grupos, especialmente aqueles com maior poder econômico, pressionam a arena para que os regramentos sejam adaptados aos seus interesses. Com forte presença junto as esferas políticas e ao Estado, seja ligado aos poderes executivo ou legislativo, as grandes corporações do agronegócio atuam em territórios como a Amazônia fazendo valer as suas inclinações, em detrimentos das populações que ali vivem. A figura 18 apresenta um resumo das principais variáveis que interferem no arranjo institucional e contribui para demonstrar que as instituições foram em grande parte capturadas por aqueles agentes que têm maior poder econômico, em detrimento das populações locais.

Figura 18: Principais variáveis – IAD Framework



Fonte: Elaboração da autora

Nota-se também que as regras vigentes são descumpridas por empresas como a Cargill, o que pode ser visto no caso do licenciamento do Complexo Portuário de Santarém, em que apesar da empresa não acatar o que determina a legislação, continuou em pleno funcionamento. Faz-se necessário que as instituições atuem no sentido de salvaguardar os direitos ambientais e sociais, não somente os econômicos e, principalmente, que as leis e normas estabelecidas sejam cumpridas e frutos de fiscalizações por parte dos órgãos competentes.

O mercado busca recursos para garantir o funcionamento do sistema capitalista, promovendo e ampliando o consumo e o acúmulo de riquezas. Neste sentido, regiões como a Amazônia, ricas em recursos naturais, passam a ser cobiçada e visadas por diferentes agentes econômicos. De acordo com Castro (2017):

As ações do estado, suas estratégias conjugadas sobre o território, e dos agentes econômicos voltadas para a Amazônia, demonstram uma ampliação dos interesses na exploração dos recursos naturais e dos mercados. O que está em jogo e agora de forma mais explícita nas políticas governamentais, inclusive de países com região amazônica, é a ocupação pelo mercado de territórios da Pan-Amazônia, essa imensa região privilegiada pela sua floresta tropical e rico potencial mineral, hídrico e de biodiversidade (CASTRO 2017, p. 20-21).

O que se vislumbra atualmente é uma aliança entre as grandes corporações, a elite local e o poder político para fazer valer uma Amazônia alinhada aos interesses econômicos capitalistas, sejam eles do agronegócio das *commodities*, da localização estratégica para a logística de escoamento, da exploração madeireira ou do garimpo e demais formas de explorações minerais. O avanço da soja modificou a forma de ocupação do território e os modos de vida e para fazer valer esse projeto econômico para a Amazônia as populações locais são invisibilizadas e silenciadas.

Mais que invisibilizar as populações locais, o discurso de sustentabilidade de muitas empresas se configura como forma de mascarar umas ações e disseminar outras. Ao tratar sobre o tema Expulsões, Sassen (2020) aborda as novas faces do capitalismo, no que a autora denomina de limite sistêmico, ou seja, a dinâmica do capital de atrair pessoas pra dentro do sistema e empurrar pessoas pra fora e sua interferência em dinâmicas conceituais.

O foco no limite provém da hipótese central que organiza este livro: que a passagem do keynesianismo à era global, de privatizações, desregulamentação e fronteiras abertas para alguns implicava uma passagem de uma dinâmica que atraía pessoas para seu interior para outra dinâmica que empurra pessoas pra fora (SASSEN, 2020, p. 251).

A nova lógica sistêmica coloca instituições a serviço do crescimento econômico corporativo, priorizando o lucro. Essas forças atravessam fronteiras conceituais e significados com os quais explicamos a sociedade o fazem de maneira invisível aos olhos para servir a lógica dominante e dominadora que organiza o espaço econômico. Criam “dinâmicas que atravessa, fronteiras conceituais/ históricas familiares e bem estabelecidas” (SASSEN, 2020, p. 256).

4.7 Considerações sobre a Amazônia e a Soja

Para entender a problemática da soja na Amazônia foram utilizadas três linhas metodológicas: o IAD Framework, o levantamento bibliográfico e o levantamento de campo. Todos os três instrumentos confirmaram e se alinharam num único caminho, o de mostrar e referendar as formas de usurpação que o capitalismo tenta promover a Amazônia, as formas de resistências dos povos locais e a captura das instituições, especialmente na esfera do poder público.

As formas de ocupação da Amazônia destacam um esforço na inserção da região a lógica econômica do capitalismo, sendo provedora de matérias-primas. A história destaca uma trajetória marcada por conflitos e resistências das populações locais, onde as diversas políticas públicas de desenvolvimento promovidas pelo Estado foram baseadas no incentivo a migração ligado sempre a perspectiva econômica do território ligado a lógica do capital.

Como demonstrado com o uso do IAD *framework*, as instituições se estabeleceram em duas linhas opostas. Uma que claramente apoia um modelo de desenvolvimento pautado na agricultura moderna, industrial e mecanizada, que vê a soja como uma oportunidade para a região. A outra que defende o direito ao uso do território pelas populações tradicionais, em um formato mais harmônico com o meio ambiente e alinhado a preservação da natureza e da vida, onde as comunidades têm o poder de decidir o seu próprio futuro. As parcerias estabelecidas alinham-se a este modelo fragmentado, onde as organizações pactuam de acordo com o modelo que melhor se alinhe a sua visão de mundo e seus objetivos organizacionais (sejam eles explícitos ou não).

O IAD *framework* demonstrou que o dilema de ação coletiva do uso e destinação do território do Baixo Amazonas situa-se na discordância e no desequilíbrio entre os atores que ali operam em torno da produção de *commodities* como soja e seus interesses contraditórios. Neste contexto, a atuação do Estado alinha-se, na maioria das vezes, aos interesses capitalistas e têm se apresentado como um grande fomentador da visão econômica da Amazônia, criando políticas públicas que privilegiam o uso econômico do território.

Na prática os agricultores familiares sofrem as consequências no dia-a-dia onde têm que conviver com expulsões, desamparo e veneno. Eles seguem estabelecendo outras formas de parcerias e desenvolvendo ações que pregam a valorização do uso do território, alinhado a preservação ambiental e social. Para eles sustentabilidade se relaciona à segurança alimentar, à vida, à ancestralidade e ao direito de escolha.

O que se vê hoje é um cenário onde as grandes empresas na prática competem com os agricultores familiares por territórios e demonstram suas relações de poder se articulando com atores determinantes, o que contribui para invisibilizar e oprimir os modos de vidas locais. As grandes corporações que muitas vezes provocam tantos danos nos territórios, têm se esforçado no sentido de se apropriar de discursos de sustentabilidade, difundindo e ajustando conceitos ligados aos seus próprios interesses na busca de conquistar um mercado consumidor mais exigente. Tal fato se exemplifica com a participação da Cargill na 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas - COP 27 em 2022 propondo um plano, junto com outras grandes empresas para limitar o aquecimento global, omitindo, é claro, a forma como atua na Amazônia.

Mas afinal o que é sustentabilidade? Uma empresa que gera danos a Amazônia pode dizer-se sustentável? Quais as melhores práticas produtivas? Qual modelo de agricultura alimenta o mundo? Enredar questões como estas em uma teia de controvérsias não é aleatório, faz parte de uma estratégia de tornar turvos os conceitos existentes dando margem a flexibilidade e até moldando novos discurso que incorporem a visão que atende os interesses de quem tem mais poder. A disputa não se dá somente no território, mas também no campo do discurso enquanto instrumento de poder capaz de definir novas formas de viver.

CAPÍTULO 5. O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS ANUAIS DA CARGIL

As empresas se expressam para a sociedade demonstrando as suas ações na busca de legitimidade. Relatórios e portais web organizacionais tornaram-se instrumentos para que sejam comunicados seus projetos, desempenhos e atividades e o avanço tecnológico permitiu que esses instrumentos se tornassem público e se disseminassem de forma que anteriormente não seria possível. Ao tratar das mudanças para os consumidores conectados, Kotler (2017) afirma que:

Hoje vivemos em um mundo totalmente novo. A estrutura de poder está passando por mudanças drásticas. A internet, que trouxe conectividade e transparência às nossas vidas, tem sido em grande parte responsável por essas transformações (KOTLER, 2017, p. 16).

No que se refere a revolução tecnológica, Castells (1999) argumenta que o novo paradigma se organiza em torno da tecnologia da informação onde o mundo se tornou digital. O autor diz que esta revolução tem a mesma importância da industrial, já que induz um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura, ou seja, uma penetração em todos os domínios da atividade humana (CASTELLS, 1999).

Acontece que, diferente da revolução industrial, a tecnológica adquire uma velocidade de transformação nunca vista na história. Sobre a velocidade das mudanças no mundo digital, Castells (1999) explica:

“O processo de transformação tecnológico expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida (CASTELLS, 1999, p. 68).

Tornar públicas as ações empresariais transforma-se, acima de tudo, em uma estratégia de marketing, onde o conteúdo veiculado tem como intuito convencer o leitor dos atributos positivos daquela organização. Neste sentido, pesquisar os materiais disponíveis que expressam o conteúdo e discurso das empresas adquire grande relevância, já que o discurso tem o poder de moldar a sociedade e as suas estruturas sociais e, inserido no sistema capitalista e na era tecnológica, o que dizem as grandes organizações pode ter ainda mais visibilidade. De acordo com IRIGARAY, CUNHA, HARTEN (2016, p. 925):

O discurso empresarial promove o nascimento de uma nova figura na sociedade: os gurus do *management*. Estes a se proclamar como agentes capazes de promover o desenvolvimento ao redor do mundo, aptos a prestar consultoria a nações estrangeiras, ditando e proliferando verdades, como se fossem capazes de entender as particularidades culturais e sociais locais. Entretanto, porque seus discursos são moldados pela ideologia neoliberal, eles buscam apenas homogeneizar a realidade, segundo os pressupostos dessa ideologia, a qual é adequada para a manutenção de uma relação de poder em

que poucos mandam e muitos obedecem, ou seja, para a manutenção do *status quo*.

Os relatórios espelham estratégias e escolhas que os gestores fizeram para o caminho daquelas organizações. Representam uma forma de expressar para as partes interessadas a opções que aquela organização deseja seguir. Porter (1999) afirma que estratégia é adotar posicionamento exclusivo e valioso, envolvendo um conjunto de atividades diferentes. Envolve também exercer opções excludentes como essência do processo competitivo que se refere a escolher o que não fazer. Logo, o discurso contido nesses documentos representa também a opção estratégica sobre o que dizer e especialmente o que não dizer.

Em se tratando de relatórios organizacionais, existem diversas pesquisas desenvolvidas que apontam para a importância do documento. Há trabalhos sobre o formato de relatórios proposto pela Global Reporting Initiative – GRI (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015; BROWN, JONG E LEVY, 2009), missão organizacional (IRIGARAY, CUNHA, HARTEN, 2016), legitimidade organizacional (DEEGAN, 2010), avaliação de relatórios de sustentabilidade (DAUBB, 2007), contabilidade, meio ambiente e relatórios de sustentabilidade (HOPWOOD, 2009), relatórios e teoria institucional (LARRINAGA- GONZÁLEZ, 2010) e a importância dos relatórios de sustentabilidade (KOLK 2004). No entanto, ainda se faz necessário uma maior quantidade de pesquisas que analisem o conteúdo e sentido dos relatórios organizacionais como forma de expressão da estratégia adotada, buscando compreender seus reflexos no ambiente que o cerca.

A empresa Cargill, objeto de análise desta pesquisa, utiliza relatórios e redes sociais para transmitir seu discurso e ideologia para diferentes públicos. A atuação desta empresa na Amazônia é marcada por controvérsias e denúncias de violações aos direitos das populações e danos ao meio ambiente, como apresentado no capítulo 4 desta tese. O que se pretende neste capítulo é analisar o conteúdo e discurso contido nos seus relatórios, na busca de compreender suas (des)conexões e (des)alinhamentos com a realidade.

Na publicidade das ações empresariais, determinados assuntos tornam-se temas sensíveis e as empresas buscam as melhores formas de apresentá-los para que consigam convencer o público de seu “bom comportamento”, por vezes moldando e mascarando o que fato acontece para atender seus objetivos. Temas como Amazônia e preservação ambiental encaixam-se no rol daqueles com forte apelo midiático onde o público tende a olhar de forma mais crítica o modo de agir empresarial na região. Não à toa, nos últimos

anos têm aumentado os estudos sobre *greenwashing*, termo que literalmente significa “lavagem verde” e refere-se a ações de marketing que objetivam enfatizar atividades de empresas com boas práticas ambientais, minimizando os impactos ambientais negativos nas operações e valorizando indevidamente determinado produto ou mercadoria (SOUZA, 2017).

No contexto atual do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista a Amazônia se transforma em objeto de diferentes interesses por vezes antagônicos que envolvem por um lado a preservação das florestas tropicais e por outro o uso de terra para a produção de *commodities*. Em vista disso, a Amazônia torna-se um território globalizado, vulnerável ao colonialismo e vista como oportunidades às grandes fortunas mundiais, o que gera a financeirização de terras e conseqüentemente desmatamento e conflitos fundiários. A maximização de lucros e consumo resulta em desequilíbrios na escala local de um modelo pensado globalmente onde interesses de agentes econômicos nacionais e internacionais impulsionam o avanço do desmatamento pressionados pela necessidade de ampliação do mercado de terras para a produção de *commodities* (CASTRO e CASTRO, 2022).

Os relatórios de gestão e/ou sustentabilidade são a expressão do que as organizações querem demonstrar para a sociedade sobre suas ações e a relação com o ambiente que os cerca, por outro lado as redes sociais são cada vez mais usadas como uma ferramenta para gerenciar os fluxos de conhecimento dentro e através das fronteiras da organização no processo de inovação. Apesar de envolver duas realidades diferentes (relatórios e internet), é importante não perder de vista que o objetivo da pesquisa busca entender o conteúdo e o sentido contido no discurso empresarial por meio da análise da forma como as organizações se expressam para a sociedade e exprimem suas razões de ser. Não à toa, a escolha metodológica de estudar as duas ferramentas de comunicação permite um leque mais amplo de possibilidades para as análises, onde o comportamento das empresas é observado em dois espaços, proporcionando identificar se eles se alinham.

Um aspecto importante a ser ressaltado são as diferenças de público-alvo e material de acordo com cada ferramenta utilizada para divulgar as ações das empresas. Enquanto o relatório é um instrumento formal voltado para os stakeholders, comumente usados pelos acionistas e investidores, o Instagram é uma ferramenta aberta ao público em geral, com uma linguagem mais direta e a possibilidade do uso de outros recursos, tais como vídeos e ferramentas visuais. Outra diferença determinante envolve a possibilidade de interação com o usuário: o que não é era possível nos relatórios, passa a

ser feito em tempo real nas redes sociais, por meio de comentários e curtidas. Em função disso a análise das duas ferramentas se complementa e permite identificar diferentes abordagens e estratégias contidas no conteúdo e discurso da Cargill.

Esta seção dedica-se a analisar os relatórios da empresa Cargill com o objetivo de compreender como a empresa se expressa para a sociedade e define sustentabilidade em seus relatórios anuais. A importância dos documentos reside no seu poder de expressar a estratégia empresarial e, a partir daí, compreender a atuação da empresa em relação ao ambiente no qual está inserida e também a forma de criar novas narrativas que a beneficiem, por vezes desconstruindo e invisibilizando aquelas já existentes.

Para tal, este capítulo está estruturado na primeira seção onde será abordada a importância da divulgação das ações empresariais, na segunda onde será apresentada a análise do conteúdo e na terceira que trará a análise do discurso. Por fim, na quarta seção serão apresentados os apontamentos e conclusões sobre o tema do capítulo.

5.1 A divulgação das ações empresariais no mundo globalizado– O uso de relatórios organizacionais

Os relatórios de gestão e sustentabilidade são documento organizacional que buscam assegurar a legitimidade perante a sociedade. De acordo com Deegan (2010) a legitimidade organizacional envolve a percepção da sociedade sobre a adequação do seu comportamento, sendo ela responsável por uma construção social baseada em normas culturais de comportamento empresarial.

Para estudar o tema diferentes teorias são utilizadas, dentre elas a teoria da legitimidade que discute as expectativas da sociedade em geral (como encapsulado no "contrato social") e a teoria das partes interessadas que fornece uma visão de como as organizações vão reagir às demandas dos grupos de partes interessadas que controlam recursos necessários para as suas operações. Ambas as teorias conceituam a organização como parte de um sistema social mais amplo em que a organização é impactada por outros grupos da sociedade. No contexto da busca de legitimidade os relatórios de sustentabilidade passam a adquirir ainda mais importância, já que são instrumentos de diálogo com a sociedade e meio para expressar suas ações e conduta.

Ao longo dos anos, em função da pressão para que as empresas prestassem contas de suas ações na área de meio ambiente, os relatórios de sustentabilidade ganharam ênfase, se apresentando como um novo formato ou alternativa aos de gestão, agora com um foco mais específico. Os relatórios de sustentabilidade (RS) adquirem importância, sendo “considerados uma resposta direta às mudanças na sociedade que levaram ao

aumento do monitoramento e policiamento de empresas” (DAUBB, 2007, p.77). No entanto, uma análise crítica dos relatórios envolve a questão sobre até que ponto as empresas continuarão motivadas a publicar um RS e a veracidade dos elementos apresentados. Uma questão determinante é se as empresas realmente implementaram os pontos que incluem em seu relatório.

Ao tratar das tendências internacionais, Kolk (2004) observou uma clara propensão no conteúdo dos relatórios de tratar não somente das questões ambientais, mas de incluir questões sociais e, às vezes, também financeiras. Além disso, um terço dos relatórios de sustentabilidade estudados na ocasião foram explicitamente inspirado no formato apresentado pela *Global Reporting Initiative*, um esforço para desenvolver diretrizes e padrões nos reportes. A GRI foi criada para melhorar a qualidade e utilidade dos relatórios de sustentabilidade, produzindo um conjunto de indicadores de desempenho - ambientais, sociais, econômicos e integrados (KOLK, 2004).

Por outro lado, a teoria institucional ajuda a compreender como as escolhas sociais são moldadas pelo ambiente cada vez mais repleto de interações entre empresas, órgãos governamentais, organismos internacionais e ONGs. Ao tratar sobre o desenvolvimento dos RS e analisar as consequências da sua institucionalização, Larrinaga- González (2010) afirma que diferentes pressões em um campo organizacional levam a convergência nas formas e práticas organizacionais, tornando-os institucionalizados, ou seja, quando uma prática / comportamento social torna-se usual, desejável e dado como certo em organizações. As organizações imitam os pares que são percebidos como tendo obtido sucesso.

O evento inicial de uma mudança institucional pode adquirir diferentes formas, incluindo: marcos, catástrofes e problemas jurídicos/administrativos. A incerteza gerada impulsiona as organizações a irem além das práticas estabelecidas, o que pode eventualmente gerar novos arranjos institucionais. No caso dos relatórios de sustentabilidade, destacam-se as pressões nos Estados Unidos, a partir de 1989, em reação a acidentes e danos ao meio ambiente, tais com o derramamento de óleo, que levou uma série de empresas a adotarem relatórios ambientais. Já no contexto europeu, as organizações têm estado mais atentas ao governo (Programas de Ação Ambiental da União Europeia -UE) e iniciativas privadas como a *Global Reporting Initiative* (GRI) de incentivo aos RS. (LARRINAGA- GONZÁLEZ, 2010). Vale ressaltar que a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional que visa a ajudar empresas,

governos e instituições a comunicar e divulgar o impacto de suas ações no formato de relatórios.

Em estudo desenvolvido por Ferreira-Quilice e Caldana (2015) para analisar os pontos negativos do padrão GRI ficou claro que os relatórios de sustentabilidade são valiosos instrumentos na busca das empresas por responsabilidade social corporativa, no entanto algumas melhorias são necessárias. A pesquisa aponta críticas ao formato, tais como relatório pouco atraente, falta de sinceridade no reporte, ausência de informações financeiras, falta de padrão, processo não definido de engajamento de stakeholders, classificação GRI confundida com desempenho de sustentabilidade e falta de pessoal e recursos financeiros para a elaboração. As empresas estudadas apontaram dificuldade em entender o modelo proposto pelo GRI, o qual foi considerado complexo, ambíguo e flexível.

De acordo com Brown, Jong e Levy (2009), o motivo mais importante que leva empresas a relatar é a gestão da reputação e a proteção da marca. Do ponto de vista da teoria institucional, a institucionalização é profundamente afetada pelas estratégias iniciais dos fundadores e como ela reproduz as relações de poder existentes. A GRI se propõe a dialogar com uma série de grupos com necessidades e interesses variados e inconsistentes e é irrealista ao esperar um único sistema de relatórios para atendê-los suficientemente bem para criar uma base de usuários forte.

De fato, o relatório de sustentabilidade tem sido o instrumento central através do qual as organizações que adotam códigos de conduta de sustentabilidade os informam ao mundo exterior, no entanto faz-se necessário observar que existem prestações de contas sem a clareza e a profundidade com que deveriam, onde as empresas parecem reportar muito mais suas intenções e visões do que as atuais ações e performance (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015). Hopwood (2009) destaca que em alguns casos o relatório serve como um “véu corporativo”, demonstrando uma nova face para o mundo exterior e protegendo o funcionamento interno da organização do olhar externo. Nesses casos são desenvolvidos alguns formatos de relatórios, feitos com habilidade e uma boa quantidade de planejamento e reflexão, que fazem com que se saiba ainda menos sobre a empresa, apesar da aparente publicidade de suas ações estratégicas. Ainda sobre o tema o autor relata que:

Na verdade, é possível que tal relatório pode até mesmo reduzir o que é conhecido sobre uma empresa e suas atividades ambientais. Empresas também estão interessados nas possibilidades de relatórios para aumentar sua legitimidade no mundo mais amplo. Não apenas isso, eles também podem ter

interesse em usar relatórios para facilitar a construção de uma nova e diferente imagem da empresa (HOPWOOD, 2009 p. 437).

Quando Mintzberg (1978) escreveu sobre padrões na formação estratégica ele já afirmava que as estratégias, como as reconhecemos *ex post facto*, são planos deliberados concebidos antes de tomada de decisões específicas. Porém, ao restringir a estratégia a diretrizes explícitas, força o pesquisador a estudar a formação da estratégia como um fenômeno perceptivo, muitas vezes reduzindo suas conclusões a generalizações normativas abstratas. O autor afirmava que há diferentes formas na construção estratégica, ou seja, as pretendidas, diretrizes a priori e as estratégias evoluídas, consistências a posteriori no comportamento decisório.

Preocupado em recuperar a prática da estratégia da posição marginal que ocupava no programa modernista de pesquisa, Whittinton (2004) argumentou que a estratégia é algo que as pessoas fazem. Trata-se de uma prática social, o que conseqüentemente significa descentralizar as posições até então tradicionais na construção estratégica. Da visão da prática social também emergem outras questões relacionadas a sociologia, tais como poder, trabalho e a constante mudança na divisão de tarefas. Apesar das pesquisas em estratégia estarem se distanciando das suposições modernistas e dando espaço a pesquisas mais arrojadas e plurais, não significa que as estratégias não importam. O que está em questão são as conexões existentes entre as atividades e o resultado das organizações e as ferramentas e habilidades para construir a estratégia (WHITTINTON, 2004).

Realmente entender a estratégia adotada e as alternativas escolhidas pelas empresas é fundamental para compreender o seu posicionamento diante do mercado e da sociedade. A estratégia está imbricada nos relatórios empresariais, pois são eles instrumentos de comunicação com o meio externo a organização. De forma explícita ou não, expressando a prática real (ou não), é necessário que as pesquisas se aprofundem no que de fato as empresas querem externalizar e qual estratégia é de fato adotada.

5.2 A análise de Conteúdo dos Relatórios Cargill

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise do conteúdo dos relatórios anuais da empresa Cargill. Conforme será demonstrado a seguir, o estudo se dividiu na apresentação do corpus de análise e nas categorias e subcategorias, demonstrando os principais assuntos mais abordados nos documentos e suas respectivas densidades.

5.2.1 Corpus de análise: Nomenclaturas institucionais e os relatos da Cargill

Foram analisados os Relatórios anuais da Cargill, documentos que contém informações e dados importantes sobre a empresa, a exemplo dos desempenhos operacional e socioambiental. A pesquisa estudou os relatórios dos anos 2016 até o ano de 2021. Os relatórios anuais da Cargill estão disponibilizados no web site da empresa com arquivos desde o ano de 2005, no endereço eletrônico: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. A análise iniciou em janeiro de 2022. Na ocasião, o último arquivo disponível era o Relatório anual 2018/2019, que, apesar da própria denominação referir-se a um ano, abordava os resultados de dois anos e apresentava quase a metade do número de páginas do ano anterior, confirmando uma tendência de redução no reporte das informações. Em razão de não haver documentos disponíveis após 2019, optou-se inicialmente por analisar os relatórios dos anos de 2020 e 2021 disponibilizados no idioma português no web site da Cargill internacional, no endereço eletrônico: <https://www.cargill.com>.

Um aspecto importante a destacar é que até novembro de 2022 a home page nacional que continha os relatórios da Cargill (www.cargill.com.br) apresentava como último relatório aquele elaborado no ano de 2019. Tais documento apresentavam informações sobre a atuação da Cargill no Brasil. A partir de 2020, os relatórios não estavam mais disponibilizados na página oficial do Brasil e aqueles disponíveis em idioma português se referiam a atuação da empresa no mundo, sendo uma tradução dos documentos elaborados pela Cargill internacional.

Ocorre que em dezembro de 2022 a Cargill retirou o relatório 2018-2019 do seu web site e passou a disponibilizar gradualmente os relatórios dos anos pendentes, sem data, como se estivessem sempre estado lá. Em fevereiro de 2023 os documentos foram atualizados nesta pesquisa, definindo o corpus de análise, conforme demonstra o quadro 09.

Quadro 09 - Cargill - relatórios anuais

| Nº | Documento analisado | Elaboração | Nº de páginas | Nº de palavras | Acessado em: | Disponível |
|--------------|--|----------------|---------------|----------------|--------------|------------|
| 1 | Cargill - Relatório de Sustentabilidade 2016 | Cargill Brasil | 41 | 22847 | jan/22 | Sim |
| 2 | Cargill - Relatório Anual 2017 | Cargill Brasil | 80 | 16432 | jan/22 | Sim |
| 3 | Cargill - Relatório Anual 2018-2019 | Cargill Brasil | 47 | 21388 | jan/22 | Não |
| 4 | Cargill - Relatório Anual 2019 | Cargill Brasil | 51 | 13013 | dez/22 | Sim |
| 5 | Cargill - Relatório Anual 2020 | Cargill Brasil | 78 | 24782 | dez/22 | Sim |
| 6 | Cargill - Relatório de Sustentabilidade 2021 | Cargill Brasil | 76 | 17277 | dez/22 | Sim |
| TOTAL | | | 373 | 115739 | - | - |

Fonte: Elaboração da autora

Tal fato exigiu uma mudança na forma como a pesquisa vinha sendo elaborada, o que culminou em escolhas metodológicas para que fosse possível atender o objetivo desta tese da melhor maneira possível. Assim, foi decidido que esta pesquisa teria como escopo os relatórios desenvolvidos pela Cargill no Brasil, sendo excluídos aqueles trabalhados inicialmente e elaborados pela Cargill internacional. Também foi escolhido manter no corpo de análise o relatório de 2018-2019, apesar de ter sido excluído da home page oficial da empresa, por entender que é de fundamental relevância estudar a dinâmica da Cargill com relação a publicação e exclusão dos instrumentos de reporte de informação.

Fica evidente que houve uma mudança de estratégia da Cargill na forma de reportar as informações da empresa. Um aspecto importante quanto ao contexto social e histórico do momento que pode ter influenciado tal mudança estratégica da empresa, refere-se as eleições presidenciais no Brasil que ocorrem em outubro de 2022. O então presidente de direita Jair Bolsonaro, apoiador ferrenho do agronegócio e defensor da flexibilização das leis ambientais perdeu as eleições para Luís Inácio Lula da Silva, candidato de esquerda e apoiador de pautas mais rigorosas quanto ao meio ambiente e Amazônia. O então candidato Lula vence com a promessa de uma mudança no cenário de degradação ambiental e com foco nas políticas sociais, uma pauta diferente do então presidente Bolsonaro que trazia um discurso conservador e que apoiava um “progresso” a qualquer custo.

Outro ponto importante a ser ressaltado refere-se a nomenclatura dos documentos. O relatório do ano de 2016 ainda se chamava “relatório de sustentabilidade”, porém, a partir de 2017 os documentos passam a se chamar “relatório anual”, retornando ao nome relatório de sustentabilidade no último ano disponível, o de 2021 (conforme demonstrado no anexo 01). No documento do ano de 2020, apesar do título ser Relatório Anual, ele se inicia com a frase “Há 16 anos, a Cargill no Brasil produz o Relatório de Sustentabilidade (CARGILL, 2020, p. 3)” em uma referência a todos os documentos produzidos anteriormente. Tal variação e até confusão quanto a denominação reflete um artifício linguístico que confunde o leitor, exprimindo uma noção do texto ser algo que não é.

Apesar de ser tratado como sinônimos, há diferenças claras entre um relatório anual e um relatório de sustentabilidade, especialmente quanto ao escopo e objetivo do documento. Os relatórios da Cargill trazem informações diversas e, em sua maioria, sobre a própria empresa, sua história, faturamento, logística, equipe. O tema sustentabilidade, apesar de tratado no documento, não é o único e exclusivo assunto abordado.

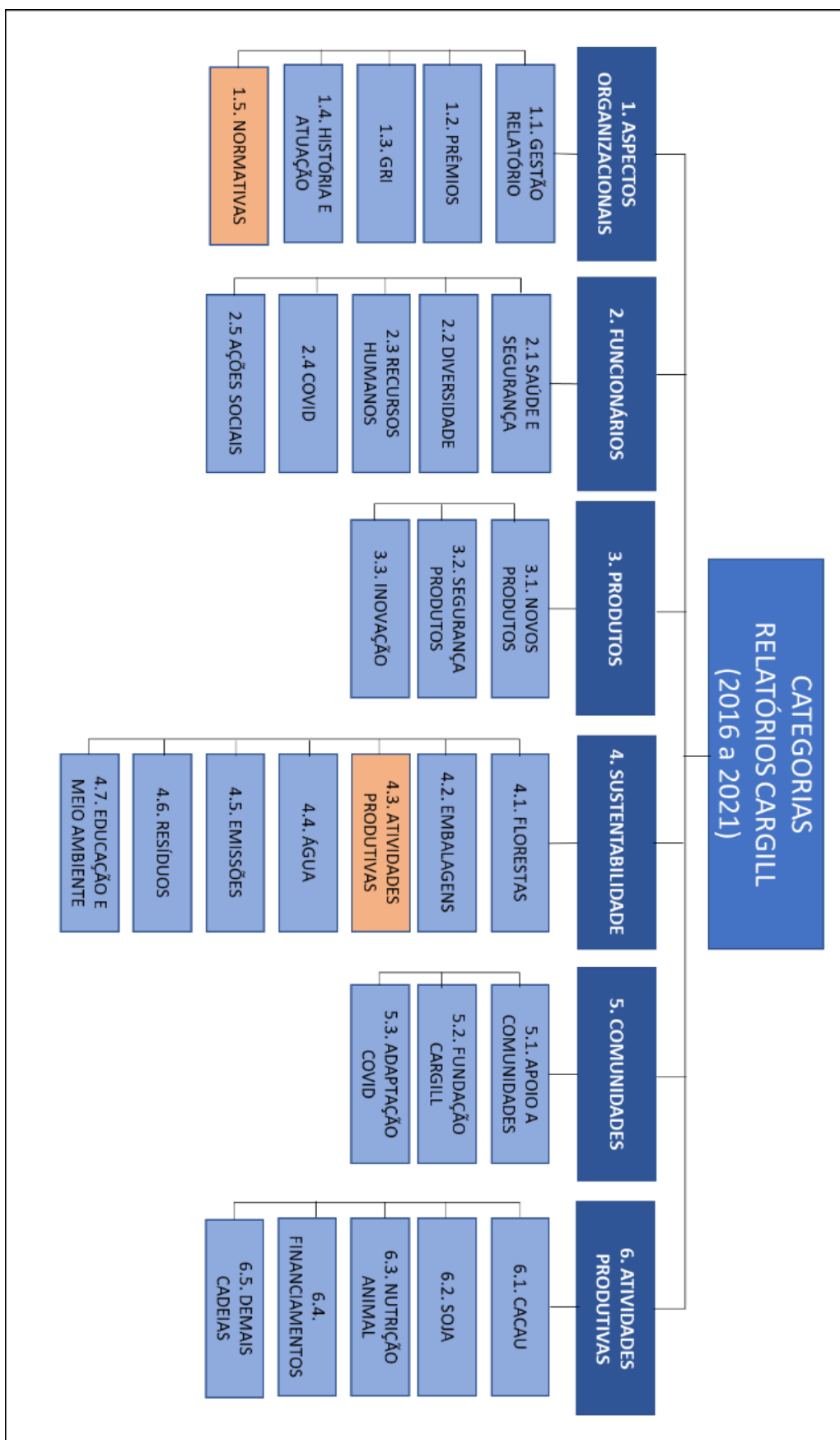
A identidade do documento posiciona seus objetivos perante seus públicos-alvo. Nota-se que a Cargill busca insistentemente transmitir a imagem de “empresa sustentável”, porém seus documentos são de fato relatórios que tem como conteúdo muito mais a gestão da empresa. A variação de nomenclatura expressa uma confusão conceitual que se espelha ao longo de todos os documentos.

A análise da rede social Instagram demonstrou que até o ano de 2021 havia um link para o relatório anual (web site da Cargill internacional) no espaço denominado bio, uma pequena área abaixo do nome de usuário comumente usada para compartilhar detalhes do perfil. Além disso, das postagens do Instagram analisadas nesta pesquisa (aquelas no período de janeiro de 2019 a abril de 2022), 47,58% referenciavam o link com o relatório com frases do tipo “Learn more through the link in our bio” (tradução: saiba mais através do link em nossa bio) ao final do assunto abordado, aparentando que o relatório seria o documento capaz de esclarecer as mais diversas dúvidas sobre a atuação da empresa. No ano de 2022 o link foi substituído por outro que remete agora a home page da Cargill internacional e trata de notícias, tais como, a sobre produtores de cacau e a ação junto à comunidade.

5.2.2 Categorias e subcategorias - Relatórios

Para análise dos relatórios foram definidas categorias que agrupassem as temáticas abordadas. A intenção era identificar os assuntos tratados nos relatórios e quais prevaleciam. De acordo com a temática tratada foram definidas seis categorias que em seguida foram desmembradas em respectivas suas subcategorias, totalizando vinte e oito, conforme demonstrado na figura 19.

Figura 19 - Categorias dos relatórios - Cargill



Fonte: Elaboração da autora

As subcategorias aspectos organizacionais/normativas e sustentabilidade/ atividades produtivas encontram-se em outra coloração em função de serem estudadas posteriormente de forma mais aprofundada com o uso da análise do discurso. A escolha destas duas subcategorias se deu pelo alinhamento com os temas da tese ligados a sustentabilidade e governança.

5.2.2.1 Resumo das Categorias e subcategorias - Relatórios

A seguir será apresentado um breve resumo do que compreende cada categoria e subcategorias, para que em seguida possam ser feitas as análises de densidade e incidência delas. A categorização segue o seguinte detalhamento:

1. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS: Trata-se dos dizeres dos relatórios que trazem informações da própria Cargill relacionadas a sua gestão, em suas mais diversas esferas, conforme dividido nas subcategorias. Refere-se ao conjunto de práticas e estratégias ligadas ao modelo de negócios, bem como a demonstração dos resultados.

1.1 Gestão relatórios: Compreende as informações de gestão contidas nos relatórios, tais como o desempenho organizacional e econômico-financeiro, mudanças na gestão e as informações sobre os relatórios.

1.2 Prêmios: Refere-se as premiações obtidas pela Cargill em nível nacional.

1.3 GRI: Compreende as partes textuais relacionadas ao padrão GRI

1.4 História e atuação: Esta subcategoria apresenta a história da organização, aspectos textuais que relatam a sua forma de atuar, bem como a infraestrutura organizacional.

1.5 Normativas: Diz respeito as estratégias, compromissos, propósitos, princípios, políticas, códigos de conduta e modelos de gestão. São os aspectos subjetivos e norteadores das condutas organizacionais que se referem a normatização de padrões de comportamento e conduta.

2. FUNCIONÁRIOS: Envolve as ações que se relacionam aos funcionários da organização.

2.1 Saúde e segurança: Refere-se as ações na área, tais como controle de acidentes fatais e prevenção de ocorrências, além de ações ligadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos funcionários.

2.2 Diversidade: Aborda os aspectos textuais relacionados à diversidade, gênero e igualdade racial relacionados aos funcionários.

2.3 Recursos Humanos: Diz respeito as iniciativas na área de recursos humanos que envolve a atração e aquisição de talentos, contratações, treinamentos e números de funcionários.

2.4 Covid: Engloba as ações desenvolvidas pela empresa frente a pandemia de Covid-19, no que diz respeito aos seus funcionários.

2.5 Ações Sociais: Trata-se de ações sociais e voluntariado desenvolvidas pelos funcionários da empresa.

3. PRODUTOS: Refere-se a soluções relacionadas a produtos que envolvem a exposição de novos produtos, ações ligadas a segurança na elaboração de produtos e, também, relacionadas a inovação.

3.1 Novos produtos: Esta subcategoria agrupa aspectos textuais ligados as novidades nas linhas de produtos e ramos de atuação.

3.2 Segurança: Envolve o cumprimento de normas e determinações de agência de vigilância sanitária relacionados aos controles de segurança de alimentos, higiene e qualidade, bem como boas práticas de fabricação.

3.3 Inovação: Refere-se a formas inovadoras na busca de soluções organizacionais, centros de inovação e novas formas de organização de processos.

4. SUSTENTABILIDADE: Engloba as ações desenvolvidas pela empresa que são reportadas como ações sustentáveis.

4.1 Florestas: Descreve ações voltadas ao monitoramento e análise de cadeias de suprimentos, de tal forma a evitar o desmatamento. Também engloba os compromissos da empresa na preservação da floresta.

4.2 Embalagens: Trata-se da descrição de iniciativas que objetivam tornar as embalagens mais sustentáveis, com a redução no uso de matéria-prima em sua confecção.

4.3 Atividades Produtivas: Compreende a descrição de ações da empresa voltadas a sustentabilidade dentro de cadeias produtivas. Engloba projetos, compromissos e ferramentas que visem a promoção de uma agricultura sustentável e melhoria de desempenho socioambiental.

4.4 Água: Apresenta os indicadores ambientais relacionados ao consumo de água, reciclagem e reutilização, políticas para a gestão da água e programas de uso consciente.

4.5 Emissões: Refere-se aos indicadores de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e os óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas.

4.6 Resíduos: Apresenta a estratégia de gestão dos resíduos e efluentes da Cargill e seus indicadores.

4.7 Educação e meio ambiente: Projetos e iniciativas relacionados a educação ambiental e ações voltadas a preservação do meio ambiente em geral.

5. COMUNIDADE: Refere-se as iniciativas na área social voltadas para o relacionamento com a sociedade e as comunidades próximas às operações.

5.1 Apoio a comunidades: Descrição das iniciativas e projetos desenvolvidos em apoio as comunidades

5.2 Fundação Cargill: Descreve as ações da fundação relacionadas aos projetos sociais nas comunidades onde a empresa está presente.

5.3 Adaptação Covid. Refere-se as ações desenvolvidas pela empresa frente a pandemia de Covid-19, em relação aos clientes e a sociedade como um todo.

6. ATIVIDADES PRODUTIVAS: Trata-se da descrição de ações relacionadas as cadeias produtivas em que a Cargill atua no que se refere a gestão, eficiência, competitividade e desenvolvimento de mercados.

6.1 Cacau: Explicita as atividades desenvolvidas na cadeia do cacau

6.2 Soja: Refere-se a safra de grãos, em especial a soja, e as ações desenvolvidas pela empresa, entre elas: a ampliação da capacidade produtiva

6.3 Nutrição animal: Relata iniciativas nas cadeias da suinocultura, bovinocultura e avicultura e os esforços no segmento de nutrição animal.

6.4 Financiamento: Relata as ações do Banco Cargill e alternativas financeiras para financiar os produtores rurais.

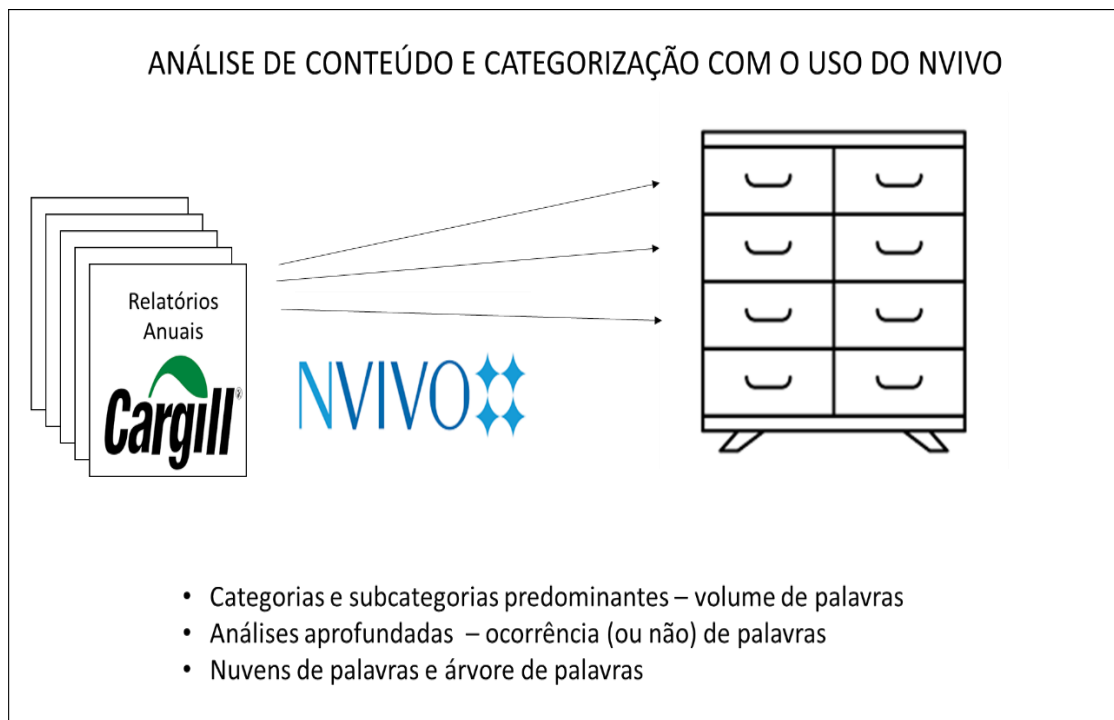
6.5 Demais Cadeias: Compreende as aferições mais genéricas no campo das cadeias produtivas, incluindo aquelas relacionadas a logística e estratégias de negócios.

5.2.2.2 Densidade das Categorias

Os relatórios foram inseridos no *software* NVIVO e cada parte do textual foi relacionada a uma categoria, de acordo com o assunto tratado. Os seis Relatórios foram categorizados em sua totalidade, ou seja, toda as palavras foram relacionadas a uma respectiva categoria, respeitando os parágrafos e temas. Esse processo no NVIVO se denomina codificação e permite reunir material sobre temas e tópicos específicos. A codificação das fontes possibilita a armazenagem em um recipiente chamado de código (em versões mais antigas do *software* é chamado “nó”). A partir desse armazenamento é possível organizar os códigos em uma hierarquia e obter visualizações da frequência dos códigos nos textos o que auxilia na demonstração da densidade com que cada tema é tratado dos documentos.

A categorização total dos documentos no NVIVO realiza uma espécie de estocagem, onde cada código (ou categoria) fica organizado de tal forma que possibilite não somente a visão da densidade total, como também análises mais aprofundadas de categorias específicas. A figura 20 demonstra como se dá a análise do conteúdo com o uso do software NVIVO.

Figura 20: Análise de conteúdo e com o software NVIVO



Fonte: Elaboração da autora

Para medir a densidade cada código foi analisado separadamente com o auxílio dos softwares NVIVO, Excel e Word. As contagens foram feitas por números de palavras e ordenadas de acordo com cada ano. O quadro 10 apresenta a densidade de cada categorias total e organizada também por ano.

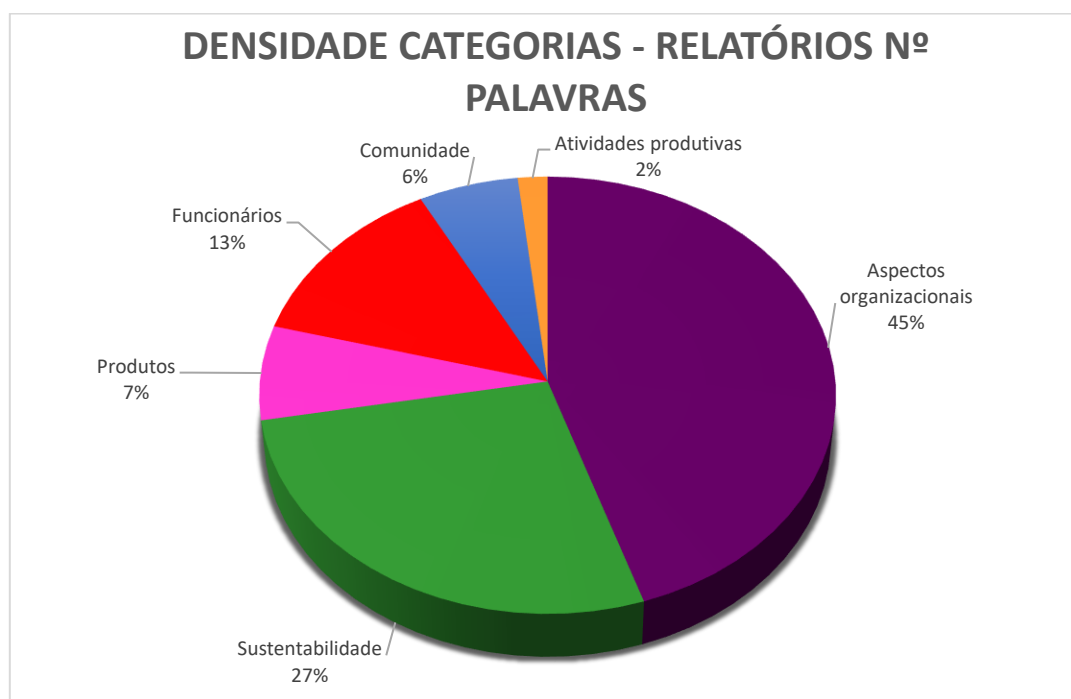
Quadro 10 - Densidade categorias e subcategorias Relatórios

| CATEGORIAS | RANKING | PALAVRAS GERAL | % GERAL | 2016 | % ANO | 2017 | % ANO | 2018/19 | % ANO | 2019 | % ANO | 2020 | % ANO | 2021 | % ANO |
|---------------------------------|---------|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| RELATÓRIOS 2016 A 2021 | | 115739 | 100,00% | 22847 | 100,00% | 16432 | 100,00% | 21388 | 100,00% | 13013 | 100,00% | 24782 | 100,00% | 17277 | 100,00% |
| Aspectos organizacionais | | 51976 | 44,91% | 10739 | 47,00% | 7852 | 47,78% | 9005 | 42,10% | 6693 | 51,43% | 9838 | 39,70% | 7849 | 45,43% |
| Gestão relatório | 5 | 7584 | 6,55% | 820 | 3,59% | 823 | 5,01% | 1166 | 5,45% | 1056 | 8,11% | 2135 | 8,62% | 1584 | 9,17% |
| GRI | 1 | 19117 | 16,52% | 4435 | 19,41% | 2301 | 14,00% | 3523 | 16,47% | 3007 | 23,11% | 3047 | 12,30% | 2804 | 16,23% |
| História e atuação | 3 | 14146 | 12,22% | 2663 | 11,66% | 3048 | 18,55% | 2986 | 13,96% | 840 | 6,46% | 2584 | 10,43% | 2025 | 11,72% |
| Normativas | 4 | 8401 | 7,26% | 1693 | 7,41% | 1275 | 7,76% | 910 | 4,25% | 1565 | 12,03% | 1804 | 18,34% | 1154 | 14,70% |
| Prêmios | 14 | 2728 | 2,36% | 1128 | 4,94% | 405 | 2,46% | 420 | 1,96% | 225 | 1,73% | 268 | 12,55% | 282 | 17,80% |
| Atividades produtivas | | 2052 | 1,77% | 1306 | 5,72% | 351 | 2,14% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 395 | 1,59% | 0 | 0,00% |
| Cacau | 24 | 393 | 0,34% | 393 | 1,72% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Denários cadeias | 23 | 414 | 0,36% | 0 | 0,00% | 115 | 0,70% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 299 | 1,21% | 0 | 0,00% |
| Financiamentos | 27 | 312 | 0,27% | 312 | 1,37% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Nutrição animal | 21 | 601 | 0,52% | 601 | 2,63% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Soja | 26 | 332 | 0,29% | 0 | 0,00% | 236 | 1,44% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 96 | 0,39% | 0 | 0,00% |
| Comunidade | | 6885 | 5,95% | 1123 | 4,92% | 942 | 5,73% | 1803 | 8,43% | 449 | 3,45% | 1541 | 6,22% | 1027 | 5,94% |
| Adaptação Covid | 25 | 355 | 0,31% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 355 | 1,43% | 0 | 0,00% |
| Apoio a comunidade | 20 | 1047 | 0,90% | 160 | 0,70% | 392 | 2,39% | 495 | 2,31% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Fundação Cargill | 6 | 5483 | 4,74% | 963 | 4,21% | 550 | 3,35% | 1308 | 6,12% | 449 | 3,45% | 1186 | 4,79% | 1027 | 5,94% |
| Funcionários | | 15201 | 13,13% | 1936 | 8,47% | 2031 | 12,36% | 2627 | 12,28% | 1863 | 14,32% | 4637 | 18,71% | 2107 | 12,20% |
| Ações sociais | 28 | 285 | 0,25% | 0 | 0,00% | 285 | 1,73% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Covid | 19 | 1439 | 1,24% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1019 | 4,11% | 420 | 2,43% |
| Diversidade | 8 | 5163 | 4,46% | 431 | 1,89% | 708 | 4,31% | 990 | 4,63% | 768 | 5,90% | 1434 | 5,79% | 832 | 4,82% |
| Recursos humanos | 13 | 2992 | 2,59% | 766 | 3,35% | 484 | 2,95% | 573 | 2,68% | 207 | 1,59% | 544 | 2,20% | 418 | 2,42% |
| Saúde e segurança | 7 | 5322 | 4,60% | 739 | 3,23% | 554 | 3,37% | 1064 | 4,97% | 888 | 6,82% | 1640 | 6,62% | 437 | 2,53% |
| Produtos | | 8070 | 6,97% | 1000 | 4,38% | 1092 | 6,65% | 1670 | 7,81% | 737 | 5,66% | 2011 | 8,11% | 1560 | 9,03% |
| Inovação | 16 | 2495 | 2,16% | 0 | 0,00% | 225 | 1,37% | 565 | 2,64% | 96 | 0,74% | 1055 | 4,26% | 554 | 3,21% |
| Novos produtos | 12 | 3013 | 2,60% | 817 | 3,58% | 642 | 3,91% | 604 | 2,82% | 338 | 2,60% | 416 | 1,68% | 196 | 1,13% |
| Segurança dos produtos | 15 | 2562 | 2,21% | 183 | 0,80% | 225 | 1,37% | 501 | 2,34% | 303 | 2,33% | 540 | 2,18% | 810 | 4,69% |
| Sustentabilidade | | 31555 | 27,26% | 6743 | 29,51% | 4164 | 25,34% | 6283 | 29,38% | 3271 | 25,14% | 6360 | 25,66% | 4734 | 27,40% |
| Atividades produtivas | 2 | 15739 | 13,60% | 3874 | 16,96% | 1345 | 8,19% | 2431 | 11,37% | 1730 | 13,29% | 3295 | 13,30% | 3064 | 17,73% |
| Educação e meio ambiente | 17 | 2349 | 2,03% | 1072 | 4,69% | 0 | 0,00% | 765 | 3,58% | 0 | 0,00% | 330 | 1,33% | 182 | 1,05% |
| Embalagens | 22 | 497 | 0,43% | 79 | 0,35% | 321 | 1,95% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 97 | 0,39% | 0 | 0,00% |
| Emissões | 9 | 4490 | 3,88% | 385 | 1,69% | 833 | 5,07% | 1613 | 7,54% | 394 | 3,03% | 443 | 1,79% | 822 | 4,76% |
| Florestas | 18 | 1481 | 1,28% | 634 | 2,77% | 196 | 1,19% | 196 | 0,92% | 178 | 1,37% | 277 | 1,12% | 0 | 0,00% |
| Resíduos | 11 | 3290 | 2,84% | 398 | 1,74% | 579 | 3,52% | 374 | 1,75% | 681 | 5,23% | 1120 | 4,52% | 138 | 0,80% |
| Água | 10 | 3709 | 3,20% | 301 | 1,32% | 890 | 5,42% | 904 | 4,23% | 288 | 2,21% | 798 | 3,22% | 528 | 3,06% |

Fonte: Elaboração da autora

A partir da contagem de palavras de cada subcategoria foi possível identificar que os temas mais abordados se referem a gestão e aspectos organizacionais, bem como a sustentabilidade. Os resultados demonstram que é nítida a predominância da categoria Aspectos organizacionais com quase a metade das incidências, ou seja, os relatórios da Cargill tratam, em sua maioria, dos aspectos voltados para a própria organização conforme demonstrado no gráfico 01.

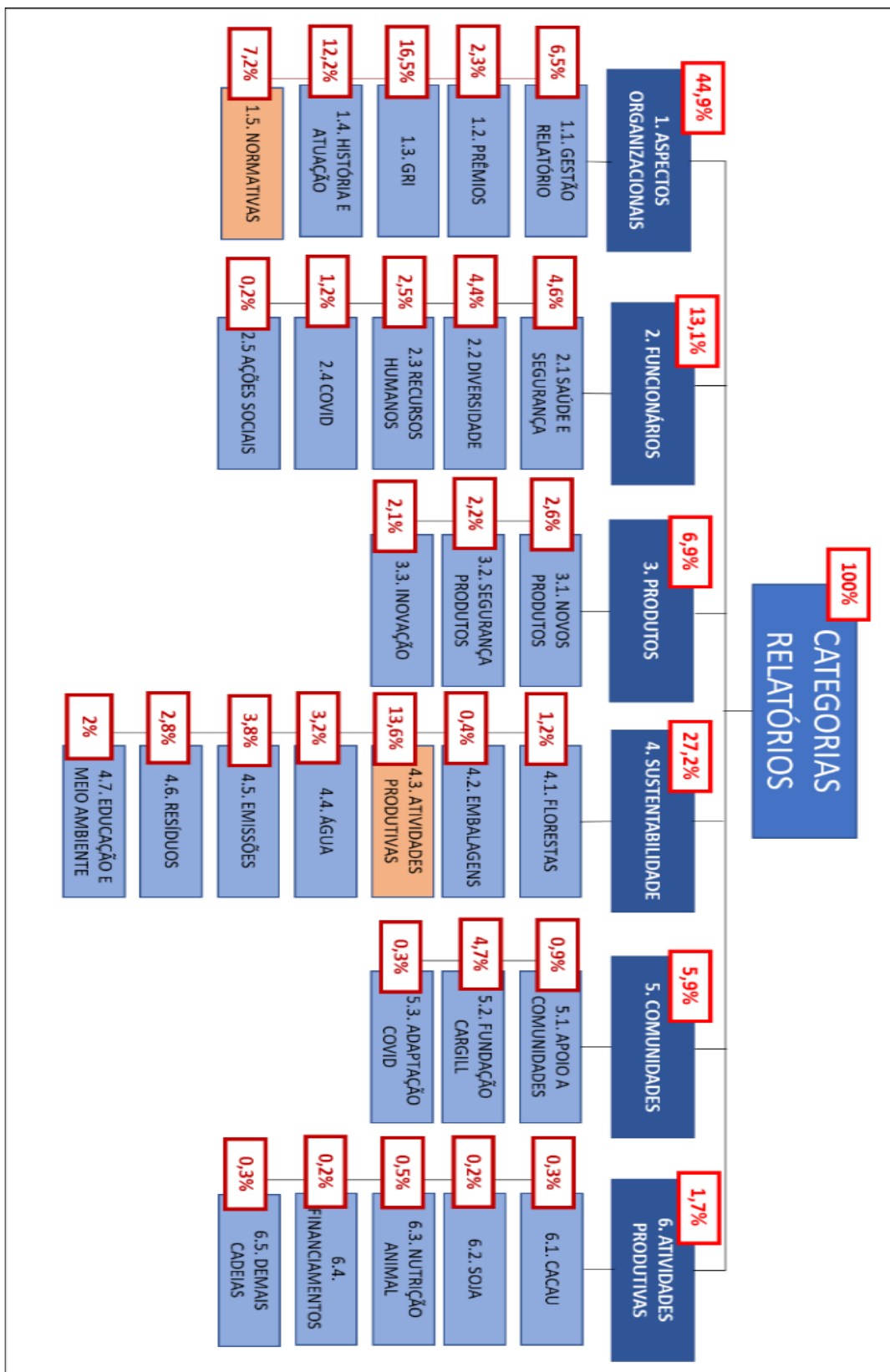
Gráfico 01 – Principais categorias - Relatórios



Fonte: Elaboração da autora

A figura 21 apresenta os percentuais de cada categoria e subcategorias. Os números evidenciam que os assuntos mais abordados nos relatórios se referem aos aspectos organizacionais, ou seja, aqueles que envolvem a gestão da Cargill.

Figura 21 – Principais categorias - Relatórios



Fonte: Elaboração da autora

Ao analisar as 5 subcategorias mais presentes nota-se que 4 delas estão inseridas na categoria Aspectos organizacionais e uma em Sustentabilidade. O quadro 11 demonstra as subcategorias mais mencionadas.

Quadro 11 - As 4 subcategorias mais mencionadas

| Nº | CATEGORIA | SUBCATEGORIA | % |
|--------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|
| 1 | 1. Aspectos Organizacionais | 1.3 GRI | 16,52 |
| 2 | 4. Sustentabilidade | 4.3 Atividades produtivas | 13,60 |
| 3 | 1. Aspectos Organizacionais | 1.4 História e atuação | 12,22 |
| 4 | 1. Aspectos Organizacionais | 1.5 Normativas | 7,26 |
| 5 | 1. Aspectos Organizacionais | Gestão relatório | 6,55 |
| TOTAL | | | 56,15 |

Fonte: Elaboração da autora

Das 28 subcategorias presentes, a somatória apenas das 5 principais corresponde a 56,15% do total de palavras dos relatórios, o que evidencia a forte predominância dos conteúdos mais citados. Outro aspecto fundamental a ser observado é o fato da única subcategoria entre as 5 mais mencionadas que não pertence aos aspectos organizacionais ser ligada a categorias sustentabilidade, porém relacionada a atividades produtivas. O discurso da atividade produtiva sustentável é fortemente massificado nos relatórios relacionado a diferentes tipos de atividades.

5.2.2.3 Análise dos pontos mais relevantes

No que se refere ao GRI, subcategoria mais mencionada, é importante destacar que se trata de um conjunto de diretrizes que envolve o que deve conter em relatórios, porém, em razão da adoção ser voluntária, as organizações têm a liberdade para optar por seguir ou não, ou simplesmente usar o GRI como fonte de inspiração. Em um estudo sobre relatórios de sustentabilidades em empresas suecas, Hedberg e Von Malmborg (2003) afirmam que as empresas relatam suas informações e de seu relacionamento com o ambiente para seus financiadores, além de outras partes interessadas primárias.

Algumas empresas enxergam o público em geral e seus funcionários como potencial grupos-alvo também, já que a maioria das organizações parece buscar legitimidade interna, em seu campo e na sociedade. Os relatórios também contribuem internamente para homogeneizar a concepção adotada pela empresa para sustentabilidade, já que de Hedberg e Von Malmborg (2003) o estudo constatou que a maioria das empresas parece ter dificuldades em definir sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e alguns funcionários relataram não saber o que significa.

A adoção de conteúdo GRI em relatórios de sustentabilidade não assegura que a organização de fato realize tais práticas. Moneva, Archel e Correa (2006) afirmam que apesar de algumas empresas relatarem que adotam a sustentabilidade em nível estratégico, as evidências apontam para uma realidade diferente onde esta questão pode ser marginalizada. De acordo com o estudo dos autores em questão há indícios que mostram que, em alguns casos, as diretrizes são usadas de maneira tendenciosa e organizações relatoras da GRI não apresentam comportamentos socialmente responsáveis. Tal fato pode ser explicado como uma interpretação equivocada (consciente ou inconsciente) do conceito de desenvolvimento sustentável.

Um aspecto de fundamental relevância refere-se à verificação do conteúdo apresentado. Ao tratar de auditabilidade e verificabilidade, o estudo de Moneva, Archel e Correa (2006) já afirmava que a GRI reconhecia a necessidade de desenvolver a verificação externa como forma de aumentar a credibilidade dos relatórios. No ano de 2013 a GRI publicou o documento denominado “Trends in External Assurance of Sustainability Reports” onde reconhece o valor de uma garantia externa robusta e compromissos para fortalecer a qualidade do relatório de sustentabilidade, além de afirmar que a verificação externa pode fornecer aos leitores do relatório uma maior confiança na qualidade do relatório e nas informações nele contidas (GRI, 2013).

Nenhum dos relatórios da Cargill analisados nesta pesquisa apresenta verificação externa do conteúdo GRI. No relatório de 2016 da Cargill o índice remissivo GRI (parte final do documento) apresenta uma tabela denominada indicadores de conteúdo padrão que conecta cada indicador a página onde é apresentado e, no caso da ausência do tema no documento, é apresentada uma resposta. O item “G4-33 política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório” indica a página 9 do documento, no entanto não há nenhuma referência a verificação externa na página citada e em nenhuma outra.

No relatório de 2017 no sumário de conteúdo, o item “102-56 Asseguração externa” informa que não houve. Já no relatório 2018-2019 o item “GRI 102-56 Verificação externa” remonta a página 74, porém na página está escrito que a companhia optou por não realizar verificação externa do documento. Nos relatórios 2019, 2020 e 2021 o item de verificação externa informa “não houve”.

Ainda existem diversas questões em aberto no que se refere a verificação externa. Brown, Jong e Levy (2009) afirmam que uma questão não resolvida no que diz respeito à verificação é o que deve ser objeto de verificação: o relatório ou a atuação em

sustentabilidade da organização. Outro aspecto envolve quem deve realizar a verificação, se empresas tradicionais na área de contabilidade (como é o caso dos relatórios financeiros) ou especialistas em sustentabilidade, meio ambiente e impactos sociais. Um elemento determinante diz respeito a necessidade do envolvimento das partes interessadas e os critérios para a verificação dos relatórios.

O fato é que ainda há muito o que se evoluir sobre a elaboração e verificação de relatórios empresariais. É preciso entender qual o objetivo da empresa ao elaborar o documento, se é para servir de instrumento de marketing e relações públicas na busca de investidores ou se de fato analisar a atuação da organização referente a sustentabilidade, envolvendo as partes interessadas e identificando os pontos de melhoria.

Nota-se que apesar da subcategoria GRI despontar como a mais mencionada, alguns itens criados para assegurar a veracidade das informações, como as verificações externas, instrumentos de auditoria independente que asseguram a veracidade dos reportes e reconhecido pela GRI como forma de aumentar a credibilidade dos relatórios, não são adotados. Desta forma, a confiança e qualidade aos reportes fica comprometida, especialmente em casos como na Amazônia, onde o que se vê nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos campos é bem diferente.

Apesar dos relatórios apontarem projetos desenvolvidos na região amazônica, no levantamento de campo junto as comunidades foi possível identificar que empresas como a Cargill buscam estabelecer parcerias com os representantes da agricultura familiar, porém eles optaram por não aceitar esse tipo de acordo, tendo em vista todos os danos que a empresa tem causado para eles. Em pergunta ao STTR de Santarém se conhecem projetos na região desenvolvidos pela Cargill, eles informaram que desconhecem.

Outra questão evidenciada na análise dos relatórios é que os temas predominantes se referem aos aspectos organizacionais e a informações da própria empresa como histórico e atuação, sendo muito mais um relatório de gestão do que de sustentabilidade. Acredita-se que a mistura na nomenclatura (ora relatório de sustentabilidade, ora relatório anual) se dê no sentido de confundir o leitor sobre a real função do documento.

É predominante a presença da palavra sustentabilidade relacionada à atividade produtiva, vinculada a incorporação de “boas práticas produtivas” que não são detalhadas, sendo o entendimento destas “boas práticas” ajustado conforme o interesse da própria empresa. Há a desconsideração do saber local, sempre negligenciado e ignorado no processo construtivo das estratégias e rumos escolhidos para a organização. Apesar dos projetos desenvolvidos pela empresa estarem listados, os relatórios não dispõem de

informações detalhadas que permitam verificar se de fato estes projetos foram capazes de promover transformações no território e se foram desenvolvidos alinhados aos interesses e as especificidades locais.

5.3. Comunicação empresa e sociedade: analisando o discurso da Cargill

Os estudos discursivos focam no sentido dimensionado das práticas do homem situadas no tempo e no espaço. Envolvem a linguagem no mundo como maneira de significados e a produção de sentidos, enquanto parte da vida dos sujeitos em uma determinada sociedade. Considera que a linguagem não é transparente, por isso procura atravessar o texto produzindo um conhecimento a partir dele, além da relação língua-discurso- ideologia, já que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2012).

Os discursos representam as relações sociais que constroem e constituem entidades-chaves de diferentes modos e posicionam as pessoas como sujeitos sociais. A nova ordem de discurso global é caracterizada por tensões generalizadas entre práticas internacionais e tradições locais. O discurso relacionado as transformações sociais geram preocupações ligadas ao controle dele, já que é visto como instrumento de poder (FAIRCLOUGH, 2016).

Esta pesquisa busca demonstrar a importância do uso da linguagem e da produção de sentidos dentro de uma lógica capitalista onde grandes grupos constroem estratégia para disseminar representações da realidade alinhadas aos seus próprios interesses. Em muitos casos os argumentos construídos por esses grupos ferem os direitos de populações locais em um claro processo de invisibilização e inferiorização. Transmitem imagens e conceitos de acordos com suas próprias perspectivas e forçam uma aceitação generalizada dessa imagem com verdade. Logo, esta pesquisa entende como fundamental a análise crítica do discurso da empresa Cargill para compreender as relações de dominação frente aos povos da Amazônia.

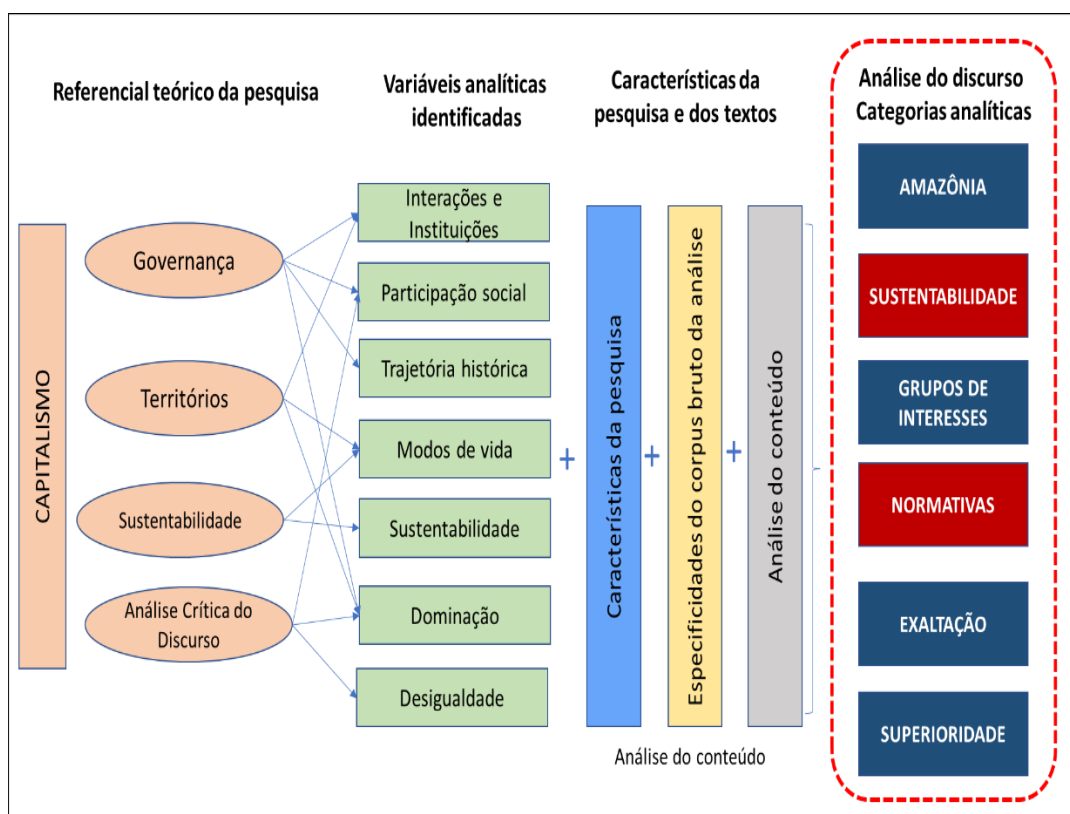
Estudar a Cargill a partir de seus instrumentos de comunicação (relatórios e Instagram) torna-se fundamental para entender não somente a forma como a organização se expressa, mas a maneira como grandes empresas constroem representações da realidade e moldam conceitos que exprimem relações de dominação e como essas práticas se disseminam no meio empresarial

A definição das categorias da análise do discurso se baseou no referencial teórico (governança, territórios, sustentabilidade e análise crítica do discurso), nas variáveis analíticas identificadas a partir do referencial (interações e instituições, participação

social, trajetória histórica, modos de vida, sustentabilidade e dominação e desigualdade), conforme descrição detalhada já realizada na seção metodologia desta tese. Somados as características da pesquisa, as especificidades do corpus bruto e a análise do conteúdo chegou-se as categorias da análise do discurso.

É importante destacar que as subcategorias da análise do conteúdo sustentabilidade/atividades produtivas e aspectos organizacionais/normativas foram exploradas em sua totalidade pela profunda relação com a temática da pesquisa. As demais categorias da análise do discurso são transversais aos documentos, ou seja, estão presente ao longo de todo os relatórios. A figura 22 destaca em vermelho as subcategorias da análise do conteúdo aprofundadas na análise do discurso.

Figura 22 – Categorias da análise do discurso/ análise do conteúdo



Fonte: Elaboração da autora

Desta forma, optou-se por adotar a seguinte apresentação para esta seção. 1. Amazônia e as comunidades no relatório; 2. Sustentabilidade; 3. As relações de governança presentes nas categorias normativas e grupos de interesses; 4. A grande empresa capitalista como autor: o egocentrismo nas categorias exaltação e superioridade.

5.3.1.1 Silenciamento e omissões – Amazônia e as comunidades nos relatórios

O estudo da categoria Amazônia busca situar no discurso o termo e refere-se a verificação da forma como a região foi mencionada (ou não mencionada), analisando o

processo discursivo e a produção de sentidos. Nos relatórios da Cargill foram realizadas buscas de palavras relacionadas com o intuito de entender as ocorrências e visualizar em quais documentos e contextos apareciam para, a partir daí, analisar a historicidade e as subjetividades.

Ainda sobre os relatórios, foi realizada uma análise do silenciamento, observando o papel do não-dizer no discurso e os significados contidos na escolha ideológica da empresa pelo silêncio. Nas passagens textuais que falavam sobre a Amazônia foi feita uma busca sobre os efeitos de sentido com o intuito de entender como esta região é significada neste espaço de discurso empresarial.

Para compreender como a Amazônia paraense é retratada nos documentos analisados, foram realizadas inicialmente busca de palavras que situam geograficamente a região estudada. Os termos procurados foram: Amazônia, Pará, Santarém, Belterra e Mojuí (em referência ao município de Mojuí dos Campos). Foi verificado que são poucas as menções a região Amazônica nos relatórios, em especial aos municípios. No caso de Mojuí dos Campos, ele não é citado em nenhum dos documentos. Tal fato demonstra que não há a intenção de externalizar detalhadamente as ações que, porventura, sejam desenvolvidas neste território.

A dinâmica da soja na Amazônia, em especial na região Oeste do Pará, se dá atualmente em três municípios que fazem fronteira: Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém. De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal- PAM no ano de 2021 Mojuí dos Campos atingiu a 6ª posição no Estado do Pará em quantidade produzida de soja, já Santarém ficou com a 8ª e Belterra a 9ª posição (IBGE, 2021). Tais dados demonstram que atualmente o município de Mojuí ultrapassou os outros dois vizinhos, tendo destaque e grande relevância para a soja naquela região.

As tabelas 01 e 02 demonstram a evolução da quantidade de soja produzida na região e do valor da produção, de acordo com dados do IBGE/PAM com dados elaborados e disponibilizados pela FAPESPA.

Tabela 01 – Soja -Quantidade produzida

| Quantidade Produzida por Tipo de Lavoura Temporária - 2017 a 2021 | | | | | |
|--|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Estado/Município | Soja (em grão) (Quilogramas por Hectare) | | | | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Pará | 1.632.115 | 1.638.469 | 1.781.672 | 1.990.794 | 2.232.499 |
| Belterra | 41.016 | 41.553 | 41.553 | 66.000 | 73.600 |
| Mojuí dos Campos | 70.500 | 61.038 | 64.500 | 105.000 | 147.200 |
| Santarém | 54.000 | 62.700 | 51.249 | 59.400 | 96.000 |

Fonte: IBGE/ PAM – Elaborado pela FAPESPA

É possível verificar que desde 2017 a produção de Mojuí dos Campos sempre figurou em primeiro lugar da região, conforme a tabela 01. Tal fato ocorre também com valor da produção, onde o município ganha cada vez mais destaque ao longo dos anos, conforme a tabela 02. Os dados da Produção Agrícola Municipal confirmam que a soja ocorre nos três municípios supracitados e que, portanto, a dinâmica da exploração de grãos e da instalação da grande empresa atinge a região e surte efeitos no território como um todo, promovendo transformações nos modos de vida ali presentes.

Tabela 02 – Soja - Valor da Produção

| Valor (Mil Reais) da Produção por Tipo de Lavoura Temporária - 2017 a 2021 | | | | | |
|---|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Estado/Município | Soja (em grão) (Quilogramas por Hectare) | | | | |
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Pará | 1.568.243 | 1.744.033 | 1.985.588 | 2.823.606 | 5.601.633 |
| Belterra | 39.151 | 41.553 | 41.553 | 73.260 | 143.520 |
| Mojuí dos Campos | 67.856 | 61.038 | 64.500 | 116.550 | 272.320 |
| Santarém | 55.153 | 60.013 | 56.886 | 65.934 | 163.008 |

Fonte: IBGE/ PAM – Elaborado pela FAPESPA

Ocorre que, apesar de demonstrado nos dados que a dinâmica da soja se dá nos três municípios e que Mojuí dos Campos se destaca, os relatórios citam Belterra somente uma vez no ano de 2016 e sequer mencionam Mojuí, ao longo das 373 páginas de documentos analisados. Santarém foi o único citado vinte e cinco vezes, destas a maioria relacionada a infraestrutura e logística, referente ao terminal portuário de exportação de grãos.

De acordo com Orlandi (2012) é de extrema importância para a análise o não dizer, pois o silêncio indica que o sentido pode ser outro. Para a autora o esquecimento é estruturante, parte da constituição do sujeito e dos sentidos, significado pela ideologia. O discurso é efeito de sentido entre os locutores onde tudo que é dito se relaciona com o que não é dito.

Logo, a ausência dos termos geograficamente localizados sobre a região Amazônica leva a reflexões sobre até que ponto as organizações enxergam como interessante afirmar que possuem negócios nessas áreas. Enquanto algumas empresas optam por adotar estratégias de marketing para promover suas ações desenvolvidas no território, outras preferem não divulgar e não dar ênfase as suas iniciativas, tendo em vista a pressão global para a preservação do meio ambiente.

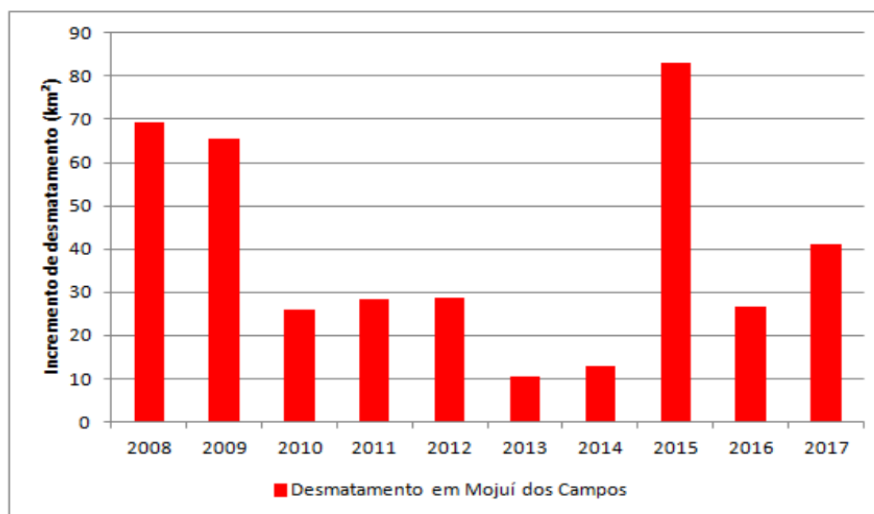
O Aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia prejudicou gravemente a imagem do Brasil no exterior. A pandemia da Covid-19 mostrou a interdependência dos riscos globais e da necessidade de cooperação entre países para solucionar problemas complexos e cercados de incertezas (MARCOVITCH e PINSKY, 2020). Ao estudar os

impactos no Fundo Amazônia e a necessidade de preservação ambiental, os autores explicam que chefes de Estado da União Europeia aprovaram em 2021 um plano de recuperação econômica pós-pandemia no valor de 750 bilhões de euros, destes 30% destinados ao fortalecimento da defesa do meio ambiente e avanço da tecnologia digital. Isso demonstra um foco em escala global de alinhar estratégias de negócios as atividades voltadas para uma economia de baixo carbono. O Brasil se encontra na direção oposta de uma retomada verde no pós pandemia, e provavelmente será o único grande emissor mundial que terminará o ano de 2020 com aumento das emissões (MARCOVITCH e PINSKY, 2020).

As últimas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam para uma série de mudanças em regras comerciais que estão sendo discutidas e podem impactar no Brasil. Desta forma, a imagem da Amazônia vinculada ao desmatamento e danos ambientais pode prejudicar os negócios no mercado, sendo necessários as empresas que atuam na região deixar mais claro quais medidas são tomadas para preservação, além de aprimorar a rastreabilidade e transparências de seus produtos.

Referente a Mojuí dos Campos, Costa e Escada (2019) realizaram um estudo sobre o desmatamento na região a partir do cruzamento dos dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia - PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE com dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR. A pesquisa identificou que Mojuí dos Campos teve um aumento de desmatamento em 2015, superior ao de 2008 (ano de análise em função da moratória da soja), e uma nova tendência de crescimento das taxas de desmatamento a partir de 2016 (como demonstra a figura 23), inclusive em áreas declaradas como área consolidada, reserva legal e remanescente de vegetação nativa (COSTA e ESCADA, 2019).

Figura 23 – Desmatamento por ano em Mojuí dos Campos



Fonte: Extraído de Costa e Escada (2019, p.2)

Sobre o desmatamento na Amazônia, Castro e Castro (2022) demonstram que os últimos anos apresentaram um aumento das taxas. Os autores afirmam que tal fato se deve a uma ruptura com os instrumentos legais e acordos anteriores da política ambiental Brasileira. Esse aumento das queimadas caracteriza uma tomada das terras públicas para expandir o mercado de terras através da grilagem.

Destruída pelo fogo, a floresta amazônica sangra sem o controle do poder público que é responsável constitucionalmente pela política e gestão ambiental. Conforme os levantamentos georreferenciados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os dados revelam altas taxas de desmatamento comparado a períodos anteriores. Os focos de fogo que se alastraram fazem parte das estratégias de ocupação rápida, cujo aumento não se observava desde 1998. Os incêndios florestais atingiram um recorde em 2019, em 2020, e em 2021, e foram devastadores (CASTRO e CASTRO, 2022, p.17)

O combate ao desmatamento é uma das principais estratégias globais para frear as mudanças climáticas e as iniciativas em discussão podem atingir os dois principais pilares do agronegócio nacional: a soja e a carne bovina, produtos frequentemente associados ao desmatamento ocorrido no Brasil. As restrições europeias em discussão e aplicaríamos a produtos como carne bovina, soja, café, cacau, madeira e óleo de palma. No caso da Amazônia, um acordo entre as principais empresas compradoras de soja já impede a comercialização de grãos cultivados em áreas desmatadas após 2008, porém é possível que futuramente para que os itens consigam entrar no mercado europeu, os fornecedores teriam que comprovar que os produtos não têm qualquer relação com o desmatamento - trabalho que tende a elevar os custos (FELLET, 2021).

Ao falar do que denominou “marca Amazônia”, Amaral Filho (2010) dispõe sobre uma “estereotipia da Amazônia”, um processo que adota um padrão cultural estrangeiro, desconhecendo os modos de produção local e a relação com o ambiente, por meio de um marketing ambiental criando e oferecendo produtos num sentido positivo. O marketing ambiental é apropriado pela publicidade e convertido para a lógica midiática que produz novos sentidos e simplifica a biodiversidade, desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social como conceitos prontos. Este distanciamento conceitual entre o que é e como se trata o desenvolvimento reflete modelos do pensamento econômico que dão forma ao capitalismo como determinantes da vida na modernidade (AMARAL FILHO, 2010).

Amazônia, Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos guardam em comum o fato de seus recursos naturais serem objetos de exploração primária há longos anos. A colonização da região remonta uma história marcada por diferentes frentes exploração, seja de madeira, garimpo, agricultura mecanizada ou soja. A ocupação de terras por empresas “colonizadoras” se torna uma característica do avanço da fronteira no Pará (ARAÚJO et al., 2008)

Diferentes fases de ocupação marcam a história dos municípios da região. Belterra vincula-se estreitamente a expansão do comércio da borracha, por volta de 1840. Já Mojuí dos Campos, anteriormente distrito de Santarém, torna-se município emancipado apenas no ano de 2013 e atualmente é considerado um grande produtor agrícola. A história da Amazônia e, em especial do Estado do Pará, é marcada por uma estrutura desigual de propriedade da terra e o latifúndio como fundamento no sistema de poder. De acordo com Castro e Campos (2008):

Observa-se, em especial, os processos e as instituições sociais e econômicas que foram criadas e/ou acionadas na formação socioeconômica da Amazônia ao longo dos séculos, a exemplo das políticas relacionadas à posse e a propriedade da terra, medidas de fomento à colonização e à exploração de sistemas agrários e extrativistas, além de formas de poder e autoridade patrimonial (CASTRO e CAMPOS, 2015, p. 403).

A dinâmica do território reflete essas relações de poder onde o silenciamento se apresenta como um instrumento das grandes empresas que lá atuam. A Amazônia é apresentada e descrita de acordo com o interesse em questão. Para a Cargill o relatório de gestão apresenta o território como um espaço estratégico para a infraestrutura logística e as ações de soja são sempre vinculadas a ideias e projetos que transmitam a ideia de sustentabilidade.

Não à toa, o silenciamento também se dá, e ainda de maneira mais forte, para as comunidades locais que vivem na Amazônia. Seus modos de vida e formas de produção são simplesmente inexistentes nos documentos e as poucas vezes em que são mencionadas estão relacionadas a ações assistencialistas. A construção de critérios e a tomada de decisões que envolve a soja na região é sempre discutida através de instrumentos que excluem a participação comunitária, como a Moratória da soja, mencionada diversas vezes no documento e o Protocolo Verde de Grãos.

O trecho abaixo, extraído do Relatório de 2016 trata da Moratória da Soja, deixando claro que o instrumento não tem a participação das comunidades.

Em 2016, celebramos os dez anos da Moratória da Soja – **iniciativa inédita que uniu empresas, associações, ONGs e o governo brasileiro** em um compromisso único de não cultivar, comercializar ou financiar a soja produzida em áreas desmatadas no bioma Amazônia. O acordo tem contribuído para o declínio do desmatamento na região na última década (CARGILL, 2016, p.48, grifo da autora).

As Organizações não governamentais que fazem parte originalmente da Moratória são a *Earth Innovation Institute*, *Greenpeace*, *Imaflora*, *IPAM*, *The Nature Conservancy* (TNC) e WWF Brasil, no entanto a presença de tais organizações não deve excluir também a participação das comunidades locais, que são aqueles indivíduos também atingidos pelo desmatamento na Amazônia.

O Protocolo Verde de Grãos, iniciativa do Governo do Estado do Pará, citado diversas vezes nos relatórios como instrumento para a sustentabilidade, segue a mesma lógica. Além de representantes de Órgãos Estaduais e municípios, conta com a participação de Associações de Produtores (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE e Associação Paraense de Avicultura – APAV), Sindicato dos Produtores e empresas, novamente sem a participação de nenhum representante das comunidades e/ou de agricultores familiares da região.

Ora, se mecanismos com Moratória da Soja e Protocolo Verde de Grãos são feitos com o intuito de promover a sustentabilidade da soja na Amazônia, a participação das partes diretamente afetadas seria de extrema relevância na construção desses instrumentos. As comunidades locais são o público diretamente atingido. Em trabalho de campo realizado para esta pesquisa em agosto de 2022, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Mojuí dos Campos relatou que pelo menos 19 comunidades não existem mais após a chegada da soja, em função da compra das terras pelos produtores destas *commodities*.

A relação Amazônia e preservação da natureza é tratada de forma paradoxal, confusa e sempre vinculada a atividade produtiva da soja. O Relatório de 2020 apresenta um fragmento textual que merece ser melhor analisado:

Soluções para o caminho da soja

Temos o Brasil como uma região prioritária para a soja sustentável pelas condições excepcionais que apresenta. **O país abriga dois biomas vitais para o planeta, a Amazônia e o Cerrado.** Junto com a América do Sul, a produção brasileira cresceu rapidamente nas últimas décadas, tendo o país se tornado um dos maiores produtores de soja do mundo, com potencial para se tornar o primeiro

Esse histórico de crescimento trouxe prosperidade para muitas localidades no interior dos estados e beneficiou a região de Cerrado. Coração da produção agrícola brasileira, a soja cultivada nesse bioma alimenta os principais mercados da Europa e da Ásia.

Sabemos, no entanto, que **não há uma solução única que resolva as complexas questões que envolvem os biomas e as terras produtivas.** Precisamos avaliar todas as ideias e aplicá-las para encontrar as respostas que direcionarão estas questões essenciais de um modo inclusivo e escalável. Encontrar soluções para esta equação é o que nós e nossos parceiros estamos nos esforçando para conseguir.

Levamos isso em conta ao resumir em três premissas nossa abordagem estratégica para a produção de soja:

- Priorizar a rastreabilidade da cadeia de suprimentos e os esforços de mapeamento onde houver maior risco.
- Direcionar recursos para os fornecedores de maior risco situados nas **áreas de maior risco.**
- Promover uma transformação inclusiva em todo o setor para realmente **proteger os ecossistemas vitais.**

(CARGILL, 2020, p.25, grifo da autora).

O texto extraído do Relatório 2020 nos traz algumas reflexões importantes sobre o uso de termos referente a Amazônia. É possível verificar que no início a Amazônia é mencionada, porém não é mais citada ou detalhada, diferente da região Cerrado. No texto a Cargill fala sobre questões complexas (sem citar quais são) que envolvem os biomas (sem citar quais) e usa de artifícios de linguagem para dizer que não há um conjunto de soluções para as questões essenciais (sem citar quais são essas questões). Em seguidas termos como “áreas de maior risco” e “proteger ecossistemas vitais” deixam subentendido se se referem a Amazônia ou Cerrado mencionados no início do texto. Nota-se que há uma explícita confusão na mensagem transmitida no fragmento textual analisado do Relatório de 2020, onde não é claro a quais regiões se refere, a quais são as questões complexas ou quais são as possíveis soluções construídas.

Um aspecto que merece destaque é a ênfase na parceria com a ONG *The Nature Conservancy* – TNC, sendo ela a única organização mencionada quando analisado exclusivamente a temática Amazônia. Há uma nítida desconsideração da capacidade local e diminuição dos saberes regionais. Isto fica evidenciado no trecho do Relatório 2018-

2019 onde a empresa diz estabelecer uma parceria com a ONG TNC afirmando resolver problema de baixa disponibilidade de recursos humanos na região.

“Dessa forma, a **companhia soluciona a questão da baixa disponibilidade de recursos humanos qualificados para a orientação dos processos de restauração florestal na região de Santarém**, um dos pontos identificados pelo Plano Estratégico de Restauração Florestal, elaborado durante o ano fiscal 2018/2019 pela TNC com o apoio da Cargill. (CARGILL, 2019, p. 25, grifo da autora)”.

Vale destacar que a Cargill relaciona a contratação da TNC a “baixa disponibilidade de recursos humanos qualificados na região de Santarém”. Tal afirmação desconsidera a disponibilidade de órgãos, ONGs locais, universidades na região que geram capacidade local. A Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por exemplo, já conta com 35 cursos de graduação em Santarém e atua em outros municípios na região, além de disponibilizar diversos programas de mestrado e doutorado. A UFOPA tem realizados muitas pesquisas de destaque sobre a Amazônia, entre outras áreas temáticas. Além disso, na região encontram-se uma forte estrutura de saber e conhecimento local formado pelos povos da floresta, algo único e precioso transmitido de geração em geração.

Os Projetos que são citados, muitas vezes não apresentam objetivos claros e nem como se dá a sua forma de atuação. O Relatório de 2018/2019, ao tratar do Projeto Alto Arapiuns, desenvolvido na região de Santarém-PA, afirma:

Projeto Alto Arapiuns - O projeto realiza iniciativas com **foco na melhoria do bem-estar da população ribeirinha** da região da bacia de afluentes do Rio Arapiuns, um dos principais da Amazônia paraense, a 130 quilômetros de Santarém. Pelo terceiro ano consecutivo, o projeto – que integra o Programa Alto Arapiuns de Desenvolvimento Sustentável (PAADS), realizado pela Diretoria Social do Aeroclube de Voo a Vela CTA de São José dos Campos, SP – recebeu apoio técnico e financeiro da Fundação Cargill (CARGILL, 2019, p. 46, grifo da autora).

Ao descrever o projeto Alto Arapiuns fala-se em “melhoria do bem-estar da população”, termo que não esclarece o que de fato é o projeto. Apesar de mencionado, não há informações disponíveis sobre o funcionamento e seus beneficiários, muito menos sobre a forma de participação da comunidade na construção dos objetivos definidos.

Sobre as formas do silêncio, Orlandi (2007) aponta que para compreender a linguagem é preciso entender o silêncio. A autora cita a censura, como forma de opressão onde se proíbe as palavras para se proibir sentidos.

“Há um aspecto interessante a observar em relação a esse mecanismo de censura. Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proibem-se certas “posições” do sujeito (ORLANDI, 2007, p.76).

O silenciamento não se dá somente sobre a Amazônia, mas também sobre os atores que dela fazem parte, como as comunidades locais, pequenos agricultores e indígenas que têm a voz apagada dos instrumentos de comunicação, não deixando claro em nenhum momento como se dá a relação com a empresa, ou se ela sequer existe. Nos projetos desenvolvidos junto as comunidades não há evidências de uma troca e a perspectiva de construção conjunta de um futuro compartilhado. Nota-se que a comunidade é vista de forma passiva, como mera receptora dos projetos pensados muitas vezes por outras organizações como a Cargill ou por ONGs que atuam junto a ela. Ao silenciar a voz desses atores, seus interesses, anseios e modos de vida são simplesmente apagados, dando espaço a uma única e “verdadeira” maneira de olhar a sustentabilidade, aquela elaborada pela própria empresa.

5.3.1.2 Sustentabilidade nos Relatórios

Ao analisar o uso do termo sustentabilidade pela Cargill foi verificado que, apesar de outras temáticas serem abordadas, há a predominância da sustentabilidade relacionada a atividade produtiva, vinculada a incorporação de “boas práticas produtivas” que não são detalhadas. A potencialidade do termo sustentabilidade não é explorada, demonstrando um enfoque limitado e direcionado.

Em trecho extraído do Relatório de 2020 verifica-se a seguinte afirmativa:

Nossas prioridades globais: Procuramos fortalecer e disseminar **nossas práticas sustentáveis tendo a agricultura como ponto focal**. Acreditamos que muitas das soluções para os desafios que enfrentamos têm um ponto de convergência, e é onde se origina nosso sistema alimentar – a agricultura. Pretendemos fortalecer agricultores e trabalhadores, propiciar que as comunidades locais tenham voz, promover condições de trabalho seguras e justas e assegurar alimentação nutritiva e abundante para todos (CARGILL, 2020, p.15, grifo da autora).

O uso do pronome possessivo “nossas” demonstra que tanto as prioridades mencionadas quanto as práticas sustentáveis são elaborados pela Cargill, ou seja aquelas que atendem os interesses da própria empresa. Referente às práticas sustentáveis, elas são mencionadas por diversas vezes nos documentos, sem deixar claro em nenhum momento a que tipo de práticas se referem ou com a forma como foram construídas e definidas. O Relatório de 2021 ressalta que estão práticas são criadas pela empresa, conforme demonstrado no trecho abaixo:

Mudanças climáticas e emissões: Estamos comprometidos em trabalhar para a constante redução do impacto ambiental das nossas atividades, desenvolvendo iniciativas que vão desde a redução de emissões em nossas cadeias de suprimentos globais até a **criação de práticas sustentáveis em processos agrícolas em todo o mundo**. Paralelamente, apoiamos e capacitamos os produtores rurais, cujos meios de subsistência estão cada vez mais afetados

pelos impactos das mudanças climáticas (CARGILL, 2021, p. 48, grifo da autora).

As condutas também denominadas de “boas práticas” ou “melhores práticas agrícolas ou sustentáveis” são disseminadas para o público externo e normatizadas através de códigos e documentos. Não há clareza quanto a participação de outros atores na elaboração de tais práticas, pelo contrário, os trechos destacados acima demonstram o domínio da empresa na construção dessa ferramenta. O Relatório de 2020 sinaliza a participação de outros atores, porém sem deixar claro quais são ou sequer como participam, conforme demonstrado:

Uso do solo: Nossas ações para eliminar desmatamento devem ser específicas aos diferentes contextos e oferecer os incentivos adequados para engajar produtores, promover as **melhores práticas agrícolas**, estimular a adoção de leis para proteger as florestas e **buscar um consenso entre os muitos stakeholders, para permitir que tanto as florestas como a agricultura prosperem** (CARGILL, 2020, p.53, grifo da autora).

Ao tratar do uso o termo sustentabilidade, Leff (2001) afirma que o discurso sobre a sustentabilidade não é homogêneo e nem está livre do conflito de interesse de atores. O autor enfatiza a racionalidade ambiental que não se constrói de cima para baixo. Conforme o autor:

“A construção dessa nova ordem social se orienta por valores culturais diversos e se defronta com interesses sociais opostos; nela se entrelaçam relações de poder pela reapropriação da natureza e pela autogestão de processos produtivos. É nas comunidades de base e em nível local que os princípios do ambientalismo tomam todo o seu sentido como potencial produtivo, diversidade cultural e participação social, para a construção de uma nova realidade produtiva (LEFF,2001, p. 75)”

Ao debater agricultura e sustentabilidade, Dal Soglio (2016) busca desmitificar a concepção predominantes de que a agricultura moderna e industrial é aquela capaz de alimentar o mundo, visto como dependente dela. O autor indica a possibilidade de se alimentar a humanidade de forma mais sustentável, com foco na produção local, agroecológica, familiar e camponesa. No Brasil, assim como em todo o mundo, ainda prevalece o mito da produtividade, onde acredita-se que apenas através de inovações tecnológicas ainda mais “modernas” (como a utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs), agricultura de alta precisão, grande utilização de fertilizantes e agrotóxicos) é possível aumentar em grande escala a produtividade agrícola e, supostamente, acabar com a fome.

Trata-se de um discurso que não só influencia a se produzir cada vez mais, como referenda o comportamento e as práticas de grandes empresas. O discurso de um único modelo possível, se disseminado massivamente, diminui outras maneiras de gerar

modelos de agricultura mais sustentáveis e plurais. Sobre os danos do modelo de agricultura moderna e industrial, o autor afirma que:

“Não só o planeta Terra sofre com o prejuízo ambiental que tal modelo de agricultura causa em praticamente todos os ecossistemas, como sofre toda a sociedade com a ampliação da insegurança alimentar, com os malefícios à saúde de todas as espécies planetárias e com o êxodo rural a que estão sujeitas as comunidades agrícolas. Estas vão aos poucos perdendo suas identidades e, desalojadas, são obrigadas a abandonar o mundo rural e a agricultura e a buscar outras alternativas de vida. Veem-se tão graves consequências – chamadas de “externalidades” do modelo – persistirem, e até se agravarem em muitas partes do planeta, mesmo após décadas de falsas promessas de que a modernização da agricultura poderia torná-la mais “verde”, menos prejudicial ao desenvolvimento rural, à saúde e ao planeta (DAL SOGLIO, 2016, p.12)”.

Um aspecto fundamental da análise envolve o entendimento do termo sustentabilidade e o uso limitado e por vezes manipulado do termo. Nascimento (2012) explica que a sustentabilidade se tornou um campo de disputa com múltiplos discursos que ora se opõem e ora se complementam. O autor faz um resgate das três dimensões (econômica, ambiental e social) da sustentabilidade e discute outros termos que podem ter sido eliminados, como a dimensão do poder e da política. De fato, o autor acentua a necessidade de olhar a sustentabilidade de forma ampla, englobando as suas mais diversas dimensões.

Os relatórios da Cargill demonstram o uso do termo sustentabilidade orientado aos interesses da empresa, além da desconsideração do saber local, sempre negligenciado e ignorado no processo construtivo das estratégias e rumos escolhidos para a organização. As relações com as comunidades onde a empresa atua quando ocorre se dá através de projetos assistencialistas, não ocorrendo uma troca e a perspectiva de construção conjunta de um futuro compartilhado. A comunidade é passiva e receptora dos projetos pensados muitas vezes a quilômetros de distância de sua realidade local.

A análise do discurso da Cargill sobre sustentabilidade propaga a voz da grande empresa capitalista como dominadora das práticas produtivas, para que seja colocada na condição de definir “as melhores práticas”, ajustadas aos seus próprios interesses de maior produtividade e lucro, em detrimento das comunidades locais, formadas por pequenos agricultores para os quais a terra tem o valor simbólico da vida e natureza. Estas são vistas como incapazes e silenciadas das discussões sobre o tema.

5.3.1.3 As relações de governança imbricadas nas categorias normativas e grupos de interesses

Os debates a respeito de governança se originam na análise das formas de tomar decisões sobre problemas coletivos desenvolvidas pela sociedade que culminam em

regras e instituições. Governança envolve a visão compartilhada entre membros de redes, resultados de atores que fazem escolhas dentro de estruturas, porém diferentes arranjos de governança resultam em diferentes resultados. Neste contexto, envolve o papel do Estado e o conceito de comunidade política que diz respeito a um número limitado de atores que compartilham uma agenda política, têm recursos, mas dependem de outros para alcançar seus objetivos. Nesses grupos, o Poder é exercido por meio de uma clara exclusão de atores da rede e por maneiras específicas de lidar com problemas políticos por meio de práticas que se tornam institucionalizadas (FAWCETT e DAUGBJERG, 2012).

No documento *Governance and Development*, ao mencionar aspectos da má qualidade da ação governamental, o Banco Mundial (1992) trata do incentivo a formação de regras e instituições que forneçam um quadro previsível e transparente a gestão pública e privada. Sobre um sistema de ordenação, Rosenau (2000) afirma que este só funciona se formado por um conjunto de crenças, hábitos e instituições aceitos pela maioria. Hufty (2011) relaciona o termo a normas e poder em um sistema que sanciona as ações de indivíduos e grupos. Logo, governança refere-se a uma categoria de fatos sociais que envolve processos de interação e tomada de decisões em um problema que resulte na criação, reforço ou reprodução de normas e instituições. Cada sociedade desenvolve seus próprios modos de tomar decisões e resolução de conflitos (HUFTY, 2011).

a) Normativas e grupos de interesses nos Relatórios

No caso da Cargill, nota-se um grande esforço na normatização de padrões de comportamento e conduta. Os relatórios tratam massivamente de diferentes instrumentos adotados, tais como códigos de conduta, princípios éticos, comitês corporativos (recursos humanos, riscos financeiros, segurança do trabalho, saúde e diversidade), comitê de sustentabilidade e modelo de gestão de negócios. É importante destacar que, para além da gestão, tais normas e regras ultrapassam os limites geográficos da empresa e atingem um conjunto de atores e territórios. Abaixo um trecho que aborda os diferentes códigos adotados:

O compromisso da empresa com a ética e as boas práticas socioambientais se estende a toda a cadeia produtiva, uma vez que a qualidade e a segurança dos alimentos oferecidos pela Cargill dependem dos vínculos de confiança estabelecidos com os fornecedores. A política interna segue a legislação e as operações de compras diretas de materiais e insumos são regidas pelo **Código de Conduta** do Fornecedor, cujo aceite formal é condição para participação em qualquer processo de compras da companhia. Há ainda o **Código de Ética do Comprador**, que reúne um conjunto de regras relacionadas ao tema (CARGILL, 2017, P.35, grifo da autora).

A criação de normas define o que se considera “melhores práticas” não somente para a empresa, mas determina formas de atuação nos territórios e condutas do que é ou não permitido, caracterizando claramente um instrumento de poder. Decerto toda construção da realidade é um instrumento de poder que se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam num campo do poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993).

A subjetividade de termos como “corretos/incorretos”, “melhores práticas” remetem a reflexão sobre as relações de poder e a prevalência de objetivos individuais diante dos coletivos. Os acordos estabelecidos podem resultar em um jogo de poder onde as regras dão origem a uma variedade de estruturas e mecanismos de governança que conseguem favorecer interesses de uns e suprimir os de outros. O trecho abaixo representa uma das situações em que o termo “incorreto” é utilizado, transparecendo a noção que o Código de conduta é dotado da “verdade absoluta” e capaz de definir o certo e o errado:

O Código de Conduta da Cargill é inspirado em padrões mundiais de ética. O documento conta com **princípios orientadores que são a base de como a companhia e seus funcionários**, em todo o mundo, devem conduzir os negócios, além de resumir as principais políticas de conformidade e problemas que podem ter consequências legais/ éticas, se forem tratados de forma **incorreta** (CARGILL, 2019, P.16, grifo da autora).

Ao tratar sobre governança democrática, Bevir (2004) aborda um sistema de ideias que incluem uma mudança hierárquica, de mercados e redes comprometidas com diálogo, participação, consenso e empoderamento. Envolve a preocupação com a forma de tornar as políticas públicas mais eficazes e legítimas, onde participação e a inclusão são promovidas para este fim e a governança fornece caminhos alternativos para garantir a legitimidade democrática das ações (BEVIR, 2004). No entanto, esse processo pode falhar e se refletir na imposição de interesses de elites camuflados sobre a forma de redes e governança. No caso da Cargill, nota-se que a participação não se dá de forma horizontal, pelo contrário, a definição das normas e códigos é feita unilateralmente, como demonstra o trecho:

A unicidade global da companhia está ancorada em uma estrutura de comitês permanentes. Esses comitês são **formados por executivos** de várias partes do mundo, dando espaço para que sejam consideradas as características locais dos negócios. Um dos objetivos desses colegiados é apoiar as diretorias regionais na aplicação do planejamento estratégico às operações. Quando necessário, são criados comitês temporários (CARGILL, 2020, P.14, grifo da autora).

O trecho em destaque afirma que os comitês são formados pelos executivos da Cargill. Por outro lado, destaca o que denominada de “unicidade global”, onde a empresa reforça o desinteresse em considerar as especificidades locais. Sobre a noção de unicidade, Santos (2009) faz uma crítica à unicidade da ciência e apresenta o pensamento pós-abissal como fruto da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica mundial está por ser construída. As linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo

De acordo com Santos (2009), a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha que, embora distintas e operando de modo diferenciado, são interdependentes. Elas criam um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal modo que uma se torna o fundamento da outra. As distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social de um lado da linha se baseiam na invisibilidade das distinções entre e o outro lado da linha. Santos (2009) refere-se aos conhecimentos populares, leigos, plebeus camponeses ou indígenas do outro lado da linha, que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso.

A Unicidade renega a multiplicidade e conseqüentemente o diálogo. Apesar de afirmar que existe a cultura do diálogo (como descrito no texto abaixo), o que se vê é a ausência de diversos atores nos debates sobre a atuação da empresa no território

Engajamento de stakeholders: A Cargill segue princípios de ética e transparência no relacionamento com nossos stakeholders e promove a **cultura do diálogo**. As ações de engajamento e de relacionamento são orientadas por nossos códigos de conduta (CARGILL, 2020, P.20, grifo da autora).

Sobre a participação das comunidades locais, a análise da categoria grupos de interesse demonstra que por diversas vezes, ao listar os atores chave, o termo comunidade (ou sinônimo) não é mencionado. O quadro 12 lista onze vezes onde a participação das comunidades é silenciada na construção dos instrumentos.

Quadro 12: Silenciamento das comunidades na construção das normativas e grupos de interesses

| Ano Relatório | Nº pág. | Fragmento textual |
|---------------|---------|--|
| 2016 | 5 | <p>Acreditamos, ainda, no diálogo como ferramenta de transformação. Foi também por meio dessa postura transparente que criamos e conquistamos espaços significativos de construção coletiva com outras empresas, organizações da sociedade civil, academia e representantes governamentais.</p> <p>Entre os trabalhos nesse contexto, destaco os realizados com a Moratória da Soja e com o Grupo de Trabalho da Soja; a participação da Coalizão Brasil: Clima, Florestas e Agricultura, voltada para a redução de gases de efeito estufa e a economia de baixo carbono; e a colaboração na Tropical Forest Alliance 2020 no combate ao desmatamento.</p> |
| 2016 | 7 | <p>O desenvolvimento deste documento acolhe a opinião de nossos públicos, tais como ONGs, associações, concorrentes, clientes, fornecedores, funcionários, governo e especialistas. Esses públicos foram selecionados de acordo com três critérios: amplo conhecimento sobre os negócios da Cargill, amplo conhecimento setorial e relacionamento com a organização. Em consulta realizada em 2015, em entrevistas por telefone, eles apontaram os temas que consideram mais importantes para a sustentabilidade da companhia. Esse processo deu origem a uma matriz de materialidade, que consolidou os diferentes pontos de vista e da qual foram extraídos os temas relevantes para o nosso negócio.</p> |
| 2016 | 8 | <p>Matriz de materialidade: Biodiversidades - biodiversidade Práticas eficientes e sustentáveis de agricultura- atores envolvidos: Cargill, concorrentes, fornecedores e especialistas, política de floresta da Cargill</p> |
| 2016 | 46 | <p>Ações setoriais e multistakeholders: Participação no Grupo de Trabalho da Moratória da Soja e na elaboração da estratégia que levou à sua extensão sem uma data de expiração. Além disso, atuamos na construção de um Grupo de Trabalho para defender a transparência das informações do Código Florestal, com a participação da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), do Greenpeace, da TNC, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do World Wide Fund for Nature (WWF).</p> |
| 2016 | 47 | <p>Sustentabilidade na cadeia produtiva da soja Ação: Extensão da Moratória da Soja para além de maio de 2016 Solicitar o CAR como requisito de compra. Assegurar que todos os fornecedores cumpram o Código Florestal Brasileiro. Listas de áreas embargadas e de trabalho escravo como critério de compras. Parceria com a indústria, governo, organizações ambientais e clientes.</p> |

| | | |
|-----------|----|--|
| 2017 | 66 | O processo de materialidade que ajudou a definir o conteúdo do Relatório de Sustentabilidade da Cargill 2017 contou com a colaboração de públicos externos, que foram consultados sobre os temas da estratégia de sustentabilidade da empresa. Ao longo de dois meses, foram realizadas consultas online com colaboradores e público externo como fornecedores, profissionais de responsabilidade corporativa, meio ambiente e governo, entre outros. Também foram feitas entrevistas com especialistas associados ao setor e organizações não governamentais. Esse trabalho de escuta qualificada dos públicos com os quais se relaciona ajudou a Cargill a mapear os temas prioritários, baseado nos três pilares da estratégia: 1. Nutrir o mundo; 2. Proteger o planeta e 3. Valorizar nossas comunidades |
| 2018-2019 | 4 | Nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável, em parceria com agricultores, produtores, fabricantes, varejistas, governos e outras organizações, para cumprir seus propósitos com eficiência e ajudar as comunidades a prosperarem. |
| 2018-2019 | 57 | Cargill acredita que as florestas e a agricultura podem e devem coexistir para sustentar a saúde das pessoas e do planeta. Por isso, possui o compromisso de trabalhar em parceria com fornecedores, clientes, ONGs e governos para inovar e dimensionar soluções reais neste sentido |
| 2018-2019 | 75 | Para definir o conteúdo do Relatório Anual e respectivos indicadores GRI, a Cargill realizou, em 2018, um processo estruturado de consulta aos seus públicos de interesse, que responderam sobre os temas da estratégia de sustentabilidade da companhia. Ao longo de dois meses, foram realizadas consultas on-line com funcionários e público externo, incluindo fornecedores, profissionais de responsabilidade corporativa, meio ambiente e governo, entre outros. Além disso, houve entrevistas com especialistas associados ao setor e organizações não governamentais |
| 2019 | 21 | A exigência das boas práticas e de produção livre de desmatamento demanda um esforço não apenas da companhia, mas de toda a cadeia. Por esse motivo, o plano de ação da Cargill está baseado em seis elementos: (...) Avançar com as parcerias transformacionais: Engajar-se com muitos grupos de stakeholders, incluindo produtores, processadores, traders, ONGs e governos, para criar proteção duradoura para florestas e vegetação nativa |
| 2020 | 48 | Nosso foco de atuação: Para exercer seu papel, a Fundação trabalha em rede com ONGs, universidades, institutos, associações, consultorias, governos, startups e, internamente, com os funcionários e voluntários. |

Fonte: Elaboração da autora

Apesar de mencionar termos como “organizações da sociedade civil” ou “ONGs” a palavra comunidade é suprimida quando detalhados os grupos de interesses, o que configura um processo de exclusão social das comunidades locais. Harvey (2004) intitulou de “acumulação por espoliação” uma ampla diversidade de processos, dentre eles “a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas e a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada” (HARVEY, 2004, p.121), entre outros. A

acumulação por espoliação envolve, portanto, a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes.

Ao tratar sobre os efeitos do sofrimento ético-político produzido nos/pelos conflitos socioambientais que atravessam a constituição do processo de exclusão/inclusão social das comunidades tradicionais no Brasil, Figueiredo e Sawaia (2020) destacam:

Neste processo, o sistema trabalha para que além da esfera ecológica as esferas social e psicológica se degradem em benefício da manutenção da acumulação de capital, operando em um estado limítrofe de tensão entre a destruição das reservas naturais, o esfacelamento das seguranças políticas e a quebra dos vínculos humanos (FIGUEIREDO e SAWAIA, 2020, p. 553).

Um aspecto que merece destaque na categoria grupos de interesses é o papel do Estado. Dentre os atores listados nos Relatórios, o Governo se faz parte presente em quase todos os fragmentos textuais destacados no quadro 12. Tal fato se dá em função das parcerias estabelecidas com entes públicos e na gama de projeto desenvolvidos juntos, como por exemplo a moratória da soja, Protocolo Verde e acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Ainda de acordo com Harvey (2004) sobre o Estado como agente fundamental do capitalismo:

O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, como afirmei no capítulo 3, consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes (HARVEY, 2004, p.121).

É importante destacar que governança se refere a mudanças no estilo de governo. De acordo com Stoker (1998) o conceito de governança envolve uma estrutura que não é imposta, é o resultado da interação de múltiplos atores e, portanto, está preocupada em criar as condições para um governo ordenado e ação coletiva. O autor apresenta aspectos da governança, a partir de cinco proposições, são elas:

- 1- A governança refere-se a um conjunto de instituições e atores provenientes, mas também fora do governo;
- 2- A governança identifica a indefinição de limites e responsabilidades para lidar com questões sociais e econômicas;
- 3- A governança identifica a dependência de poder envolvida nas relações entre as instituições envolvidas na ação coletiva;
- 4- Governança é sobre redes autônomas e autogovernadas de atores;
- 5- A governança reconhece a capacidade de fazer as coisas que não se baseia no poder do governo de comandar ou usar sua autoridade. Ele vê o governo como capaz de usar novas ferramentas e técnicas para dirigir e orientar (STOKER, 1998, p. 18).

No caso Cargill o que se verifica é que a estrutura formada para lidar com os atores chave não configura um modelo de governança de fato participativa e que o Estado, enquanto ator presente na rede, contribui de forma determinante para o modelo hierárquico de construção de normas e regras que são impostas ao território e aqueles que lá vivem. Políticas sobre Florestas, códigos de condutas sobre desmatamentos, normas para fornecedores e demais documentos incluem diretrizes que extrapolam os limites das empresas e pautam ações sobre o ambiente do qual ela faz parte.

5.3.1.4. Unidade de origem das significações – a grande empresa capitalista como autor: o egocentrismo nas categorias exaltação e superioridade

A vontade de verdade se constrói apoiada por instituições e baseada em relação de poder fundamentada em mecanismos desiguais que envolve uma mixórdia de atores com diferentes interesses e entendimentos onde muitas vezes prevalecem as construções discursivas daqueles que tem mais poder. No mundo capitalista globalizado, a voz das grandes empresas multinacionais ecoa alto. Quando escreveu sobre o imperialismo em 1916, Lenin (1979) já alertava sobre o surgimento de grandes grupos em escala mundial. Na época, ao tratar do que chamou de problema da natureza econômica do imperialismo, o autor já mencionava sobre o estabelecimento de novas relações entre os grupos capitalistas.

Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as ‘esferas de influência’ das maiores associações monopolistas, a marcha ‘natural’ das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais (LENIN, 1979, p.188).

O neoliberalismo, como razão do capitalismo contemporâneo, valoriza a lógica da empresa para moldar os sujeitos (DARDOL E LAVAL, 2016). Fica clara a ascensão e ênfase da figura da empresa, onde o modelo de gestão e negócios adquire ainda mais importância e protagonismo ao longo dos anos. Nesse sentido, o autor do discurso estudado nessa pesquisa, como preconizado por Foucault (2009), é a Cargill que materializa e representa o discurso empresarial no contexto do mundo neoliberal reforçado em nível internacional, por tratar-se de uma organização que atua em escala mundial.

a) Exaltação e superioridade nos Relatórios

Entre as estratégias usadas pela Cargill para disseminar o seu discurso como o da grande empresa responsável e comprometida encontra-se o artifício da repetição de

termos como forma de envolvimento do leitor e maior fixação do que é dito. Em estudo sobre repetições Castro (1994) afirma que a estrutura repetitiva enfatiza o significado essencial do termo em que incide e que a repetição não é meramente um processo de redundância, mas sim tem um significado.

Ao longo dos relatórios o termo “nutrir o mundo de maneira responsável, segura e sustentável” se repete chegando a aparecer onze vezes no relatório de 2020, conforme demonstrado no quadro 13. Há casos em que a frase aparece mais de uma vez na mesma página, como nos de 2016, 2018-2019 e 2020.

Quadro 13: Repetição e exaltação

| Ano Relatório | Páginas | Texto | Nº vezes repetidos |
|---------------|---|---|--------------------|
| 2016 | 1, 4, 4, 10, 12, 13, 22, 62 | Nutrir o mundo de maneira responsável, segura e sustentável | 8 |
| 2017 | 5, 12, 20, 34, 44 | Nutrir o mundo de maneira responsável, segura e sustentável | 5 |
| 2018-2019 | 4, 7, 12, 14, 14, 21, 44, 45 | Nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável | 8 |
| 2019 | 4, 9, 16, 17 | Nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável | 4 |
| 2020 | 4, 7, 9, 14, 15, 15, 18, 23, 23, 32, 47 | Nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável | 11 |
| 2021 | 10, 27 | Nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável | 2 |
| TOTAL | | | 38 |

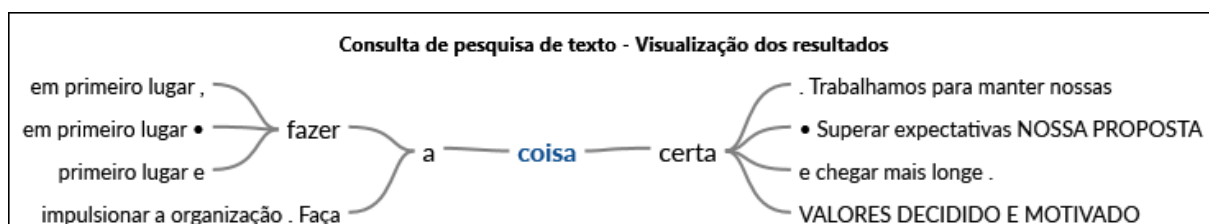
Fonte: Elaboração da autora

A Cargill busca apresentar aspectos de uma organização preocupada com o mundo que a cerca. É um discurso que tenta reforçar o compromisso com o futuro do planeta e para isso se utiliza de diversas palavras positivas, tais como seguro, responsável, confiável, integridade e sustentável. No entanto, há diretrizes estratégicas ousadas nos relatórios sem explicações ou conexões que remetam o leitor a compreensão de como aquilo ocorre na prática, ou seja, no campo das ações.

ESTAMOS COMPROMETIDOS COM UMA CIDADANIA GLOBAL RESPONSÁVEL. A ampla gama de nossas operações faz com que a Cargill tenha participação em quase todos os setores da sociedade. Com nosso alcance global vem a responsabilidade de entender e gerenciar nosso impacto. Mantemos rígidos padrões de segurança dos alimentos e ambiental em nossas operações e **compartilhamos nossa experiência e nosso conhecimento globais para ajudar a solucionar desafios econômicos e sociais** (Cargill, 2016 p. 17, grifo da autora).

O texto acima extraído do relatório do ano de 2016 demonstra um dos muitos casos em que a referência estratégia não vem acompanhada de esclarecimentos acerca de como ocorre de fato. Ajudar a solucionar desafios econômicos e sociais, como dito no relatório, além de um objetivo audacioso, envolve uma gama de possibilidades e formas de atuação que merecem ser descritas para que os leitores compreendam a diferença entre o que é dito e o que é realizado. Uma frase utilizada nos relatórios é “fazer a coisa certa”. No ano de 2018-2019 ela apareceu duas vezes, uma vez em 2020 e outra no ano de 2021. É importante nesta análise focar o nível de subjetividade e abstração, onde o termo “coisa” pode remeter a diferentes questões, sob diferentes entendimentos. A árvore de palavras (figura 24) gerada no programa NVIVO (ferramenta que vincula palavras pesquisadas ao contexto tentando esclarecer o sentido no qual é empregada) nos mostra que “Fazer a coisa certa” nos relatórios da Cargill envolve muito mais um aspecto motivacional e incentivador, preocupado somente em transparecer uma forma de atuação “correta” para o leitor, sem novamente explicar o que seria isso e de que maneira ocorreria.

Figura 24 – Árvore de palavras: “Faça a coisa certa”



Fonte: Elaboração da autora com o software NVIVO

A estratégia formal representa um relevante instrumento de legitimação. Machado-da-silva e Vizeu (2007) trazem esclarecimentos sobre a existência de práticas cerimoniais, ou seja, aquelas que advêm de um ato de conteúdo simbólico, cujo objetivo é a legitimação do ator perante uma comunidade de referência. Os autores informam que se utiliza o termo cerimonial no sentido de aparência, onde o alvo é transparecer conformidade aos critérios normativos e/ou cognitivo-culturais do campo institucional de referência. No Brasil verifica-se o uso cerimonial das práticas gerenciais importadas com o intuito de obter legitimidade, especialmente por se considerar a representação estrangeira como algo desejável.

A expressão “fazer a coisa certa” consta nos relatórios de 2018-2019, 2020 e 2021, porém sem esclarecimentos sobre o que seria “a coisa certa”. Tal expressão atribui a empresa o caráter de portador do sentido da verdade e do certo e errado. A frase “nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável” está presente trinta e oito vezes em todos os relatórios analisados e, segundo a empresa, refere-se a seu propósito. Frases de

efeito como “hoje não é possível pensar em alimentar o mundo sem o Brasil” (CARGILL, 2016, p.4), somadas a outras mencionadas acima, mostram a intenção de promover uma imagem positiva da empresa junto ao mercado e investidores

5.4 Apontamentos e conclusões: o conteúdo e discurso presentes nos relatórios da Cargill

No início dessa jornada acreditou-se que analisar o conteúdo e discurso de uma grande organização do agronegócio seria como um mergulho profundo e turbulento em um mar de sentidos e significados subentendidos e propositalmente ocultados. Foi um engano, o mar não era mar e nem tão profundo como pensado, eram águas rasas de argumentos e conceitos em que um olhar mais atento já seria capaz de ver ali a velha voz da grande empresa capitalista ecoando como dona das únicas soluções do mundo.

E se o mar profundo de um discurso difícil e nebuloso já não existia, as águas rasas ficaram ainda menores e turvas quando o assunto era a Amazônia. Diante de toda a beleza e grandeza do Tapajós a empresa calou. Das águas ela não falou e preferiu silenciar frente às questões relevantes presentes na região. O silêncio se mostrou como o mais forte artifício quando o assunto foi a Amazônia. Mojuí dos Campos sumiu do mapa da Cargill, que também não mencionou em seus relatórios as dezenove comunidades que ali já não existem mais depois do avanço da soja.

A análise do conteúdo apontou que os relatórios são instrumentos de divulgação da empresa, onde os temas predominantes se referem aos aspectos organizacionais e a informações da própria Cargill como histórico e atuação, sendo muito mais um relatório de gestão do que de sustentabilidade. A ausência de verificação externa reforça a falta de credibilidade e confiabilidade nas ações relatadas, que nada se alinham com o observado em campo. O levantamento realizado em Santarém, Mojuí dos campos e Belterra apontou que, diferentemente do que é pregado nos relatórios, a empresa trouxe danos para as comunidades e a ausência de diálogo é algo predominante.

O discurso da empresa Cargill exprime claras relações de dominação frente aos povos da Amazônia. O silenciamento que se dá exprime formas de colonialidade que não aceitam a diversidade dos modos de ser, de viver e de pensar. Ao abordar questões ligadas às populações locais o que se viu foi invisibilização e inferiorização. O silenciamento não se dá somente sobre a Amazônia, mas também sobre os atores que dela fazem parte, como as comunidades locais, pequenos agricultores e indígenas que têm a voz apagada, não deixando claro em nenhum momento como ocorre a relação com a empresa, ou se ela sequer existe. A importância dessa pesquisa situa-se na necessidade pensar a Amazônia

a partir de uma mudança de perspectiva, onde os sujeitos amazônicos são produtores do seu próprio discurso, atualmente oprimido pela voz do capital.

O discurso de sustentabilidade adotado pela Cargill enfatiza os aspectos econômicos, em detrimento do social e ambiental. Envolve narrativas baseadas em estereótipos e silenciam aspectos relevantes a temática. Há a predominância da sustentabilidade distorcida e relacionada à atividade produtiva, vinculada a incorporação de “boas práticas produtivas” que não são detalhadas. São boas pra quem afinal? Para a grande empresa que lucra ao apresentar o termo sustentabilidade como possível solução para todos os problemas do mundo, a panaceia da pós-modernidade.

Há um esforço para a normatização de procedimentos organizacionais, porém tais procedimentos não regem apenas as relações dentro das empresas, mas referem-se também a forma de lidar com o ambiente que o cerca e acarretam consequências para o território. Novamente, sob o argumento das “melhores práticas”, condutas do que é ou não permitido são estabelecidas sem a participação das comunidades e com a forte presença do Estado, caracterizando claramente um instrumento de poder. Forma-se uma estrutura de governança hierárquica, com o apoio do Estado, enquanto ator presente na rede que constrói e constitui normas e regras que são impostas ao território e aqueles que lá vivem.

Enquanto isso a Cargill transmite uma imagem de uma empresa preocupada com o mundo que a cerca e para tal, usa artifícios de marketing como a repetição massiva de termos como forma de envolvimento do leitor e maior fixação do que é dito. Argumentos fracos e quase inexistentes tentam fundamentar que a empresa é responsável, confiável e sustentável, porém a ausência de explicações só torna o discurso ainda mais vazio.

O processo de heroificação é usado como instrumentos de persuasão que tenta conectar o leitor a noção de que sem os produtores de soja não seria possível alimentar o planeta. O herói, enquanto solucionador de problemas, subentende uma noção de vilania aqueles que a ele se opõem. No mundo idílico e romantizado que a Cargill tenta construir com seu discurso, o vilão é aqueles que podem impedir o mundo de “se alimentar”, não os que provocam conflitos rurais, desmatamentos e até mortes.

Este estudo evidenciou que os relatórios disseminam um discurso pautado nas práticas capitalistas onde o lucro e o consumo são os principais objetivos. Um turbilhão de informações apresentadas de forma repetitivas, confusa e misturadas tentam mascarar e ocultar as formas de existência vivas e pulsantes que cercam não só o Tapajós, mas os

rios, a natureza e as vidas da Amazônia. Esse sim carece de um mergulho profundo, intenso e despido de “verdades” prévias.

CAPÍTULO 6. O MARKETING EMPRESARIAL NA ERA DAS REDES SOCIAIS: O CONTEÚDO E O DISCURSO DA CARGILL NO INSTAGRAM

As relações comunicativas estão cada vez mais dinâmicas e o surgimento dos ambientes digitais como espaços legítimos da pesquisa social vai exigir dos pesquisadores um conjunto de habilidades para lidar com as suas diferentes formas de expressão, o que representa novos desafios para as pesquisas qualitativas. De fato, diferentes formatos de discursos e narrativas se constituem e ganham aspectos nesses espaços onde a internet constrói novas culturas e sociabilidade.

De acordo com Deslandes e Coutinho (2020), a partir da pandemia de COVID-19 há uma expansão na utilização de ferramentas de internet e tonar-se primordial também aos pesquisadores captar as diferentes performances e interações nestes espaços e o modo como as tecnologias interatuam nas práticas sociais. A produção discursiva produzida nas redes sociais digitais cria novas formas de sociabilidades e por isso apresenta-se como um campo exponencial de oportunidades. Sobre o mundo digital, os autores afirmam:

Esse “mundo digital” ainda que seja estruturado por algoritmos em ação nas diversas plataformas se efetiva por linguagens próprias, forja comportamentos e dinâmicas interacionais que ganham sentido à luz de seus contextos técnico-socioculturais. A concepção de campo-fluxo-rede nos desafia a percorrer juntos com os participantes de pesquisa os caminhos de sua volatilidade e mobilidade, desvendando interpretativamente seus diferentes usos culturais e performances em cada ambiência digital (DESLANDES e COUTINHO, 2020, p.8-9).

Ao realizar uma revisão da literatura sobre mídias sociais e inovação, Bhimani, Mention e Barlatier (2019) destacam a importância das redes sociais e afirmam serem elas responsáveis por promover a comunicação e conectar pessoas e empresas. A mídia social é cada vez mais usada como uma ferramenta para gerenciar os fluxos de conhecimento dentro e através das fronteiras da organização no processo de inovação. Segundo os autores: “A mídia social oferece interações um-para-muitos e muitos-para-muitos além das fronteiras organizacionais, industriais e de mercado, promovendo inteligência de negócios no processo de idealização” (BHIMANI, MENTION E BARLATIER, 2019, p.12). No contexto de colaboração e interação com seu ambiente externo, o desafio para as empresas é aprender sobre as possibilidades da internet em ambientes organizacionais.

É indiscutível o alcance das redes sociais no mundo atual, adquirindo grande importância no dia a dia e na vida das pessoas. Nas empresas essa realidade se reflete em oportunidades de negócios e, dependendo do ramo, pode interferir diretamente na sua

sobrevivência. Neste contexto o marketing digital surge como estratégia para a promoção de uma marca e na busca por melhores resultados.

As empresas têm cada vez mais utilizado a internet como um poderoso canal de informações e vendas, o que exige novas competências organizacionais para torná-las capazes de lidar com os desafios complexos que o mundo digital apresenta para os gestores e profissionais de marketing. Através da *web* as organizações podem explorar as mídias sociais para amplificar a mensagem de sua marca, alimentar os consumidores com informações e atualizações por meio de suas postagens, dar suporte a comunidades on-line, criar seus próprios assuntos no dinâmico mundo da internet, além de aperfeiçoar seus processos de compras, recrutamento e treinamento, assim como as comunicações internas e externas (KOTLER E KELLER, 2012).

Neste contexto, as redes sociais são consideradas ambientes ainda mais complexos. Elas visam reunir pessoas que podem expor seu perfil com dados como fotos pessoais, textos, mensagens e vídeos, além de permitir diferentes tipos de interação. Cada rede tem suas regras próprias o que acaba moldando o comportamento de seus membros e definindo a forma de interação mais eficiente. O importante é identificar a forma de interação adotada para poder perceber qual público irá encontrar em cada ambiente (TORRES, 2018).

Tendo em vista a importância dos estudos mediados pela internet e de compreender as redes sociais como um instrumento cada vez mais adotados pelas empresas para se apresentar para sociedade e interagir com diferentes públicos, esta pesquisa optou por pesquisar a conta no Instagram da Cargill por acreditar que esta rede também manifesta os valores e ideologias adotados pela empresa, materializados em postagens que representam uma forma de expressão do discurso empresarial. Para tal foi adotada a análise do conteúdo e análise do discurso.

A análise de conteúdo visa o uso de categorias a partir de modelos teóricos e tem como objetivo classificar o conteúdo dos textos. É muito importante para identificar os principais assuntos abordados nos textos e documentos. Por outro lado, a análise do discurso desponta como importante ferramenta teórico-metodológica para compreender os significados adjacentes do dizer das organizações e as relações de poder embutidas, bem como as suas manifestações ideológicas. De acordo com Dijk (2005) a análise do discurso foca na forma como se dá o abuso de poder social, a dominância e a desigualdade na prática e busca entender e expor o fenômeno da desigualdade social. Para o autor, a construção do discurso envolve a construção, controlada pelo contexto de modelos

mentais baseados em inferências, onde os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências e de um conhecimento geral compartilhado socialmente (DIJK, 2012).

O discurso empresarial tem sido objeto de uma variedade de pesquisas que buscam entender como a linguagem e seus objetos simbólicos produzem sentidos em diferentes situações. Enquanto alguns estudos focam nos significados linguísticos e históricos (CASTRO, 1994; MAGALHÃES, SILVA, BATISTA, 2007; RIBEIRO, 2005), outros abordam temas como o discurso da sustentabilidade (BUSSINGUER, CORDEIRO, SALLES, 2017) e da Amazônia (AMARAL FILHO, 2010; OLIVEIRA, 2018). Também há aquelas pesquisas que tratam especificamente das questões organizacionais, como a análises dos relatórios de gestão (DAUB, 2007; DEEGAN, 2010; IRIGARAY, CUNHA, HARTEN, 2016).

Este capítulo da tese dedica-se à análise do conteúdo e discurso de uma grande empresa, em especial a pesquisa de sua atuação na Amazônia, entendendo a importância da compreensão das relações de poder que permeiam a teia do sistema capitalista. A importância deste estudo situa-se na observação de que as estratégias mercadológicas adotadas envolvem muitas vezes camuflar os danos do modelo capitalista, delineando a aparência de empresas como “amigas do meio ambiente” com o objetivo de valorização da imagem. Através do processo de exteriorizar as ações da empresa é possível criar novas crenças e difundir sentimentos e percepções sobre determinadas temáticas, de acordo com os interesses empresariais, que futuramente podem ser institucionalizadas.

Para compreender o sentido do discurso empresarial da Cargill e suas construções ideológicas, esta pesquisa adotará a análise do discurso tendo como base os elementos de investigação do discurso como prática social, relação de poder, dominação e desigualdade social (FOUCAULT, 1996; FOUCAULT, 2009; FAIRCLOUGH, 2016; DIJK, 2005; DIJK, 2012; ORLANDI, 2012). Este capítulo se divide em uma primeira seção onde será analisado o conteúdo do Instagram da Cargill e, em seguida, será apresentada a análise do discurso.

6.1 Análise do conteúdo do Instagram Cargill

A análise do conteúdo se dividiu em três principais aspectos: *corpus* de análise, categorias temáticas e interação com o público. Inicialmente será apresentado o *corpus* de análise, descrevendo uma visão geral da conta da Cargill no Instagram, as localizações geográficas referenciadas nas postagens e a evolução delas ao longo dos anos. Em seguida serão explicitadas as categorias e subcategorias, demonstrando as suas densidades. Por

fim, será abordado como se dá a interação da empresa com o público usuário da rede social.

6.1.1 Corpus de análise: Cargill no Instagram

Para a realização desta pesquisa foi feita uma busca de contas associadas a empresa Cargill na rede social Instagram. Foi identificado que no momento da realização do estudo não havia nenhuma conta oficial da Cargill no Brasil e optou-se por realizar as análises na conta oficial da Cargill internacional @cargill (endereço eletrônico para acesso via web: <https://www.instagram.com/cargill/>) que se encontra na língua inglesa. Vale destacar que tal conta está sinalizada com o símbolo de conta verificada pelo Instagram, o que significa que a rede social comprova a veracidade de um perfil, atestando que ele é verdadeiro, já que para receber o selo de verificada, a conta deve passar por uma série passos que compreendem desde a solicitação pelo próprio usuário a necessidade de envio de documentos comprobatórios.

A pesquisa no Instagram se inicia quando a autora começa a seguir a conta @cargill em agosto de 2021 e a abrangência temporal da imersão em ambiente digital engloba o período de 12 de agosto de 2021 a 31 de dezembro de 2022. No início a conta @cargill contava com 45,5 mil seguidores e 389 publicações e no final do período de análise esse número mudou para 74,9 mil seguidores e 445 publicações.

4.1.1.1 Visão geral da conta @cargill

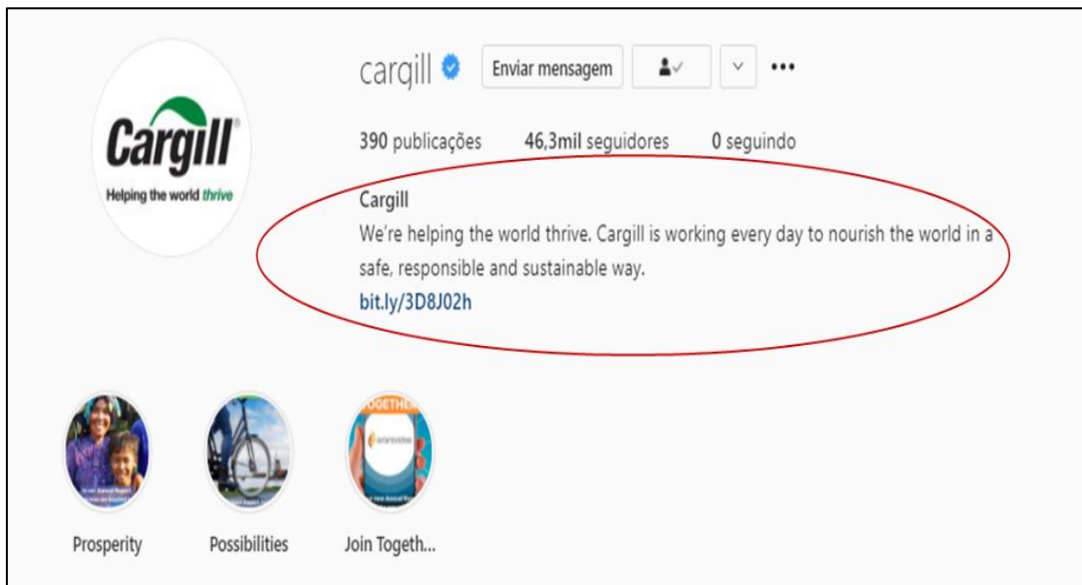
A Cargill começou a usar esta conta no Instagram em abril de 2016. A pesquisa contabilizou as postagens do ano de 2016 até abril de 2022, totalizando 428, para demonstrar a evolução temporal, enfatizando a variação de postagens ao longo dos anos, sendo o número de postagens a unidade de análise adotada. Para a análise minuciosa do conteúdo e discurso optou-se por trabalhar com todas as postagens realizadas no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022 com um total de 147 publicações. O quadro 06 desta tese demonstra como se deu a análise.

Ao observar o Instagram da Cargill foi constatado que junto a foto do perfil ele adotava um campo denominado biografia (usualmente chamado de bio). A biografia refere-se a uma descrição de escrita livre que pode ter até 150 caracteres, incluindo textos e links e que deve servir como uma forma de apresentação do usuário ou pode também ser usada da maneira que considerar mais adequada.

Ao adentrar na conta da Cargill para o início da pesquisa em agosto de 2021 foram identificadas referências a sustentabilidade explícitas na sua biografia com o texto: “We’re helping the world thrive. Cargill is working every day to nourish the world in a safe,

responsible and sustainable way (Tradução da autora: Estamos ajudando o mundo a prosperar.) A Cargill está trabalhando todos os dias para nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável”, conforme demonstra a figura 25. Na ocasião, ainda em agosto de 2021, na biografia também se encontrava um link que remetia a uma página web da empresa que apresentava as ações referentes a sustentabilidade, bem como os relatórios anuais.

Figura 25 – Tela inicial Instagram Cargill



Fonte: Página do Instagram Cargill. Acesso em: 01.09.2021

No ano de 2022 o *link* para a página de sustentabilidade Cargill foi retirado da bio e substituído por outro link que vinculava a *home page* da empresa, porém que remetia a uma notícia publicada em fevereiro de 2022 sobre o apoio da Cargill a agricultores na Turquia. A notícia denominada “Cargill increases farmer productivity by up to 26% with Endless Prosperity for 1,000 Farmers program” (Tradução da autora: “A Cargill aumenta a produtividade dos agricultores em até 26% com o programa Prosperidade Sem Fim para 1.000 Agricultores”) apresentava uma ação pontual da empresa na Turquia relacionada ao apoio a agricultores nas atividades do plantio de milho e girassol. Posteriormente o link foi substituído por outra notícia, adotando um padrão de o link da bio remeter a notícias com casos pontuais e não mais os relatórios anuais.

Vale destacar que das 147 publicação analisadas publicadas a partir do ano de 2019, 72 fazem referência direta ao *link* da bio no final da legenda, o que remetia o leitor a visualizar o relatório com frase do tipo: “learn about our progress in this year's annual report. Link in bio” (tradução da autora: conheça nosso progresso no relatório anual deste ano. Link na bio)”. Até o ano de 2021 constavam os relatórios no link da biografia do

instagram, o que mudou a partir de 2022, onde o link foi substituído por outro que remete a notícias, como citado anteriormente. A ênfase dada aos relatórios através do link na bio demonstrava a importância do documento para a empresa e transmitia uma noção de continuidade das notícias, algo que na prática não acontecia.

4.1.1.2 Localização geográfica

Em se tratando de localização geográfica, foi verificado se as postagens remetiam a lugares específicos e se haviam menções pontuais a Amazônia. Tal procedimento se deu com o intuito de compreender se o Instagram da empresa apresentava projetos e ações realizadas nos países e se haviam detalhamento delas. Todas as postagens que faziam referência a algum lugar foram classificadas e, aquelas que não tinham local, foram rotuladas como indefinidas. O quadro 14 apresenta como as postagens se distribuíram, conforme a localização geográfica.

Quadro 14: Localização geográfica das postagens Cargill

| Análise Instagram Cargill - 2019 a 2022 Localização geográfica | 147 | 100% |
|---|-----|-------|
| 1. África | 18 | 12,2% |
| 2. América central | 1 | 0,7% |
| 3. América do sul | 1 | 0,7% |
| 3. América do norte | 2 | 1,4% |
| 4. Brasil | 3 | 2,0% |
| 6. Costa Rica | 1 | 0,7% |
| 7. Estados Unidos | 5 | 3,4% |
| 8. Local indefinido | 111 | 75,5% |
| 9. Índia | 1 | 0,7% |
| 10. Indonésia | 1 | 0,7% |
| 11. Paquistão | 1 | 0,7% |
| 12. Tailândia | 1 | 0,7% |
| 13. Ucrânia | 1 | 0,7% |

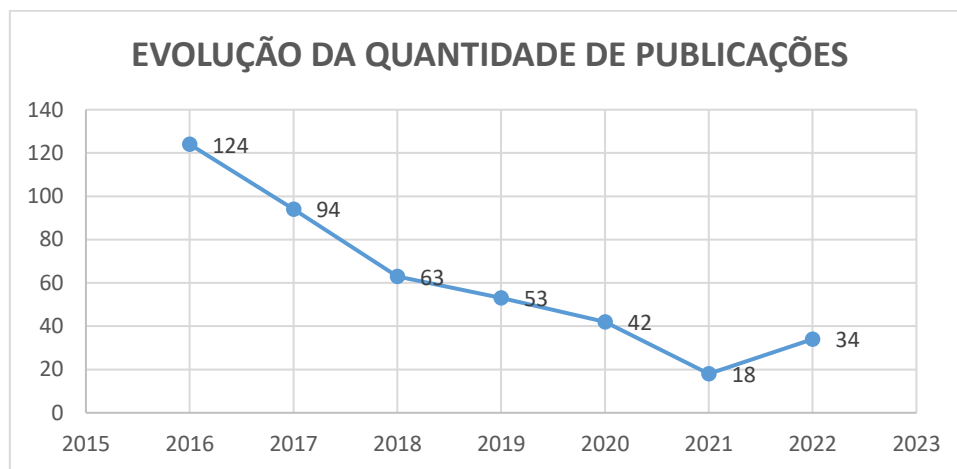
Fonte: Elaboração da autora

De um total de 147 postagens analisadas, 111 não tinham localização específica, ou seja, a grande maioria, o que representa 75,5%, como demonstra o quadro 14. Dezoito postagens tratavam da África, onde a maior parte delas se referia ao plantio de cacau na região e o apoio a comunidades através de ONGs e instituições de caridade. As postagens sobre o Brasil e Amazônia representaram apenas 2%. Tal fato demonstra que o Instagram da Cargill trata, predominantemente, de questões mais genéricas como agricultura, recursos naturais, inovação, tecnologia, entre outros, sem um aprofundamento a situações específicas de países e projetos locais.

4.1.1.3. Evolução ao longo dos anos

Foram analisadas a quantidade anual de publicações para compreender a evolução ao longo dos anos. A pesquisa identificou que no primeiro ano do Instagram da Cargill foram feitas 124 postagens, o que reduziu drasticamente alcançando a marca de somente 18 em 2021. Fica evidente a redução significativa, como mostra o gráfico 02, apesar de um leve aumento no ano de 2022. Tal fato demonstra que inicialmente a Cargill teve interesse em utilizar a rede social como instrumento para comunicar as suas atividades organizacionais, no entanto, posteriormente, este interesse foi reduzido.

Gráfico 02: Evolução das publicações ao longo dos anos



Fonte: Elaboração da autora

A situação relatada interfere diretamente no chamado engajamento, um termo que envolve a capacidade organizacional de convencer e induzir o consumidor. O engajamento é o ato de induzir, convencer, compartilhar, trocar ideias, informações, entre os usuários conectados à rede. O engajamento faz com que os indivíduos se sintam parte da temática que o envolve, para assim, haver uma mobilização em prol dessas questões. Envolve a capacidade de instigar o consumidor a se comprometer e é usado como indicador de desempenho e ajuda na percepção do quantitativo de público que interage com as publicações dentro das redes sociais corporativas (CHAMUSCA E CARVALHAL, 2011).

É importante destacar que a rede social como canal de divulgação permite uma interação com o consumidor sem precedentes. Através dos comentários é possível o leitor expressar seus sentimentos e opiniões, sejam eles positivos ou negativos. A empresa pode desativar comentários nos posts feitos no Instagram, no entanto tal ação é, em geral, malvista pelo consumidor, já que fere a prerrogativa de troca e interatividade, basilar a noção das redes sociais.




A pesquisa identificou a predominância de comentários negativos nas postagens da Cargill abordando diferentes temática, como será relatado na seção interação entre empresas e usuários. A redução das publicações pode ser explicada por um movimento de esvaziamento de reportes empresariais, onde as organizações não se sentem mais na obrigação e não acham mais necessário estabelecer diálogos estreitos com a sociedade para obter a legitimidade organizacional. Por outro lado, a tecnologia possibilitou ao consumidor uma capacidade expressar publicamente, através de comentários negativos publicamente uma imagem diferente daquela que a organização gostaria de transmitir, dando visibilidade a uma outra face da empresa que ela não gostaria que estivesse exposta na mídia.

6.1.2. Principais categorias temáticas abordadas nas publicações de 2019 a 2022

Para compreender os temas predominantes abordados nas publicações e responder à questão sobre como a Cargill define sustentabilidade em sua rede social Instagram foi realizada inicialmente a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), onde cada publicação dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 foi categorizada conforme a temática central que ela abordava.

Desta forma, foi gerada uma planilha onde cada registro foi classificado por data, legenda da publicação em inglês, legenda da publicação em português (traduzido pela autora), *print screen* da imagem, curtidas, visualizações, comentário, interação, localização geográfica, categoria, subcategoria e se a publicação trazia *link* com referência do relatório na biografia. A figura 26 demonstra a planilha de organização dos dados.

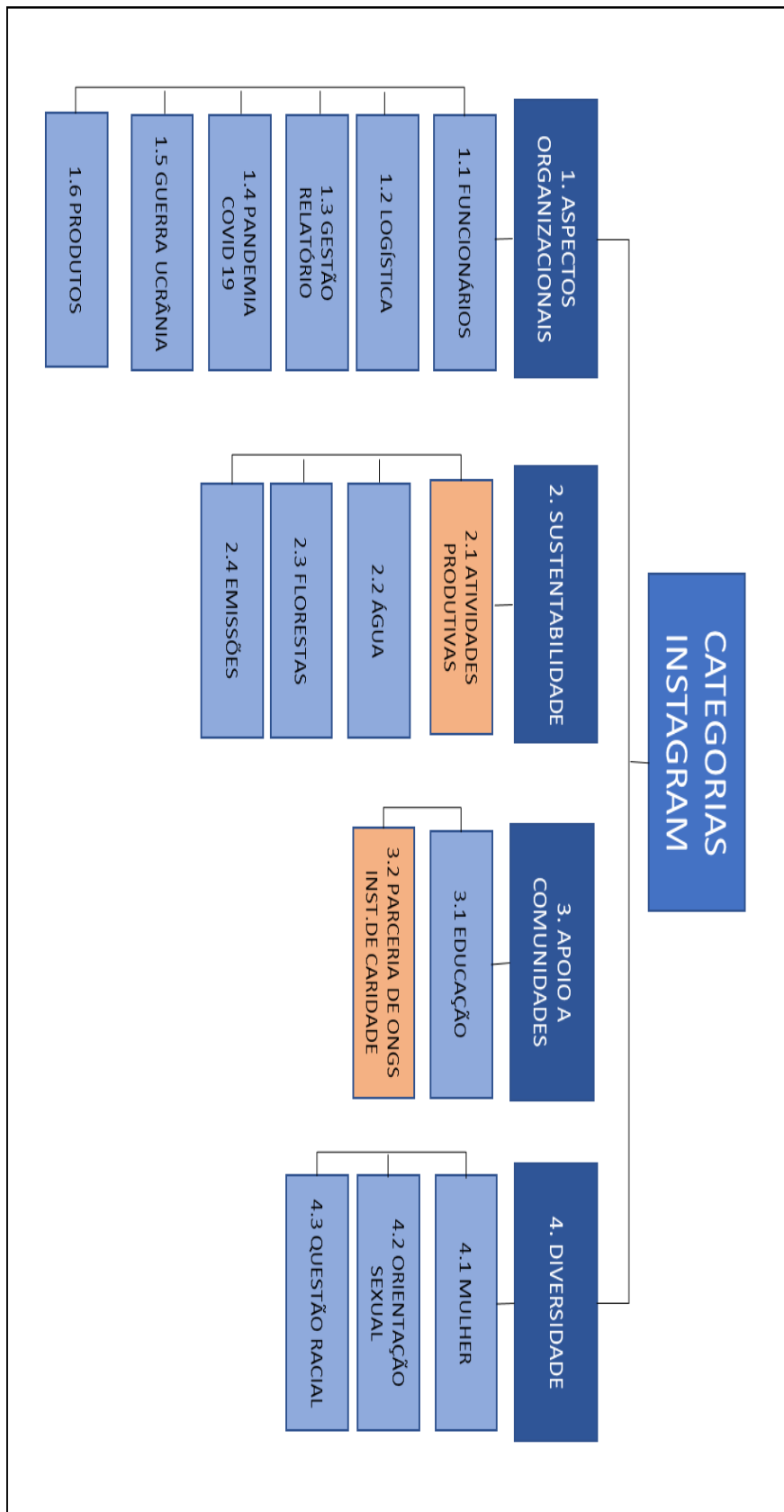
Figura 26 – Planilha de análise publicações Instagram Cargill

| N. | DATA | LEGENDA INGLÊS | LEGENDA PORTUGUÊS | IMAGEM | CURTIDAS | VISUALIZAÇÕES | COMENTÁRIOS | INTERAÇÃO | LOCAL | CATEGORIA | SUBCATEGORIA | LINK |
|----|------------|--|---|---|----------|---------------|-------------|----------------------------------|-------------------|--|----------------|------|
| 1 | 22.04.2022 | The #EARTHday, we're celebrating the role agriculture can play in tackling some of the world's most urgent environmental challenges - from regenerating our soils, to sustainably nourishing a growing population | Neste #EarthDay, estamos celebrando o papel que a agricultura pode desempenhar no enfrentamento de alguns dos desafios ambientais mais urgentes do mundo - desde a regeneração de nossos solos até a nutrição sustentável de uma população em crescimento |  | 376 | FOTO | 3 | 3 COMENTÁRIOS 376 CURTIDAS | INDEFINIDO | 2 ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS | 21 AGRICULTURA | NÃO |
| 2 | 21.04.2022 | By partnering with organizations such as Ladyfri in Cameroon, we're supporting community programs to provide more opportunities for women to grow their incomes in cocoa-growing communities. | Ao fazer parceria com organizações como Ladyfri em Camarões, estamos apoiando programas comunitários para oferecer mais oportunidades para as mulheres aumentarem sua renda em comunidades produtoras de cacau. |  | 898 | FOTO | 2 | 2 COMENTÁRIOS 898 CURTIDAS | ÁFRICA - CACAU | 1 DIVERSIDADE | 31 MULHER | NÃO |
| 3 | 14.04.2022 | When women are provided equal economic opportunities, their families and communities thrive. That's why through our initiatives in cocoa-growing countries, we're working with partners FIC, EmpowerHer, 100W4eqs, CARE and Ladyfri to help women succeed. | Quando as mulheres recebem oportunidades econômicas iguais, suas famílias e comunidades prosperam. É por isso que, por meio de nossas iniciativas em comunidades produtoras de cacau, estamos trabalhando com os parceiros FIC, EmpowerHer, 100W4eqs, CARE e Ladyfri para ajudar as mulheres a ter sucesso. |  | 177 | 1226 | 88 | 1221 VISUALIZAÇÕES | ÁFRICA - CACAU | 1 DIVERSIDADE | 31 MULHER | NÃO |

Fonte: Print screen de planilha elaborada pela autora

Cada postagem foi analisada individualmente onde foi observada a legenda e a imagem ou vídeo associado. Através da análise de conteúdo foi possível definir como unidade de registro de codificação o tema. Em seguida foi realizada a categorização onde os elementos foram agrupados em sua totalidade por características temáticas comuns, sendo a unidade de análise o número de postagens. As quatro categorias principais foram desmembradas em quinze subcategorias, conforme demonstra a figura 27. Os itens sustentabilidade/ atividades produtivas e apoio a comunidades/ parcerias de ONGS e instituições de caridade encontram-se em outra coloração em função de serem mais bem detalhados na análise do discurso.

Figura 27 - Categorias Instagram Cargill



Fonte: Elaboração da autora

Para análise da densidade foram contabilizados os números de postagens. Desta forma, foi possível auferir os temas mais abordados nas publicações ao longo do período analisado.

4.1.2.1 Resumo das Categorias e subcategorias – Instagram

A seguir será apresentada a descrição e o detalhamento do que compreende cada categoria e subcategoria. Posteriormente serão demonstradas as análises de densidade, para que se possa apontar os principais assuntos abordados. As categorias e subcategorias são:

1. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS: Trata-se das publicações que falam de gestão e das decisões e posicionamento de negócios, em suas mais diversas esferas, desde questões organizacionais como funcionários, logísticas e relatórios, até questões estratégicas ligadas a pandemia e guerra na ucrânia.

1.1. Funcionários: Demonstra publicações que enfatizam o papel dos funcionários para o crescimento da empresa.

1.2. Logística: Dá destaque as operações ligadas a cadeia de abastecimento alimentar global.

1.3. Relatórios: Aborda publicações que dão ênfase ao progresso destacada no relatório anual da empresa.

1.4. Pandemia Covid 19: Diz respeito ao posicionamento da empresa diante da pandemia que envolve o apoio aos seus trabalhadores e as comunidades.

1.5. Guerra Ucrânia: Aborda os desafios enfrentados na região da guerra da Ucrânia e o fechamento de algumas localidades por questões de segurança.

1.6. Produtos: Refere-se a informações sobre produtos da empresa.

2. SUSTENTABILIDADE: Refere-se a publicações que tratam do tema sustentabilidade.

2.1. Atividades Produtivas: Apresenta ações que fazem referência a atividades produtivas em uma abordagem focada na sustentabilidade do negócio.

2.2. Água: Diz respeito a proteção dos recursos hídricos e os desafios globais da água.

2.3. Florestas: Aborda as ações voltadas a eliminação do desmatamento e a preservação de florestas.

2.4 Emissões: Refere-se a ações voltadas ao controle de emissões atmosféricas

3. APOIO A COMUNIDADE: Refere-se as ações desenvolvidas pela empresa com o intuito de beneficiar comunidades rurais através de ações sociais.

3.1. Educação: Refere-se a postagens que tratam de ações voltadas ao acesso e oportunidade na promoção da educação.

3.2. Parcerias, ONGs e instituições de caridade: Representa as postagens que fazem referência as ações desenvolvidas em colaboração com organizações não governamentais e instituições de caridades. A maioria diz respeito a ações desenvolvidas na África.

4. DIVERSIDADE: Aborda categorias temática que envolve a diversidade sociais, no que se refere a reunião de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si, em especial as questões de mulher, orientação sexual e raça.

4.1. Mulher: Trata de questões ligadas a gênero, com ênfase no papel da mulher na sociedade através de maiores oportunidades.

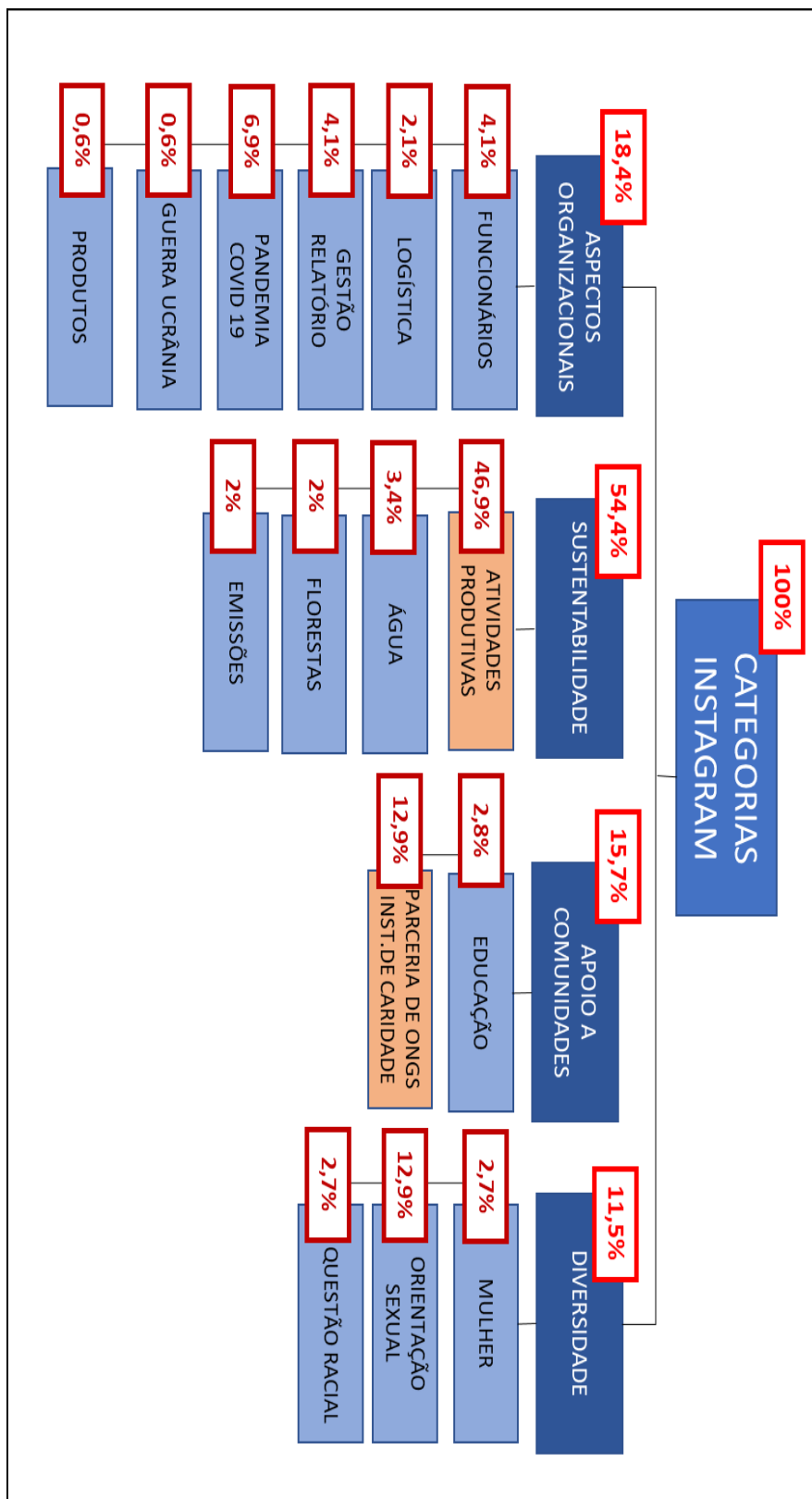
4.2. Orientação sexual: Refere-se a inclusão da comunidade LGBTQ + para a promoção de um ambiente de negócios justo e seguro.

4.3. Questão racial: Envolve a promoção de ações de combate ao racismo e educação dos membros da empresa sobre igualdade racial.

4.1.2.2. Densidade das Categorias e subcategorias

Para compreender os principais temas abordados no Instagram da Cargill foram identificados os números de postagens de cada subcategoria, demonstrando como elas se distribuíram ao longo da categorização, conforme a figura 28.

Figura 28- Densidade categorias e subcategorias - Instagram



Fonte: Elaboração da autora

Para demonstrar a evolução de cada categoria e subcategoria ao longo dos anos, foi elaborado o quadro 15. Nele é possível verificar como as categorias se modificam ao longo dos anos, enfatizando como os temas evoluíram, conforme um período temporal.

Quadro 15- Densidade categorias e subcategorias

| CATEGORIAS INSTAGRAM | RANKING | POSTAGENS GERAL | % GERAL | 2019 | % ANO | 2020 | % ANO | 2021 | % ANO | 2022 | % ANO |
|---|---------|-----------------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|
| INSTAGRAM 2019 A 2022 | | 147 | 100,00% | 53 | 100,00% | 42 | 100,00% | 18 | 100,00% | 34 | 100,00% |
| 1. Aspectos organizacionais | | 27 | 18,37% | 6 | 11,32% | 14 | 33,33% | 2 | 33,33% | 5 | 14,71% |
| 1.1 Funcionários | 6º | 6 | 4,08% | 1 | 1,89% | 3 | 7,14% | 1 | 5,56% | 1 | 2,94% |
| 1.2 Logística | 9º | 3 | 2,04% | 0 | 0,00% | 2 | 4,76% | 0 | 0,00% | 1 | 2,94% |
| 1.3 Gestão relatórios | 5º | 6 | 4,08% | 5 | 9,43% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% | 0 | 0,00% |
| 1.4 Pandemia Covid-19 | 3º | 10 | 6,80% | 0 | 0,00% | 9 | 21,43% | 0 | 0,00% | 1 | 2,94% |
| 1.5 Guerra Ucrânia | 13º | 1 | 0,68% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 2,94% |
| 1.6 Produtos | 14º | 1 | 0,68% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 2,94% |
| 2. Sustentabilidade | | 80 | 54,42% | 36 | 67,92% | 16 | 38,10% | 7 | 38,89% | 21 | 61,76% |
| 2.1 Atividades produtivas | 1º | 69 | 46,94% | 30 | 56,60% | 14 | 33,33% | 7 | 38,89% | 18 | 52,94% |
| 2.2 Água | 6º | 5 | 3,40% | 1 | 1,89% | 2 | 4,76% | 0 | 0,00% | 2 | 5,88% |
| 2.3 Florestas | 10º | 3 | 2,04% | 3 | 5,66% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| 2.4 Emissões | 11º | 3 | 2,04% | 2 | 3,77% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 2,94% |
| 3. Apoio a comunidades | | 23 | 15,65% | 6 | 11,32% | 9 | 21,43% | 5 | 27,78% | 3 | 8,82% |
| 3.1 Educação | 7º | 4 | 2,72% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% | 3 | 8,82% |
| 3.2 Parcerias ONGs e instituições de caridade | 2º | 19 | 12,93% | 6 | 11,32% | 9 | 21,43% | 4 | 22,22% | 0 | 0,00% |
| 4. Diversidade | | 17 | 11,56% | 5 | 9,43% | 3 | 7,14% | 4 | 22,22% | 5 | 14,71% |
| 4.1 Mulher | 4º | 10 | 6,80% | 3 | 5,66% | 2 | 4,76% | 1 | 5,56% | 4 | 11,76% |
| 4.2 Orientação Sexual | 8º | 4 | 2,72% | 2 | 3,77% | 1 | 2,38% | 1 | 5,56% | 0 | 0,00% |
| 4.3 Questão racial | 12º | 3 | 2,04% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% | 1 | 2,94% |

Fonte: Elaboração da autora

Nota-se que o tema sustentabilidade é o mais mencionado, porém predominantemente ligado às atividades produtivas. Vale ressaltar que o uso do termo sustentabilidade por uma organização não significa necessariamente que ela adote tais práticas. O termo “lavagem verde”, por exemplo, faz referência a empresas que se apresentam como sustentáveis com objetivo de colher os benefícios do mercado verde em expansão. Delmas e Burbano (2011) definem *greenwashing* como a interseção de dois comportamentos da empresa: pobre desempenho ambiental e comunicação positiva sobre o meio ambiente. *Greenwashing* é o ato de enganar os consumidores em relação ao meio ambiente para vender produtos ou serviços e atualmente cada vez mais empresas estão comunicando sobre a ecologia dos seus produtos sem que elas realmente existam, por isso é fundamental compreender os fatores que impulsionam a lavagem verde para que gerentes, reguladores e ONGs possam tomar medidas para diminuir a incidência e determinar a melhor forma de neutralizá-los (DELMAS e BURBANO, 2011).

No caso estudado do Instagram da Cargill verifica-se que, assim como visto nos relatórios anuais, há um grande esforço em relacionar sustentabilidade e agricultura. As denominadas “soluções sustentáveis” muito difundidas no Instagram da empresa trazem a inovação e tecnologia como instrumentos capazes de alterar o sistema produtivo, porém sem explicar como isto aconteceria. Este tema será mais bem abordado na seção seguinte com o uso da análise do discurso.

Projetos sociais desenvolvidos pela empresa juntamente com organizações não governamentais também é um assunto bastante abordado, ocupando o segundo lugar entre os mais mencionados. Apesar de muito citado, não foi possível identificar como de fato esses projetos ocorrem. Das 19 postagens sobre o assunto, 12 traziam referências ao *link* da bio com frases como “See link in bio to learn more” (tradução da autora: veja o *link* na biografia para saber mais), porém como já explicado anteriormente, o link não remete a um endereço fixo, o que faz com que ele não possa explicar diferentes assuntos postados ao longo do tempo em diferentes momentos. A referência ao *link* transmite a noção de que há um local com mais esclarecimentos sobre os projetos, o que na prática não existe.

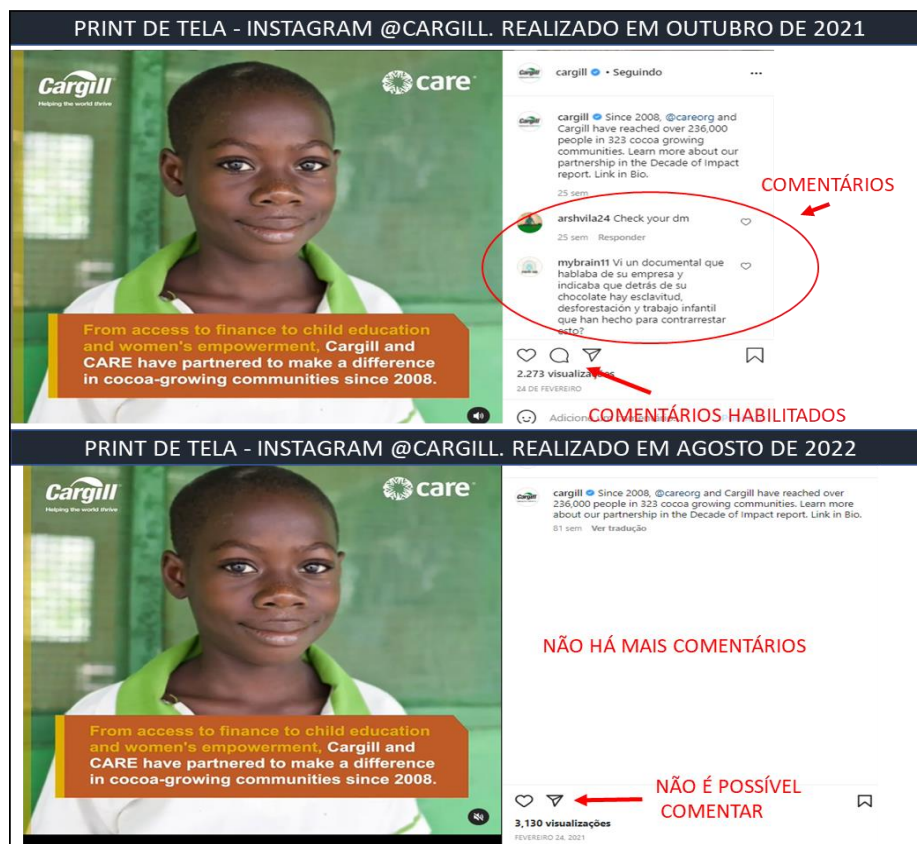
O terceiro tema mais abordado diz respeito a pandemia de covid-19. Aproximadamente 20% das postagens do ano de 2020 abordavam a pandemia e as soluções da empresa, que envolviam permanecer em funcionamento. Temas de forte apelo global em momento específicos, como a Covid-19, guerra Rússia-Ucrânia e racismo (caso George Floyd) foram abordados como estratégia de aproximação com o público.

6.1.3. Instagram Cargill - interação empresa e usuários

O Instagram e as demais redes sociais mostram-se como uma “janela aberta” e canal direto onde o cidadão comum pode externalizar a sua opinião. A empresa Cargill não interage com nenhum dos comentários, sejam eles positivos ou negativos, deixando todos sem resposta. Durante o período de observação foi verificado que até o final de 2021 a empresa não apagava os comentários, porém em 2022 foram eliminados todos os comentários dos anos de 2021, aqueles de agosto a dezembro de 2020 e as publicações de 2022 até o mês de abril passaram a não possibilitar mais comentários dos usuários. A partir de 07 de abril de 2022 é novamente ativada a possibilidade de comentários, o que perdurou até o período final desta pesquisa.

Para demonstrar o ocorrido, a figura 29 apresenta uma postagem feita no dia 24 de fevereiro de 2021, observada em dois momentos diferentes. No primeiro, em outubro de 2021 ainda era possível comentar e visualizar os comentários, já em agosto de 2022 nota-se que não era mais possível comentar e que os comentários ali existentes haviam sido deletados.

Figura 29 - Comentários apagados – Instagram Cargill



Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista o grande volume de comentários no Instagram da Cargill, esta pesquisa inicialmente havia registrado apenas as quantidades e tinha sido planejada a análise dos comentários das publicações apenas sobre o Brasil. Após identificar a mudança no perfil e a exclusão da opinião dos usuários, optou-se por analisar os comentários ainda presentes o que resultou no estudo de 91 postagens, organizadas em três arquivos com os comentários que não foram deletados dos anos de 2019, 2020 e 2022, conforme demonstra o quadro 16.

Quadro 16 – Comentários analisados – Instagram @cargill

| Ano | Período | Observação | Nº de postagens | Nº de páginas |
|------|----------------------------|---|-----------------|---------------|
| 2022 | De 22.04.2022 a 07.04.2022 | De janeiro a abril o Instagram @cargill desabilitou a função comentários para os usuários | 04 | 09 |
| 2021 | Não há | Os comentários de 2021 foram integralmente apagados pelo Instagram @cargill | Não há | Não há |
| 2020 | De 08.01.2020 a 27.08.2020 | Foram apagados os comentários a partir de setembro de 2020 | 34 | 129 |
| 2019 | De 17.01.2019 a 30.12.2019 | Não foram apagados neste ano | 53 | 79 |

Fonte: Elaboração da autora

É possível notar que a quantidade de comentários aumentava com o tempo. Nas observações realizadas na classificação das postagens foi verificado que a partir do ano de 2020 haviam aumentado significativamente os comentários negativos. Tratavam-se de críticas em diversos idiomas que abordam temas variados como: Críticas ao consumo e comercialização de carne de origem animal, a conduta da Cargill na Pandemia em Alberta - Canadá, desmatamento na Amazônia, respeito aos povos indígenas no Brasil, chamando de hipócritas e afirmando ser mentira os conteúdos postados.

A partir das 217 páginas de comentários foi possível, com o uso do software NVIVO, gerar uma nuvem de palavras identificando os 30 termos mais usados, conforme demonstra a figura 30. Vale ressaltar que o NVIVO permite, através da identificação dos termos mais usados, demonstrar os principais assuntos e é uma ferramenta de extrema importância para análise de grande volume de palavras.

Figura 30 – Nuvem de palavras - Instagram Cargill COMENTÁRIOS : 30 palavras mais frequentes



Fonte: Elaboração da autora no software NVIVO

Ao observar a nuvem de palavra, o aspecto que chama a atenção primeiramente é a presença dos termos “stop” e “Cargill” como aqueles predominantes, demonstrando que a maioria dos comentários se relacionavam a ideia de parar algum comportamento ou atitude da empresa. Palavras negativas como “killing” (matando), “dismissed” (demitido), “help” (socorro), “abuse”(abuso), “destroying” (destruindo) estão presentes, o que confirma que a maioria dos comentários abordaram críticas com relação a atuação da empresa. Também é possível visualizar as palavras ligadas a Rússia, em função da guerra com a Ucrânia, onde os comentários questionam a manutenção das operações da empresa na Rússia. Outro país bastante presente nos comentários é a Turquia, onde relatam a demissão de trabalhadores da Cargill no país por serem membros de sindicatos.

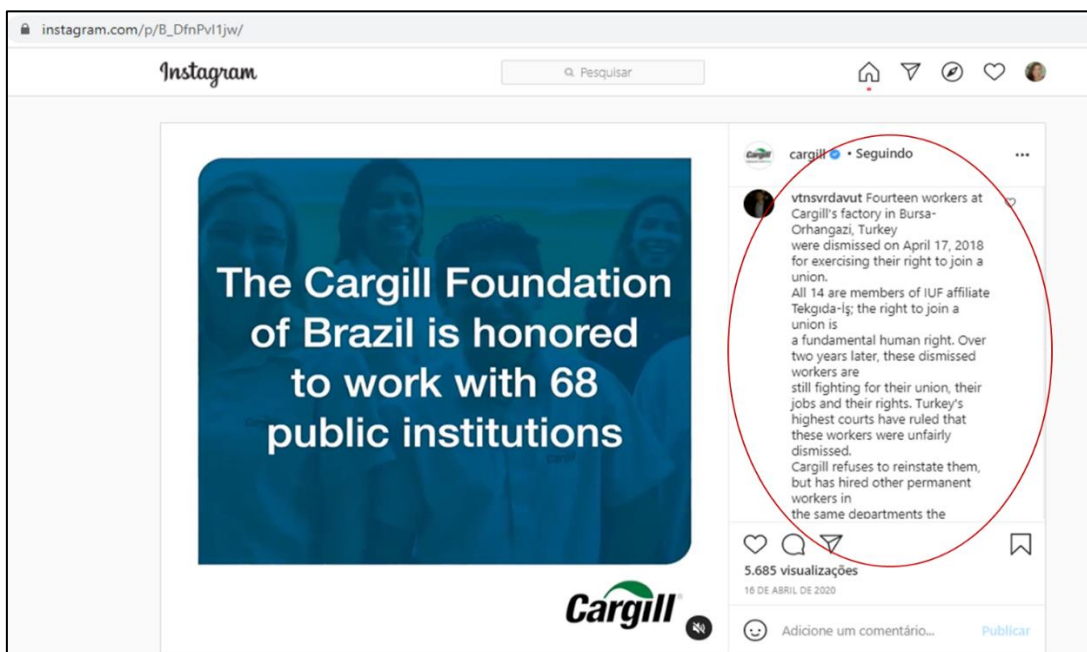
É bem verdade que a tecnologia, em especial a internet, transformou o mundo dos negócios. As redes sociais revelam a reputação das empresas que antes tinham mais facilidades para tratar com as reclamações dos clientes. O consumidor do passado era influenciado por campanhas de marketing, porém atualmente o mundo está avançando de uma estrutura de poder hegemônica para uma multilateral onde o fator social molda a opinião dos clientes. Neste cenário a internet fornece plataformas e ferramentas onde os clientes não são mais alvos passivos e as empresas não têm controle sobre o conteúdo gerado e censurar implica em reduzir a credibilidade (Kotler, 2017).

Dada a conectividade em que vivemos atualmente, o peso da conformidade social está aumentando de forma generalizada. Os consumidores se importam cada vez mais com as opiniões dos outros. Eles também compartilham suas opiniões e compilam enormes acervos de avaliações. Juntos, pintam o próprio quadro de empresas e marcas, que muitas vezes é bem diferente da imagem que as empresas e marcas pretendem projetar. A internet, sobretudo a mídia social, facilitou essa grande mudança fornecendo as plataformas e as ferramentas (Kotler, 2017, p. 27).

É importante salientar que as ferramentas anteriormente utilizadas pelas organizações para comunicar suas ações para a sociedade, como os web site e relatórios de gestão, não permitiam aos clientes expressar de forma livre e pública suas opiniões. Nesses tempos, a comunicação, quando ocorria, se dava no formato um a um, de um cliente para uma empresa, usando instrumentos para feedback como e-mail que não eram acessíveis ao público em geral. Agora o novo consumidor tem poder para opinar e para expressar as suas opiniões, sejam elas boas ou ruins.

Ao olhar especificamente para as postagens que tratam do Brasil no Instagram da Cargill verificou-se que o maior número de comentários se encontrava na postagem do ano de 2020 sobre a Fundação Cargill. A interação negativa é que predomina nos comentários da postagem, alguns com caráter ofensivo, como o que afirma: “Cargill is a purveyor of death and disease” (tradução da autora: A Cargill é fornecedora de morte e doenças), além de outras com críticas a situações específicas vivida em outros países, como na Turquia, conforme demonstra o comentário na figura 31, extraída da publicação de 16 de abril de 2020.

Figura 31 – Comentários publicação Cargill



Fonte: elaboração da autora

Em 2022 foram realizadas tentativas de interação com a equipe que administra o Instagram da Cargill e com três usuários que fizeram comentários negativos. Para a Cargill foi enviada uma mensagem no idioma inglês via Direct (o recurso de mensagem instantânea da plataforma), onde foi esclarecido a respeito da realização da pesquisa com a temática sustentabilidade e solicitado que respondessem perguntas relacionadas a soja e aos projetos desenvolvidos na Amazônia. Aos usuários, foram respondidos em inglês comentários de publicações feitas no Instagram da Cargill dizendo que gostaria de saber mais sobre o tema. Em nenhum dos casos a pesquisa obteve resposta.

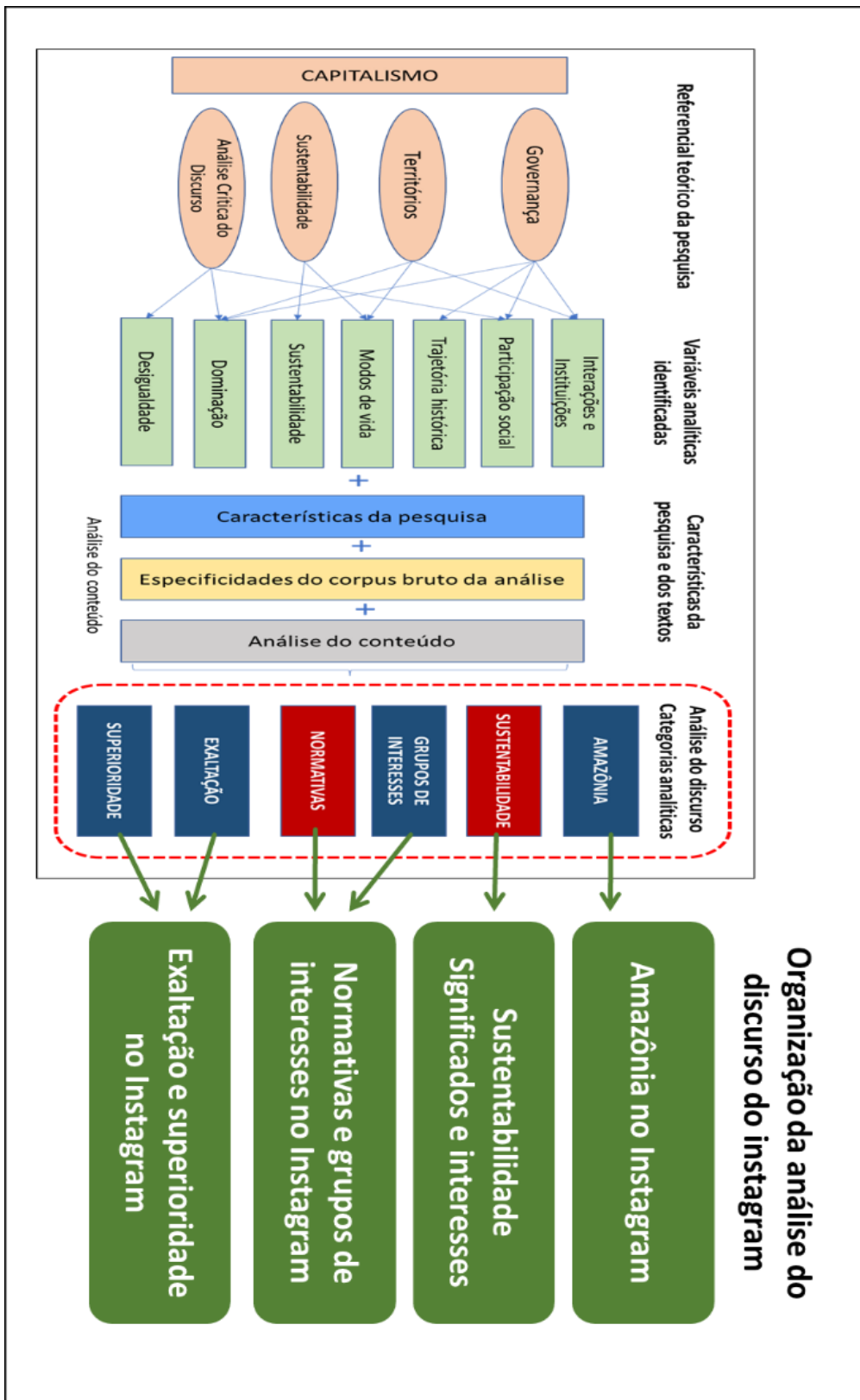
6.2. Análise do discurso – Instagram Cargill

Discurso é poder, um instrumento capaz de mover a sociedade ou grupos em rumos conforme interesses específicos e neste sentido há também a palavra calada, aquela que não pode ser dita. Há um sistema institucional que apoia e constrói um suporte formado por um conjunto de práticas que exerce pressão e poder de coerção, criando “discursos de verdade”. A análise do discurso visa observar algo além do texto, os acontecimentos a sua volta (FOUCAULT, 1996).

Tendo em vista a importância dos discursos para a sociedade, estudar o que dizem as empresas torna-se algo fundamental para a compreensão do funcionamento econômico, social e político do mundo atual e principalmente das relações de poder. Inseridas em um sistema capitalista que visa o lucro e a propriedade privada dos meios de produção, as organizações, em especial as multinacionais, adquirem uma grande importância nesta lógica de acumulação de riquezas. Para as empresas é valioso ter uma imagem que transmita competência e rentabilidade, porém nem sempre essa imagem, transmitida através de veículos como relatórios organizacionais e redes sociais, reflete a realidade das práticas empresariais.

As categorias da análise do discurso utilizadas foram as elaboradas para a tese sendo as mesmas definidas para a análise dos relatórios. Como já explicado anteriormente, elas foram criadas de acordo com o referencial teórico da pesquisa, com as características e especificidades do corpus bruto e com base também na análise do conteúdo. Desta forma a organização da análise do discurso da rede social Instagram será apresentada conforme demonstrado na figura 32.

Figura 32: Organização da análise do discurso do Instagram



Fonte: Elaboração da autora

Desta forma, esta seção se divide em apresentar a Amazônia no Instagram da Cargill, a Sustentabilidade, normativas e grupos de interesses e, por fim, exaltação e superioridade.

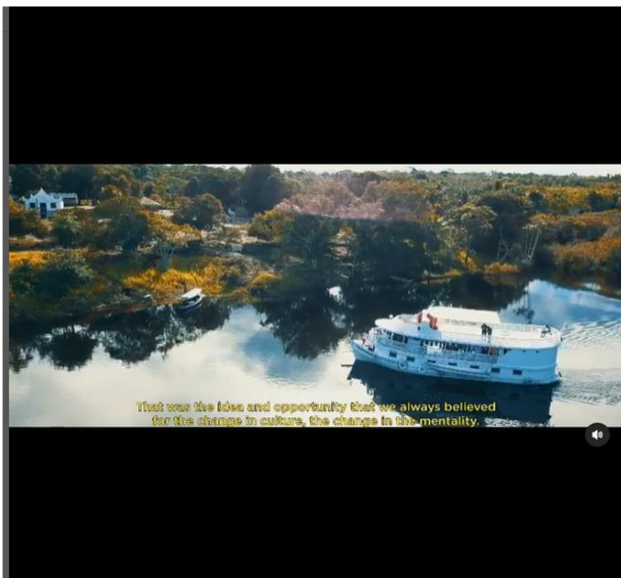
6.2.1 Amazônia no Instagram

Na rede social Instagram, a partir da localização geográfica das postagens estudadas foi possível identificar e analisar de forma mais detalhada aquelas que se referiam a atuação da Cargill na Amazônia. Das 147 publicações analisadas, foram identificadas três publicações sobre o Brasil, sendo que apenas uma delas tratava de Amazônia, no caso da região do Alto Arapiuns. A postagem foi analisada detalhadamente e esta pesquisa discorreu sobre a presença e, especialmente, a ausência da região Amazônica na rede social da empresa.

Tais número já evidenciam por si só que o interesse de falar da Amazônia é extremamente reduzido e quase nulo, ainda mais quando se trata de um canal de comunicação administrado pela Cargill internacional. Este fato corrobora com os resultados das análises dos relatórios organizacionais onde o silenciamento e o não-dizer sobre a região também são predominantes.

Referente a Amazônia, a única postagem sobre a região foi feita em 17 de janeiro de 2019. Nela é apresentado o projeto Alto Arapiuns, através de um vídeo no idioma português (com legenda em inglês), sendo mencionado na própria publicação tratar-se de uma iniciativa situada “no coração da Amazônia”. A figura 33 apresenta um resumo da publicação, demonstrando não só a imagem, mas também a legenda (em português e inglês) e a transcrição textual do que é dito no vídeo.

Figura 33 - Publicação sobre a Amazônia – Instagram Cargill

| PUBLICAÇÃO – DATA: 17.01.2019 | |
|---|--|
|  | <p>cargill • Seguindo</p> <p>cargill • The Alto Arapiuns Project works with riverside communities in the heart of the Brazilian Amazon. The initiative improves the incomes of families and teaches environmental planning and conservation.</p> <p>184 sem</p> <p>ozlemyilhan Cargill... 1865'te kurulan ABD şirketi. Fortune dergisine göre, dünyanın en büyük 12. şirketi. Yıllık geliri, 136.7 milyar dolar. Asıl alanı; (genellikle kimyasal-GDO'lu) tarımsal ürünler. 70 ülkede faal. Türkiye'ye yerli ortağı Bramer Ticaret A.Ş. ile 1960'da geldi; 1986'dan itibaren Cargill olarak faaliyet gösteriyor. Ülkemizde şöyle tanındı: Nişasta bazlı kimyasal şeker (glukoz-fruktoz) üretimi için 1997'de Bursa'da 213 dönüm toprak aldı. Burası birinci sınıf tarım arazisiydi. Ayrıca... İznik Gölü'nü besleyen suları (yıllık 1 milyon küp) çekip, pis atıklarını göndererek su havzasını bozacak. Cargill'e dört ayrı arazi gösterilmişti; suya çok ihtiyacı olduğu için burayı seçmişti. (Daha önce 6 Türk şirketi bu arazi için başvuru yapmış reddedilmişti.)</p> <p>2,498 visualizações JANEIRO 17, 2019</p> <p>Adicione um comentário... Publicar</p> |
| LEGENDA DA PUBLICAÇÃO - INGLÊS | |
| The Alto Arapiuns Project works with riverside communities in the heart of the Brazilian Amazon. The initiative improves the incomes of families and teaches environmental planning and conservation. | |
| LEGENDA DA PUBLICAÇÃO - PORTUGUÊS | |
| O Projeto Alto Arapiuns atende comunidades ribeirinhas no coração da Amazônia brasileira. A iniciativa melhora a renda das famílias e ensina planejamento e conservação ambiental. | |
| TEXTO DO VÍDEO - INGLÊS | |
| That was the idea and opportunity that we always believed for the change in culture, the change in the mentality. I dreamed about something that could bring benefit to the communities. The support of the Cargill Foundation to the Alto Arapiuns project focuses on family farming activities in growing corn, chicken, eggs and black people. Two years ago, they only grew cassava yuca. Besides, they are having a better quality of life. It improved a great deal because we know how to do it, but we have never found such an opportunity. After the project came in, we started to invest in the people work, in that case, the black pepper. She and i have worked together there, planting, taking care. | |
| TEXTO DO VÍDEO - PORTUGUÊS | |
| Essa foi a ideia e a oportunidade que sempre acreditamos para a mudança de cultura, a mudança de mentalidade. Sonhei com algo que pudesse trazer benefícios para as comunidades. O apoio da Fundação Cargill ao projeto Alto Arapiuns tem como foco as atividades da agricultura familiar no cultivo de milho, galinha, ovos e pimenta-do-reino. Há dois anos, eles só cultivavam mandioca. Além disso, eles estão tendo uma melhor qualidade de vida. Melhorou muito porque sabemos fazer, mas nunca encontramos essa oportunidade. Depois que o projeto entrou, começamos a investir no trabalho das pessoas, nesse caso, a pimenta-do-reino. Ela e eu trabalhamos juntos lá, plantando, cuidando. | |

Fonte: Elaboração da autora com base no Instagram @cargill

No vídeo são apresentadas imagens da Amazônia, com os rios e embarcações típicas, além de áreas de floresta preservadas. O líder comunitário Arnaldo dos Santos fala sobre o projeto Alto Arapiuns desenvolvido em parceria com a Fundação Cargill e relata sobre “uma mudança de cultura e mentalidade”. Em seguida é explicado que o projeto focou as atividades da agricultura familiar no cultivo de milho, galinha, ovos e

pimenta-do-reino, onde anteriormente eles só cultivavam mandioca. Há uma fala de um homem que aparenta ser da equipe técnica do projeto, porém sem colocar na legenda o seu nome e função. Os líderes comunitários Madalena Costa e Cacique Ervano Costa falam no vídeo que “melhorou”, pois antes “sabiam fazer, mas não tinham oportunidades”.

O vídeo tenta demonstrar o projeto como capaz de transformar a vida daquelas populações, mas não detalha como é possível fazer isso, quantas famílias foram beneficiadas, qual o volume de produção e para quem vendem. Ao dizer que antes faltam oportunidades para aquelas pessoas, a postagem destaca a empresa como o agente transformador, ou seja, aquele que possibilitou que tal “melhoria” acontecesse.

Outro aspecto que merece destaque e aprofundamento na postagem é a frase “uma mudança de cultura e mentalidade”, dita pelo líder comunitário nos primeiros segundos do vídeo. Tal frase relaciona-se a diversificação das atividades produtivas, já que o projeto contribuiu para que outros plantios fossem desenvolvidos na comunidade, deixando implícito ser “errado” adotarem somente a cultura da mandioca, como feito anteriormente. Em nenhum momento fica claro como se deu a escolha das atividades produtivas envolvidas no projeto e até que ponto aquela comunidade teve voz e capacidade de escolha.

A postagem apresenta através das imagens uma Amazônia de riquezas naturais e transmite a noção de que há uma população local que almeja uma mudança de “cultura e mentalidade”. Para a empresa esse discurso facilita sua atuação, a colocando em um lugar de solucionador das dificuldades. Os problemas ambientais, conflitos agrários e fundiários não são mencionados. A noção de sustentabilidade e assuntos como a preservação da natureza também não são abordados nessa postagem e, por ser a única sobre a Amazônia, pode-se afirmar que não são abordados em todo o canal de comunicação Instagram da Cargill.

Há outras pesquisas que estudam o discurso em torno da temática Amazônica. Ao analisar a representação da Amazônia brasileira na série “Amazônia Sociedade Anônima (S/A)”, exibida em 2015, Almeida, Borges e Bohorquez (2019) destacam as dimensões e grandeza da Amazônia e o fato de atrair olhares por suas riquezas naturais, o que desencadeou na instalação de grandes projetos e graves problemas causados ao meio ambiente e às populações locais. Tal situação originou uma série de conflitos e às populações tentam reivindicar reparos pelos danos sofridos e que seguem sofrendo diariamente.

Diversas séries, filmes, livros e programas de televisão apresentam ao público algumas verdades e mitos onde muitos convergem para idealizar a região, apresentando-a como indispensável potencial produtivo e capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico nacional (ALMEIDA, BORGES E BOHORQUEZ , 2019).

Nessa série, a Amazônia brasileira é apresentada com abrangência, mas padece de certas limitações, porque são retratadas todas as grandezas, potencialidades e importância da região, mas quase sempre voltadas para o lado do desenvolvimento econômico e produtivo, relatados como “sustentáveis”. Os problemas sociais e conflitos derivados das agressões ao meio ambiente, aos povos originários, ribeirinhos, agricultores familiares e quilombolas são minimizados, isolados ou tratados como irrelevantes (ALMEIDA, BORGES E BOHORQUEZ , 2019, p. 386).

De fato, a concepção de modernidade baseada no racionalismo científico que coloca a região como celeiro de matéria prima e espaço vazio, tem pautado a maioria dos discursos e agendas sobre a Amazônia. A colonialidade se faz presente a partir de uma visão eurocêntrica que não aceita a diversidade dos modos de ser, de viver e de pensar. Além disso, o símbolo Amazônia é repleto de interesses por vezes opostos e objeto de disputa onde as interpretações e entendimentos sobre a região baseiam na conveniência e atendimento de interesses específicos. Pensar a Amazônia na contemporaneidade envolve uma mudança de perspectiva, onde os sujeitos amazônicos são produtores do seu próprio discurso.

6.2.2 Sustentabilidade: Significados e interesses

Quando Foucault (1996) tratou dos perigos do discurso ele se referia a capacidade de dominação de acontecimentos por parte de determinados grupos. Fairclough (2016) se aprofundou na prática social como instrumento de dominação do discurso moldado e restringido pela estrutura social. No caso da Cargill é notório que os instrumentos de comunicação (relatórios e Instagram) exprimem uma visão da empresa focada nos seus próprios interesses. O discurso de sustentabilidade adotado pela Cargill reafirma a ênfase no aspecto econômico e a romantização da fala, focado na persuasão dos *stakeholders*. Trata-se de narrativas que potencializam temas de interesse do grande público, marcado por estereótipos e silenciam aspectos essenciais a temática sustentabilidade.

A força e o poder dos discursos advêm de sua capacidade de construir “verdades” e disseminar ideias em um plano por vezes dogmático e até livre de questionamentos críticos e julgamentos, podendo dotar de confiança e razão até e inclusive afirmativas aparentemente bem frágeis. Tal fato dá-se no contexto das relações sociais inserido em um jogo de poder e interesse que constrói narrativas para atender as necessidades de grupos específicos. Foucault (1996 p. 10) deixou claro que “o discurso não é

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.

Em se tratando de sustentabilidade e o debate sobre a crise ambiental global, a construção de múltiplas categorias e instrumentais de pesquisa, além de expressar contradições dos modelos de desenvolvimento, pode dar sentido a estruturas de poder e aos interesses econômicos e políticos na formulação de políticas. A racionalidade econômica muitas vezes se sobrepõe a ecológica e o discurso de desenvolvimento sustentável pode se transformar em uma forma sutil de dominação de povos e grupos sociais por meio da apropriação de seus recursos naturais (FERNANDES, 2002).

Sobre os sentidos e significados do conceito de desenvolvimento sustentável, o autor afirma que:

Ainda em referência aos sentidos em que o conceito de desenvolvimento sustentável é usado, notamos que este, como elemento chave de um discurso que articula símbolos e significados diversos, tem sido aplicado de forma a substituir conceitos e visões anteriores, que tinham como preocupação principal a reflexão sobre o crescimento econômico, sendo por isso mesmo, muito mais atacáveis do que um modelo que anuncia a preocupação com a ‘salvação do planeta, do ecossistema mundial (FERNANDES, 2002, p. 253)

A popularização e conseqüente multiplicidade de significados do termo sustentabilidade permitiu com que a construção dos discursos sobre a temática fosse permeada por relação de poder onde alguns grupos são negligenciados. Ao setor empresarial, como agente do capitalismo e autor da maioria das mazelas e externalidades produzidas, não foi permitido mais se calar diante das questões que ganhavam cada vez mais força, em especial nos debates em nível internacional, sendo necessário apropriar-se do discurso, ajustando-o e moldando-o a lógica do capital. Em estudo que analisa a expressão “desenvolvimento sustentável” a partir da teoria discursiva de Michel Foucault, Bussinguer, Cordeiro e Salles (2017) afirmam que há diversas relações de poder intrínsecas à linguagem que contribuem para a compreensão de que a expressão serve à manutenção dos ideais de sobrevivência da ordem capitalista globalizada. De acordo com os autores:

A expressão “desenvolvimento sustentável”, ainda que inicialmente cunhada como alternativa aos limites do crescimento econômico, serve antes à manutenção dos ideais de sobrevivência da ordem capitalista globalizada, estabelecendo um contínuo e permanente diálogo com a realidade por meio do qual sinaliza e alimenta, social e institucionalmente, a subordinação da proteção ambiental ao desenvolvimento econômico e lembrando, a todo o momento, que a proteção ambiental encontra limites claros e precisos, estabelecidos pelas perdas e ganhos do capital (BUSSINGUER, CORDEIRO E SALLES, 2017, p. 512).

O estudo de Dempsey (2016) exemplifica que o geopolítico e as lutas de poder epistemológicas aparecem em uma arena distante geograficamente da maioria, mas também através de sua linguagem e processos obscuros. A autora aborda o processo de tornar técnica a questão da biodiversidade ao tratar do financiamento inovador para a conservação da biodiversidade, descrevendo os debates sobre mecanismos financeiros inovadores desenvolvidos para um planeta onde a biodiversidade é cuidadosamente separada de pessoas. Todo o documento de design para o Mecanismo de Desenvolvimento Verde- MDV não incluiu qualquer referência aos direitos e necessidades de Povos indígenas, mulheres, agricultores ou comunidades locais. Tais situações deixam essas pessoas e suas terras abertas para a apropriação e sessão. A descrição sobre como as agendas são desenvolvidas nas suas respectivas convenções demonstram um claro jogo de poder onde os interesses de países do norte global se alinham a uma estratégia de desenvolvimento pautada na colonialidade dos países do sul (DEMPSEY, 2016).

A ideia de desenvolvimento tem sido usada como uma forma de definir uma lógica global pautada pela colonialidade pós-moderna, já que a maneira como o conhecimento é construído na maioria das vezes negligencia o saber local. Fruto de uma interpretação baseada no atendimento das necessidades dos países desenvolvidos, as agendas de desenvolvimento elaboradas no âmbito global e local desconsideram a voz dos povos. Neste contexto a resistência surge como forma de sobrevivência de pessoas e modos de vidas.

As especificidades locais e diferenças regionais não são abordadas em grande parte da literatura, mesmo aquelas que tratam de sustentabilidade. Vale destacar que Santos (2009), ao tratar da ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, sendo basicamente uma contra epistemologia. Tem como premissa o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, o que implica em renunciar a qualquer epistemologia geral.

Para além da dicotomia norte-sul global há outros arranjos que por vezes rivalizam na construção da pluralidade da sustentabilidade. Empresas, governos, comunidades, ONGs e diferentes atores com diferentes visões sobre o termo diariamente constroem e disseminam formas e práticas do que é o ser sustentável. É nesta arena repleta de relações de poder que emerge a importância de compreender os significados embutidos nos discursos empresariais e seus objetivos subjacentes. Orlandi (2012) afirma sobre o

discurso que não há neutralidade, e a entrada no simbólico é irremediável e permanente, estando comprometida com o sentido e o político.

Sustentabilidade no Instagram

Um aspecto bastante característico no Instagram @Cargill é a predominância de temas ligados à agricultura. Na rede social a agricultura é sempre relacionada a sustentabilidade, além de ser apresentada como possível solução para problemas ligados a mudanças climáticas e outros vinculados a questão ambiental.

É fundamental ressaltar que o tipo de agricultura e as práticas agrícolas adotadas não são detalhadas e nem descritas em nenhum local da rede social. As palavras “agriculture” e “farmer” são tratadas de forma genérica, muitas vezes no contexto de frases de efeito, com o intuito de construir narrativas associadas a agricultura como solução para a sustentabilidade, porém sem nenhum detalhe que as especifique. Temas como agrotóxico e o relacionamento com as comunidades não são mencionados.

As postagens, em geral com pouca quantidade de palavras, trazem no final sempre a frase “To learn more, link in bio” (para saber mais, clique no link da bio), repassando a ideia de que aquela informação será mais bem detalhada, o que não em razão do link reportar notícias publicadas pela empresa e, enquanto ferramenta alterável, ao se modificar não mantém histórico e nenhum tipo de relação com aquilo que havia sido colocado anteriormente. O fato é que a noção de que o tema da postagem terá um detalhamento não corresponde à realidade, transmitindo uma falsa sensação de complementação da informação. Tal situação permite afirmar que as postagens abordam de forma superficial e sucinta os temas apresentados, sem apresentar maiores explicações.

No Instagram da Cargill, no que se refere a agricultura, há o prevaletimento de dois temas que são a agricultura como solução sustentável e a Tecnologia. O termo sustentabilidade é apresentado como diretamente relacionado a atividade agrícola, sendo esta vista como a solução para questões ambientais e ligadas a mudanças climáticas. O Quadro 17 demonstra trechos de postagens que ressaltam a agricultura como solução sustentável.

Quadro 17 – Agricultura e sustentabilidade

| Tema | Instagram Cargill | Data da postagem |
|--------------------------------------|--|------------------|
| AGRICULTURA COMO SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL | “Estamos celebrando o papel que a agricultura pode desempenhar no enfrentamento de alguns dos desafios ambientais mais urgentes do mundo – desde a regeneração de nossos solos até a nutrição sustentável de uma população em crescimento” | 22.04.2022 |
| | “A agricultura é como podemos ajudar as pessoas e o planeta a prosperar” | 22.04.2021 |
| | “A agricultura é a forma como regeneramos nossos solos para garantir o futuro e a sustentabilidade de nosso suprimento de alimentos” | 16.09.2020 |
| | “A agricultura é como vamos melhorar este planeta do zero” | 23.01.2020 |

Fonte: Elaboração da autora com base em publicação extraídas do Instagram @cargill

As frases utilizadas demonstram um discurso pautado em uma estratégia de marketing para produção de sentidos com foco em apresentar a sustentabilidade imbricada à agricultura de uma maneira geral, sem se preocupar em explicitar que tipo de agricultura e quais práticas. De acordo com Fairclough (2016, p. 103) “os textos são feitos de formas às quais a prática discursiva passada, condensada em convenções, dota de significado potencial”. A oração, como unidade principal da gramática, representa uma combinação de significados e as escolhas sobre o modelo e estrutura das orações também correspondem a opções por significados de identidades sociais, relações sociais, conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2016).

A força e o poder dos discursos advêm de sua capacidade de construir “verdades” e disseminar ideias em um plano por vezes dogmático e até livre de questionamentos críticos e julgamentos, podendo dotar de confiança e razão até e inclusive afirmativas aparentemente bem frágeis. Tal fato dá-se no contexto das relações sociais inserido em um jogo de poder e interesse que constrói narrativas para atender as necessidades de grupos específicos. Foucault (1996 p. 10) deixou claro que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.

Em se tratando de sustentabilidade e o debate sobre a crise ambiental global, a construção de múltiplas categorias e instrumentais de pesquisa, além de expressar contradições dos modelos de desenvolvimento, pode dar sentido a estruturas de poder e

aos interesses econômicos e políticos na formulação de políticas. A racionalidade econômica muitas vezes se sobrepõe a ecológica e o discurso de desenvolvimento sustentável pode se transformar em uma forma sutil de dominação de povos e grupos sociais por meio da apropriação de seus recursos naturais (FERNANDES, 2002).

No Instagram da Cargill, no que se refere as postagens sobre agricultura e atividades produtivas, é evidenciado o uso de artifícios focados em promover discursos que associam a agricultura a solução dos problemas ambientais globais de uma forma ampla e frouxa, além da apropriação de virtudes ambientalistas por parte da empresa. Ao não definir sobre que tipo de agricultura a Cargill se refere, ela generaliza o termo de tal forma a comportar diferentes modelos, para além daquela agricultura que a própria empresa desenvolve, a moderna e industrial.

Outro aspecto importante para a análise refere-se ao caráter interativo da rede social, onde o usuário tem a prerrogativa de emitir sua opinião. No Instagram da Cargill os comentários dos usuários não são respondidos e a empresa optou por deletar comentários publicados nos anos de 2020, 2021 e 2022. Tal situação remonta as relações de poder e a capacidade de dominação de acontecimentos onde a empresa escolhe os assuntos que quer ou não postar ou comentar.

Fica evidente uma clara distorção do termo sustentabilidade apresentado no Instagram da Cargill moldado ao interesse da criação de padrões de “boas práticas” que atendam as inclinações da organização e no silenciamento de temas como agrotóxicos, transgênicos, desmatamento, deslocamentos e conflitos agrários.

6.2.3 Normativas e grupos de interesses no Instagram

Referente ao Instagram da Cargill, as normas e princípios não são mencionadas nas postagens. Acredita-se que tal fato ocorra em função da rede social ser a rede oficial do Instagram em língua inglesa e, gerenciada pela matriz nos Estados Unidos. Logo, a estratégia de normatização é algo forte para a filial do Brasil, já que os relatórios analisados foram aqueles elaborados no país e que refletem a política da empresa em nível nacional. A ênfase nos procedimentos e normatizações, sempre deixando claro estarem alinhados com o que preconiza a legislação vigente, transmite uma noção de conformidade jurídica e legitimidade, algo de extrema importância para a Cargill divulgar aos seus investidores, em especial em um momento de pressão para a preservação dos recursos naturais.

Sobre a forma como os grupos de interesses se manifestam no Instagram, há postagens que demonstram parcerias com diferentes organizações, mas destaca-se as estabelecidas com as organizações não governamentais de diferentes locais no mundo. A parceria com organizações para promover ações sociais é uma estratégia comumente usada pelas empresas para se enquadrarem nos termos de responsabilidade social exigidos pelo mercado. Por outro lado, embora as ONGs não visem lucro, elas necessitam de recursos financeiros para a sua sobrevivência e a execução de seus projetos. A Cargill desenvolve diversos projetos sociais e este tema é bastante explorado no seu Instagram

A relação empresa e ONG pode ter destaque pelos seus resultados positivos, porém pode ser controversa. Ao analisar as relações de parceria entre empresas e ONGs sob a ótica do poder, Monte e Carvalho (2005) evidenciam que as relações de parceria estudadas envolvem relações de poder que ocorrem predominantemente da empresa para a ONG e baseia-se na posse da empresa dos meios de sanção e recompensas. As principais alterações percebidas dizem respeito à mudança de lógica de ação das ONGs que assumem progressivamente a lógica instrumental que caracteriza suas parceiras. A relação de dependência financeira foi percebida nas parcerias estudada, o que leva as ONGs a obedecerem às imposições das empresas e, como consequência, nota-se a perda de autonomia da ONG.

A parceria com diferentes ONGs foi mencionada no Instagram da Cargill, sendo algumas mais específicas e outras abordadas de forma genéricas com frases do tipo:

Temos orgulho de trabalhar com nossos parceiros sem fins lucrativos para apoiar comunidades em todo o mundo (postagem do dia 04.09.2020).

A Cargill ajuda os pequenos agricultores a enfrentar as flutuantes condições socioeconômicas e ambientais ao desenvolver sua capacidade (postagem do dia 19.05.2020).

Estamos criando conexões entre a indústria, o governo e as comunidades que promovem mudanças significativas e soluções viáveis para os maiores desafios de sustentabilidade do mundo (postagem do dia 14.06.2019).

Há também postagens que vinculam a algumas ONGs em particular, como *Global Water Challenge*, *Care*, *Heifer international*, *Food Banking*, *World Food Programme* e *Cocoa initiative*, a maioria com ações realizadas no continente africano, especialmente voltado para a comunidades que cultivam cacau. Não há nenhuma menção específica para projetos desenvolvidos no Brasil

Assim como outras temáticas, a parceria com ONGs não tem nenhum detalhamento apresentado no Instagram, o que impede de estudar melhor as ações que de fato são desenvolvidas. Como já mencionado anteriormente, algumas postagens fazem

referência ao link da bio para maiores detalhes, porém, o link que é modificado periodicamente, não permite que informações passadas permaneçam disponíveis após trocadas.

Os textos, vídeos e figura enfatizam a noção da empresa “amiga” da comunidade e tentam conectar o nome da Cargill a ideia da responsabilidade corporativa. Contudo, as ações sociais de empresas necessitam de um olhar aprofundado tendo em vista compreender se está pautada numa relação em que a empresa se beneficia muito mais do que a própria comunidade ou se de fato os dois agentes obtêm benefícios. Vale destacar que o discurso social é apropriado para ações mercadológicas e a partir de instrumentos midiáticos pode ser capaz de produzir novos sentidos.

6.2.4. Exaltação e superioridade no Instagram

A estratégia de marketing da repetição também se faz presente no Instagram, onde a frase “nutrir o mundo de maneira segura, responsável e sustentável” e seus sinônimos aparece em torno de quatorze vezes nas postagens desde 2019. Ao abordar a dimensão persuasiva da publicidade, Moderno (2000) explica que esta acelera a influência sobre o consumidor e se vale de instrumentos de persuasão. A autora refere-se a aprendizagem condicionada como processo que se dá a partir da aparição repetitiva do estímulo, ou seja envolve “associar uma situação com uma determinada conduta de consumo que se apresenta no anúncio, que, repetido em número suficiente de vezes, pretende conseguir o comportamento de compra (MODERNO, 2000, p.8)”.

A ideia de supremacia é vinculada a noção da tecnologia, onde é permitido a grande empresa portadora dos maiores recurso tecnológicos ditar conceitos sobre sustentabilidade, agricultura e produção. Assim, a ênfase em diferentes tipos de recursos tecnológicos é destacada em dezenove postagens, como a abaixo:

Successful farmers use many innovative technologies and methods to operate more efficiently. This helps farmers improve productivity, sustainability and animal welfare using fewer resources. A bonus: farmers can predict potential risks and plan to mitigate them with greater certainty than ever imagined. What does technology do for the heroes who nourish? (Link in bio). #feedingintelligence #animalagriculture #farming (postagem do instagram @Cargill feita em 22.11.2019)

Tradução da autora: Agricultores bem-sucedidos usam muitas tecnologias e métodos inovadores para operar com mais eficiência. Isso ajuda os agricultores a melhorar a produtividade, a sustentabilidade e o bem-estar animal usando menos recursos. Um bônus: os agricultores podem prever os riscos potenciais e planejar para mitigá-los com maior certeza do que jamais se imaginou. O que a tecnologia faz pelos heróis que nutrem? (Link em bio). #feedingintelligence #animalagriculture #farming (postagem do Instagram @Cargill feita em 22.11.2019)

A postagem acima adota termos como “bem-sucedidos” para destacar de forma positiva característica ligadas a inovação e tecnologia e vincular aos produtores da cadeia de valor da Cargill. Tal fato também é visto em outra postagem de 2019 no mês de janeiro: “We're delivering innovation and technology to feed a growing planet. To learn more, see link in bio. #WEF19” (Tradução da autora: Estamos entregando inovação e tecnologia para alimentar um planeta em crescimento. Para saber mais, veja o link em bio. #WEF19). A postagem em questão atribui a tarefa de alimentar o mundo a empresa com inovações e tecnologia, o que é reforçado pelo verbo “estamos” conjugado na primeira pessoa do plural.

Outro fato determinante na estratégia de exaltação e superioridade adotada pela Cargill no Instagram é o uso da palavra “herói” atribuída aos fazendeiros com o intuito de construir uma narrativa no imaginário coletivo e ideológico atreladas a força e vitória, destacando-os como aqueles capazes de promover transformações econômicas e sociais. Ao analisar a literatura e as relações existente entre o perfil dos- personagens das narrativas de massa e a imagem de político vendida pela mídia em campanhas eleitorais, Magalhães, Silva e Batista (2007), aborda a figura do herói:

A produção literária, particularmente, a ocidental sobre a figura do herói realmente assenta-se no maniqueísmo, na unilateralidade e no sucesso do herói. Estes elementos são centrais para compreensão da criação discursiva do herói pela reiteração de determinados traços semânticos como a imortalidade, a invencibilidade, a superação do conflito moral e ético, incidindo sobre a ativação de um sentimento de identidade coletiva: o herói fala aos anseios de uma maioria, dá contornos precisos ao que num dado momento representa os seus anseios e angústias (MAGALHÃES, SILVA E BATISTA, 2007, P.

Os processos de heroificação reforça valores ideológicos que conectam a imagem de comprometimento e moral convencionados pela sociedade. O uso do termo herói reflete um processo de doutrinação que remete ao imaginário refletindo relações de bem/mal. No ano de 2019 e 2020 a palavra foi utilizada por diversas vezes, como mostra o quadro 18:

Quadro 18: Heroificação no Instagram da Cargill

| DATA | ANO | POSTAGEM EM INGLÊS | TRADUÇÃO DA POSTAGEM |
|------------|------|---|---|
| 30.01.2020 | 2020 | Technology in ag is how farmers can achieve animal well-being and farm sustainability. Hear how one of the Heroes Who Nourish saves time and money, while also creating higher-quality feeds. See link in bio to learn more. | A tecnologia na agricultura é a forma como os fazendeiros podem alcançar o bem-estar animal e a sustentabilidade da fazenda. Ouçã como um dos heróis que nutrem economiza tempo e dinheiro, ao mesmo tempo que cria feeds de alta qualidade. Veja o link na biografia para saber mais. |

| | | | |
|------------|------|--|--|
| 26.12.2019 | 2019 | <p>Consumers know technology in agriculture is how we'll feed a growing population sustainably and responsibly. But how do consumers feel about their food coming from a technologically-advanced farm, and what does this mean for the Heroes Who Nourish? Read the latest results from the #Feed4Thought survey at (link in bio). #feedingintelligence #animalagriculture</p> | <p>Os consumidores sabem que a tecnologia na agricultura é como alimentaremos uma população em crescimento de forma sustentável e responsável. Mas como os consumidores se sentem sobre sua comida vindo de uma fazenda tecnologicamente avançada, e o que isso significa para os Heróis que Nutrem? Leia os resultados mais recentes da pesquisa #Feed4Thought em (link na biografia). #feedingintelligence #animalagriculture</p> |
| 10.12.2019 | 2019 | <p>How can an industry of scale meet the challenge of fulfilling the growing need for meat, milk and eggs while also nurturing healthy animals? Our farmers, the Heroes Who Nourish, know animal well-being and productivity go hand-in-hand. Learn more at (link in bio). #feedingintelligence #animalagriculture</p> | <p>Como uma indústria de escala pode enfrentar o desafio de atender à crescente necessidade de carne, leite e ovos, ao mesmo tempo que nutre animais saudáveis? Nossos fazendeiros, os Heróis que Nutrem, sabem que o bem-estar e a produtividade dos animais andam de mãos dadas. Saiba mais em (link na biografia). #feedingintelligence #animalagriculture</p> |
| 22.11.2019 | 2019 | <p>Successful farmers use many innovative technologies and methods to operate more efficiently. This helps farmers improve productivity, sustainability and animal welfare using fewer resources. A bonus: farmers can predict potential risks and plan to mitigate them with greater certainty than ever imagined. What does technology do for the heroes who nourish? (Link in bio). #feedingintelligence #animalagriculture #farming</p> | <p>Agricultores bem-sucedidos usam muitas tecnologias e métodos inovadores para operar com mais eficiência. Isso ajuda os agricultores a melhorar a produtividade, a sustentabilidade e o bem-estar animal usando menos recursos. Um bônus: os agricultores podem prever os riscos potenciais e planejar para mitigá-los com maior certeza do que jamais se imaginou. O que a tecnologia faz pelos heróis que nutrem? (Link em bio). #feedingintelligence #animalagriculture #farming</p> |
| 06.11.2019 | 2019 | <p>Healthier animals mean healthier food sources for the world. Farmers big and small prioritize the well-being of their animals. Learn what the commitment to well-being means to the heroes who nourish at (link in bio). #feedingintelligence #animalagriculture #farming</p> | <p>Animais mais saudáveis significam fontes de alimentos mais saudáveis para o mundo. Agricultores grandes e pequenos priorizam o bem-estar de seus animais. Aprenda o que o compromisso com o bem-estar significa para os heróis que nutrem (link em bio). #feedingintelligence #animalagriculture #farming</p> |
| 17.10.2019 | 2019 | <p>Farmers are innovating fast to provide consumers with better access to diverse high-quality proteins, while keeping efficiency, sustainability and well-being top of mind. We're here as a partner to support the heroes who nourish the world. (Link in bio.) #feedingintelligence #animalagriculture</p> | <p>Os agricultores estão inovando rapidamente para fornecer aos consumidores melhor acesso a diversas proteínas de alta qualidade, mantendo a eficiência, a sustentabilidade e o bem-estar em primeiro lugar. Estamos aqui como um parceiro para apoiar os heróis que alimentam o mundo. (Link na bio.) #Feedingintelligence #animalagriculture</p> |

| | | | |
|------------|------|---|---|
| 12.10.2019 | 2019 | <p>This National Farmer’s Day, we recognize the farmers that work hard every day to put food on family tables around the world. Because we know agriculture is how we’ll ensure a safe, sustainable and affordable food system. Learn more about the heroes who nourish the world using the link in our bio.</p> | <p>Neste Dia Nacional do Agricultor, reconhecemos os agricultores que trabalham duro todos os dias para colocar comida nas mesas das famílias em todo o mundo. Porque sabemos que a agricultura é como vamos garantir um sistema alimentar seguro, sustentável e acessível. Saiba mais sobre os heróis que nutrem o mundo usando o link em nossa biografia.</p> |
| 09.10.2019 | 2019 | <p>We’ve launched Feeding Intelligence to celebrate the efforts of our farmers - the original stewards of the land - as they put in the hard work to feed the growing global population. Challenges lie ahead, but together, we’re ensuring a future in farming. Learn more about the heroes who nourish the world. (Link in bio.) #feedingintelligence #animalagriculture</p> | <p>Lançamos o Feeding Intelligence para celebrar os esforços de nossos fazendeiros - os administradores originais da terra - ao trabalharem duro para alimentar a crescente população global. Os desafios estão por vir, mas juntos, estamos garantindo um futuro na agricultura. Saiba mais sobre os heróis que alimentam o mundo. (Link na bio.) #Feedingintelligence #animalagriculture</p> |
| 08.10.2019 | 2019 | <p>The future of farming is bright - and farmers are leading the way. Watch the stories of the Heroes Who Nourish the world. (Link in bio.) #farming #agriculture #animalagriculture</p> | <p>O futuro da agricultura é brilhante - e os agricultores estão liderando o caminho. Veja as histórias dos Heróis que Nutrem o mundo. (Link na bio.) #Farming #agriculture #animalagriculture</p> |
| 08.10.2019 | 2019 | <p>These are the Heroes Who Nourish. Read their stories. (Link in bio.) #farming #agriculture #animalagriculture</p> | <p>Estes são os heróis que nutrem. Leia suas histórias. (Link na bio.) #Farming #agriculture #animalagriculture</p> |
| 08.10.2019 | 2019 | <p>It's here. Feeding Intelligence is our way of celebrating the efforts of those who feed our growing global population. Learn more about the Heroes Who Nourish the world. (Link in bio.) #farming #agriculture #animalagriculture</p> | <p>Está aqui. Feeding Intelligence é a nossa forma de celebrar os esforços daqueles que alimentam nossa crescente população global. Saiba mais sobre os heróis que nutrem o mundo. (Link na bio.) #Farming #agriculture #animalagriculture</p> |

Fonte: Elaboração da autora

A Heroificação enfatiza as relações de dominação, onde “a invenção dos heróis é inseparável das opções dos detentores de poder político e das lutas políticas e sociais travadas” (RIBEIRO, 2005, p. 273). Diz respeito a construção de novas formas de saber e valores transmitidas em um sistema de interpretação da realidade capaz de orientar condutas sociais e ações que favoreçam os interesses daqueles que detém o poder. Em uma sociedade dividida em estruturas de classes, as grandes empresas, símbolo do sistema capitalista, encontram-se no topo da estrutura social, local das classes dominantes.

De acordo com Fairclough (2016), o discurso, como prática política transforma as relações de poder. Como prática ideológica envolve as significações e construções da realidade e são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de senso comum. De acordo com o autor:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FARCLOUGH, 2016, p. 94)

Na verdade, a Cargill utilizou de seu poder enquanto grande corporação para, através do discurso e de artifícios de marketing, inculcar representações de realidade que amparam o modo de agir da organização que nada mais é que o modo do sistema capitalista. O capitalismo fundado no lucro e no consumo exacerbado prática que costumam chamar de “progresso”, porém que se dá às custas da natureza e da desarticulação social.

6.3 Conteúdo e Discurso da Cargill no Instagram: Apontamentos e reflexões

A pesquisa identificou que, no Instagram oficial da Cargill, além dos comentários dos usuários não serem respondidos, a empresa deletou comentários publicados nos anos de 2020, 2021 e 2022, além de desabilitar a função que permitia ao usuário comentar no período de janeiro a abril de 2022. Tal fato demonstra que a empresa não tem intenção de estabelecer uma interação positiva com os clientes e nem de fazer uma gestão das suas redes sociais voltada para a interação e parcerias com o público em geral.

A evolução das publicações apontou uma redução significativa no número de postagens ao longo dos anos, em detrimento do aumento expressivo da quantidade de comentários negativos. A análise de comentários através de nuvem de palavras (destacando as palavras mais frequentes) apontou a presença de termos relacionados a demissão, morte, destruição, abuso, entre outros. Tal fato indica uma grande desaprovação por parte do público da rede social. Vale destacar que o novo consumidor na era da tecnologia adquire o poder de opinar e expressar sua avaliação, o que pode gerar ganhos positivos ou negativos, no caso, cabendo as empresas saber como lidar com o desafio gerenciar sua má reputação.

No Instagram da Cargill o Brasil e a Amazônia aparecem em apenas 2,4% das publicações, evidenciando um interesse baixo ou quase nulo de tratar questões sobre o país. Além disso, não é possível identificar os projetos desenvolvidos Brasil e em nenhum país, pois não há detalhamento das ações mencionadas. A postagem sobre a Amazônia apresenta um vídeo que trata de um projeto chamado Alto Arapiuns (na região de Santarém - Pará) onde um líder comunitário relata a “mudança de cultura e mentalidade” após o projeto e a “falta de oportunidades” que existia anteriormente. Tal vídeo apresenta a empresa como solucionadora de todos os problemas e aquela capaz de transformar a vida das comunidades de forma positiva. Alinha-se a um discurso empresarial onde o

modo de vida das populações é visto como errado e inadequado, cabendo as comunidades somente a opção de atuarem junto as grandes empresas sem questionar o modelo de desenvolvimento ali implantado.

Quanto a construção de discursos, a noção de agricultura vinculada a sustentabilidade e como solução dos problemas globais é apresentada de forma massiva, sem dizer sequer a que tipo de agricultura se refere. Questões como agricultura de alta precisão, utilização de fertilizantes, uso de agrotóxicos e transgênicos, comuns a agricultura moderna e industrial (inerente a grandes grupos empresariais do agronegócio), não são mencionadas. Trata-se de uma apropriação do termo sustentabilidade pela empresa que o usa de forma genérica e sem explicações.

Logo, a pesquisa identificou que o Instagram da Cargill tenta construir discursos a fim de unificar os interesses empresariais a temática sustentabilidade, deturpando e silenciando temas. Nota-se a presença de diversas frases de efeitos que vinculam a agricultura como a panaceia e solução global, sem dispor de nenhuma explicação detalhada sobre o tema, na tentativa de construir uma estratégia de marketing de insistência, onde algo se torna “verdade” após ser massivamente repetido pelo autor. A referência de um link na biografia no Instagram que remeteria a maiores detalhes transmite uma falsa noção de continuidade da informação, já que o link ao relatório anual da empresa não existe mais.

CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se propôs a analisar a construção do discurso empresarial em torno da soja na região do Baixo Amazonas, identificando elementos simbólicos que contribuem para a disseminação de narrativas e racionalidades diferentes da realidade e dos modos de vida locais. A pesquisa mostrou que os instrumentos de divulgação das ações empresariais, os relatórios anuais e Instagram, propagam narrativas que contribuem para invisibilizar e oprimir os modos de vida locais, além de não serem compatíveis com a realidade que se apresenta no território em questão.

As formas de ocupação da Amazônia destacam um esforço na inserção da região a lógica econômica do capitalismo, sendo provedora de matérias-primas. A história destaca uma trajetória marcada por conflitos e resistências das populações, onde as diversas políticas públicas de desenvolvimento promovidas pelo Estado foram baseadas no incentivo a perspectiva econômica do território. Assim, as instituições se estabeleceram em duas linhas opostas que envolvem dilemas sobre o uso do território do Baixo Amazonas e a discordância e desequilíbrio entre os atores que ali operam em torno da produção de *commodities* como soja e seus interesses contraditórios.

Desta forma, uma linha claramente aponta para um modelo de desenvolvimento pautado na agricultura moderna, industrial e mecanizada, onde a soja se apresenta como uma oportunidade para a região. A outra defende o direito ao uso do território pelas populações tradicionais, em um formato mais harmônico com o meio ambiente e alinhado a preservação da natureza e da vida, onde as comunidades têm o poder de decidir o seu próprio futuro. As parcerias estabelecidas alinham-se a este modelo fragmentado, onde as organizações pactuam de acordo com o modelo que melhor se alinhe a sua visão de mundo e seus objetivos organizacionais (sejam eles explícitos ou não).

A atuação do Estado (em suas diferentes esferas) aponta, na maioria das vezes, aos interesses capitalistas e têm se apresentado como um grande fomentador da visão econômica da Amazônia, criando políticas públicas que privilegiam o uso econômico do território, sob a égide do termo desenvolvimento. No entanto, os povos resistem e se organizam de tal modo a tentar fazer com que as suas vozes sejam ouvidas. Na prática, os agricultores familiares sofrem as consequências no dia a dia, onde têm que conviver com expulsões, desamparo e veneno. Eles seguem estabelecendo outras formas de parcerias e desenvolvendo ações que pregam a valorização do uso do território, alinhado a preservação ambiental e social.

Por outro lado, através de discursos a empresa Cargill dissemina narrativas que se adequam aos seus interesses e em nada em combinam com o que ocorre no território. A força e o poder dos discursos advêm de sua capacidade de construir “verdades” e disseminar ideias em um plano por vezes dogmático, livre de questionamentos críticos e julgamentos, podendo dotar de confiança e razão até, e inclusive, afirmativas aparentemente bem frágeis. Tal fato ocorre no contexto das relações sociais inserido em um jogo de poder e interesse que constrói narrativas para atender as necessidades de grupos específicos.

O estudo identificou que os discursos reproduzem forma de controle, expressando relações de poder entre grupos sociais, através do domínio do agir e pensar. O discurso institucionalizado na sociedade da grande empresa capitalista como dominadora das práticas produtivas, a coloca na condição de definir “as melhores práticas”, ajustadas aos seus próprios interesses de maior produtividade e lucro. Neste cenário, as comunidades locais, formadas por pequenos agricultores para os quais a terra tem o valor simbólico da vida e natureza, são vistas como incapazes e silenciadas das discussões sobre o tema. Diante da expansão do agronegócio, muitas vezes cabe aos pequenos agricultores venderem as suas terras. Aqueles que escolhem permanecer, ficam vulneráveis a pressão social para o uso de novas práticas produtivas e a contaminação por agrotóxicos das lavouras vizinhas.

A narrativa da Cargill se apresenta de forma oposta aos modos de vida da Amazônia. As afirmativas presentes nos instrumentos de divulgação da Cargill silenciam as comunidades que ali vivem e propagam uma noção de sustentabilidade bem distante até das vertentes mais progressistas. É claro um ato intencional de moldar conceitos para atender as suas próprias necessidades específicas, desvirtuando os termos originais e científicos.

Os relatórios anuais são instrumentos de divulgação da empresa, onde os temas predominantes se referem aos aspectos organizacionais e as informações sobre a Cargill, sendo muito mais um relatório de gestão do que de sustentabilidade. A ausência de verificação externa reforça a falta de credibilidade e confiabilidade nas ações relatadas. O discurso presente nos relatórios exprime claras relações de dominação frente aos povos da Amazônia e formas de colonialidade que não aceitam a diversidade dos modos de ser, de viver e de pensar. Ao abordar questões ligadas às populações locais, o que se viu foi invisibilização e inferiorização. Sobre sustentabilidade, são enfatizados os aspectos econômicos, em detrimentos do social e ambiental. Envolve narrativas baseadas em

estereótipos e silenciam aspectos relevantes a temática. Há a predominância da sustentabilidade distorcida e relacionada a atividade produtiva, vinculada a incorporação de “boas práticas produtivas” que não são detalhadas.

Nos relatórios nota-se um esforço para a normatização de procedimentos organizacionais, porém tais procedimentos não regem apenas as relações dentro das empresas, mas referem-se também a forma de lidar com o ambiente que o cerca e acarretam consequências para o território. No entanto, as comunidades não participam da elaboração de tais instrumentos e para elas sobram apenas ações assistencialistas em locais pontuais.

No Instagram internacional da Cargill, o Brasil e a Amazônia aparecem somente em 2,4% das publicações, evidenciando um interesse baixo ou quase nulo de tratar questões sobre o país. Além disso, não é possível identificar os projetos desenvolvidos no Brasil e em nenhum outro país, pois não há detalhamento das ações mencionadas. A única postagem sobre a Amazônia fala sobre “mudança de cultura e mentalidade” apresentando a empresa como solucionadora de todos os problemas e aquela capaz de transformar a vida das comunidades de forma positiva. Alinha-se a um discurso empresarial onde o modo de vida das populações é visto como errado e inadequado, cabendo as comunidades somente a opção de atuarem junto as grandes organizações sem questionar o modelo de desenvolvimento ali implantado.

A evolução das publicações no Instagram apontou uma redução significativa no número de postagens ao longo dos anos, em detrimento do aumento expressivo da quantidade de comentários negativos. A análise dos comentários apontou a presença de termos relacionados a demissão, morte, destruição, abuso, entre outros. Tal fato indica uma grande desaprovação por parte do público da rede social.

Sobre o termo sustentabilidade, a tese verificou que não é possível para uma organização afirmar ser sustentável sem o respeito às pessoas, à natureza e aos modos de vida. Logo, o entendimento do termo estrutura-se pautado no acato ao direito de livre escolha e as existências diversas, sem que haja o sentimento de superioridade. Para se pensar novas formas de gestão organizacional de fato comprometidas com a sustentabilidade é preciso refletir sobre a atuação das organizações, primeiramente, nos territórios onde estão. Atuações predatórias que causam danos à natureza ou a vida não podem, em hipótese nenhuma, ser consideradas sustentáveis.

Por outro lado, quando uma organização chega para operar em um território específico, ela precisa compreender que ali existe um conjunto de atores que se

relacionam historicamente e contribuem para a sua configuração. Sob o aspecto da organização como mais um ator no território, enquanto espaço compartilhado, o diálogo se apresenta como um importante elemento que auxilia na obtenção de benefícios comuns a todos. Portanto, esta pesquisa identificou que sustentabilidade é respeito à vida e à natureza; é igualdade no sentido de não apresentar um modo de vida com superior ao outro; é verdade na divulgação das ações organizacionais, ao invés da demonstração de fatos em desalinho com a realidade do território; e é diálogo, pois desta forma é possível a interação com as comunidades locais e os demais os atores na construção de um território mais justo e coeso.

Foi constatado que a Cargill apresenta o termo sustentabilidade moldado aos interesses da criação de padrões de “boas práticas” que atendam as inclinações da organização e no silenciamento de temas como agrotóxicos, transgênicos, deslocamentos e conflitos agrários. O produtor de soja é heroificado, em um processo usado como instrumentos de persuasão que tenta conectar o leitor a noção de que sem os produtores de soja não seria possível alimentar o planeta.

Para a Cargill a sustentabilidade é sempre vinculada a atividades produtivas e tecnologia e as frases utilizadas demonstram um discurso pautado em uma estratégia de marketing para produção de sentidos com foco em apresentar a sustentabilidade imbricada à agricultura de uma maneira geral, sem se preocupar em explicitar que tipo de agricultura e quais práticas. Para as comunidades a sustentabilidade é relacionada à segurança alimentar, à vida, ter alimento na sua mesa e do seu vizinho. Tem a ver com ancestralidade, identidade e direito de escolha.

De fato, o que se vê é a que expansão do agronegócio na Amazônia impôs lógicas globais de transnacionais a espaços habitados por comunidades locais. O direito de escolha mencionados nas entrevistas muitas vezes não é possível, assim como não tem sido possível a algumas comunidades sequer existirem, como as dezenove extintas em Mojuí dos Campos após a chegada da soja, em função da compra das terras pelos produtores destas *commodities*.

As múltiplas dimensões teóricas sobre território têm um ponto em comum que é a importância da preservação de modos de vida e do saber local. A tentativa de superar a discriminação e dominação passam inevitavelmente pela mobilização e participação das populações locais para que possam vencer o silenciamento pelo próprio sistema capitalista. Faz-se necessário que o conhecimento local seja valorizado e entendido como fundamental também no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas.

Esta pesquisa enfatiza a importância de falar sobre a Amazônia pela voz da Amazônia. Destaca a necessidade de observar os discursos empresariais, pois podem se apresentar como importantes instrumentos de dominação e construção de outras “verdades” que oprimem os que pensam diferente e lutam para ter seus modos de vidas respeitados. O capitalismo constrói novas formas de viver e as dissemina pelo mundo como o vento, na era da tecnologia e informação.

As tais “boas práticas” rurais, disseminadas nas narrativas empresariais, ultrapassam fronteiras e chegam nos territórios mais distantes, onde já se vê agricultores familiares usando agrotóxicos convencidos de que esta é a nova e melhor forma de produzir. A eles cabe conviver ainda mais perto do veneno, bebendo água nos vasilhames de glifosato, contaminando a si mesmos e as suas famílias. Estes agricultores ainda são poucos, mas a força do discurso dos grandes grupos empresariais se mostra imensa, tal qual o moinho satânico descrito por Polanyi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e cidadania. In: **Justiça ambiental e cidadania**. 2004.

ALMEIDA, Domingos Alves; BORGES, Fábio; BOHORQUEZ, Julie Andrea Lemos. A representação da Amazônia Brasileira na série “Amazônia Sociedade Anônima (S/A)”. **Revista Observatório**, Palmas- TO, v. 5, n. 6, p. 380-403, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. **Amazônia, região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, p. 141-159, 2010.

AMARAL FILHO, Otacílio. Amazônia versus meio ambiente: sedutoras armadilhas discursivas da mídia para fidelizar novos consumidores. **Pesquisa em Comunicação na Amazônia**. Belém: FADESP, p. 19-43, 2010.

AMIN, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra- Portugal, n. 107, pp.17-38. 2015.

ARAÚJO, Roberto et al. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém, NAEA, p. 13-84, 2008.

ARINI, Juliana. MP Denuncia fraude em estudo ambiental do Porto da Cargill, no Pará. **GLOBO NATUREZA**, São Paulo-SP. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/09/mp-denuncia-fraude-em-estudo-ambiental-do-porto-da-cargill-no-para.html>. Acesso em: 14.09.2021

BALETTI, Brenda. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism. **Environment and Planning A**. Vol. 46, 2014, p.5-25. DOI: <https://doi.org/10.1068/a45241>.

BANCO MUNDIAL. Governance and development. In: **Governance and Development**. World Bank, 1992.

BANERJEE, Subrahata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento sustentável de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. a. In: Fernandes, Marcionila & Guerra, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém - PA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), v. 2, 2006.

BARBOSA, Josimas Alves. A soja e a violação do direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém-Pará, Brasil. **RIDB**, Ano 3, n.9, 2014.

BARBOSA, Jonismar Alves; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Impactos Socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **Revista Jurídica da FA7**, v. 14, n. 1, p. 73-87, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BARQUERO, Antônio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

BARROS, Márcio José Benassuly; CANTO, Otávio; LAURENT, François; COELHO, Andrea. Fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazônias Brasileiras: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil. **Ciência Geográfica**, vol. XXIV -2, pág. 893–911, 2020.

BRITO, Rosane; CASTRO, Edna. DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A COLONIALIDADE DOS PROCESSOS EM CURSO NA BR-163/Development and Conflict in the Amazon-a glimpse into the coloniality of on-going processes in BR-163. **Revista Nera**, n. 42, p. 51-73, 2018.

BECKER, Bertha. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BEVIR, Mark. Democratic Governance. UC Berkeley: Institute of Governmental Studies. 2004. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/304704f2>. Acesso em: 15.08.2021

BHIMANI, Hardik; MENTION, Anne-Laure; BARLATIER, Pierre-Jean. Social media and innovation: A systematic literature review and future research directions. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 144, p. 251-269, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2018.10.007>

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. 5 ed. Petrópolis- RJ, Editora Vozes Limitada, 2016.

BROWN, Halina Szejnwald; DE JONG, Martin; LEVY, David L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of cleaner production**, v. 17, n. 6, p. 571-580, 2009.

BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: Recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-26, 2022.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; CORDEIRO, Isabela de Deus; SALLES, Shayene Machado. O discurso político-ideológico do “desenvolvimento sustentável”: uma crítica à luz da epistemologia da linguagem e da teoria discursiva de Michel Foucault. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 22, n.2, p. 500-513, 2017.

CAPELARI, MAURO GUILHERME; CALMON, PAULO CARLOS DU PIN; ARAÚJO, SUELY. Vincent e Elinor Ostrom: duas confluentes trajetórias para a governança de recursos de propriedade comum. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 203-222, 2017.

CARDOSO, Fatima Cristina. Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a Moratória da Soja na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. *In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* - Rio de Janeiro: Record/CEPAL, v. 2, 2000 p. 495-519.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CARRERO, Gabriel Cardoso et al. Land grabbing in the Brazilian Amazon: Stealing public land with government approval. **Land Use Policy**, v. 120, p. 106133, 2022.

CARGILL, Sobre/ Nossa História. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/nossa-hist%C3%B3ria. Acesso em 16 de junho de 2021a.

CARGILL, Sobre/ Sobre atuação no Brasil. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre. Acesso em 16 de junho de 2021b.

CARGILL, Terminal de Santarém, Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/santar%C3%A9m. Acesso em: 16 de junho de 2021

CARGILL, Relatórios Anual 2016, disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rios-anteriores. Acesso em: 29.11.2021

CARGILL, Relatórios Anual 2017, disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rios-anteriores. Acesso em: 29.11.2021

CARGILL, Relatórios Anual 2018-2019, disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 29.11.2021

CARGILL, Relatórios Anual 2019, disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 05.12.2022

CARGILL, Relatórios Anual 2020, disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 05.12.2022

CARGILL, Relatórios Anual 2021, disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relat%C3%B3rio-anual. Acesso em: 05.12.2022

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede; Vol. 1; São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, V. S. Um caso de repetição no português, Caderno de Estudos Linguísticos, v. 27, p.85-101. jul./dez. 1994

CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais (Paper 092). **Papers do NAEA**, v. 7, n. 1, 1998.

CASTRO, Edna Maria. **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão. Belém, NAEA**, 2008.

CASTRO, Edna Maria; CAMPOS, índio. Formação socioeconômica do Estado do Pará. Formação Socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Edna Maria; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAMUSCA, M.; CARVALHAL, M.. **Comunicação e marketing digitais: conceitos, práticas, métricas e inovações**. Salvador- BA, Ed. VNI. 2011

CHANLAT, J. F. **Gestão empresarial: uma perspectiva antropológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COSTA, Lidiane Cristina Oliveira; ESCADA, Maria Isabel Sobral. ANÁLISE DAS ÁREAS DESMATADAS NOS IMÓVEIS RURAIS DE MOJUI DOS CAMPOS, PARÁ.. In: ANAIS DO XIX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2019, Santos - SP. **Anais eletrônicos...** São José dos Campos, INPE, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/sbsr-2019/papers/-analise-das-areas-desmatadas-nos-imoveis-rurais-de-mojui-dos-campos--para-?lang=pt-br>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

COSTA, Francimara Souza; RAVENA, Nirvia. Territórios e cercas simbólicas em regimes de propriedades comuns na Amazônia. **Geosul**, v. 32, n. 63, p. 159-179, 2017.

COSTA, William et al. Amazônia do futuro: o que esperar dos impactos socioambientais da Ferrogrão? **Análise**. 2021. Disponível em https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2020/11/Ferrograo_policy-brief_.pdf

COX, Robert J. “Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun”. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds). Governança sem Governo ordem e transformação na política mundial. Pp.183-218. 2000

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Dossiê Cargill 2010. Santarém, CPT, 2010. Disponível em: <https://semlicencaparacargill.org.br/assets/estudo-completo-cargill-santarem.pdf>

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. A agricultura moderna e o mito da produtividade. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**, v. 1, p. 11-38, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo- SP, editora Boitempo, 2016.

DAUBB, C.-H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 75-85, 2007.

DEEGAN, Craig. Organizational legitimacy as a motive for sustainability reporting. In: Sustainability accounting and accountability. Routledge, 2010. p. 146-168.

DELMAS, Magali A.; BURBANO, Vanessa Cuerel. The drivers of greenwashing. **California management review**, v. 54, n. 1, p. 64-87, 2011.

DEMPSEY, Jessica. "Multilateralism vs. Biodiversity Market-Making". In: **Enterprising Nature: Economics, Market, and Finance in Global Biodiversity Politics**. New Jersey: Wiley and Blackwell, 2016. pp.192-231.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00223120, 2020.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Contexto, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2a. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016.

FAWCETT, Paul; DAUGBJERG, Carsten. Explaining governance outcomes: Epistemology, network governance and policy network analysis. *Political Studies Review*, v. 10, n. 2, p. 195-207, 2012.

FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. **Environmental Conservation**, vol. 28, p. 23-38, 2001.

FELLET, João. A pressão internacional por preservação que ameaça soja e carne do Brasil. **BBC News Brasil**. São Paulo. 25 novembro 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59424843> . Acesso em: 20.07.2022

FENTON, Alex et al. Studying social media communities: blending methods with netnography. **SAGE Research Methods Cases**, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.4135/9781526468901>. Acesso em 03.04.2021

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável:: antinomias de um conceito. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 2, p. 246-260, 2002.

FERREIRA-QUILICE, T.; CALDANA, A. C. F. Aspectos negativos no modelo de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 50, p. 405-415, 2015.

FERREIRA, V. A. et al. (2016), Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, 39: 173-188.

FIGUEIREDO, Eugênia Bridget Gadelha; SAWAIA, Bader Burihan. Comunidades tradicionais e conflitos socioambientais: e a psicologia com isso?. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 49, p. 551-563, 2020.

FILGUEIRAS, Fernando; SILVA, Barbara. Desenhando políticas e governança de dados para cidades inteligentes: ensaio teórico com o uso da IAD Framework para analisar políticas orientadas por dados. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 508-528, 2022.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Penso Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso** (A). Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. O que é um autor?. *Ditos & Escritos III*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de epidemiologia**. 2ed. A, v. 398, p. 1-377, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDFARB, Yamila. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **Revista Nera**, n. 27, p. 11-37, 2015a.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista Nera**, n. 28, p. 32-67, 2015b.

GOMES, Taynara do Vale et al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos Metrópole**, v. 19, p. 891-918, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, A.F. **O conceito de governança**. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, 14. 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>.

GRI - Global Reporting Initiative. The external assurance of sustainability reporting. Research and Development Series (2013).

HARDIN, G. The tragedy of the commons *Science*, Vol. 162, 1968, pp. 1243-1248

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. Novo imperialismo (O). Edições Loyola, 2004.

HEDBERG, Carl-Johan; VON MALMBORG, Fredrik. The global reporting initiative and corporate sustainability reporting in Swedish companies. **Corporate social responsibility and environmental management**, v. 10, n. 3, p. 153-164, 2003.

HOEFLE, Scott William. A fronteira agrícola na Amazônia do século XXI: identidade regional, sistema agrícola, ética ambiental e modo de vida rural. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 13-50, 2017.

HOPWOOD, Anthony G. Accounting and the environment. **Accounting, organizations and society**, v. 34, n. 3-4, p. 433-439, 2009.

HORDECTE, Israel. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 12, n. 33, p. 109-123, 2020.

HUFTY, M. Investigating policy processes: The governance analytical framework. In H. Hurni & U. Wiesmann (Eds.), **NCCR north-south synthesis**. Bern, Switzerland: **NCCR North-South/Geographica Bernensia**. 2011.

IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2021 <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acessado em 10.03. 2023

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; CUNHA, Gustavo Ximenes; HARTEN, Bruno Anastassiou. Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, p. 920-933, 2016.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**, 34(6), 2000. P. 131-158.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. Epu, 1980.

KOLK, Ans. A decade of sustainability reporting: developments and significance. **International Journal of Environment and Sustainable Development**, v. 3, n. 1, p. 51-64, 2004.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing: a bíblia do marketing**. São Paulo, 2012.

KOTLER, Phillip. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOOIMAN, J.; BAVINCK, M.; CHUENPAGDEE, R.; MAHON, R.; PULLIN, R. Interactive governance and governability: an introduction. **The Journal of Transdisciplinary Environmental Studies**, v. 7, n. 1, p. 1-11. 2008.

KOZINETS, Robert. V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LARRINAGA-GONZÁLEZ, Carlos. Sustainability reporting: insights from neoinstitutional theory. In: **Sustainability accounting and accountability**. Routledge, 2010. p. 169-186.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LENIN, V. I. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global 1979.

LITTLE, P.E. Megaprojetos na Amazônia Uma Análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia. Red Jurídica Amazônia – RAMA, **Articulación Regional Amazónica – ARA, Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR**: Lima, 2013.

MACEDO, Fernando Cezar; JUNIOR, Evaldo Gomes. Padrão de reprodução do capital, território e infraestrutura de transportes: os casos de Santarém (PA) e Itaituba (PA). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-18, 2019.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra; SILVA, Luíza Helena Oliveira; BATISTA, Dimas José. Do herói ficcional ao herói político. **Ciências & Cognição**, v. 12, 2007.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade e suas Fronteiras**. Editora Paz e Terra. 2005.

MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCOVITCH, Jacques; PINSKY, Vanessa. Bioma Amazônia: atos e fatos. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 83-106, 2020.

MARGARIT, Eduardo. Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: tramas políticas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 16, n. 01, 2013.

MELO, Danilo Souza; LEONARDO, Leticia Alves; NARDOQUE, Sedeval. QUESTÃO AGRÁRIA E AS AÇÕES ATUAIS DA BANCADA RURALISTA NO GOVERNO FEDERAL. **Caminhos de Geografia**, v. 23, n. 86, p. 225-242, 2022.

MCGINNIS, Michael D. An introduction to IAD and the language of the Ostrom workshop: a simple guide to a complex framework. **Policy studies journal**, v. 39, n. 1, p. 169-183, 2011.

MINTZBERG, Henry. Patterns in strategy formation. **Management science**, v. 24, n. 9, p. 934-948, 1978.

MODERNO, Maria Cláudia Simões. Mecanismos psicológicos da publicidade e do marketing. **Millenium**, 2000.

MONEVA, José M.; ARCHEL, Pablo; CORREA, Carmen. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. In: **Accounting forum**. No longer published by Elsevier, 2006. p. 121-137.

MONTE, Tália; CARVALHO, Cristina Amélia. Poder e relações de parceria no terceiro setor. **Revista de Ciências da Administração**, v. 7, n. 14, p. 1-26, 2005.

NASCIMENTO, Ademir Macedo; SILVEIRA, Denis Silva. A systematic mapping study on using social media for business process improvement. **Computers in Human Behavior**, v. 73, p. 670-675, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.10.016>

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães. **Vozes institucionais e os discursos de dominação: análise do discurso sobre os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia**. 2018. Tese (doutorado). Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Universidade Federal do Pará. Belém, 2018

OLSON, M.; **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Edusp, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. Understanding the diversity of structured human interactions. **Understanding institutional diversity**, v. 3, 2005.

OSTROM, Elinor. Background on the institutional analysis and development framework. **Policy studies journal**, v. 39, n. 1, p. 7-27, 2011.

OSTROM, Elinor. Institutional rational choice: An assessment of the institutional analysis and development framework. In: **Theories of the policy process**. Routledge, 2019. p. 21-64.

PAIXÃO, P. R. C. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, p. 135 p. 2012.

PINTO, C. M. **Dano moral ambiental coletivo na sociedade de risco: estudo sobre a instalação de uma empresa de agronegócio no município de Santarém-Pará**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental). Programa de Pós graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 164 p. 2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Gulf Professional Publishing, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

RHODES, Roderick. ‘Understanding Governance: 20 Years On’, ‘领导科学论坛·国家治理评论’ (丁煌 translator) *National Governance Review* 5: 2016: 5-17.

RIBEIRO, Fernando Bessa. A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em moçambique. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 9, n. 2), p. 257-275, 2005.

ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds). **Governança sem Governo ordem e transformação na política mundial**. Pp11-46. 2000

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: Meneses, Maria Paula; Santos, B. S (orgs) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. 1 Edicao. P. 23-72.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

SAUER, Sérgio. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**, v. 79, p. 326-338, 2018.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 180-219, 2011.

SILVA, Carla Holanda. Território: uma combinação de enfoques—material, simbólico e espaço de ação social. **Revista Geografar**, v. 4, n. 1, 2009.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2000.

SILVA, F.; RAVENA, N. **A Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da et al. Gestão ambiental regional: usando o IAD Framework de Elinor Ostrom na "análise política" da gestão ambiental da região metropolitana de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 609-627, 2009.

SOUZA, Fernando Vidal. Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 3, n. 2, p. 148-172, 2017.

SOUZA, M.C.S.; ARMADA, C.A.S. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 17 – 35, jul/dez. 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, v. 353, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular**, p. 57-72, 2009.

SOUZA, Matilde. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova revista amazônica**, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2020.

STOKER, G. Governance as theory: five propositions. **International Social Sciences Journal**, 155, p. 17-28. 1998.

TEXEIRA, B. E. S.; SANTOS T.; TERRA A. A transformação do território a partir do uso da terra no município de Santarém Pará. **Nova Revista Amazônica**, v. 7, n. 3, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.18542/nra.v7i3.7937>

TERRA DE DIREITOS. Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós. Santarém. 2021a. Disponível em: <https://semlicencaparacargill.org.br/santarem.html#download>

TERRA DE DIREITOS. Sem licença para destruição: Cargill e as falsas soluções para crise climática. Santarém. 2021b. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-revela-as-falsas-solucoes-da-cargill-para-conter-o-avanco-das-mudancas-climaticas/23674>

TERRA DE DIREITOS. Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós. Itaituba. 2023. Disponível em: <https://semlicencaparacargill.org.br/assets/relatorio-cargill-itaituba.pdf>

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital**: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. Novatec Editora, 2018.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Notas introdutórias sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial. In: MITSCHKEIN, Thomas A.; ROCHA, Gilberto de Miranda; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Desenvolvimento local e o direito à cidade na floresta Amazônica**. Belém: NUMA/UFPa, 2013. p. 13-37 (Sociedade, Desenvolvimento Local e Meio Ambiente na Amazônia, 3).

VALADÃO, L. M. As mudanças nos modos de vida em relação ao avanço da soja na Amazônia: estudo de caso em comunidade rural, município de Santarém-PA, área de influência da BR-163. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília - 2019.

VENTURIERI, Adriano et al. **Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará**. 2007.

VEIGA, J. E. A primeira utopia do antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 2, p.233-252, 2017.

XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015.

WHITTINGTON, R. **Estratégia após o modernismo: recuperando a prática**. Revista de Administração de Empresas, v. 44, n. 4, p. 44-53, 2004.

APÊNDICE 01 – ROTEIRO ENTREVISTA – REPRESENTANTE COMUNIDADES

DATA:

ENTREVISTADO:

REPRESENTANTE DAS COMUNIDADES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Quais os principais efeitos para as comunidades do avanço da soja na região (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos)?
- 2) Você considera possível a produção sustentável de soja na região do baixo Amazonas? Se sim, de que forma?
- 3) Você considera sustentável a forma como a soja é produzida atualmente na região?
- 4) No seu entendimento o que é ser sustentável?
- 5) Nos últimos anos foi identificada a venda de propriedades rurais de pequenos agricultores para a plantação de soja?
- 6) Atualmente há interesse dos produtores de soja na compra de terras nas comunidades rurais?
- 7) O que é produzido pela agricultura familiar na região do Baixo Amazonas e quais os principais compradores?
- 8) Existem outras formas de complementação de renda dos agricultores familiares?
- 9) Quais os principais órgãos/ empresas que o sindicato e as comunidades se relacionam?

**APÊNDICE 02 – ROTEIRO ENTREVISTA – ORGANIZAÇÕES NÃO -
GOVERNAMENTAIS**

DATA:

ENTREVISTADO:

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS - ONGS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 01) A ONG desenvolve projetos de apoio a comunidades rurais na região do Baixo Amazonas? Se sim, quais projetos?
- 02) Além dos projetos descritos, são desenvolvidas outras ações visando o incentivo à produção sustentável da soja?
- 03) No seu entendimento o que é ser sustentável?
- 04) Você considera sustentável a forma como a soja é produzida atualmente na região?
- 05) Com quais organizações a ONG se relaciona em torno do tema da produção de soja sustentável na região do Baixo Amazonas?
- 06) De que forma a ONG divulga os seus projetos desenvolvidos junto as comunidades na região do Baixo Amazonas?
- 07) Quais os principais desafios enfrentados pelas comunidades?
- 08) Caso tenha acompanhado o processo histórico, como se deu o avanço da soja na região?

APÊNDICE 03 – ROTEIRO ENTREVISTA – CERTIFICADORA

DATA:

ENTREVISTADO:

CERTIFICADORAS**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 01) Há propriedades com certificação RTRS na região do Baixo Amazonas no estado do Pará?
- 02) A certificação pode ser um caminho para aprimorar a produção sustentável de soja na região do Baixo Amazonas? De que forma?
- 03) Quais os principais benefícios para as comunidades locais da produção sustentável da soja?
- 04) Quais os principais benefícios da certificação RTRS para as empresas?
- 05) No seu entendimento o que é ser sustentável?
- 06) O mercado consumidor está mais exigente no que se refere a sustentabilidade da soja?
- 07) Com qual periodicidade ocorrem as reuniões entre os membros no Brasil?
- 08) Como são elaboradas as normas para a certificação de propriedades? É necessário aprovação dos membros?
- 09) Como são definidas as normas para a participação de novos membros?

APÊNDICE 04 – ROTEIRO ENTREVISTA – EMPRESA

DATA:

ENTREVISTADO:

EMPRESAS**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 01) A empresa desenvolve projetos junto a comunidades rurais no Baixo Amazonas?
Se sim, quais projetos?
- 02) De que forma são divulgados os projetos desenvolvidos junto as comunidades?
- 03) De forma pode ocorrer a produção sustentável de soja na região do Baixo Amazonas?
- 04) Quais os principais benefícios para as comunidades locais da produção sustentável da soja?
- 05) A empresa possui certificações de produção sustentável?
- 06) Quais os principais benefícios da certificação RTRS para a empresa e para a comunidade?
- 07) Quais os principais compradores da soja produzida no Baixo Amazonas?
- 08) A empresa tem interesse em expandir a produção de soja no planalto santareno?
Se sim, De que forma?
- 09) Quais os principais parceiros para a execução dos projetos?
- 10) No seu entendimento o que é ser sustentável?
- 11) Com quais organizações esta empresa se relaciona em torno do tema da produção de soja sustentável na região do Baixo Amazonas?

APÊNDICE 05 – ROTEIRO ENTREVISTA - PRODUTORES

DATA:

ENTREVISTADO:

PRODUTORES**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 01) Quais ações são desenvolvidas pelos produtores para que a produção de soja seja sustentável na região do Baixo Amazonas?
- 02) Os produtores possuem certificações de produção sustentável? Quais certificações?
- 03) Quais os principais benefícios das certificações para o produtor?
- 04) Quais os principais benefícios para as comunidades locais da produção sustentável da soja?
- 05) O sindicato/produtores desenvolve projetos junto a comunidades rurais no Baixo Amazonas? Se sim, quais projetos?
- 06) De que forma são divulgados os projetos desenvolvidos junto as comunidades?
- 07) Quais os principais compradores da soja produzida no Baixo Amazonas?
- 08) Os produtores têm interesse em expandir a produção de soja no planalto santareno? Se sim, De que forma?
- 09) No seu entendimento o que é ser sustentável?
- 10) Com quais organizações o sindicato se relaciona em torno do tema: produção de soja sustentável na região do Baixo Amazonas?

APÊNDICE 06 – ROTEIRO ENTREVISTA – ÓRGÃOS PÚBLICOS




DATA:

ENTREVISTADO:

ÓRGÃOS PÚBLICOS**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 01) Quais ações são desenvolvidas pelo Estado para o apoio a produção de soja na região do Baixo Amazonas?
- 02) Quais os principais efeitos da expansão da soja na região do Baixo Amazonas?
- 03) Como ocorrem as fiscalizações e controle para verificar a conformidade da produção de soja em relação a legislação vigente?
- 04) Que tipo de incentivo os produtores de soja recebem por parte do Estado?
- 05) Atualmente a produção de soja na região do Baixo Amazonas pode ser considerada sustentável? Se não, quais ações necessitam ser tomadas para que se torne?
- 06) No seu entendimento o que é ser sustentável?
- 07) Nos últimos anos foi identificada a venda de propriedades rurais de pequenos agricultores para a plantação de soja?
- 08) Atualmente há interesse dos produtores de soja na compra de terras nas comunidades rurais?
- 09) São desenvolvidas outras ações visando o incentivo à produção sustentável da soja?
- 10) Com quais organizações o Estado se relaciona em torno do tema da produção de soja sustentável na região do Baixo Amazonas?

ANEXO 01: Nomenclatura dos relatórios analisados

| | | |
|--|--|--|
| <p style="text-align: center;">2016</p>  | <p style="text-align: center;">2017</p>  | <p style="text-align: center;">2019</p>  |
| <p style="text-align: center;">2018/2019</p>  | <p style="text-align: center;">2020</p>  | |
| <p style="text-align: center;">2021</p>  | | |

Fonte: elaboração da autora